ERIC R. WOLF

Guerras Camponesas do Século XX

Tradução: Iolanda Toledo

Digitalização: Argo
www.portaldocriador.org

AGRADECIMENTOS

Durante a preparação deste manuscrito, o autor "endividou-se", tanto pessoal quanto intelectualmente. No decorrer dos últimos três anos, tem apresentado trechos de seu estudo a diversos grupos e, nesse constante intercâmbio de idéias, um grupo que se reunia regularmente na Universidade de Michigan veio a representar um papel decisivo. Dele faziam parte, como membros principais, Frithjof Bergmann, David Gutmann, Jonh Higham, Ingo Seidler, e Friedrich Wyatt. Angel Palerm, Roy Rappaport, Jane Schneider e Peter Schneider leram todo o manuscrito e fizeram críticas excelentes e detalhadas. Marshall Sahlins e James Meisel leram o manuscrito e fizeram comentários de caráter geral. Muitos de meus colegas deram-me conselhos de que eu muito necessitava, com referência a diversos capítulos; Frederich Katz e Rederich Wyatt, sobre o México; Arthur Mendel, sobre a Rússia; Norma Diamond, Albert Feuerwerker e Frederich Wyatt, sobre a China; Aram Yengoyan, sobre o Vietnã; Jeane Favret, Richard Mitchell e William Schorger, sobre a Argélia; Frederich Katz e Julie Nichamin, sobre Cuba. Frederich Katz leu também as conclusões. Todos eles evitaram que incorresse em erros incríveis e, mais ainda, contribuíram para uma reflexão de minha parte, discordando de certas formulações e explicações minhas. Reconheço e sou grato pelo auxílio que me prestaram: os esforços constantes que fizeram por mim os absolvem de qualquer culpa que lhes possa caber pela sua associação com declarações e argumentações que o autor, teimosamente, recusou-se a suprimir. Sou também muito grato a Michael Maccoby por uma referência particularmente valiosa a respeito do México.

Finalmente, o autor gostaria de apresentar seus agradecimentos ao U. S. Public Health Service, que apoiou o seu trabalho sobre "Estratégias Socais dos Grupos Camponeses", através de um prêmio do Scientists Research Development, do National Institutes of Health.

PREFÁCIO

Após o término da II Guerra Mundial, mal arrefecidas as cinzas da destruição, os Estados Unidos envolveram-se no Vietnã — através de uma série de comissões e omissões — no que bem pode tornar-se uma das guerras econômica e moralmente mais dispendiosas da história. Ajudando militarmente os franceses em pé de guerra, mandando depois missões militares e, finalmente, a partir de 1962, através da progressiva expansão do envolvimento de suas próprias tropas, os Estados Unidos buscaram uma vitória militar e política numa guerra pelo controle dos corações e mentes de um povo camponês. No decorrer desses anos, os "bastardinhos de pijamas pretos esfarrapados", (como se referiam os oficiais americanos a seus novos inimigos) não só obrigaram a máquina militar mais poderosa da história a deter-se, mas fizeram com que muitos norte-americanos, silenciosamente ou em voz alta, indagassem porque os "nossos" vietnamitas não lutam como os "deles" e qual seria a razão de novos recrutas preencherem sempre as fileiras de um exército que, segundo nossos despachos e comunicados jornalísticos, já havia sido destruído muitas vezes. Especialmente isolados em relação a outros continentes e suas tribulações, em virtude de sua posição geográfica e extraordinária prosperidade, os Estados Unidos encontram-se, no século vinte, mal preparados para compreender as convulsões que atualmente abalam as nações pobres do mundo. Mas a ignorância caminha lado a lado com o desastre. O Vietnã tornou-se um cemitério porque os norte-americanos não se preocuparam e nem se importaram o suficiente com essa região desconhecida no Sudeste da Ásia. As estradas que levam ao delta do Mekong, a Tay-Nihn e Khe San estão cobertas dos destroços das falsas premissas, promessas e avaliações. Portanto, é importante para a América orientar todos os conhecimentos de que dispõe, além de sua considerável capacidade de paixão e compaixão, para a tarefa de compreender o mundo dentro do qual se tornou tão estranha. Há quatro anos, a 17 e 18 de março, alguns de nós na Universidade de Michigan iniciamos um movimento de doutrinação (teach in) sobre a guerra do Vietnã; desta universidade, o grande debate alastrou-se para mais de uma centena de campi e para o capitólio nacional, em Washington. Mas este foi apenas o começo, e um começo modesto. O Vietnã constitui o assunto que, no momento, a tudo se sobrepõe, mas já aconteceram outros "Vietnãs", em Cuba, na Guatemala, na República Dominicana, e outros irão acontecer no futuro se a América não tomar outro rumo. Se temos que saber mais a fim de viver num mundo transformado, se temos que saber mais a fim de agir sem preconceitos, humanamente, com sabedoria e não com loucura — todos nós devemos arcar com a tarefa de compreender para aprender e de aprender para compreender. Esta já não é uma tarefa para especialistas acadêmicos, se é que o foi um dia; é dever de cidadania. Desta convicção nasceu este livro. Sou, por profissão, um antropólogo interessado no estudo dos camponeses e neste livro tento rever como antropólogo o que evidenciam seis casos contemporâneos de rebelião e revolução de nossa época, nos quais os camponeses foram os principais atores.

Porque um antropólogo há de tentar escrever sobre este assunto? Que pode ele contribuir, como antropólogo, para a compreensão de um tópico já familiar aos economistas, sociólogos e cientistas políticos? Obviamente, as habilitações destes, que eles aplicam ao assunto, não podem ser duplicadas pelo antropólogo. Há, por exemplo, a curiosa questão de como a inflação e a deflação afetam a coesão social na aldeia, à qual seria apropriado dirigirem-se os economistas. Há questões sérias que poderiam ser colocadas, referentes à psicologia da privação ou da autoridade, que melhor seriam respondidas por psicólogos sociais ou sociólogos. Da mesma forma, o cientista político está melhor equipado que o antropólogo para analisar a interação dos grupos de poder, ao nível da nação ou no relacionamento entre as nações. Contudo, o antropólogo, ao ler as contribuições de seus pares, acha falta de dimensões que, segundo seu treinamento, ele aprendeu a considerar como decisivas. É para entendê-las que ele pode apelar para si próprio.

Ele se interessará, por exemplo, pela tentativa de precisar, tanto quanto possível, a que espécie de camponeses nos referimos quando falamos num envolvimento camponês nas sublevações políticas. Para o leigo e até para muitos especialistas, as distinções entre as diferentes espécies de camponeses não são importantes; contentam-se em falar no termo abrangente "campesinato", sem maiores qualificações. O antropólogo, porém, com sua experiência de campo nas pequenas comunidades, sabe que existem diferenças de comportamento e perspectiva entre os arrendatários e os proprietários, entre camponeses pobres e ricos, entre lavradores que são também artesãos e outros, que apenas aram e colhem, entre homens responsáveis por todas as operações agrícolas na terra da qual são arrendatários ou proprietários e trabalhadores assalariados que fazem seu trabalho sob a supervisão de outros, em troca de dinheiro. Sabe também que é preciso distinguir entre camponeses que vivem perto de cidades e se envolvem nos mercados e negócios urbanos e aqueles que vivem em aldeias longínquas; entre camponeses que começam a mandar seus filhos e filhas para as fábricas e os que continuam a trabalhar dentro dos limites de seus pequenos mundos provincianos. As distinções de propriedade e envolvimento com a propriedade, em relação aos mercados, aos sistemas de comunicação, parecem todas importantes para o antropólogo, quando observa as populações in loco. Ele buscará, portanto essas distinções e envolvimentos diferenciais na descrição da participação do camponês nas revoluções, porque acredita que tais diferenciais tenham uma relação importante com a origem e o desenvolvimento de um movimento revolucionário.

Em segundo lugar, o antropólogo traz à tona uma preocupação com a microsociologia, nascida da compreensão de que os assuntos ideológicos transcendentais aparecem sob roupagem bastante prosaica nas aldeias. Por exemplo, os camponeses podem aderir a um movimento nacional a fim de ajustar contas bem antigas de sua aldeia ou região. Aqui também ele estará consciente da importância das diferenças regionais entre os camponeses. Salientará a concatenação de certas circunstâncias, em determinadas regiões, na formação da insatisfação ou satisfação camponesas, sabendo que a mobilização da "vanguarda" camponesa é menos um resultado de circuns-

tâncias de âmbito nacional que de características específicas locais. A este respeito, bem como ao tentar decompor a noção de "camponês" em categorias mais específicas, ele procura abordar o problema do envolvimento do camponês com uma compreensão cada vez mais sofisticada da variedade do campesinato, em suas variáveis ecológicas regionais e locais.

Em terceiro lugar — e este é talvez um dos encargos principais da discussão a ser aqui apresentada —, o antropólogo está muitíssimo consciente da importância dos grupos mediadores que se situam entre o camponês e a sociedade mais ampla da qual ele faz parte. O proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote, situam-se, nas relações sociais, econômicas e políticas, na confluência entre a aldeia e as elites mais abrangentes, na rede de relações de mercado ou políticas. Em seu estudos das aldeias camponesas o antropólogo aprendeu a reconhecer o seu papel crucial na vida camponesa e está convencido de que elas devem desempenhar um papel significativo no envolvimento do camponês nas sublevações políticas. Para descrever tais grupos e colocá-los no campo social no qual devem manobrar, vale a pena referir-se a eles como "classes". Classes, a meu ver, são verdadeiras aglomerações de pessoas cujo desenvolvimento ou declínio está implícito em circunstâncias históricas próprias e que agem conjuntamente ou uns contra os outros em busca de determinados interesses suscitados por essas mesmas circunstâncias. Dentro dessa perspectiva, podemos perguntar, em termos bastante concretos, de que modo os membros de tais classes entram em contato com o campesinato. Em nossos registros devemos, portanto, transcender os relatos antropológicos comuns sobre os camponeses e procurar informações também sobre a sociedade mais ampla e os agrupamentos de classe que a constituem, pois o camponês age numa arena que contém tanto aliados quanto inimigos. Essa arena é, caracteristicamente, um campo de batalha político. Como antropólogo, o autor seja talvez menos treinado em problemas de organização e competição política do que o leitor poderia esperar. Isso se deve ao fato de que sua disciplina mestra, a antropologia, no passado deu apenas uma atenção marginal às realidades do poder. Escrever este livro foi por si só, prova de uma importante experiência de aprendizagem. O autor espera que ao focalizar o envolvimento camponês na política, ele possa contribuir também para a ampliação da estrutura dos estudos sobre camponeses, como vinham sendo feitos no passado.

Quem é, então, que fala com o camponês e o que lhe comunica, que o impele à ação política violenta? Os camponeses, não raro, abrigam um profundo sentimento de injustiça, mas tal sentimento deve ser plasmado e expresso em organização antes de tornar-se ativo na cena política; é óbvio, não será qualquer agitador inexperiente a ser bem-vindo nos círculos da aldeia que tradicionalmente suspeita de estranhos, ainda mais vindos da cidade. Que circunstâncias e que espécie de gente serão propícias ao estabelecimento de tal comunicação? O cientista social, habituado a ver o campesinato do alto do nível nacional, pode, muitas vezes, ser tentado a esquecer que a mobilização social, econômica ou política de um campesinato implica no contato com muitos grupos pequenos, nem sempre ansiosos por receberem orientação e liderança de fora. Como

essa resistência é superada, se realmente o é, nem sempre é uma conclusão previsível.

Finalmente, o antropólogo deverá perguntar em que medida a ação do campesinato nas revoltas e revoluções é provocada por padrões tradicionais e em que extensão uma revolução camponesa produz, não apenas a derrubada dos detentores do poder político, mas a subversão dos padrões do próprio campesinato. Neste ponto o antropólogo deve precaver-se contra um preconceito profissional. Os estudos dos povos primitivos e das populações camponesas contribuíram para lhe incutir um respeito incomum pela força da tradição. No entanto tanto a persistência da tradição necessita de explicação quanto a mudança. É possível que as pessoas se apeguem aos hábitos ancestrais por inércia; é mais provável, porém, que existam boas e suficientes razões por trás de tal apego tanto quanto boas e suficientes razões para a mudança. As pessoas podem ou não estar conscientes dessas razões; será então tarefa do antropólogo indagar quais poderão ser as causas da persistência ou da mudança.

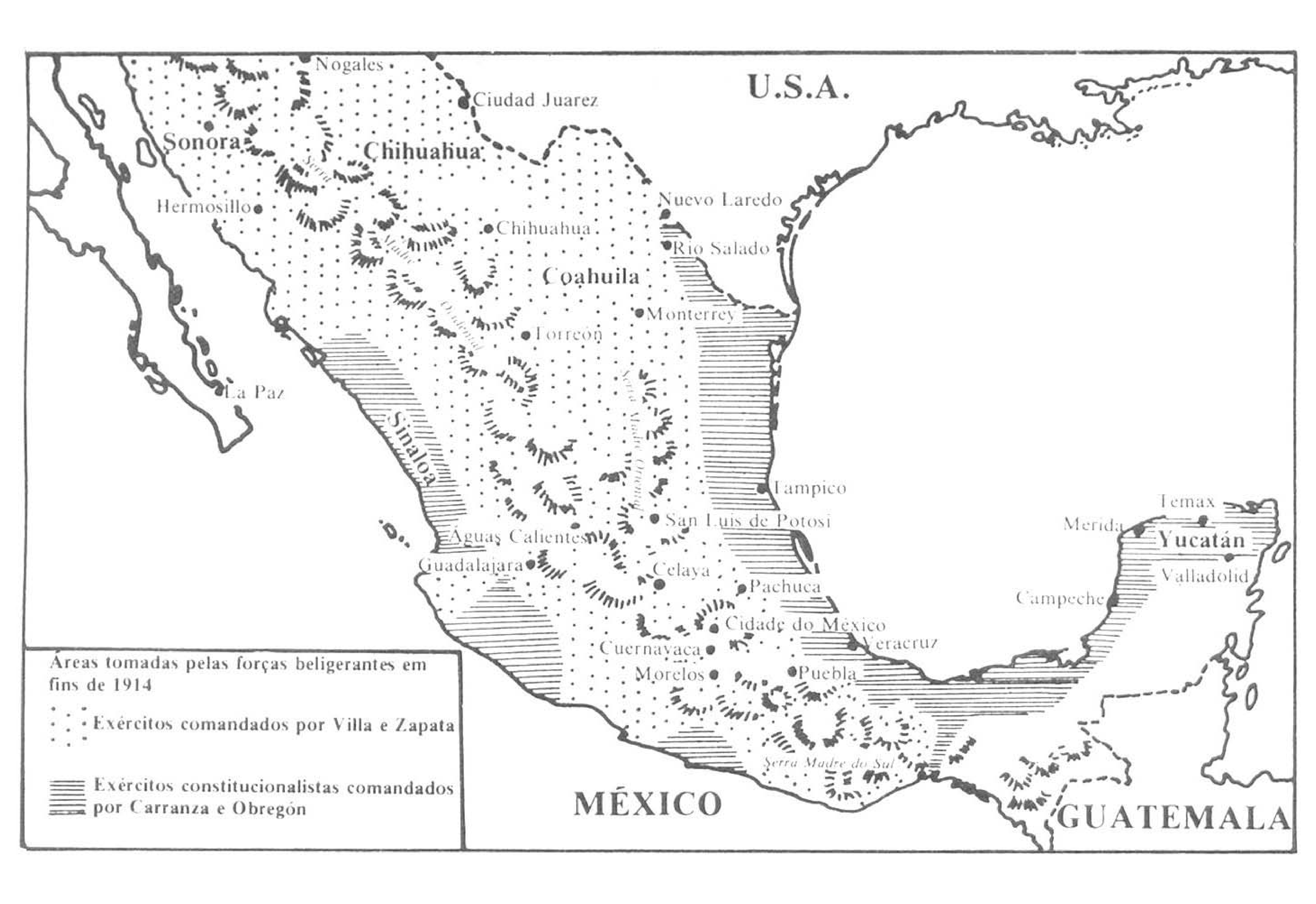
Ao procurar um entendimento mais profundo do envolvimento político dos grupos camponeses, talvez não seja demais indicar especificamente o modo pelo qual se emprega o termo camponês neste livro. As definições não são, naturalmente, absolutas, mas instrumentos de análise. Estou convencido de que melhor serviremos a esse objetivo se traçarmos os limites da definição de modo bastante restrito. Já se costuma distinguir os camponeses dos primitivos, colocando em oposição as populações rurais, sujeitas aos ditames de um Estado super-organizado, e os habitantes rurais que vivem fora das fronteiras de tal estrutura política. Os primeiros são camponeses, os segundos não. Mas a categoria de povo rural, sujeito ao controle do Estado, pode incluir não apenas lavradores mas também artesãos, pescadores, comerciantes ambulantes, que abastecem mercados rurais. A categoria pode ainda incluir pessoas que possuem a propriedade de suas terras e as cultivam, rendeiros ou meeiros e posseiros, bem como trabalhadores sem terra. É importante, a meu ver, não pressupor que toda essa gente se assemelhe em suas relações econômicas, sociais e políticas, bem como em seu modo de ver o mundo no qual vivem. O lavrador e o pescador, por exemplo, podem ser distinguidos através de diferenças importantes, o mesmo acontecendo com o trabalhador sem terra e o proprietário de terras. Eu defino os camponeses, portanto, como populações essencialmente dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Deste modo, a categoria cobrirá arrendatários, meeiros e posseiros, bem como proprietários-trabalhadores, enquanto estiverem em situação de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas plantações. Não inclui, no entanto, os pescadores e trabalhadores sem terra.

Se distinguimos camponeses de primitivos, devemos também diferenciá-los dos "fazendeiros". O objetivo máximo do camponês é a sua subsistência e posição social, ganhas num círculo restrito de relações sociais. Os camponeses não são, portanto, como os lavradores, os quais participam plenamente do mercado e se envolvem no jogo pela posição social, estabelecido dentro de uma ampla rede social. Para assegurar sua continuidade na terra e manutenção da família, o camponês, quase sempre, se afasta do mercado, pois um

envolvimento ilimitado neste ameaçaria sua fonte de sustento. Portanto, ele se apega aos esquemas tradicionais que lhe garantem acesso à terra e ao trabalho dos parentes e vizinhos. Além disso, dá preferência à produção destinada à venda somente se estiver garantida a produção de subsistência. Em outras palavras, pode-se dizer que o camponês produz num mercado de fatores e produtos restritos. Os fatores de produção — terra, trabalho e equipamento — reduzem-se a uma relativa imobilidade, em virtude de antigas hipotecas e expectativas; a produção é vendida no mercado, a fim de conseguir a margem de lucros necessária para a compra das mercadorias não produzidas em casa. O fazendeiro, ao contrário, entra plenamente no mercado, submete sua terra e seu trabalho à concorrência aberta, pesquisa utilizações alternativas para os fatores de produção, buscando lucros máximos e dá preferência ao produto mais lucrativo e não ao que implica em menores riscos. A transformação do camponês em fazendeiro, no entanto, não é simplesmente questão de orientação psicológica; implica uma modificação profunda no contexto da instituição na qual os homens fazem suas opções. Talvez seja precisamente quando o camponês não pode mais confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modos de vida, que as tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam e desembocam na rebelião camponesa e no envolvimento revolucionário.

Os casos aqui apresentados foram baseados em material secundário. Só em raríssimos casos, a observação dos acontecimentos aqui registrados foi feita por pesquisadores, com a ótica antropológica, interessados nas questões que acabamos de delinear. Isto significa que o antropólogo se sente necessariamente em desvantagem pela natureza do material que ele próprio nada fez para coletar. Precisa selecionar fatos relevantes para ele de descrições destinadas a outros ouvintes, com outra espécie de preocupações. A sua apresentação e análise torna-se pois um exercício de imaginação para o qual dispomos do material a fim de que ele possa exprimir nossos propósitos e para que possamos encontrar um ou outro fato revelador capaz de nos fornecer o privilégio de um diagnóstico antropológico. A tarefa, na verdade, fica incompleta: descrições haverá que não examinamos e fatos reveladores que não registramos. Pode até ocorrer que nosso empenho fique obsoleto assim que tomar forma de livro. Assim é que deve ser. Se conseguirmos levantar questões em termos de perspectivas novas, teremos realizado nossa tarefa.

O mínimo que esperamos, então, é apresentar um relatório integral do envolvimento camponês em seis casos de rebelião e revolução; mas nossa esperança máxima é que sejamos capazes tanto de apontar as características periódicas quanto de prestar contas sobre as diferenças estratégicas que distinguem cada um dos casos do anterior.


U.S.A.
MÉXICO
GUATEMALA
Nogales
Ciudad Juarez
Sonora
Chihuahua
Hermosillo
Chihuahua
Nuevo Laredo
Rio Salado
Coahuila
Monterrey
Torreón
La Paz
Sinaloa
Serra Madre Ocidental
Serra Madre Oriental
Tampico
San Luis de Potosí
Aguas Calientes
Guadalajara
Celaya
Pachuca
Cidade do México
Veracruz
Cuernavaca
Morelos
Puebla
Serra Madre do Sul
Temax
Merida
Yucatán
Valladolid
Campeche
Áreas tomadas pelas forças beligerantes em fins de 1914
Exércitos comandados por Villa e Zapata
Exércitos constitucionalistas comandados por Carranza e Obregón

MÉXICO

Companeros del arado
y de toda herramienta
nomás nos queda un camino
iagarrar un treinta-treinta!*

Em 1910, quando a Revolução Mexicana explodiu perante o mundo, pegou quase todo mundo de surpresa; "muito poucas vozes, todas elas abafadas e fracas, haviam-na predito" (Paz, 1961, 136). Durante mais de um quarto de século o ditador mexicano Porfírio Diaz governara seu país com mão de ferro, em nome da Liberdade, Ordem e Progresso. O progresso significava rápido desenvolvimento industrial e comercial; a liberdade, foi concedida ao empresário particular e a ordem foi reforçada por uma criteriosa política que alternava remunerações em dinheiro e repressão — a célebre técnica de Diaz, de "pan y paio" (pão e pau). A revolta contra o idoso ditador, no decurso de alguns meses, alastrou-se por toda parte, sob o estímulo da sublevação de Francisco Madero. Em 1911, Diaz partiu para o exílio na França. A Revolução começava de verdade. "Madero", disse ele, "soltou um tigre. Vejamos se consegue controlá-lo".

Através da perspectiva histórica podemos perceber agora que muitas das causas da revolução originaram-se, não na ditadura de Diaz, mas num período em que o México ainda era colônia espanhola e chamava-se Nova Espanha. Ao declarar sua independência em 1821, o México herdara já uma série de problemas característicos que a Espanha não pudera ou não quisera resolver e que foram integralmente legados à nova república.

Todas essas questões derivavam, em última análise, do primeiro contato; o da população índia com o bando de conquistadores que haviam tomado posse da América Central em nome da coroa da Espanha. Os espanhóis, a fim de se utilizar do trabalho indígena, introduziram um sistema de grandes latifúndios, as *haciendas*.

Os índios que vieram trabalhar nessas latifúndios ou *haciendas*, provinham, em sua maioria, de duas fontes: a local, que abrangia certa quantidade de trabalhadores residentes na *hacienda* e a ela ligados por servidão por dívidas; e a de não-residentes, que continuavam a viver nas comunidades indígenas nas cercanias da *hacienda* e que, progressivamente, dela tiravam seu sustento. O objetivo da *hacienda* era comercial: produção agrícola, ou de animais domésticos, para a venda nas cidades e aldeias de mineração das

---

* *Companheiros do arado*
e de todas as ferramentas!
não nos resta outro caminho:
agarrar uma trinta-trinta!

(Canção da Carabina 30-30)

vizinhanças; ao mesmo tempo, as *haciendas* logo se tornaram mundos sociais distintos, que confirmavam a situação social e as aspirações de seus proprietários. Os empregados eram, freqüentemente, pagos em espécie, por meio de vales, com que compravam na loja da *hacienda*, ou por meio da permissão de lavrar um pedaço de terra para seu próprio sustento. Tanto um como outro meio de pagamento amarravam firmemente o trabalhador à Casa Grande, da qual o senhor governava seus domínios. Em 1810, pouco antes da partida dos espanhóis, existiam uns cinco mil desses grandes latifúndios, dos quais um quarto dedicava-se à criação de gado. Estes caracterizavam principalmente o norte do país, onde a terra árida, a pouca chuva e a vegetação escassa, nos tempos anteriores à dominação espanhola, haviam impedido um maior crescimento da população índia. De qualquer forma, a criação de gado não exigia muitos braços. As *haciendas* agrícolas, porém, ficavam geralmente situadas no centro do país, numa região onde a população índia sempre fora numerosa e densa. Mas isso significava que as *haciendas* eram forçadas a dividir a paisagem com as comunidades índias. Sob o domínio espanhol, estas haviam recebido proteção especial do Estado. Havia-lhes sido concedida a categoria legal de corporações e a cada comunidade era permitido reter uma extensão de terra estipulada, sob gerência comunitária, bem como sua própria administração comunitária autônoma. Na prática, muitas comunidades perderam suas terras para as *haciendas* e muitas autoridades comunitárias locais foram derrubadas pelos detentores do poder, que exerciam seu domínio nas proximidades. No entanto, existiam ainda, em 1810, quatro mil e quinhentas comunidades índias autônomas, donas de terras (Mc Bride, 1923, 131) e mesmo com esse mínimo de autonomia conseguiram manter vários padrões culturais tradicionais. Estes variavam consideravelmente de comunidade para comunidade; não havia uma cultura índia uniforme, assim como não existia uma única língua índia. Cada comunidade manteve seus próprios costumes e língua, encerrando-se numa muralha de desconfiança e hostilidade para com os estranhos. Um certo número dessas comunidades poderia ser subserviente a uma *hacienda* do vale, logo abaixo, mas mantinha um forte sentimento de estranhamento cultural e social quanto à população da *hacienda*. Assim, o México se tornou independente com sua paisagem polarizada entre grandes latifúndios, de um lado, e comunidades índias, do outro; unidades que, aliás, poderiam estar ligadas economicamente mas que permaneciam hostis umas às outras, tanto social quanto politicamente. Vista sob a perspectiva de uma ordem social mais ampla, cada *hacienda* constituía um estado dentro do Estado; cada comunidade índia representava uma "república de índios" entre outras "repúblicas de índios".

Dentro desta paisagem de *haciendas* e repúblicas de índios, situavam-se as cidades, sedes de mercadores que abasteciam as *haciendas* e as minas, de funcionários que regulavam os privilégios e as restrições, e de padres que cuidavam da economia da salvação. Através de lojas, escritórios e igrejas estendiam-se as redes comerciais que forneciam às minas e extraíam minérios; a rede burocrática que regulava a vida, no interior e a rede eclesiástica, que ligava os padres das paróquias à hierarquia central. À sombra do palácio e da catedral, labutavam os artesãos que supriam os ri-

cos com as amenidades e luxos do mundo colonial barroco e mais um exército de fâmulos, além da imensa multidão urbana de pobres.

Essa sociedade era organizada nos moldes de uma armadura de privilégios especiais. Viria a ser este um dos mais graves problemas legados pela colônia à República independente. Em 1837, o liberal José M. L. de Mora escrevia que uma das maiores causas das dificuldades

> reside nos hábitos formados pela antiga constituição do país. Entre estes figurava e ainda figura, como um dos mais importantes, o espírito corporativo que se encontra em todas as classes sociais e que muito enfraquece, chegando a destruir o espírito nacional. Quer intencionalmente ou como resultado imprevisto de causas desconhecidas ora em ação, no estado civil da Espanha antiga havia uma tendência acentuada para se criar corporações, dar-lhes privilégios e isenções da lei comum, enriquecê-las por meio de doações ou disposições testamentárias; conceder-lhes tudo, enfim, que levasse à formação de um corpo, perfeito em sua ideologia, completo em sua organização e independente quanto à sua condição legal privilegiada e aos meios de subsistência a ele designados e colocados à sua disposição .. . Não era só o clero e a milícia que possuíam códigos legais gerais, subdivididos nos dos frades e freiras, no primeiro caso e nos da artilharia, engenharia e marinha, no segundo; também a Inquisição, a Universidade e a Casa da Moeda, as posses do Marquéz dei Valle, os latifúndios garantidos através da progenitura, os sodalícios e até as guildas, possuíam seus bens e privilégios, quer dizer, sua existência independente. Tivesse a independência sido proclamada há quarenta anos atrás, qualquer pessoa nascida ou vivendo no país não apreciaria o título de mexicano e, fosse esse seu único título, considerar-se-ia isolada e só no mundo... discutir com ela interesses nacionais seria o mesmo que lhe falar em hebraico; não conhecia nem poderia conhecer as que não fossem da corporação ou corporações às quais ela mesma pertencia e faria o possível para mantê-las separadas do resto da sociedade (*1837, Vol. II, pgs. XCVI-XCVIII).*

Neste contexto, Mora deveria ter mencionado as comunidades índias, que eram legalmente corporações semelhantes às outras, enumeradas por ele. Toda essa série de privilégios, quer nas mãos de mercadores da alta sociedade ou nas de humildes índios, concedia um monopólio dos recursos. Como todo monopólio, podia ser exercido contra os concorrentes da mesma classe ou grupo de interesses e também contra os requerentes "de baixo", isto é, contra todos aqueles desejosos de participar do processo social ou econômico, mas impedidos pelas muitas barreiras de privilégios especiais. Esta estrutura de privilégio especial tornou-se ainda mais complexa na Nova Espanha, através de discriminação abalizada contra todos os grupos da população impossibilitados de provar sua ascendência espanhola ou índia. Estes, os assim chamados castas, oriundos da miscigenação de índios, negros e espanhóis, logo chegaram a perfazer boa parte da população, responsabilizando-se pelo preenchimen-

to de muitos cargos, na economia, na política e na religião, dos quais dependia a estrutura de privilégio. Assim, a estrutura ostensiva de privilégio veio a ser suplementada por um submundo dissimulado, de desprivilegiados.

> A lei e a realidade pouco se correspondiam, na sociedade utópica da Nova Espanha. A coroa desejava negar ao colono sua provisão de mão-de-obra própria; o colono a obtinha ilegalmente, agregando peões à sua terra e à sua pessoa. A ordem real apoiava o monopólio comercial das mercadorias que entravam e saíam da colônia; mas, à margem da lei, movimentavam-se contrabandistas, ladrões de gado, bandidos, vendedores e compradores de produtos clandestinos. Para embaçar os olhos da lei, surgiram multidões de escribas, advogados, intermediários, mascates e agentes disfarçados. . . Numa tal sociedade, mesmo as transações cotidianas tinham sabor de ilegalidade; no entanto, tal ilegalidade era a própria matéria que constituía essa ordem social. As transações ilícitas precisavam de intermediários: o exército dos deserdados, privado de fontes alternativas de emprego, os fornecia. Assim, uma onda de ilegalidade e desordem estava sempre pronta a afundar as ilhas da legalidade e do privilégio, precariamente defendidas (Wolf, 1959, 237).

No entanto, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a sociedade não podia passar sem eles. Pois

> à medida que a sociedade abdicava em favor deles seus negócios informais e não reconhecidos, eles foram se tornando os corretores e agenciadores das múltiplas transações que faziam circular o sangue nas veias do organismo social. Por baixo do verniz formal do governo colonial espanhol e da organização econômica, os seus dedos foram tecendo a trama de relações e comunicações sociais através da qual foi possível lançar pontes entre as brechas das instituições formais (1959, 243).

A sociedade colonial incubara, pois, um estrato de gente socialmente deserdada que, ainda assim, encontrou certas posições estratégicas dentro de seu sistema social. Essas posições servir-lhes-iam de alavanca quando começassem a fazer exigências, dentro da ordem social em que se encontravam. O ressentimento acabou se tornando o combustível social e psicológico por trás dessas exigências.

O movimento de independência obedecia a três aspectos relacionados e, contudo, freqüentemente contraditórios. Por um lado, foi uma asserção da periferia contra o centro burocrático. Teve início na região comercial, industrial e agrícola de Bajio, a noroeste da Cidade do México, e nas províncias ao sul da capital. Social e militarmente, visava o controle da base burocrática da Cidade do México e sua ligação ao porto de Veracruz, que a ligava à Espanha. Foi também, em parte, um movimento de militaristas contra o pulso do funcionalismo centralizado, não importando se lutava contra ou a favor dos insurgentes. A Nova Espanha confiara, para o controle interno e a defesa externa, numa união de tropas espanholas e tro-

pas recrutadas no país. As tropas nacionais, amplamente recrutada entre os comerciantes e proprietários de terras, aderiu, principalmente a fim de ganhar a proteção dos privilégios jurídicos especiais concedidos aos militares, como um meio de melhorar sua condição social através de títulos e uniformes. A guerra da independência, no entanto, deu a muitos soldados de ocasião seu primeiro sabor do poderio militar e dos lucros pessoais a serem auferidos de seu exercício, lançando assim as bases para o surgimento de um estrato de "empresários" militares que iria flagelar a sociedade mexicana por mais de um século.

Em terceiro lugar, o movimento de independência foi um movimento de reforma social. Este elemento tornou-se evidente quando o pároco de aldeia José Maria Morelos y Pavón assumiu a liderança da insurreição. A 17 de novembro de 1810, ele proclamou o fim do sistema discriminatório de castas: daí por diante, todos os mexicanos seriam conhecidos simplesmente como "americanos", fossem eles índios, castas, ou crioulos de pais espanhóis nascidos no país. Seria abolida a escravidão e o imposto especial do índio. Seria devolvida a terra tomada às comunidades índias. Seria confiscada a propriedade dos espanhóis e dos crioulos espanhófilos:

> Todos os ricos, nobres e oficiais de alta patente, devem ser tratados como inimigos; assim que uma aldeia for ocupada por eles, sua propriedade deve ser confiscada e dividida em partes iguais entre os pobres e o Tesouro Militar. Esta medida não excetua nem mobília nem jóias e nem o tesouro das igrejas... Todas as alfândegas, casas e construções da guarda real devem ser demolidas; todos os arquivos queimados, excetuando-se os arquivos paroquiais; assim como os bens estrangeiros, sem excetuar objetos de luxo e tabaco. Os escritórios dos fazendeiros ricos, bem como minas e engenhos de açúcar, devem ser destruídos, só sendo preservadas as sementes e alimentos básicos... As *haciendas* de extensão superior a duas léguas devem ser destruídas, com o objetivo de se estimular a agricultura em pequena escala e a distribuição da propriedade, uma vez que o benefício positivo da agricultura está em muitos trabalharem para si próprios num pequeno pedaço de terra ao qual possam aplicar todo o seu potencial, e não em um só homem possuir vastas extensões improdutivas, mantendo milhares de pessoas na escravidão para que as cultivem como diaristas ou escravos sob coação, em vez de o fazerem como proprietários de uma pequena extensão de terra, em liberdade e em benefício da sociedade (citado em Cué, 1947, 44).

A insurreição foi, portanto, além de uma reação contra o controle da metrópole e um desdobramento do poder militar, "uma revolta agrária em gestação" (Paz, 1971, 123).

Este terceiro aspecto foi decisivo na configuração dos rumos da revolta. Logo que se tornou claro que a revolta era também uma guerra dos pobres contra os privilégios enrustidos, o exército, a Igreja e os grandes proprietários de terras apoiaram a coroa espanhola e esmagaram a rebelião. O próprio Morelos foi executado em 1815. No entanto, alguns anos mais tarde, a própria Espanha adotou

uma constituição liberalizante, que visava, principalmente, separar a Igreja do Estado, e a elite crioula foi então obrigada a voltar atrás e dar seu apoio à independência. Em 1821, o México tornou-se um Estado independente, firmemente comprometido a manter os direitos de propriedade e os privilégios especiais dos altos funcionários, da Igreja, dos magnatas de terras e do exército. Os soldados que cortaram os laços com a Espanha

> estabeleceram um regime militar de bases firmes que não existira no país antes de 1810 e, além do mais, aliaram-se os interesses dos militares aos da aristocracia eclesiástica e aos da burocracia do vice-reinado (Cué, 1947, 60).

O movimento favorável à independência, que começara com exigências de reforma social, acabou mantendo a elite no poder. Foi assim, especialmente no que se refere aos grandes latifúndios. Fossem quais fossem as tentativas de reforma levadas a efeito no decorrer do século dezenove, todas elas serviram para fortalecer e aumentar o poderio do latifúndio sobre a população submissa, não para o diminuir. Ocorreram vários tipos de transformações no México durante o século dezenove, mas o latifúndio venceu-os a todos.

Todos os tópicos anunciados pelo movimento a favor da independência vieram repetir-se no decorrer do século dezenove. Com o México independente do controle espanhol, vários militares ficaram de rédea solta na competição militar e política... Daí por diante, o governo dos pretorianos trouxe à tona o que Francisco Bulnes chamou de "leilão da púrpura imperial". O '*coup d'état*' seria "o golpe de martelo a abrir o leilão do poder, segundo o sistema pretoriano", acompanhado da oferta "de generalatos, coronelatos, arquivamentos de casos criminais, contratos para vestimentas, armas, equipamentos, saques bancários e, se possível, um dinheirinho em mãos" (1904, 205-206). A cada golpe palaciano seguia-se uma divisão da presa; a qual, não obstante, era sempre insuficiente. A partir de 1821, o país viu-se numa situação financeira cada vez mais desesperada.

> Como resultado das diferenças de opinião internas, que se tornaram uma constante em sua política, dos roubos perpetrados por funcionários públicos, cuja capacidade de aceitar suborno superava de longe a de governar, do afundamento no pântano financeiro por causa dos empréstimos externos a longo prazo e a taxas ruinosas, e pelos empréstimos internos, a curto prazo e taxas de, às vezes, 50%, por noventa dias; o governo se arrastava de uma crise financeira a outra. As rendas normais nunca eram suficientes para as necessidades, e os economistas, desesperados, recorriam a todas as táticas conhecidas: empréstimos forçados, impostos especiais, impostos prévios, confiscos, hipotecas, reembolsos, papel moeda, desvalorizações. Em 1850, o montante da dívida externa era de mais de 56 milhões e a interna atingira 61; em 1867, após 13 anos de guerras e revoluções intermitentes, das quais fazem parte a Intervenção Francesa e o Império de Maximiliano, a dívida externa atingira a cifra estarrecedora de 375 milhões e a interna, quase 79. A essa altu-

ra, quase 95% das rendas aduaneiras haviam sido hipotecadas a fim de pagar as várias dívidas (Cumberland, 1868, 147).

Nessas condições, o governo nada mais era que "um grupo de empregados, guardado por empregados armados que se auto-denominavam exército" (Sierra, 1950, 139). O comércio "arrastava sua existência precária entre a arrecadação voraz dos agentes fiscais e o contrabando organizado como instituição nacional" (1950, 143).

> O comerciante e o proprietário de terras lutavam ferozmente contra o governo, roubavam-no tanto quanto possível, infringiam a lei totalmente e lentamente abandonando suas empresas aos estrangeiros (ao espanhol, que retornara, as *haciendas*, ranchos, mercearias; ao francês, as lojas de roupas e jóias; ao inglês, as empresas de mineração), refugiaram-se nas missas e no funcionalismo público, essa magnífica escola de preguiça e desperdício na qual se educou a classe média de nosso país (1950, 158).

Além disso, enquanto a luta armada fragmentava abertamente a sociedade e os apuros financeiros lhe solapavam ocultamente os alicerces, mais dois fatores vieram opor mexicanos contra mexicanos. A guerra entre a periferia e o centro, que assinalara o movimento para a independência voltava a recorrer nas batalhas políticas e ideológicas entre os federalistas, que almejavam certa medida de autonomia regional e os centralistas, que desejavam manter seu domínio unificado sobre o país. Outro conflito arregimentava os liberais, que desejavam separar a Igreja do Estado e os conservadores, que esperavam manter o poder eclesiástico. Enquanto os federalistas, em geral, eram contrários à Igreja e os centralistas, a favor da manutenção dos privilégios desta, os líderes, individualmente, promoviam o caos, através das alianças individuais ou cismas em que entravam, de acordo com seus interesses locais ou pessoais.

Estes conflitos contínuos entre federalistas liberais e anticlericais e centralistas conservadores e pró-clero, que lutavam com uma ferocidade inaudita, convidavam, a seu turno, as potências estrangeiras a pescar nas águas turvas mexicanas. Desde o início da República, os interesses britânicos haviam-se aliado aos centralistas e os interesses norte-americanos, aos federalistas, instigando a novos níveis o conflito já existente entre eles. Em 1835, o Texas revoltou-se contra o governo mexicano e, em 1847, os Estados Unidos promoveram a anexação do estado, levados em parte pelos interesses escravagistas do sul, que almejavam acrescentar outro estado à luta escravagista e, em parte, pela esperança de obter acesso à Califórnia e ao Oceano Pacífico. Na esteira da derrota mexicana de 1848, a República perdeu, além do Texas, o Novo México e a Califórnia — mais de metade de seu território nacional. Debilitou-se ainda mais com as rebeliões índias ao longo da fronteira norte e com a terrível insurreição maia de Yucatã, em 1847, instigada pela expansão da produção açucareira na península. Em 1861, uma força expedicionária conjunta de franceses, britânicos e espanhóis desembarcou no México, para cobrar suas dívidas e, reti-

rando-se os britânicos e espanhóis, a França, entre 1862 e 1867, transformou o México num estado-cliente francês, sob o império satélite de um austríaco da casa de Habsburgo. Contrariamente às expectativas, as forças mexicanas sob a liderança de Benito Juárez conseguiram forçar os franceses a se retirarem do México, deixando o desventurado Imperador Maximiliano para enfrentar um pelotão de fuzilamento mexicano, em 1867.

Paradoxalmente, tanto a intervenção americana quanto a francesa contribuíram para o fortalecimento dos liberais e para o enfraquecimento dos conservadores. A guerra contra os Estados Unidos fora mal conduzida pela liderança conservadora que, na esteira da derrota, perdera o poder e o prestígio. Como resultado, em 1855, os liberais conseguiram fazer aprovar uma nova legislação, as leis da Reforma, que visavam transformar o México num Estado laico e progressista: foram abolidos os tribunais especiais militares e eclesiásticos. As corporações territoriais, inclusive de terras da igreja e das comunidades índias, seriam dissolvidas; as terras da igreja seriam vendidas e as terras índias, outorgadas aos seus então arrendatários, como propriedade individual; a lei de Expropriação (Ley de Desamortización, de 25 de junho de 1856), previa que

> nenhuma corporação civil ou eclesiástica podia adquirir ou administrar qualquer propriedade que não servisse exclusivamente aos propósitos para os quais a entidade existia. Prescrevia que as propriedades então de posse dessas corporações fossem vendidas aos arrendatários ou usufrutuários que as ocupavam e que as não alugadas, ou arrendadas seriam vendidas em leilão (Whetten, 1848, 85).

Como a Igreja resistisse a esses decretos e os conservadores recorressem novamente às armas, Juárez foi ainda mais longe, confiscando toda a propriedade imobiliária eclesiástica, suprimindo todas as ordens monásticas, instituindo o casamento civil e declarando os cemitérios de domínio público. Quando os conservadores comprovaram a própria incapacidade para desalojar o governo liberal, que controlava Veracruz e o acesso ao mar, pediram auxílio à França. Em troca, apoiaram Maximiliano e o exército francês durante a guerra de seis anos. Afinal, ganhou Juárez, derrotando tanto os franceses quanto seus aliados mexicanos. O poder das corporações privilegiadas fora destruído e começava uma nova era. Os protagonistas das leis da reforma

> projetaram a fundação de uma nova sociedade. Ou antes: o projeto histórico dos liberais iria substituir a tradição colonial, baseada na doutrina católica, por uma afirmação igualmente universal: a liberdade do indivíduo (Paz, 1961, 126).

Todavia, os deuses que velam pelo destino do México parecem comprazer-se na reversão dos signos. A guerra da independência iniciara-se com o protesto social e as exigências de eqüidade social. A independência do México fora ganha, não por Hidalgo e Morelos, mas por seus inimigos pró-espanhóis. De igual modo, as leis da Reforma, destinadas a libertar o indivíduo dos grilhões tradi-

cionais, só conseguiram criar uma nova servidão. A liberdade, para o proprietário de terras, significava liberdade para aquisição de mais terras para acrescentar a seus domínios; a liberdade, para o índio — não mais sujeito à sua comunidade e já senhor de sua propriedade — era a faculdade de vender suas terras e juntar-se à turba dos sem terra à procura de emprego. No decorrer dos trinta anos subseqüentes, o México iria descobrir que só abandonara os grilhões da tradição para abrir as portas à anarquia social. A revolução seria o resultado final.

Em 1876, Benito Juárez cedeu o poder a um de seus mais brilhantes generais da guerra contra os franceses, Porfirio Díaz. Sob o governo deste, houve um grande desenvolvimento econômico, embora, abaixo da superfície, fermentassem sem solução nem atendimento os problemas do México.

Sob a ditadura de Díaz, o México passou por uma profunda transformação. Durante este período, o investimento de capital estrangeiro superou de muito o investimento mexicano. Concentrando-se primeiro na construção de vias férreas e na mineração de metais preciosos, o capital estrangeiro começou a fluir intensamente, a partir de 1900, para a produção de matérias-primas: petróleo, cobre, estanho, chumbo, borracha, café e sisal. A economia foi dominada por um pequeno grupo de homens de negócios e financistas, cujas decisões influíam no bem-estar do país inteiro. Assim, em 1908, das sessenta e seis corporações envolvidas nas finanças e na indústria, trinta e seis tinham diretorias em comum, tiradas de um grupo de treze homens; dezenove dessas corporações contavam com mais de um desses treze. Durante a década final do século dezenove, os líderes desse novo grupo controlador formavam uma facção que logo veio a ser conhecida como "os Científicos". Pretendendo ser positivistas científicos, viam o futuro do México na redução e eliminação do elemento índio (que consideravam inferior e portanto incapaz de se desenvolver) e no fomento do controle dos "brancos", nacional ou internacional. Isto seria concretizado através de uma ligação mais intensa do México com nações "desenvolvidas" e industrializadas, principalmente com a França, a Alemanha, os Estados Unidos e a Inglaterra. Aos seus olhos, o desenvolvimento viria do exterior, na forma de colonos ou capital estrangeiros. Muitos deles tornaram-se representantes de firmas estrangeiras que operavam no México, alguns diretamente, como Olegario Molina, que controlava o mercado de sisal de Yucatã para a International Harverster Corporation; outros, indiretamente, como advogados de firmas estrangeiras à procura de concessões do governo. Durante os últimos anos do regime, alguns entraram plenamente, como sócios, nas firmas estrangeiras. Ao mesmo tempo, no entanto, combinavam seu interesse nos negócios com a aquisição de terras. Embora, no começo de suas carreiras alguns deles houvessem sido proprietários de terras e outros, advogados, no fim todos eles possuíam grandes extensões de terras.

Díaz preservava cuidadosamente as formas do processo constitucional, estabelecidas na Constituição mexicana de 1856, mas ajustava o seu conteúdo para servir aos propósitos de sua máquina política, de âmbito nacional. As eleições eram freqüentes, mas trapaceadas com esmero. Os representantes e senadores do Parlamento

mexicano eram nomeados pela facção dominante e depois confirmados através de um processo eleitoral organizado. O poder judiciário era indicado pelo governo e obrigado a servir a seus propósitos. A liberdade de imprensa era rigorosamente restringida e os jornalistas da oposição, encarcerados ou exilados. As greves eram proibidas. Rebeliões rurais, como as insurreições índias de Yaqui em 1885 e 1898 foram sufocadas com grande estardalhaço. As zonas rurais eram patrulhadas por uma força policial especial, os *rurales*, recrutada entre criminosos e bandidos. Os adversários do regime aprisionados pelos *rurales* não raro eram assassinados, e sua morte, encoberta pela *ley fuga*, que permitia atirar em prisioneiros que tentassem escapar.

Tendo como pano de fundo as garantias oferecidas por tal violência organizada, Díaz jogava magistralmente o jogo da premiação dos fiéis e punição dos resistentes, na dialética de "pan y paios", pão e porrete. Quem ambicionava o poder e seguia a Díaz, recebia posições ou concessões; quem a ele se opunha era reduzido à inocuidade. A lealdade política era comprada através de distribuições do tesouro público. Ao nível da aldeia, isto significava, naturalmente, o apoio aos poderosos locais, que não raro utilizavam o poder para seus próprios fins (e.g. Lewis, 1951, 230-231). Estima-se que, por volta de 1910, quase três quartos da classe média estava empregada no aparelho estatal, ao custo anual de setenta milhões de pesos (Bulnes, 1920, 42-43). Um sistema de apadrinhamento de âmbito nacional segurava esta máquina política, cujo poder situava-se no alto, nas mãos do ditador. Díaz instigava magistralmente os aspirantes ao poder uns contra os outros, ao mesmo tempo que criava para seu regime certa medida de independência, instigando os investidores franceses, alemães, ingleses e norte-americanos uns contra os outros e fazendo o mesmo com seus respectivos governos. Esses governos, no entanto, viam em Díaz a garantia de seus investimentos e o agente da estabilidade.

As leis da Reforma de 1856-1857 haviam iniciado uma importante transformação na propriedade das terras cultivadas e a ponta de lança de seus esforços foi dirigida contra as propriedades da Igreja. É difícil uma estimativa do total das terras nas mãos da Igreja; alguns escritores afirmam que mais ou menos $ 100,000,000 de imóveis eclesiásticos haviam sido transferidos das mãos da igreja para as de proprietários particulares e que quarenta mil propriedades mudaram de dono (Simpson, 1937, 24). Embora o propósito declarado dessa medida fosse a criação de uma classe média rural viável, no México, "em sua maior parte os latifúndios da Igreja passaram, em amplas e ininterruptas extensões, às mãos dos seguidores de Juarez e, embora deste modo tenha sido criada nova aristocracia rural era, ainda assim, uma aristocracia" (Ibid.).

O mesmo se aplica às terras comunais de propriedade das comunidades índias. Como vimos, essas terras comunais haviam sido declaradas ilegais e fora obrigatória sua divisão em propriedades individuais. A terra fora assim transformada em propriedade negociável, podendo ser vendida ou hipotecada em pagamento de dívidas. Muitos índios logo as perderam para terceiros, muitas vezes somente para pagar as despesas cerimoniais socialmente obrigatórias. Praticamente quase toda essa terra foi parar nas mãos das *hacien-*

das e companhias de terras. Estima-se que foram assim alienados mais de 2 milhões de acres de terra comunal, no período de Díaz (Phipps, 1925, 115).

Além disso, sob a nova legislação, o governo obteve o direito de vender terras de domínio público a companhias de desenvolvimento ou entrar em contratos com companhias que faziam levantamento e divisões de terras em troca de um terço da terra medida. Em 1889, havia sido feito o levantamento de 32 milhões de hectares. Vinte e nove companhias haviam obtido a posse de mais de 27.5 milhões de hectares ou seja, 14% do total da área da República. Entre 1889 e 1894, foram ainda alienadas terras correspondentes a 6% do total. Foi assim entregue de mão beijada aproximadamente um quinto da República do México. Ao mesmo tempo, os lavradores que não pudessem provar inquestionavelmente seu título à terra, eram tratados como posseiros ilegais e desapropriados. Aquilo que começara como uma campanha no sentido de criar uma classe média rural viável, composta de pequenos lavradores, terminava como triunfante vitória de uma oligarquia possuidora de terras.

Segundo a estimativa de MacBride, ao final do período de Díaz existiam 8,245 *haciendas*. Trezentas delas mediam, pelo menos 10.000 hectares; 116 mediam por volta de 250.000; 51 possuíam aproximadamente 30.000 hectares, cada uma; 11 mediam nada menos que 100.000. Lamentavelmente, McBride não levou em conta a possibilidade de um só proprietário de terras possuir mais de uma *hacienda*; o grau de concentração da propriedade era, provavelmente, bem maior que o sugerido pelas cifras de McBride. Southworth (1910) registra para 1910, 168 proprietários, donos, cada qual, de 2 *haciendas*; 52, com 3 *haciendas*, cada um; 15, com 4 *haciendas*, 4, com seis; 3 com sete; 5, com oito e com nove. Luiz Terrazas, protótipo do proprietário de *hacienda* do período de Díaz, possuía 15 propriedades, abrangendo quase 2 milhões de hectares. O povo gracejava, dizendo que Chihuahua tinha menos direito a ele, como filho da cidade, que ele, a Chihuahua. Ele possuía 500.000 cabeças de gado e 250.000 carneiros, exportando entre 40.000 e 65.000 cabeças de gado por ano, para os Estados Unidos. Nem todas as *haciendas*, no entanto, eram assim grandes; aceitando as cifras de McBride, tal como se apresentam, 7.767, ou mais de 90%, tinham menos que 10.000 hectares. A *hacienda* média aproximava-se, provavelmente, de 3.000 hectares.

A aplicação da lei que abolia o direito das corporações — eclesiásticas ou comunais — à posse da terra apressou a extinção do pueblo índio dono de terras, que resistira durante todo o período do domínio colonial espanhol e durante o primeiro meio século da independência. Os espanhóis haviam reforçado a coesão das comunidades índias, concedendo-lhes uma medida de terra e exigindo que se responsabilizassem coletivamente pelo pagamento dos tributos e pela manutenção da ordem social. Para corresponder a esse esquema, as comunidades haviam desenvolvido, dentro dos moldes da organização cooperativa, seu próprio sistema interno de organização política, fortemente ligado ao culto religioso. Em quase toda parte, um homem que patrocinasse uma seqüência de festividades religiosas qualificava-se para atuar como pessoa que toma decisões na comunidade. Portanto, quem almejasse o poder, deveria agir de acordo com

os critérios estabelecidos pela comunidade; qualificando-se, devia participar de um comitê de anciãos, como ele mesmo, que agiam e falavam pela comunidade. O poder era, pois, menos individual que comunal. Com as novas leis referentes às terras, no entanto, a própria base no sistema sofreu um abalo. Não só as *haciendas* se apossaram de muita terra índia, como os próprios índios, já de posse de seu título de propriedade individual, puseram-se a penhorar suas terras, a fim de enfrentar as despesas comuns da vida cotidiana e as extraordinárias, decorrentes do patrocínio religioso. O próprio mecanismo que anteriormente garantira a contínua solidariedade da comunidade tornou-se um dos meios de a destruir. Assim, sobreviveram apenas as comunidades do tipo antigo e só nas regiões mais inacessíveis do centro e do sul, enquanto a imensa massa índia defrontava-se com a perspectiva de relacionar-se individualmente com os detentores do poder do mundo exterior, fossem eles mercadores de crédito anexando as colheitas e bens dos pequenos sitiantes, donos de *haciendas*, ou industriais à procura de braços para suas plantações e fábricas.

Tannenbaum procurou determinar uma medida para o tamanho da população que se tornou dependente da *hacienda*, comparada à população que permanecera "livre". Demonstrou, assim, que em seis estados (Gunajuato, Michoacán, Zacatecas, Nayarit, Sinaloa) mais de 90% de todos os lugares habitados estavam situados dentro de grandes propriedades; em mais oito estados (Querétaro, San Luis, Potosí, Coahuila, Aguascalientes, Baja Califórnia, Tabasco, Nuevo León) mais de 80% estavam também assim situados. Em dez estados, entre 50 e 70% da população rural vivia nas comunidades dentro das propriedades; 5 estados tinham entre 70 e 90% de sua população dentro das propriedades. Segundo Tannenbaum,

> o número de aldeias e a proporção do total localizado em plantações em qualquer estado, indica a extensão na qual a plantação absorveu, não só a terra mas a auto-direção da vida das comunidades e como conseguiu destruir seus mores. Era, essencialmente, uma diferença entre liberdade e escravidão. A aldeia que sobrevivesse, mesmo tendo perdido suas terras, era essencialmente livre, se comparada às aldeias que haviam perdido a terra e mais a organização da aldeia (1937, 193).

Nota-se, sob esta luz que, nos oito estados que circundam a região mais importante do vale do México, continua a predominar o aldeamento independente. Agrupado em três estados, mais de 90% da população rural continuou a viver em agrupamentos independentes; em outros cinco, tais agrupamentos abrigavam mais de 70% da população rural. Foi contra estas aldeias, que persistiam em sua independência, que o regime de Porfirio Díaz desencadeou seu poder. Estas porém, sob pressão, contestaram com uma reação revolucionária: "Essas aldeias, em última análise, fizeram a revolução em auto-defesa, preferindo-a a ser reduzidas à mesma condição que os índios de outras partes do México", Ibid.).

A despeito do fato de as *haciendas* dominarem o cenário rural do México, outros dados sugerem que o período de Porfirio Díaz presenciou um aumento no número de ranchos, ou sítios de proprie-

dade individual, trabalhados por uma família. O número desses ranchos não deve ser tomado como absoluto, pois o termo rancho não tem significado padronizado; no norte, refere-se a propriedades enormes, no centro a propriedades de até 1.000 hectares. Não obstante, pode-se dizer com certeza que houve sensível aumento no número de pequenas propriedades. McBride estima que, ao explodir a revolução, existiam 47.939 ranchos, em contrapartida a 8.245 *haciendas*. Daqueles, 29.000 haviam sido criados a partir de 1854, conseqüentemente à fragmentação das terras comunais (19.906) à distribuição de terras públicas (8.010) e às concessões de terras a colonos (1.189). A área, ocupada por esses ranchos, comparada à das *haciendas*, era insignificante; mas a importância social deste aumento de pequenos sítios não deve ser negligenciada. Mais de um terço destas propriedades haviam sido estabelecidas às custas das de domínio comunal, solapando assim a solidariedade das aldeias índias; dois terços deram continuidade, ainda assim, à tendência para o crescimento de uma classe média rural, já evidente durante o século anterior. François Chevalier (1959) demonstrou que, no decorrer do século dezoito e chegando até o século dezenove, houvera um "retorno" do pequeno lavrador, especialmente entre a população não-índia do norte.

No entanto, apesar do crescimento do latifúndio a produção agrícola, em sua totalidade, não crescera constante e insistentemente. De 1877 a 1894, a produção agrícola declinou à taxa anual de 0.81%. De 1894 a 1907 elevou-se novamente, devagar, a uma taxa anual de 2,59%. A tendência à elevação fora devida, em sua maior parte, ao crescimento das safras industriais a serem consumidas no próprio país e, mais ainda, ao crescimento das safras destinadas à exportação. Aumentou a produção de algodão e cana-de-açúcar, (sendo o algodão para a indústria têxtil mexicana) e a de café, ervilhas, baunilha, sisal e gado, produzidos em quantidades muito maiores, para o mercado externo. Mas as safras de alimentos declinaram constantemente, o que se fazia sentir especialmente quanto ao milho, alimento básico da população. A produção per capita de milho declinou de 282 quilos, em 1877 a 154, em 1894, e a 144, em 1907. Declínio comparável foi assinalado no caso do feijão e do *chili*[*] que são também importantes safras de alimentos.

Não só declinou a quantidade de milho produzida per capita, mas seus preços se elevaram enquanto os salários permaneciam estacionários. Tudo indica que o salário médio diário não aumentara entre princípios do século dezenove e 1908. A classe média, habituada a maiores gastos com roupas, habitação e empregados, sentiu também a elevação dos preços dos alimentos (Gonzales Navarro, 1957, 390).

O desenvolvimento industrial prosseguia aceleradamente durante o regime de Díaz. A produção de minérios aumentou 239% entre 1891 e 1910 (Nova Otero, 1965, 179). A produção industrial elevou-se à taxa anual de 3,6%, entre 1878 e 1911 (p. 325). Entre 1876 e 1910, além disso, o aumento na instalação de trilhos ferroviários foi de 666 para 19.280 quilômetros. O aumento da força de trabalho industrial, no entanto, processava-se em taxa mais vagarosa. Por exem-

---

[*] Pimenta tipicamente mexicana com sabor parecido ao da pimenta malagueta. (N. do T.).

plo: entre 1895 e 1910, o número dos trabalhadores na indústria cresceu a uma taxa de apenas 0,6% de uma população economicamente ativa de 606.000; contrastando com a força de trabalho agrícola, que aumentava à taxa anual de 1,3%, durante o mesmo período. Isto se deve, em parte, ao fato da nova indústria ser mecanizada e, portanto, precisar de relativamente poucos trabalhadores para produzir mais e, em parte, às *haciendas* monopolizarem o fornecimento de mão-de-obra agrícola, através de diversas formas de endividamento dos peões.

Não obstante, em 1907 existiam cerca de 100.000 mineiros, muitos deles trabalhando nas grandes minas, tais como a Greene Consolidated Copper Company, de Cananea que empregava 5.000 trabalhadores. Na indústria têxtil, os empregos elevaram-se de 19.000 a 32.000 entre 1895 e 1910. A maioria dos trabalhadores na indústria têxtil eram empregados de grandes fábricas, tais como as de Rio Blanco, Veracruz, com 34.000 fusos e 1.000 teares, manejados por 2.350 operários, o que perfazia quase a metade do total dos operários empregados pelas onze grandes fábricas de Veracruz. A fábrica era de propriedade de uma companhia de mercadores franceses. Finalmente, as vias férreas empregavam várias dezenas de milhares de operários que delas recebiam, pela primeira vez, seu "verdadeiro salário". Molina Enríquez, descrevendo o alastramento das vias férreas no México, no tempo de Porfirio Díaz, nota que

> a construção de vias férreas... envolvia o emprego de trabalhadores que... pela primeira vez recebiam verdadeiro (i. e. dinheiro à vista) salário — salário este que melhorava radicalmente sua situação econômica. Ao longo de toda a extensão da via férrea, que atravessava o país, reuniam-se trabalhadores, peões que haviam escapado ao jugo das grandes *haciendas*... Os milhões investidos em nossas estradas de ferro produziram uma bonança temporária que foi o verdadeiro segredo da paz de Porfirio. Ao mesmo tempo que as profundas modificações por eles trazidos às condições de produção do país iam lançando as bases da futura Revolução (1932, 292).

"O dinamite das estradas de ferro carregou a mina que, mais tarde, a Revolução iria explodir" (1932, 291).

A nova força de trabalho industrial era recrutada entre ex-camponeses despojados de suas terras pela expansão predatória do latifúndio; entre os numerosos artesãos, impossibilitados de resistir ao avanço da competição mecanizada; entre os peões que haviam escapado da servidão por dívidas para uma liberdade relativa, proporcionada pelo trabalho industrial. Eram, em grande parte, não especializados e lhes faltava uma elite especializada própria; a maioria dos empregos especializados pertencia aos estrangeiros. Embora muitos operários só recentemente se houvessem empregado na indústria, tendiam a concentrar-se em grandes fábricas e em grandes povoados, como os de Cananea e Orizaba. Seus sentimentos eram pronunciadamente xenófobos, devido ao fato de, freqüentemente, estarem sob as ordens de capatazes e patrões estrangeiros. Faltava-lhes a experiência de organização, pois a atividade sindical era proibida, mas haviam tomado conhecimento das idéias anarco-

sindicalistas, ao mais das vezes através de contatos com outros operários, emigrados para os Estados Unidos como membros da Organização Internacional dos Trabalhadores.* Com o passar do tempo, foram se afirmando progressivamente através de greves. Ocorreram 250 greves na época de Porfirio Díaz e elas foram aumentando após 1880. Eram freqüentes nas estradas de ferro, nas fábricas têxteis, na mineração e nas fábricas de tabaco. Duas delas se distinguem como precursoras da atividade revolucionária: a greve de Cananea, em 1906, reprimida por voluntários norte-americanos e *rurales* e a greve de Rio Blanco, em 1907, esmagada pelo exército, pela polícia e pelos *rurales*, à custa de 200 mortos e 400 prisioneiros.

O desenvolvimento, no entanto, teve um impacto diferencial nos extremos norte e sul da República (Katz, 1964) No sul ampliava-se o mercado para as safras tropicais e para alimentos destinados aos centros industriais — o que conduziu à expansão da agricultura das fazendas e à intensificação da exploração do trabalho índio. Índios rebeldes e criminosos eram transportados, para completar a força de trabalho fornecida pelas populações locais, a fim de trabalhar nas plantações, em regime de trabalho forçado. A necessidade de intensificar a pressão sobre a população índia produziu também toda uma multidão de supervisores, empreiteiros e prestamistas, todos eles interessados em endividar os índios a fim de transformá-los em trabalhadores rurais. Embora toda *hacienda* possuísse seu próprio dispositivo de repressão, sua própria polícia e seu pelourinho, toda a estrutura repressiva dependia, em última análise, do mecanismo repressivo mantido pelo governo. Assim, por motivos internos, os proprietários das *haciendas* do sul preferiam apoiar Díaz, do mesmo modo que sua dependência nos mercados e firmas no exterior os induzia a apoiar a simbiose do regime com os interesses estrangeiros.

No norte, porém, onde as condições divergiam acentuadamente das do resto do país, era pronunciada a oposição ao regime. Nessa região, sempre fora escassa a mão-de-obra, só podendo ser obtida a preço mais alto que no centro e no sul. Além disso, a oferta de trabalho nas minas e nas indústrias do algodão, ou a oportunidade de emigrar para os Estados Unidos, debilitavam a estrutura de endividamento dos peões e aumentavam a mobilidade da força de trabalho. Os contratos de plantação *a meias** iam substituindo os de trabalho em pagamento de dívidas, especialmente nas fazendas de agricultura algodoeira. Ao norte, já se encontravam aqui e ali ilhas de pequenos proprietários que se haviam conseguido manter e, durante o período a que nos referimos, o número deles aumentava. Os proprietários de grandes latifúndios só conseguiam vender cereais e carne às progressistas cidades do norte, tais como Torreón, Nogales, Ciudad Juárez, Nuevo Laredo, como também, através da fronteira, para os Estados Unidos; e haviam mesmo começado a investir na indústria local, produzindo principalmente para o mercado interno. Essa ampliação das oportunidades e da mobilidade, a seu turno, estimulou o aumento dos negociantes independentes, muito diferentes dos intermediários do sul, cuja maior fonte de renda

* A meias, meeiro - O que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras. (N. do T.)

era o recrutamento de força de trabalho índia ou o empréstimo de dinheiro a juros. Simultaneamente, porém, o norte sofria desvantagens na concorrência com as firmas estrangeiras, principalmente com as norte-americanas, cujas operações eram protegidas pelos Científicos e por Díaz. A concorrência estrangeira era principalmente forte no campo da mineração, pois a maioria das firmas mexicanas eram forçadas a vender seus minérios à American Smelting & Refining Company (Companhia Americana de Fundição e Refinaria). Só a família Madero conseguira manter uma fundição independente em Monterrey, para os minérios que extraía de suas próprias minas. Os nortistas vieram a perceber, cada vez mais claramente que o controle estrangeiro das matérias primas e do processamento cerceavam sua capacidade de entrar na indústria pesada, ao passo que a expansão da indústria leve permanecia limitada pela insignificância da demanda mexicana, reprimida pela estrutura autárquica da *hacienda*. Seus interesses, pois, residiam na oposição à influência estrangeira e aos detentores do poder decisório, da capital, que a favoreciam. Durante a época de Díaz, os motivos para rebelião, que já anteriormente, em 1810, haviam impelido a região de Bajío a revoltar-se, alastraram-se por todo o contorno norte do México.

Assim como as sucessivas greves haviam abalado a força de trabalho industrial e a rural rebelava-se contra a invasão do latifúndio em suas vidas, também as classes média e alta iam se tornando indóceis ao verem aproximar-se, em 1910, um novo mandato de Díaz. Já mencionamos a insatisfação dos industriais e proprietários de terras do norte, cujos interesses começavam a entrar em conflito com os da ditadura. Também à classe média já pesavam as limitações impostas pela máquina de Díaz. Segundo Iturriaga (1951, 28) os membros da classe média, em 1895, perfaziam 989.783, ou seja 7,78% da população. 776.439, isto é 6.12% pertenciam à classe média urbana e 213.344, ou 1,66%, rural. Segundo o sociólogo Gino Germani, a classe média podia ser classificada em dois grupos: a classe média economicamente "autônoma" composta de artesãos, pequenos e médios comerciantes, agentes comerciais, membros das profissões liberais e pequenos e médios *rentiers*[*]; e a classe média "dependente", cujas habilidades estão a serviço de uma organização mais ampla, que a emprega. A classe média dependente do campo — composta de administradores de *haciendas*, empregados, funcionários públicos — perfazia apenas 8,97% da classe média rural; o restante era "autônomo". Na cidade, no entanto a classe média dependente constituía 39,07% do total. A maioria destes estava, provavelmente, a serviço do governo. Alguns haviam se beneficiado ao serem designados a ocupar cargos que lhes davam acesso a concessões estrangeiras ou a fontes de suborno; a maioria vivia de salários excessivamente baixos e descobria — segundo a frase de Justo Sierra — que o Estado, embora dono da riqueza, era pobre, ele também. Outros ainda, orgulhosos de sua instrução e de seus diplomas, não encontravam emprego algum; todos os cargos estavam preenchidos e não raro por funcionários que envelheceram e caducaram no trabalho. Por esses motivos a Revolução — quando eclodiu — provou ser

[*] Em francês no original — pessoa que vive de rendas. (N. do T.).

tanto um conflito entre as sucessivas gerações que aspiraram ao poder quanto uma tentativa de corrigir injustiças e criar novas condições sociais e políticas. Durante o século dezenove os liberais federalistas haviam lutado contra os centralistas conservadores por uma maior autonomia regional bem como por novos cargos que essa maior autonomia poderia oferecer. Em 1910, esse conflito antigo se repetiria de uma nova forma, quando a elite provinciana diplomada, insurgiu-se contra um regime composto de "cadáveres políticos".

Esta nova classe instruída não possuía uma ideologia elaborada, própria, mas desde o princípio do novo século um certo número de pessoas vinha se mostrando sensível a propostas novas, mais radicais. Entre 1901 e 1910, foram organizados mais de cinqüenta assim chamados Clubes Liberais, a maioria deles ao norte do país e na Costa do Golfo (Barrera Fuentes, 1955, 39); entre os delegados do Congresso Liberal de 1901, figuravam estudantes de direito, advogados, engenheiros, comerciantes e até mesmo um "burguês abastado". Reivindicavam principalmente eleições livres e liberdade municipal, mas aspiravam também a acabar com os peões e com as condições desumanas da vida nas *haciendas* da zona tropical. Com o agravamento da repressão, no entanto, muitos desses liberais foram se colocando "à esquerda"; em 1903 já estavam lendo Kropotkin, Bakunin e Marx e, de 1906 em diante, incitavam cada vez mais à rebelião armada contra o governo. Essas vicissitudes receberam reforço dos acontecimentos políticos na Espanha. Um grande protesto contra a intervenção militar espanhola no Marrocos, contra a exploração industrial, contra o clero e contra a falta de liberdade política foi reprimido e um grande número de socialistas e anarquistas espanhóis refugiou-se no México. Houve cinco rebeliões e incursões armadas em 1906 e duas em 1908, provenientes de território norte-americano, México. Ao mesmo tempo, elevava-se o número de imigrantes mexicanos trabalhando nos Estados Unidos, que tomavam conhecimento do anarco-sindicalismo, através de contatos com os wobblies, como eram conhecidos os membros da Organização Internacional dos Trabalhadores. "Os pontos positivos desta ideologia anarquista" diz Paul Friederich, que estudou o impacto dela numa comunidade da região Tarrasca de Michoacã (1966, 206)

> eram as melhorias materiais, especialmente a reforma agrária e uma organização sócio-econômica baseada na associação voluntária das comunidades das aldeias, sindicatos de trabalhadores e outros pequenos grupos. Do lado negativo, havia uma hostilidade extremada contra a autoridade institucionalizada em grande escala e particularmente contra a Igreja e o Estado.

As duas correntes, a da classe média e a proletária, encontravam-se na figura de Ricardo Flores Magón, um dos principais autores do movimento liberal e, mais tarde, de 1905 em diante, um importante organizador e ideólogo anarquista. Seu jornal, *Regeneración*, publicado nos Estados Unidos desde que fora exilado do México, passava de mão em mão, dentro da República; até Zapata, parece ter sido influenciado por ele (Pichon, 1941, 41-44). O próprio Flores Magón, "o precursor ideológico da Revolução Mexicana"

(Barrera Fuentes, 1955, 302-303), que depois de 1911, entrava e saía das prisões norte-americanas, morreu em Leavenworth em 1922. Contudo, o típico anarquista de uma sociedade organizada em pequenas comunidades sobreviveu e subscreveu o restabelecimento das comunidades índias nas reformas agrárias que se seguiram à Revolução. Ele proporcionou assim um elo entre a experiência do passado e o futuro, em termos que tornariam essa experiência inteligível para um povo apanhado nos paroxismos do apocalipse revolucionário.

Em 1910, explodiu a Revolução. O sinal de partida foi dado por Francisco Madero, um proprietário de terras liberal, de Coahuila, que — na sua declaração de San Luís Potosi — assumiu a presidência provisória do México e designou a data de 20 de novembro de 1910 para o levante armado dos mexicanos contra o odiado ditador. Parece paradoxal que este brado a favor de processos eleitorais mais metódicos tenha desencadeado uma manifestação violenta que varreria o México durante toda uma década. Contrastando com outros movimentos revolucionário do século vinte, a Revolução mexicana não foi liderada por nenhum grupo específico, organizado em torno de um programa central. Em nenhum outro movimento revolucionário, os participantes da tragédia demonstraram tão pouco conhecimento de seus papéis e deixas.

> O movimento assemelha-se a uma grande avalanche, essencialmente anônima. Nenhum partido organizado orientou o seu nascimento. Nenhum grande intelectual prescreveu o seu programa, formulou a sua doutrina ou delineou os seus objetivos (Tannenbaum, 1937, 115-166)

Seus líderes militares

> eram filhos da sublevação... A Revolução os fez, deu-lhes meios e apoio. Eram os instrumentos de um movimento; não o fizeram, e quase não foram capazes de o conduzir (Ibid.).

O movimento era intermitente, tomava diversas direções ao mesmo tempo; carregou consigo tanto os bastiões do poder quanto as cabanas de sapé dos camponeses. Quando terminou, havia modificado profundamente as características da sociedade mexicana. Mais que qualquer outra revolução do século vinte, portanto, esta nos permite discernir as condições de instabilidade subjacentes a uma época revolucionária.

Quase de imediato delinearam-se duas áreas de participação rural, uma ao sul, centrada em Morelos e outra ao norte, centrada em Chihuahua. Os sulistas foram liderados por Emiliano Zapata, os nortistas por Doroteo Arango, mais conhecido por seu apelido: Pancho Villa.

Para compreender estes movimentos, é preciso saber mais sobre suas respectivas regiões de origem. Localizado na zona temperada, Morelos, em 1910, com sua agricultura bem irrigada, sustentava uma população de alta densidade: sessenta pessoas por milha quadrada. A concentração da população, por sua vez, contribuíra para a manu-

tenção dos costumes índios e o uso de Nahuatl* entre eles. Havia poucos povoamentos espanhóis nessa área. Seus vales favoreciam a exploração comercial da cana de açúcar em plantações, onde trabalhavam, em grande parte escravos negros importados, cujos donos eram poderosos proprietários de terras e ordens religiosas situadas nas proximidades da cidade do México. As comunidades índias iam sobrevivendo nas colinas circundantes. Com a lei da Reforma, que privava as corporações da propriedade de terras, no entanto, as *haciendas* particulares foram invadindo as terras da Igreja e as terras índias. Sua finalidade não era somente obter mais terras boas para produção, e negar à população indígena terra suficiente, para forçá-la a depender das grandes plantações de açúcar. Os donos de engenhos de Morelos, a princípio pouco desejosos de modernizar suas técnicas e indústrias, foram obrigados — pela concorrência —, no início do regime de Díaz, a melhorar suas indústrias. Em 1880

> a primeira maquinaria a usar o método centrífugo foi instalada nas *haciendas*, sendo Santa Clara a primeira a empregar esse processo moderno. Este acontecimento viria mudar radicalmente a vida do estado. A fim de aumentar a produção de açúcar, os proprietários de *haciendas* naturalmente tentaram ampliar a área cultivada e isso, necessariamente, teve que ser feito à custa das terras das aldeias; ao estenderem-se os trabalhos de irrigação, a própria Administração Pública precisou modificar os impostos e o método de aplicá-los. Para resumir, pode-se dizer que a instalação da moderna maquinaria determinou uma modificação total; os proprietários de terras prosperaram, sua cana deu maior lucro, o governo elevou os impostos e só as aldeias é que foram obrigadas a ceder suas terras e fontes de água. Gradativamente, elas entraram em declínio, algumas desapareceram completamente e o desequilíbrio social que se desmantelaria com a Revolução de 1910, cresceu em intensidade (Diez, 1967, 130).

À passagem do século, Morelos era, de longe, o maior produtor agregado de açúcar dentre os vários estados mexicanos (Figueiroa Domenech, 1899, I, 373, 381).

Embora as *haciendas* sempre que possível, tivessem se apossado das terras dos índios, não haviam conseguido controlar as próprias aldeias índias vizinhas. Isto provavelmente deve-se ao fato de a produção de açúcar exigir grande quantidade de braços, dependendo da estação: fazia-se necessário um grande número de trabalhadores, mas só durante o breve período da colheita: de dois a três meses ao ano. Assim, as *haciendas* estavam dispostas a utilizar as aldeias índias como reserva de mão-de-obra — empregando os índios quando necessário — através de mecanismos tais como adiantamentos sobre dívidas. No entanto, deixavam assim intatas unidades sociais ligadas que possuíam a vantagem de uma solidariedade social constituída com o passar do tempo e que contrastava com a organização mais frágil dos trabalhadores das *haciendas*, não raro provindos de

* Nahuatl — linguagem do povo nahuatl, grupo do México Central e da América Central (Webster). (N. do T.).

diferentes aldeias, sem relacionamento entre si.

Essas comunidades estavam deveras conscientes de sua liberdade e de seus interesses particulares — que consistiam em resistir resolutamente à usurpação por parte dos proprietários das *haciendas*. San Miguel Anenecuilco, por exemplo, havia, através dos séculos, travado muitas contendas legais, geralmente bem sucedidas, contra o poder superior dos hacendados. Essas contendas eram dirigidas pelo conselho de anciãos da comunidade. Em 1909, uma assembléia de todos os membros da comunidade, sob a liderança do conselho, elegeu um comitê de defesa. O chefe do comitê era um *ranchero* do local chamado Emiliano Zapata. Todos os membros da comunidade contribuíram para o tesouro comum e foi entregue a Zapata a custódia dos documentos legais da comunidade, que datavam do século dezessete. Quando — em princípios da estação chuvosa de 1910 — a *hacienda* vizinha deu início à ocupação da terra comunal, já preparada para o plantio do milho, Zapata organizou um grupo de oitenta homens e desafiou a *hacienda*, levando avante o plantio do milho. Logo depois, Villa de Ayala e Noyotepec — duas outras comunidades — começaram a contribuir para o fundo de defesa de Zapata. Daí em diante, Zapata passa a recuperar terras comunais ocupadas pelas *haciendas*, destruindo as cercas por elas levantadas e distribuindo a terra aos aldeães (Sotelo Inclán, 1943).

Historicamente, a revolta de Zapata apresenta analogias interessantes com a anterior, quase na mesma região — liderada por José Maria Morelos, de 1810 a 1815. Provavelmente, não é por acaso que diversos antepassados de Zapata tenham tomado parte nesse movimento. Do mesmo modo que Zapata, Morelos veio a ser um líder guerrilheiro de primeira classe. Também, como no caso de Zapata, sua zona de operações permaneceu, em grande parte, confinada ao terraço sul da meseta central.

> Morelos não afetou a principal região agrícola e de mineração do planalto; lutava nas regiões quentes do Pacífico; preparava seus avanços a partir de pequenos povoados e seus maiores triunfos, Tixla, Taxco, Izucar Tenancingo, embora ameaçassem as cidades de Toluca e Puebla, jamais fizeram realmente temer pelo destino da colônia (Zavala, 1940, 41-46).

Do mesmo modo que Zapata depois dele, Morelos também pediu o desmembramento das *haciendas* e a restituição das terras às comunidades índias. Do mesmo modo que os zapatistas, os insurgentes de 1810 usaram também como símbolo a Virgem de Guadalupe, de face escura, sua protetora sobrenatural. Escritores há que se referem à devoção "taumatúrgica" de Morelos à Virgem de Guadalupe, sobre a qual contam que apareceu a um índio, logo depois da Conquista espanhola. Ela veio a representar, através dos séculos, as esperanças mexicanas de uma libertação do domínio espanhol e de uma volta à idade do ouro (Wolf, 1958) O partido pró-espanhol, por sua vez, adotou como sua *Capitana General* a branca Virgem dos Remédios. Os zapatistas levavam a imagem da Virgem de Guadalupe nas bandeiras de batalha e nos seus chapéus largos, dando assim validade às suas exigências de um retorno à antiga ordem agrária, através de símbolos que prometiam também um retorno a um estado sobrenatural pri-

mitivo.

Embora a luta zapatista tenha tido sua origem nos problemas locais de um campesinato localmente orientado, não se desenvolveu inteiramente isolada dos movimentos mais amplos que começavam a abalar os alicerces da ordem social. O próprio Zapata não dependia das terras comunais das aldeias: seu pai era dono de um pequeno sitio; os Zapatas eram *rancheros*. A família identificara-se com lutas passadas, contra o partido conservador mexicano e contra os franceses. Um tio-avô de Zapata lutara com Morelos nas guerras da independência; a mulher de Francisco Ayala, um herói das guerras de Morelos, pode ter sido sua parente. Seu avô e seu pai, bem como seus tios paternos, haviam servido com Díaz, contra os franceses. A família era conhecida como defensora da região contra as incursões dos bandidos. Além disso, Emiliano Zapata estava habituado a lidar com cavalos e a montar; ele era – como diz Octávio Paz — um "charro dos charros"; vaqueiro entre vaqueiros, habituado ao cavalo, que era o símbolo da supremacia e fora introduzido no país pelos espanhóis, sendo proibida ao índio sua utilização. Zapata não se vestia segundo o estilo da aldeia, mas como os charros, com calças apertadas, grandes esporas, colete curto e chapéu de abas largas debruado de ouro. Todos os generais zapatistas viriam a copiar seu estilo. Além disso, os amigos e parentes nos quais confiava, no início da rebelião, eram cavaleiros como ele. Seus dois cunhados eram, um, tropeiro e outro, cavaleiro; seu irmão Eufêmio, negociava com frutas. Um amigo seu, Jesus Sánchez, era *ranchero*; outro, Gabriel Tepepa, veterano das guerras contra os franceses, tornara-se capataz numa *hacienda* vizinha. Não é verdade, porém, que Zapata não soubesse ler e escrever; freqüentou a escola de Anenecuilco, por dois anos, tempo suficiente para conseguir ler jornais. Participou da mal sucedida campanha política de Morelos, em 1909, apoiando o General Leyva, contra o candidato de Porfírio, e travara conhecimento com Otílio Montano, o mestre-escola radical de Ayala. Outro amigo seu era o escriba da aldeia e advogado nas horas vagas, Pablo Torres Burgos, apelidado de "Tinteirinho". Durante breve estadia na Cidade do México, ficara conhecendo vários intelectuais, entre eles Díaz Soto y Gama, que se tornaria o ideólogo da rebelião de Zapata; Dolores Jiménez y Muro, professora; os três irmãos Magana, um dos quais, Gildardo, desempenharia importante papel militar e intelectual na Revolução. O papel ideológico de Montano fica elucidado através de uma carta, escrita em 1909 a Francisco Bulnes e parafraseada pelo destinatário (1920, 406):

> Não creio que a Revolução Francesa tenha sido preparada com mais audácia e material de destruição que a mexicana, ora em preparação. Estou horrorizado! Os que falam por Leiva, sem hesitação nem vergonha, levantaram a sagrada bandeira da guerra dos pobres contra os ricos; tudo agora pertence aos pobres; as *haciendas*, com toda sua terra e água, gado e pasto; as mulheres, honra e vida de todos os que não são índios. Está se pregando o crime como novo Evangelho. Os proprietários de terras deverão ser assassinados como víboras, esmagando-se-lhes a cabeça com uma pedra. Suas mulheres e filhos pertencerão ao povo, como vingança pelo capricho dos desbragados proprietários

de *haciendas*, violadores das virgens do povo. A caridade e a compaixão são consideradas covardia; quem não sabe se vingar já não é homem e só os que não dariam trégua nem ao próprio pai é que são capazes de se vingar. As *haciendas* pertencem aos pobres porque foram deles roubadas pelos espanhóis. Quando forem feitas as contas justas do salário diário dos trabalhadores e do que eles recebem de seus exploradores, os proprietários de *haciendas* ficarão endividados, mesmo depois de entregarem suas *haciendas* em pagamento. São esses os temas da oratória leivista, pregados pelo professor de Villa Ayala, dom Otílio Montano, que é professor da escola normal, aos tribunos do povo, para que eles os possam ensinar aos analfabetos de pele escura (zambos) e aos camponeses tortos, arregimentados em 1908 para a revolução redentora dos oprimidos e para escolher — conforme Montano queria e conseguiu — Tlaltizapan como "capital proletária do México".

Podemos perceber na formação da revolução zapatista, dois ingredientes de suma importância: primeiro, a participação, logo de início, de intelectuais dissidentes com laços de ligação urbana; segundo, a importância de um grupo camponês que possui recursos independentes próprios suficientes para envolver-se no caminho da ação política autônoma. O dialeto anarco-sindicalista servia de ligação entre eles. Ricardo Flores Magón foi o autor do slogan "Tierra y Libertad", citado pela primeira vez por esse líder anarquista no Regeneración, a 19 de novembro de 1910, e que foi um bálsamo aos ouvidos dos índios sublevados em defesa e reconquista de suas terras. Zapata, que começara a redistribuição de terras como chefe do comitê de defesa de Anenecuilco, transformou-a no objetivo principal de seu movimento. Assistido por Díaz Soto y Gama, pronunciou em novembro de 1911 seu Plan de Ayala:

> saibam todos: que as terras, bosques e águas usurpadas pelos haciendados, científicos, ou caciques, através da tirania e da justiça venal, serão imediatamente devolvidas aos pueblos e cidadãos que possuem os títulos correspondentes a essas propriedades, das quais foram despojados pela má fé de nossos opressores. Eles deverão manter sua posse a todo custo, pela força das armas.

Por mais importantes que fossem esses ingredientes ideológicos do movimento zapatista, o próprio movimento baseava-se fundamentalmente no campesinato e lutava por metas camponesas. Essa era sua vantagem e sua limitação. As bases dos zapatistas situavam-se nas aldeias, às quais voltavam depois do combate. Combatiam em unidades de trinta a trezentos homens, vestidos de camisas de sarja de algodão branco, calças, sandálias e chapéus de abas largas. Entre os líderes contavam-se, além dos homens, as mulheres, além dos coronéis, as coronelas. Suas armas eram rudimentares: utilizavam granadas e dinamite de fabricação caseira; canhões e armas de fogo modernas, tomavam dos inimigos. Não possuíam nenhum sistema de abastecimento organizado. O fato de estarem próximos à cidade do México permitia que se apossassem dos suprimentos destinados à ca-

pital, quando não viviam do que a terra dava, principalmente nas *haciendas* que ocupavam. Ao entrarem vitoriosos na Cidade do México, os soldados do exército de Zapata — armados até os dentes — batiam humildemente às portas das casas, pedindo comida. Era um exército que combatia melhor em seu próprio território, pois os soldados camponeses não gostavam de lutar em lugares que não lhes fossem familiares. Sua capacidade militar era mais defensiva que ofensiva; apesar disso, tiveram êxito notável contra os exércitos do governo e os mantiveram cercados durante anos. Em 1915, o exército zapatista contava com 70.000 pessoas, mas em 1916 ficou reduzido a 30.000. Em 1919, restavam apenas 10.000 (Chevalier, 1961).

Fundamentalmente, o que o exército queria eram terras; uma vez conquistada a terra, tudo o mais lhe parecia insignificante. Este enfoque limitado quanto às metas e mais a pouca vontade de ampliar suas operações militares para além das vizinhanças de Morelos, limitou o apelo que os zapatistas poderiam exercer junto a outros mexicanos, que não haviam recebido as mesmas motivações e que estavam envolvidos nas mesmas circunstâncias. Por exemplo: Zapata jamais compreendeu as necessidades e aspirações dos operários e jamais soube conseguir seu apoio. Do mesmo modo, a luta agrária em Morelos fora travada principalmente contra os proprietários de terras, não contra os estrangeiros. Faltava, portanto, aos zapatistas compreensão da pugna dos nacionalistas mexicanos no sentido de afirmar a integridade de seu país perante a influência e o investimento estrangeiros (Katz, 1964, 236). Quando, em 1917, Zapata chegou a compreender o problema, já era tarde demais para impedir a derrota, que foi infligida por homens de visão mais aberta e maior capacidade de formar coalizões politicamente viáveis.

O segundo núcleo da rebelião rural, situou-se em Chihuahua, e teve como capitão Pancho Villa. Chihuahua assemelhava-se a todo o resto da região norte, onde a força de trabalho possuía maior mobilidade, nas minas, nas vias férreas e nos latifúndios; os proprietários de terra constituíam a classe alta, agindo também até certo ponto, como elite industrial e comercial; os grupos da classe média, centralizada nas áreas urbanas, eram compostos de pequenos comerciantes, profissionais liberais e *rancheros*. Todavia, a tendência para a concentração da propriedade de terras fora extremamente pronunciada, nesta região. Em 1910, dois quintos do estado eram propriedade de dezessete pessoas; a família Terrazas tornara-se proprietária de cinco milhões de hectares; 95,5% de todos os chefes de família não possuíam terra alguma de sua propriedade (Lister e Lister, 1966, 176; McBride, 1923, 154). Grande parte do gado era vendido para os Estados Unidos; as minas de prata iam de vento em popa; a construção das vias férreas lançara as bases de uma rede que ligava a região ao centro do país e aos Estados Unidos. As cidades cresciam aceleradamente. Não obstante o quase total monopólio da terra, surgira uma classe média ativa, centralizada na área urbana. "Contrastando vivamente com o resto do México" diz Michael C. Meyer

> na primeira década do século vinte, Chihuahua possuía uma classe média relativamente grande, de comerciantes, artesãos, cocheiros, ferroviários e funcionários. Existem provas que suge-

rem terem esses grupos da classe média mantido um certo contato com seus pares sociais nos Estados Unidos e, estimulados por esse setor, melhor definido ao norte do Rio Grande, terem aspirado a melhorar sua condição social. Como resultado, esses grupos da classe média tornaram-se especialmente suscetíveis à corrente ininterrupta de propaganda revolucionária que saturou Chihuahua durante os últimos anos da ditadura de Díaz (1967, 9).

Podia-se contar com mais duas categorias de pessoas dispostas a dar apoio à Revolução. Uma, a população de vaqueiros que trabalhava nos ranchos de criação de gado. Paradoxalmente, enquanto os rebanhos cresciam constantemente, as vendas não acertavam passo com a multiplicação do gado; e sofreram até certo declínio temporário, em certas áreas. É bem possível que isso repercutisse economicamente entre os vaqueiros, cujo alto grau de mobilidade, por viverem em lombo de cavalo, os tornava fáceis de serem mobilizados contra os grandes proprietários de terras. Eles, demonstravam, aliás pouca consideração pelos lavradores radicados nos povoados e nenhuma propensão para se tornarem camponeses sedentários: durante todo o período revolucionário, sempre fortemente caracterizado o seu desinteresse pelo que se referia aos problemas da reforma agrária. Ligados ao segmento dos vaqueiros, existiam agrupamentos ilegais que se envolviam em atos de contrabando, banditismo e roubo de gado, aproveitando-se igualmente da proximidade dos Estados Unidos e do refúgio proporcionado a seus bandos pelo deserto e as montanhas.

Um relatório escrito em Zacatecas uns cinqüenta anos antes, dá-nos um vislumbre do estilo de vida desses grupos (citado em Pimentel, 1866, 120-123):

existe, nos ranchos, outra espécie de homens aos quais não se pode propriamente chamar de agricultores e cujo caráter, ocupação, costumes e estilo de vida diferem sensivelmente do caráter e costumes dos lavradores.

Consistem de vários agrupamentos sociais. Alguns

são artesãos e artífices, comumente rudimentares quanto às técnicas, ou comerciantes com pouco capital, que se instalam nas *haciendas*, com ou sem a permissão do dono. Vivem em contínuo antagonismo e inimizade com esse mesmo dono e tendem a se envolver no comércio varejista; visto que não interessa ao dono permitir isto, eles o fazem fraudulentamente, subjugando o pessoal do campo a seus contratos sórdidos e usurários. Muitos deles compram e vendem fumo contrabandeado; mantêm contato com todos os contrabandistas; fornecem cartas de jogar e bebidas alcoólicas aos povoados; compram, dos vaqueiros e pastores, animais roubados do próprio dono da *hacienda*; mantêm tavernas e jogatina nas suas próprias casas; oferecem hospitalidade a vagabundos e bandidos e — finalmente — agem como receptadores de coisas roubadas, especialmente gado. Os assim chamados arrendatários criam muitos animais, principalmente burros e cavalos, ocupação que requer pouco trabalho; geralmente sonegam

> o aluguel devido pelas pastagens que usam para seus animais; recusam-se a plantar e passam a maior parte de seus dias como os árabes, montados em belos cavalos vagando pelos campos desertos ou promovendo disputas e contendas nas aldeias. O resto de seu tempo, especialmente durante os dias de festas, passam a dançar e a embebedar-se, em jogos de azar, em brigas de galos, pelas quais demonstram uma forte e irresistível atração. Os pastores... são quase nômades e entregam-se a toda sorte de vícios e excessos na solidão do campo. Apropriam-se, para si e para suas famílias, dos melhores animais que têm sob sua guarda além de os roubar para vender. Também os vaqueiros levam vida solitária, como os pastores; sempre montados em cavalos excelentes, cavalgam pelo campo cuidando de seu amestramento. Sendo seus salários muito baixos, contraem grandes dívidas para com os proprietários das *haciendas*: roubam os animais que lhes são confiados e geralmente os vendem a assaltantes de estrada ou contrabandistas, ou vão para as grandes cidades, viver como cavalariços ou criados. Estabelecem aí contatos com ladrões e foras-da-lei profissionais, habitantes dos bairros de classe baixa da cidade e, por serem hábeis com os cavalos, acabam juntando-se a algum bando de salteadores.

As condições militares do norte, durante a revolução, tendiam a ser muito diferentes das que se apresentavam em Morelos. Zapata se apoiava num campesinato capaz e disposto a lutar nas montanhas, mas que só a contragosto abandonava seus redutos montanheses. A rebelião do norte, ao contrário, contava com grande tropa de cavalarianos, aliciada entre vaqueiros e bandidos e desde logo capacitada a empreender operações de grande amplitude. Os zapatistas enfrentavam dificuldades para conseguir armas e abastecer suas bases e as cercanias. Aos do norte, era fácil confiscar gado e algodão e vendê-los nos Estados Unidos em troca de armas contrabandeadas.

Pancho Villa, o líder desta revolta militar, adaptava-se completamente a essas condições. Já fora peão numa *hacienda* e envolvera-se no assassinato do proprietário, supostamente em desafronta à violação de uma sua irmã. Fugindo para as montanhas, Pancho Villa tornou-se tropeiro e bandido, mas conseguiu formar uma ampla rede de relações sociais. Roubava das grandes *haciendas*, e tornou-se figura lendária entre os peões, como Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres. Quando explodiu a revolução, logo aderiu à causa e passou a ser um de seus líderes mais importantes. Preso pelo general Huerta, que confiava na organização de Díaz para restabelecer a ditadura, conheceu o intelectual zapatista Gildardo Magana na cadeia, que o ensinou a ler e a escrever e o introduziu ao programa agrário de Zapata. Depois de uma bem sucedida fuga da prisão, Pancho Villa foi para o norte e conseguiu reunir uma força de três mil homens, que veio a ser o núcleo de sua *División del Norte*. Em fins de 1914, contava com um exército de 40.000 pessoas (Quirk, 1960, 82). Friederich Katz, referindo-se à sua temível *División*, disse tratar-se menos de um exército que de "um povo em migração".

> mulheres e crianças acompanhavam os soldados e deles recebiam

alimentos. Não há nada mais característico da Revolução mexicana que as soldaderas, as mulheres dos soldados, que viajavam aos milhares com o exército (1964, 243).

O cerne da rebelião de Villa foi Chihuahua, onde reunira seus primeiros seguidores entre vaqueiros, *rancheros* e mineiros. Mas Villa, ao confiscar as propriedades dos proprietários de terras espanhóis e dos Científicos, não as dividia entre os camponeses como acontecia no sul; passava-as ao "estado", com a condição de que a renda proveniente dela alimentasse as viúvas e órfãos, depois da guerra. Embora ele próprio simpatizasse com as exigências do Plan de Ayála, pronunciado pelos zapatistas, jamais encetou uma grande reforma agrária nas áreas sob seu controle. Katz (1964, 237-238, 325-326) atribui esse fato a diversos fatores: à compreensão de que não se poderia subdividir terras de criação de gado em pequenos lotes economicamente viáveis e à de que era necessário gado em grande quantidade, que fornecesse o dinheiro com o qual os villistas obteriam suprimentos e armas dos Estados Unidos; e também ao escasso interesse dos vaqueiros no que se referia especificamente à reforma agrária. O fator decisivo, no entanto, pode bem ter sido o surgimento de uma nova "burguesia" dentro do próprio exército do norte. Não poucas *haciendas* confiscadas haviam passado às mãos dos generais de Villa, que as usavam para assumir um modo de vida de classe alta, formando assim um grupo de proprietários de terras com interesses próprios. Naturalmente, opunham-se com firmeza a qualquer reforma agrária. Dentre esses novos proprietários de terra militares, os mais ousados chegaram a entrar formalmente em alianças com empresas norte-americanas e a lucrar com o comércio e contrabando dos Estados Unidos. No norte, eles chegaram a controlar, além do gado, a região algodoeira de Laguna. Por esses motivos, o movimento villista jamais empreendeu uma reforma agrária viável, nisto contrastando acentuadamente com os zapatistas. Em 27 de março de 1915, os delegados de Villa à Convenção Revolucionária de Aguascalientes chegaram até a defender "os direitos tradicionais, do século dezenove, da propriedade privada e do indivíduo" (Quirk, 1960, 213) contra os radicais zapatistas. Haviam completado seu ciclo.

Ainda que os exércitos de Villa e Zapata tenham sido úteis na destruição do poder do regime de Díaz e de seu sucessor Victoriano Huerta, eles próprios foram incapazes de tomar medidas decisivas que instituíssem uma nova ordem no México. Zapata, por incapacidade de transcender as exigências de seu campesinato revolucionário, concentrado numa região restrita do país; e Villa, embora exultasse na vida guerreira, era incapaz de compreender as necessidades políticas e sociais. O encontro histórico desses dois líderes revolucionários na Cidade do México, em fins de 1914, é o símbolo de sua trágica inaptidão; celebraram sua união fraternal mas não conseguiram criar a máquina política capaz de governar o país: "Pancho Villa e Emílio Zapata", diz Pinchon, em sua biografia de Zapata (1941, 306), regionalistas típicos, inexperientes na esfera dos negócios nacionais, não só recusaram cargos de qualquer espécie, mas sentiram-se despreparados para oferecer mais que a proteção temporária para a formação de um governo revolucionário. Mas não

apareceu nenhum homem presidenciável. Defronte ao Palácio Nacional foi pendurado um letreiro melancólico "Precisa-se de um homem honesto".

Houve, no entanto, uma terceira força que resolveu o impasse: o exército constitucionalista, de apenas vinte e seis mil homens. Compunha-se de uma aliança de duas alas, a liberal, orientada para a reforma política e a radical, preocupada com a reforma social. A ala liberal era liderada por Venustiano Carranza e a radical, por Álvaro Obregón. Cada um deles representava a orientação social estampada por suas diferentes origens. Carranza, como Madero, era um proprietário de terras. Sob o regime de Díaz, ocupara certo número de cargos menos importantes, inclusive o de senador. Juntou-se ao movimento de Madero a fim de garantir o restabelecimento das garantias constitucionais e da liberdade federal. Seus seguidores eram

> os mesmos liberais da classe média, os legisladores do estilo de Madero; e sua meta era também a mesma: garantir que o controle político do México permanecesse nas mãos da classe média dos estados. Os homens de Carranza eram federalistas... trogloditas do século vinte... imaginavam que os problemas do México seriam resolvidos por uma série de medidas que já haviam fracassado no século anterior (Quirk, 1953, 509-510).

Carranza, ao contrário de Madero, percebera que o restabelecimento de garantias constitucionais formais permaneceria letra morta, enquanto a máquina civil e militar de Díaz permanecesse no poder. Ele advertira Madero que o fato deste preocupar-se tão somente com as liberdades formais significaria a morte da Revolução. Compartilhava com a visão de Madero quanto à reforma política — mas de uma reforma política com força. Isto o levou a travar uma luta contra a organização de Díaz, agora comandada por Victoriano Huerta. Esperava, no entanto, moldar um Estado que, por um lado, não retornasse ao centralismo despótico de Díaz e nem se adiantasse às reformas sociais incertas propostas pelos radicais.

> Para os liberais, a anarquia e o centralismo eram os maiores inimigos da revolução carrancista. A anarquia materializava-se nos radicais partidários da reforma agrária, radicais que esperavam transformar a revolução política num movimento social de caráter violento, e o centralismo, no velho regime e nos seguidores de Huerta. Os liberais optaram pelo meio termo: queriam criar uma república federativa e democrática na qual a classe média desempenhasse o papel principal (1953, 511).

Os radicais, no entanto, tinham outra orientação e obedeciam a impulsos diferentes. Muitos deles vieram de Sonora e Sinaloa, a noroeste do México; essas cidades compartilhavam de certas características das províncias áridas do centro-norte, como Chihuahua, mas havia uma diferença importante. Também em Sonora e Sinaloa houvera um desenvolvimento de grandes propriedades rurais. Em 1910, existiam em Sinaloa 256 propriedades com mais de 1.000 hectares, 35 das quais com mais de 10.000 hectares; 94,7% de todos os

chefes de família não possuíam terras. Em Sonora, 77 propriedades eram compostas de mais de 1.000 hectares cada; sete delas, tinham mais de 10.000 hectares cada. A percentagem de chefes de família sem terra chegava a 95,8% (McBride, 1923, 154). Com o advento das vias férreas, porém, muita dessa terra passara ao controle de firmas dos Estados Unidos; "essas vias férreas, na verdade, melhor serviam para o transporte de mercadorias do interior do México para os mercados norte-americanos do que para o estímulo do comércio interno e do desenvolvimento econômico" (Cumberland, 1968, 217). Em 1902, firmas dos Estados Unidos possuíam mais de um milhão de hectares em Sonora; em Sinaloa, possuíam 50% da planície produtiva do delta e de 75% de toda a terra irrigável, onde eram cultivados o açúcar, o algodão e as hortaliças para o mercado (Pfeifer, 1939, 384). Ao mesmo tempo, o crescimento da comercialização fizera aparecer um pequeno grupo intermediário logo estimulado pelo contato com os Estados Unidos e cada vez mais contrário à sua influência. Vivia em concorrência cerrada com os comerciantes chineses que haviam chegado a controlar grande parte do comércio local. Um dos primeiros atos da Revolução seria a expulsão dos chineses do estado (Cumberland, 1960). No entanto, também este era um grupo intermediário de caráter muito mais rural que seu correspondente em Chihuahua.

Obregón representava bem a orientação rural. Seu pai havia sido um *ranchero* independente, que perdera seus pertences em conseqüência de enchentes e incursões índias. O filho trabalhara sucessivamente como mecânico, caixeiro viajante de um fabricante de sapatos, mecânico num engenho de açúcar, *ranchero* cultivador de ervilhas em terra alugada e inventor de uma plantadeira mecânica para ervilhas, que não demorou a ser adotada em toda a área do Rio Mayo. Autodidaticamente aprendeu a falar *mayo* e *yaqui*. Era leitor de Regeneración, o jornal de Flores Magón, desde 1905, e apoiou a Revolução de Madero; em 1912, reuniu uns trezentos rancheros bem situados como ele e formou um batalhão que veio a ser conhecido como o Batalhão dos Ricos (Dillon, 1956, 262). Não era, absolutamente, socialista, mas apoiava a legislação nacionalista e as reformas agrária e trabalhista, que iriam, a um tempo, cercear as usurpações norte-americanas, abater o poderio das grandes famílias proprietárias de terras e ampliar as oportunidades do mercado de trabalho para a força de trabalho e para os componentes da classe média, iguais a ele.

Os zapatistas e villistas, tendo em vista a expressão de suas reivindicações de reforma agrária e trabalhista, convocaram uma convenção que acabou dominada pela retórica anarquista e socialista. Em termos inequívocos, clamava pela liquidação do sistema de latifúndios, pela devolução das terras às comunidades índias; pela nacionalização de terras de posse dos inimigos da Revolução e dos estrangeiros e por um programa de reforma agrária. Ouviram-se vozes a pedir uma legislação que limitasse as horas de trabalho, protegesse as mulheres e crianças que trabalham; seguros contra acidentes industriais; estabelecimento de cooperativas e sociedades de auxílio mútuo; educação leiga; formação de sindicatos; direito de greve. Se bem que a maior parte dos oradores fosse de intelectuais radicais, tais como Díaz Soto y Gama, Miguel Mendoza López e Pérez

Taylor, a maioria dos delegados eram generais revolucionários das forças de Villa e Zapata e capitães de exército de camponeses e vaqueiros. Tendo a Revolução lhes outorgado títulos militares, não eram fundamentalmente militaristas, mas quase sempre "líderes de bandos de camponeses que eram favoráveis a alguma espécie de reforma agrária" (Quirk, 1953, 505). Os liberais da coalizão Constitucional, horrorizados, ouviram essas reivindicações. Eles

> recusavam-se a aceitar a soberania da Convenção, ao se dar conta que este organismo era dominado pelos villistas e zapatistas, ou melhor, pelos radicais, a turba da Revolução.
>
> Achavam que jamais atingiriam a estabilidade, se as rédeas do governo caíssem nas mãos dos radicais. Por outro lado, os constitucionalistas eram assessorados por homens experientes na arte de governar e por vários advogados. Carranza fora governador e senador. Palavicini, Macias, Cabrera e Rojas haviam pertencido ao Congresso durante a administração de Madero. Aqui, quem trabalhava a contento eram os advogados, não os generais (Quirk, 1953, 506).

Opuseram-se às reformas:

> Dado que a classe média já se apoderara do governo — e o regime de Carranza era totalmente civil e liberal — achavam que, naquele período, reformas sociais mais avançadas terminariam destruindo a ordem e o progresso pacíficos. Se a maré da revolução transbordasse, a classe média perderia o controle do governo, permitindo que os desordeiros líderes radicais das massas se excedessem (1953, 518).

Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, ficou claro que seria necessária uma reforma. Havia radicais não só nos exércitos da Convenção mas também dentro das próprias forças constitucionalistas. Obregón e seus seguidores compreenderam logo que somente prometendo reformas sociais viáveis conseguiriam destruir a superioridade de Villa e Zapata. Seus argumentos começaram a ganhar força quando o regime constitucionalista foi empurrado à parede pelos contínuos êxitos dos avanços de Villa e Zapata, em 1914 e 1915. Em princípios de 1915, Carranza, em Veracruz, começou a esboçar pronunciamentos a favor de uma reforma social. Já em agosto de 1914, Obregón reabrira a *Casa del Obrero Mundial*, Casa do Operariado Mundial, do México, e, em meados de fevereiro de 1915, essa organização socialista assinou um acordo com Carranza, no qual prometeu fornecer batalhões "vermelhos" contra Villa e Zapata. Em 1915, o general constitucionalista Salvador Alvarado entrou em Yucatã, lá abolindo os contratos de trabalho dos peões como pagamento de dívidas. Tais medidas ajudaram enormemente a causa constitucionalista e atraíram a ela um sem número de simpatizantes.

Os métodos constitucionalistas ficam bem ilustrados pela invasão de Yucatã. Desde meados do século dezenove, expandia-se constantemente a produção de sisal na península, especialmente depois que, em 1878, foi introduzido um segador mecânico, que aumentou a produção de cordões de enfardar, para o mercado norte-americano.

Por volta de 1900 a indústria de Yucatã rapidamente se mecanizava, ao instalar desbastadeiras movidas a vapor em mais de quinhentas *haciendas*. O mercado era em sua maior parte controlado pela International Harvester, através de seu representante em Yucatã, a quem logo a maioria dos lavradores devia somas consideráveis. Para essa indústria crescente, a mão-de-obra era obtida através de um amplo sistema de endividamento dos peões, que absorvia, no trabalho das *haciendas*, de metade a um terço da população de língua maia da península. Aos maias foram agregados trabalhadores chineses e coreanos e os yaquis deportados para Yucatã depois de sua última insurreição em Sonora. Em 8 de junho de 1910, houve uma sublevação em Valladolid, uma cidade na costa leste, de orientação vagamente favorável às reformas políticas de Madero, que foi reprimida a sangue frio (Berzunza Pinto, 1956). O ano de 1911 presenciou algumas insurreições marginais, no interior. Todavia, a oligarquia de Porfírio Díaz continuava firme no controle do Estado. Em fevereiro de 1915, porém, um exército constitucionalista do sudoeste, liderado pelo general Salvador Alvarado desembarcou em Yucatã e derrotou uma força armada local enviada contra ele. Alvarado decretou imediatamente o fim dos peões, promulgou leis trabalhistas, deu início à educação leiga e incentivou a auto-gestão municipal. Promoveu, além disso, a organização do trabalho e instituiu uma comissão que supervisionaria a venda de sisal. Esse produto representava uma fonte de renda lucrativa para os constitucionalistas, visto que com o início da I Guerra Mundial, os preços desse produto de Yucatã foram aumentados consideravelmente. Alvarado, desejando conservar essa fonte de rendas, nada fez para alterar as relações de propriedade e controle da indústria de sisal. Os rebeldes agrários, "inconvenientes", como aqueles que, em Temam, hastearam a bandeira da rebelião, foram presos (Berzunza Pinto, 1962, 295). Todavia, as vigorosas reformas impostas por Alvarado, encontraram grande repercussão em muitas partes do México, onde os peões aguardavam ardentemente a hora de sua libertação.

Os exércitos constitucionalistas gozaram de vantagens adicionais. Ocupando somente posições periféricas no país — na costa do Golfo e no longínquo noroeste — controlavam, no entanto, recursos que podiam ser transformados em dólares para a compra de armas; Tampico produzia cada vez mais petróleo, Yucatã possuía sisal e Veracruz, portal aberto a quem vinha por mar, oferecia a renda dos impostos aduaneiros. É interessante assinalar o quanto esta estratégia vitoriosa se assemelhava àquelas seguidas por Benito Juárez, seja nas suas lutas contra os conservadores ou posteriormente, contra os franceses. Com efeito, a utilização de Veracruz permitiu-lhe evitar a consolidação das posições de seus inimigos no planalto central. Além disso, Carranza e Obregón souberam traçar um roteiro intermediário inteligente entre as exigências dos Estados Unidos e as da Alemanha, que, aliás, não demorariam a entrar numa guerra de grandes proporções. Se é verdade que Zapata pouco entendia de negócios internacionais e Villa era francamente pró-americano, também os constitucionalistas souberam fazer o jogo nacionalista, assumindo uma posição independente entre os dois campos rivais. No final das contas, a estratégia de Obregón como general revelou-se superior à de Villa. O destino de Villa foi sela-

do em 1915, na batalha de Celaya, da qual as tropas numericamente inferiores de Obregón saíram vitoriosas, aproveitando-se do fato que Villa preferia cargas maciças de cavalaria a ataques de infantaria. A infantaria constitucionalista, bem entrincheirada e armada de metralhadoras, aniquilou as cargas de cavalaria de Villa. Obregón "aprendera com a guerra européia o que Villa, aparentemente, ignorava: que os ataques em massa são ineficazes contra trincheiras, metralhadoras e arame farpado" (Quirk, 1960, 224). Conforme ele mesmo admitiu, Villa perdeu seis mil homens em Celaya. "Os cadáveres", disse um observador norte-americano, "estavam espalhados de ambos os lados da trilha até onde a vista alcançava" (J. R. Ambrosins, citado por Quirk, 1960, 225). Os Estados Unidos decidiram reconhecer o governo de Carranza a 19 de outubro de 1915. A guerra revolucionária prosseguiu, mas Villa jamais se recuperou do golpe sofrido em Celaya e Zapata foi ficando cada vez mais isolado em seu reduto das montanhas.

Assim que as coisas foram se tornando mais favoráveis aos constitucionalistas, também a ala liberal da coalizão começou a renegar suas promessas de reforma. A 16 de janeiro de 1916, Carranza tornou a dissolver os batalhões vermelhos e expulsou a Casa do Operário Mundial do recinto do Jockey Club da Cidade do México (atualmente Sanborn's), onde ela fora instalada. Em agosto de 1916, já se sentiu bastante forte para ameaçar com pena de morte os grevistas em indústrias que afetassem o bem-estar público. No entanto, era evidente que os carrancistas estavam lutando contra ações de retaguarda, dentro de suas próprias forças. Por um lado, eles não poderiam se permitir opor-se aos líderes militares de seus próprios exércitos, fortalecidos pelos êxitos contínuos da causa constitucionalistas. O gabinete de Carranza, composto totalmente de civis, não podia dar-se ao luxo de prejudicar sua aliança com o mais radical Obregón. Por outro lado, foram vitimados pelos seus próprios princípios: quando convocaram a assembléia constitucional de Querétaro, em fins de 1916, barraram a entrada, não só de homens como Huerta e de católicos, mas também dos seguidores de Villa e Zapata.

> Os liberais, no entanto, permitiram que a política regional dominasse o resultado das eleições. Assim, foram eleitos líderes locais — homens que, do mesmo modo que os da Convenção, eram radicais agrários. E o resultado óbvio foi que, desde o início foi sentenciado à morte o sonho de uma convenção e constituição liberais (Quirk, 1953, 525).

Como resultado, a Constituição levou a marca dos radicais: educação leiga, separação entre a Igreja e o Estado, reforma agrária e fim dos latifúndios, legislação trabalhista abrangente e a afirmação do domínio da nação sobre os recursos do país — tudo isso foi escrito nas disposições constitucionais que se transformaram em lei. A essa altura, já fora decidido o destino da Revolução. O próprio Zapata foi emboscado traiçoeiramente e assassinado, em 1919. Carranza perdeu o poder e foi assassinado em 1920. Seu sucessor, Obregón, liderou um México pós-revolucionário mais estável e comprometido com mudanças e reformas. Em 1920, Pancho Villa

fez as pazes com Obregón e retirou-se para uma fazenda em Chihuahua, onde foi assassinado em 1923. Estima-se que a Revolução tenha custado dois milhões de vidas (Cumberland, 1968, 241-245-246). Apesar de todo esse horror, lançou as bases de um novo México, no qual, paradoxalmente, mais uma vez os princípios dos derrotados tornar-se-iam as diretrizes dos vitoriosos. Diz Robert Quirk:

> Zapata, que mal sabia se expressar e era militarmente ineficaz, realizou na morte o que não conseguiu em vida. Seu espírito continua vivo e por uma guinada do destino inusitada, ilógica mas totalmente mexicana, ele se tornou o maior herói da Revolução. Na hagiografia da Revolução, perdura a imagem do caudillo de Morelos, cavalgando seu corcel branco de batalha... (1960, 292, 293).

As reformas foram postas em prática — com muitos altos e baixos — por um período de vinte anos. Assim como muito tempo se passara até que a Revolução mexicana definisse seu programa, demorou muito para que o programa teórico se transformasse em realidade. A abolição dos peões criou as condições legais para a livre movimentação da força de trabalho, mas não houvera distribuição geral de terras. Permitiu-se às comunidades índias que recuperaram suas terras dos latifúndios pelas armas — como em Morelos — conservá-las; e às comunidades portadoras de títulos inquestionáveis à terra, reaver sua propriedade; mas a reforma agrária maciça precisou esperar até 1934, com a subida ao poder do regime de Cárdenas. A legislação trabalhista concedeu certa alavancagem política a um movimento sindical ampliado, mas sua força política só foi aumentada em troca do apoio ao novo governo. Concomitantemente, tanto sob Obregón quanto sob seu sucessor Calles, o governo consolidou seu poder lentamente, enfrentando alguns desafios militares, tanto de líderes no exército como de rebeldes rurais do centro-oeste mexicano, sublevados em defesa dos privilégios do clero contra a legislação anti-clerical. Em 1929, Calles organizou o Partido da Revolução Nacional. A principio, nada mais era que uma coalizão de generais e líderes políticos – que compreenderam que ficariam separados, se não ficassem unidos – e tornou-se depois um instrumento político, flexível, que concedia certa representatividade a vários grupos politicamente fortes para se fazerem ouvir nos conselhos governamentais. As reformas cautelosas e a consolidação política, por sua vez, deram ao governo a capacidade e a disposição de desafiar as companhias petrolíferas norte-americanas e britânicas predatórias que operavam em solo mexicano e, através desse desafio às companhias de propriedade estrangeira, colocar em questão a influência estrangeira, em geral, no México. Este primeiro desafio, no entanto, não se revelou suficientemente forte e, defrontado com as contra-pressões estrangeiras, recolheu-se. Calles, que durante algum tempo seguiu a Obregón como chefe indiscutível da "família revolucionária" (1928-1934), reverteu a tendência para a reforma e a nacionalização. Paralisaram-se as reformas, trabalhista e agrária; o capital estrangeiro foi novamente favorecido em detrimento do nacional e o México caminhou para uma cooperação maior com os Estados Unidos.

Essa retirada, no entanto, reavivou as forças do impulso reformista. As concessões ao capital estrangeiro e aos Estados Unidos desencadearam uma extensa reação nacionalista, reforçada pelos efeitos da depressão mundial de 1929. O general Lázaro Cárdenas, que sucedeu a Calles em 1934, deu início à reforma agrária e à organização trabalhista, em larga escala. Cárdenas fez o que nenhum outro líder mexicano fizera antes dele: desmantelou o poder político dos proprietários de *haciendas* e distribuiu as terras ao campesinato. Antes de Cárdenas, haviam sido redistribuídos 17 milhões de acres de terra; durante os seis anos de seu mandato, esse total foi elevado a 41 milhões de acres*. A maior parte dessa terra foi dada a comunidades e aldeias, sob a forma comunal de propriedade (*ejidos*). A organização do trabalho prosseguiu velozmente. Revalorizou-se o capital mexicano em detrimento do estrangeiro; os capitalistas mexicanos tornaram-se partidários entusiastas do regime. Expropriaram-se as ricas jazidas de petróleo da costa leste mexicana, e privou-se os acionistas estrangeiros da influência que exerciam na administração do sistema ferroviário nacional. A imensa mobilização de camponeses e operários industriais em seus sindicatos forneceu ao governo um instrumento político muito poderoso, na confrontação interna com os proprietários de *haciendas* e nas negociações externas, com os governos estrangeiros, principalmente com o dos Estados Unidos. O partido do governo fortalecia-se através da inclusão de novos representantes dos camponeses e dos trabalhadores em suas áreas decisórias.

O período de Cárdenas (1934-1940) lançou as bases para um avanço vigoroso do comércio e da indústria do México, especialmente no período pós-I Guerra Mundial. No entanto, o avanço decisivo de um setor chama a atenção para a relativa estagnação de outras esferas da sociedade. A industrialização acelerada produz uma elite comercial e industrial forte, com grandes conexões no governo. A reforma agrária, mais uma vez, torna-se a enteada da economia: a propriedade privada é favorecida à comunal e os fundos excedentes são absorvidos na indústria, no comércio e na agricultura comercial privada, ao invés de servir de apoio ao programa do *ejido*. Ao acelerar-se o crescimento urbano e industrial, o campo, mais uma vez, fica para trás, alargando a brecha entre o México-Que-Possui e o México-Que-Não-Possui, para usar uma frase cunhada pelo sociólogo Pablo González Casanova. Dá-se novamente as boas vindas ao capital estrangeiro. O partido do governo torna-se tanto um instrumento de controle quanto um instrumento de representatividade. Dentro dele os grupos de interesse formalmente organizados em associações agrárias, operárias, empresariais, militares, burocráticas e profissionais — ligam-se a grupos territoriais radicados nos diversos estados mexicanos federados. Estas ligações dão a forma a um poderoso executivo, capaz de jogar os grupos de interesse contra as unidades territoriais e os grupos de interesse, uns contra os outros. O produto final apresenta forte semelhança com a estrutura do Estado corporativo da Itália ou da Espanha fascista, se bem que enfatize a justiça social e o socialismo, e faz com que alguns intelectuais mexicanos falem de um novo Porfi-

---

* Medida agrária correspondente a 40,47 ares. (N. do T.)

riato.

A revolução Mexicana produziu com o decorrer do tempo um centro de poder novo e estável, através das múltiplas contradições e antagonismos do passado. As leis da reforma de meados do século dezenove haviam fomentado a propriedade privada de terras, como meio de subscrever o crescimento da fazenda familiar; mas a terra, assim liberta de entraves sociais, não fez senão intensificar o aumento dos latifúndios. Portanto, as grandes propriedades famintas de terra foram pressionando cada vez com mais força as comunidades índias remanescentes e os pequenos sítios. A grande propriedade, com seus trabalhadores em servidão, apresentava um contraste pronunciado com relação à indústria e aos serviços de transporte em expansão, que empregavam trabalhadores livres, embora lhes faltasse ainda a proteção da legislação trabalhista. Estes contrastes faziam-se sentir também na tensão entre a fronteira sul — que se constituía de índios organizados em comunidades incorporadas — e a fronteira norte — progressivamente orientada para a comercialização e acentuadamente nacionalista — ambas a postos contra o centro — controlado por uma burocracia cada vez mais inflexível. Esse grupo central de poder tinha sido responsável por uma política de comercialização e industrialização, mas esses processos só haviam beneficiado a uma pequena elite, ao passo que não se dava ouvidos ou representatividade aos novos aspirantes ao poder e aos mais recentes grupos de interesse, surgidos no curso desse processo. Contrastando com outras revoluções que iremos analisar — notadamente as da Rússia, China e Vietnã — a Revolução Mexicana não foi liderada por um partido revolucionário fortemente organizado, dotado de visão de uma nova sociedade. Embora soassem temas ideológicos no decorrer da guerra — ligados talvez aos apelos do anarquismo, ou à Virgem de Guadalupe — eles foram abafados pela orquestração geral da violência. Contrastando, novamente, com os outros casos, a sublevação revolucionária foi toda interna. A última interferência maciça e direta de uma potência estrangeira na política mexicana ocorreu quase cinqüenta anos antes da Revolução; um breve episódio de intervenção norte-americana, através de um desembarque em Veracruz em 1914 não passou de uma irritação sem maior importância. No decorrer da luta surgiram facções que não estavam presentes no princípio. O êxito inicial coube aos guerrilheiros camponeses de Morelos e aos exércitos vaqueiros do norte, mas a vitória final recompensou uma elite que criara um exército viável, demonstrara competência burocrática e consolidara seu controle sobre o setor da exportação, vital para a economia. Essa elite demonstrou também ser flexível o suficiente para dar início às reformas agrárias e trabalhistas exigidas pelos generais revolucionários, dentro do contexto de uma política de progresso econômico nacional congrüente com os interesses de uma classe média em expansão composta de empresários e profissionais. O resultado foi a formação de um executivo central forte, que promove o desenvolvimento capitalista, mas permanece em condições de equilibrar as reivindicações dos camponeses e operários da indústria com as do empresariado e dos grupos da classe média. Ao desenvolver um sistema político de associações funcionais que se entrecruzam com unidades territoriais, dentro de um partido oficial onipresente, o sistema po-

lítico mexicano reproduziu enfim, sob circunstâncias históricas e políticas diferentes, alguns aspectos das "hierarquias paralelas" — que como veremos, iriam desempenhar um papel importante nos movimentos revolucionários chinês e vietnamita.


Grão Ducado
Finlândia
Região Norte
Helsinki
Kronstadt
S. Pertersburgo
Região
dos Lagos
Região
Central
Industrial
Ural
Médio Volga
Moscou
Minsk
Polônia
Rússia Branca
Região
Central
Agrícola
Podolia
Vársovia
Ucrânia
Kharkov
Nova Rússia
Baixo Volga
Krivoi Rog
Donetz
Odessa
Vladikavkaz
Rostov (Rostov-on-Don)
Mar
Transcaucásia
Mar Negro
Cáspio
Baku
RÚSSIA EUROPÉIA

RÚSSIA

> A comuna russa, tal como existe na antiga Moscóvia, é, de fato, uma maneira fácil de ganhar a posse da terra no interesse das massas.
>
> *Leroy-Baulieu, 1876*

Na Rússia, o desenvolvimento da servidão apresenta certas semelhanças com o dos peões, no México. Houve escravos na Rússia mas, já por volta do século dezesseis seu número se tornou insignificante. Durante esse século, contudo, surgiu na região de Moscou uma espécie de peão subordinado por dívidas, lavrador sob contrato, na forma do *Kabala kholop*, que trabalhava a terra em troca de um empréstimo (*kabala*) ou de alguma outra forma de auxílio. Com a ampliação das terras aráveis de posse dos fidalgos, estes intensificaram as pressões, no sentido de obter uma força de trabalho segura, e assim induziram mais camponeses livres ou semi-livres a aceitar a servidão por dívidas. Com essa finalidade, costumavam emprestar a terra árida e mais o dinheiro e as sementes necessárias, a prazos fixos que iam de três a cinco ou de dez a vinte anos, em troca de trabalho obrigatório na propriedade do fidalgo (*barshchina*) e por pagamentos em espécie ou em dinheiro (*obrok*). No entanto, esse sistema de exploração crescente do campesinato não poderia subsistir enquanto houvesse uma fronteira aberta e o camponês permanecesse livre para se mudar do seu lugar de contrato. Igualmente, enquanto o camponês tivesse o direito de ir e vir, o sistema do amanho da terra, que era realizado por uma população migratória de lavradores, não poderia ser substituído pelo sistema mais produtivo de três campos. A mobilidade irrestrita, de uma propriedade para outra ou para a fronteira, era comum ainda, até o final do século dezesseis e, para o camponês, ainda era possível cumprir suas obrigações e saldar suas dividas. Freqüentemente eram seduzidos por promessas de donos de outras propriedades e até raptados. Os conflitos armados e os contínuos períodos de fome cíclicos fortaleciam ainda mais a tendência migratória do camponês (*mujik*) russo. Sir John Maynard escreveu, referindo-se ao camponês russo, que ele sempre fora

> camponês mas com uma diferença; era um camponês no qual o nômade sobrevivia até época bem recente, tão à vontade na Ásia como na Europa... Nele existe algo de um marinheiro desembarcado. Vagueia de Ninsk a Vladivostock e possui algo da flexibilidade mental que o marinheiro costuma adquirir. A terra o seduz, como o mar interior seduz o marinheiro, e ele vai de rocha em rocha (1962, 31).

E ele interpreta o crescimento da servidão como:

> a história das limitações desta "migração"; e da organização do povo para o serviço militar e agrícola, sob o controle de uma nobreza rural que tinha esse encargo (1962, 32)
> Coloquemos lado a lado os dois aspectos da vida rural russa: o camponês que traz no sangue a inquietação do nômade e o Estado-policial, que o constrange com as obrigações estáticas do *status* de servidão; de um lado, o impulso de levantar-se e sair andando, e do outro, o passaporte e a autoridade persecutória; e teremos a chave de algumas das contradições da história russa (1962, 33).

Depois da homologação de leis que restringiam ainda mais o direito do camponês de mover-se livremente, ele foi, finalmente, sujeito à servidão total a uma dada propriedade, por meio do código legal de 1649; e, em 1658, a fuga foi considerada contravenção criminal. Tal servidão provocou inúmeras revoltas, freqüentemente simultâneas às insurreições cossacas contra a centralização política. Os historiadores soviéticos tendem a equiparar as insurreições camponesas com as revoltas cossacas de Bolodikov (1606-1607), Razin (1667-1671), Bulavin (1707-1708) e Pugachev (1773-1775); mas os principais incitadores destes movimentos eram cossacos, que reagiam contra a crescente centralização do Estado, não o campesinato oprimido. Nenhum dos movimentos cossacos foi dirigido contra a instituição da servidão; foram antes os camponeses das áreas dominadas pelos cossacos que se transformaram em cossacos, e assim escapavam ao campesinato e não resolviam o problema da opressão camponesa. (Ver Yaresh, 1957) As sublevações cossacas foram beneficiadas pelas perturbações camponesas e estas, por sua vez, recebiam impulso da rebelião cossaca. Entre o fim da rebelião de Pugachev e o final do século dezoito, houve 300 insurreições em 32 províncias (Lyashchenko, 1949, 280) e em tempo algum houve tranqüilidade total para os camponeses. Entre 1826 e 1861, houve 1.186 sublevações camponesas e elas aumentavam regularmente, a cada cinco anos (1949, 370). O camponês russo jamais esqueceu a liberdade que um dia tivera. Antes da servidão, o dia 26 de novembro, dia de São Jorge, fora o dia tradicional da troca de donos.

> Mesmo agora, após três séculos de servidão, o *mujik* não esquece o dia da festa em que, uma vez por ano, recuperava sua liberdade; a festa de São Jorge foi incorporada em muitos provérbios que expressam o desapontamento (Leroy-Beaulieu, 1962, 11).

Em meados do século dezoito, os servos compunham a maior parte da população; de 1762 a 1766, os servos perfaziam 52,4% da população rural total de 14,5 milhões de habitantes da Grande Rússia e Sibéria. Em fins do século dezoito, a população total de servos do sexo masculino chegava a 10,9 milhões, cifra que permaneceu quase estacionaria até a emancipação, em 1861. Na época da emancipação, os servos elevavam-se a mais de 55% do total da população rural da Região Agrícola Central da Rússia Branca Oriental, da Ucrânia Oci-

dental e da Região do Médio Volga; atingiram entre 36 e 55%, na Rússia Branca Ocidental, na região dos Lagos e na Região Industrial Central, na Ucrânia Oriental e na Região do Baixo Volga. Em outros lugares, essas percentagens eram mais baixas (Lyashchenko, 1949, 311). Havia duas grandes categorias de servos, ao fim do século dezoito: quase metade dos servos, pertencia a fidalgos, um pouco menos de metade, ao Estado. Estes estavam em condições um pouco melhores que os servos particulares: seus pagamentos eram feitos em obrok, fixado em níveis relativamente moderados e ficavam menos expostos às idiossincrasias pessoais dos fidalgos. Constituíam, no entanto, uma força de trabalho de reserva, a qual os governantes podiam emprestar aos particulares.

Não obstante, a agricultura, na Rússia, durante a servidão, não teve um grande êxito econômico. Dependia inteiramente do conhecimento agrícola extensivo e tradicional do campesinato; a produção permaneceu baixa e estacionaria durante a maior parte do século dezenove. A relação de produção das sementes era de 3,5 por 1, no período de 1801-1810 e 3,7, em 1861-1870 (Lyashenko (1949, 324). O incremento nas receitas da agricultura foi conseguido "através da expansão da área plantada e da plantação extensiva de cereais, feitas por meio da exploração intensiva do trabalho camponês, isto é, sobrecarregando ainda mias a família camponesa" (1949, 323). Não havia contabilidade de custos adequada, nem ajustamentos econômicos às flutuações do mercado. A coação política sugava tudo quanto os camponeses produziam.

Conforme assinalado acima, os dois modos de utilizar o trabalho do servo eram barshchina, trabalho no campo do fidalgo, mas com as ferramentas e animais pertencentes ao camponês; ou obrok, pagamento em espécie. Mas isso estava sujeito a uma variedade de combinações; no entanto, os tributos pelo trabalho eram mais freqüentes nos campos de terra preta, ao passo que em outras terras, não pretas do norte, predominava o pagamento. Os campos de terra preta eram férteis e os excedentes provinham, em sua maioria, das atividades agrícolas. Com o aumento das exportações de cereais, tornava-se mais interessante para os proprietários de terras desta região ampliar suas propriedades e aumentar a quantidade de trabalho camponês nelas empregado. Portanto, a quantidade de terra alocada à subsistência do camponês era, quase sempre, pequena: o quinhão alocado a cada "alma" raramente excedia a 6,75 a 8,10 acres. Os nobres retinham mais de 50% da terra arável. Durante todo o século dezenove, persistiu a tendência para o aumento da quantidade de trabalho camponês em terras de fidalgos, passando de três dias por semana a quatro, cinco e até seis. Além disso, eles deviam trabalhar nas construções e nas olarias das propriedades, enquanto suas mulheres produziam tecidos de linho e lã. Os camponeses precisavam também fornecer as carroças e a mão-de-obra que levaria a produção do fidalgo para o mercado e essa obrigação consumia 30% de seu tempo de trabalho, no inverno, e 8% no verão. Em algumas propriedades, os fidalgos chegaram a ter êxito, convertendo o trabalho endividado em trabalho declaradamente assalariado, no qual o trabalhador não tinha acesso à terra, mas recebia alimentos e roupas em pagamento de seu trabalho nas propriedades do patrão.

Contrastando com o sistema do trabalho devido, predominavam

nas províncias de solo não preto, do norte, pagamentos em espécie ou em dinheiro; nessa região, embora a agricultura fosse, ao mesmo tempo, menos lucrativa e menos produtiva, o trabalho camponês, em artesanato caseiro ou nas indústrias da cidade, poderia render pagamentos em espécie. Sendo a terra menos valiosa que no sul, os proprietários retinham apenas 20 ou 25% da terra arável e concediam maiores quinhões "por alma", em média entre 10,8 e 13,5 acres. Com essa terra, o camponês conseguia alimentar-se e à sua família, ao passo que o que deviam em dinheiro ou em espécie permitia aos proprietários extrair deles o excedente que produziam, através de um mecanismo de coação social e política. Tais pagamentos também elevaram-se regularmente, durante o tempo da servidão. Valiam, em fins do século dezoito, 10 a 12,5 rublos e, na segunda década do século dezenove, seu valor subiu a 70 rublos.

Em 1861, os servos foram libertados, através de uma grande reforma agrária sob o estímulo do temor manifestado por Alexandre II: "é melhor a autoridade libertar os camponeses, do que esperar que eles mesmos se libertem por meio de insurreições". As pressões para a emancipação foram sentidas de diferentes modos, no sul e no norte. Na região de terra preta, onde o cultivo era produtivo e rentável, era do interesse dos proprietários tomar posse de tanta terra arável quanto possível, deixando ao camponês a menor porção que pudessem, para que assim ele se visse obrigado a trabalhar nas propriedades dos nobres. No norte, com sua agricultura pobre e sua terra pouco valiosa, mas onde os excedentes dos proprietários provinham de pagamentos em espécie ou em dinheiro, o que interessava era ver-se livre de terra improdutiva e procurar obter o máximo de compensação pela liberdade pessoal de seus servos. Servindo de intermediário entre interesses divergentes, Alexandre II e seus conselheiros — agindo em benefício do Estado — procuraram evitar uma situação na qual os servos ganhassem a liberdade e perdessem a terra. Tendo a liberdade em vez da terra,

> o camponês recuperaria sua liberdade para cair numa situação muito mais miserável que aquela que suportara ao tempo de sua servidão. Ficaria, talvez durante anos ou séculos, totalmente privado de possuir terras. Toda essa multidão de libertados transformar-se-ia numa nação de proletários... Através da concessão de terras aos servos, esperava-se firmemente evitar o proletariado e assim passar ao largo das comoções sociais e políticas do ocidente (Leroy-Baulieu, 1926, 27-28).

O resultado foi um acordo que, embora não privasse o camponês de terra, fazia-o pagar pela libertação de sua pessoa. Cedendo às exigências diferenciadas dos proprietários de terras do norte e do sul, o acordo foi aplicado, de maneira diversa, nos cinturões de terra preta e nos de terra não preta. Nas províncias de solo preto, a cota de terra por pessoa, era geralmente menor que antes da reforma; em dezesseis províncias de solo preto, a cota média anterior à reforma era de 9,18 acres; depois dela, passou a 6,75 acres. Por outro lado, nas províncias industriais de solo não preto onde o sistema obrok havia prevalecido, aplicava-se o procedimento inverso: os proprietários beneficiavam-se, livrando-se de terras

improdutivas, que transferiam aos camponeses supervalorizando-as. Em oito dessas províncias, a cota média por pessoa fora de 10 acres antes da reforma e passou a ser de 11,6 acres, depois da reforma.

A libertação plena só foi outorgada aos camponeses mediante condições adicionais. Se possuíssem fundos suficientes, os camponeses podiam comprar sua liberdade imediatamente. Para auxiliar esse processo o Estado adiantaria 80% da soma necessária e o camponês forneceria os 20% restantes. O camponês devolveria esse adiantamento ao Estado no decorrer de quarenta e nove anos, à taxa de 6% de juros anuais. Infelizmente, esse empreendimento não deu certo. Mesmo quando os camponeses conseguiam levantar os 20% requeridos, defrontavam-se com grandes dificuldades para pagar as prestações restantes, atrasando-as continuamente. Os atrasos cresceram, de 22% dos pagamentos totais anuais, em 1875, a 119%, em finais do século (Robinson, 1949, 96). Ainda outros camponeses transformaram-se em pessoas "temporariamente comprometidas", que tinham que continuar a pagar aos fidalgos vencimentos de doze rublos pela concessão plena, ou em terras do sistema obrok, dar em troca a cada ano, quarenta dias de trabalho no caso dos homens e trinta, no caso das mulheres. Em 1881, restavam, em trinta e sete províncias, mais de três milhões de camponeses "comprometidos temporariamente" dessa forma. A sua situação social, portanto, pouco mudara, tanto assim que um jornalista russo, referindo-se ironicamente ao caso, comentou que eles ainda precisariam de "uma outra emancipação" (Leroy-Beaulieu, 1926, 43). Finalmente, não poucos camponeses aceitaram cotas de terra reduzidas, em troca de sua liberdade total, comprando sua liberdade mesmo à custa do empobrecimento econômico.

A reforma foi, pois, muito frustrante para a maioria.

> Quando foi publicado o manifesto de 19 de janeiro de 1861, que estabelecia as condições da emancipação, os camponeses não conseguiram esconder seu desapontamento. Nas igrejas, onde esse manifesto imperial proclamando a liberdade lhes foi lido, todos comentaram em voz alta e mais de um sacudiu a cabeça, exclamando "que liberdade é esta?" (Leroy-Beaulieu, 1962, 29-30).

Em muitas localidades, os camponeses recusaram-se a crer que o manifesto fosse genuíno. Houve perturbações tais que foi preciso chamar os soldados para dispersar a multidão indignada.

> Nas aldeias corria o boato de que o manifesto lido nas igrejas fora fabricado pelos proprietários de terras e que mais tarde o verdadeiro seria apresentado; verdadeiro Decreto da Emancipação, pode ser que ainda hoje existam camponeses que esperam pelo aparecimento dele. Certamente existem muitos que, durante as longas noites de inverno, sonhem com uma nova emancipação, acompanhada da redistribuição gratuita de terras (1962, 30).

Vários anos depois, "certos profetas do povo... anunciavam

que, pela vontade de Deus, a terra logo seria entregue ao povo, gratuitamente" (1962, 31). Leroy-Beaulieu, com notável perspicácia, assinalou que essas agitações seguiam-se a premissas que possuíam um "caráter semi-jurídico" (1962, 72).

> É evidente que lá no fundo da memória do povo, sobrevive uma tradição, uma lembrança, dos tempos em que a propriedade das terras ainda não estava nas mãos da nobreza; tempos esses em que todos os prados e florestas eram utilizados indiscriminadamente por todos. Por um breve instante, o camponês vislumbrou a volta dos bons velhos tempos e, mesmo agora, ainda acalenta firmemente a convicção de que o governo, se é que tinha o direito e o poder de abolir a servidão, tem o direito e o poder, igualmente incontestáveis, de transformar todas as demais condições da propriedade de terras pelo menos as que mortificam o camponês (1962, — 73).

Assim, as críticas dos radicais à reforma inadequada,

> identificam-se com os instintos secretos do *mujik*, e estes empenham seus maiores esforços para o apoiar, demonstrando-lhe que uma nova expropriação dos proprietários de terra nobres e uma redistribuição de terras serão a seqüência natural e a conclusão de uma tarefa que ficou incompleta, na fase inicial (1962, 70).

Embora a Emancipação transformasse o camponês em proprietário legal de sua própria cota de terra, transferindo-lhe o título de propriedade, não removeu, no entanto, simultaneamente, as múltiplas limitações a que o uso dessa propriedade estava sujeito, pelos companheiros camponeses. Separada do vínculo vertical que a prendia ao senhorio, a nova propriedade mantinha-se, não obstante, submetida às exigências da comuna da aldeia, o *mir*. A nova legislação, se teve algum efeito, foi o fortalecimento da comuna, um dos baluartes que detinham o alastramento da desordem social.

A permanência do *mir* na Rússia — bem como de formas comunais de organização camponesa em outros lugares, como, por exemplo, no México — inspirou uma vasta literatura romântica de exaltação ao suposto comunalismo dos camponeses, como se eles, individualmente, jamais se tivessem esforçado no sentido de aproveitar suas vantagens pessoais. Os anti-românticos, por outro lado, indicaram diversos sintomas do egocentrismo camponês, a fim de desacreditar este quadro de calor grupai e solidariedade. Na realidade, as formas de organização comunal não excluem os esforços individuais, apenas esforçam-se para mantê-los sob controle. Inversamente: um individualismo desenfreado pode, às vezes, subjugar uma organização comunal e usá-la para seus próprios fins, assim como uma oligarquia poderosa de camponeses apoderou-se de uma comuna e usou-a para obrigar outros a se curvarem a seus propósitos. Não devemos, pois, pensar no individualismo e no comunalismo do camponês, como mutuamente exclusivos. Na verdade, um depende do outro; e geralmente, movem-se um contra o outro, em constrangimento mútuo, dentro de um ambiente comum.

O Estado, ao dar seu apoio à permanência da comuna, como unidade mestra da estrutura da organização rural, transformou também cada comuna num campo de batalha entre tendências sociais mutuamente dependentes e, não obstante, divergentes.

Como era organizado o *mir* e quais eram suas funções? Era, geralmente, formado por antigos servos e seus descendentes, radicados numa única aldeia, embora, às vezes, uma aldeia compreendesse mais de uma comuna ou uma comuna, por sua vez, pudesse abranger várias aldeias. Dentro da estrutura da comuna, cada família tinha direito a uma gleba. Antes da emancipação, cada família da comuna tinha direito a uma gleba de terra comunal; além disso, cada família mantinha sua casa e sua horta como posses hereditárias. Não existia cultivo coletivo; cada família cultivava sua própria terra. Os direitos aos pastos e às vezes aos prados e florestas, no entanto, pertenciam coletivamente à comuna. Por último, na Grã-Rússia e na Sibéria, a comuna tinha o poder de re-distribuir as glebas, de tempos em tempos, entre as famílias que a constituíam. Aproximadamente três quartos das famílias camponesas das cinqüenta províncias da Rússia Européia — sem contar a Federação da Polônia e a Finlândia — possuíam mais de quatro quintos da terra, por efeito da posse "repartilhada". A posse hereditária predominava na Ucrânia e nas províncias ocidentais.

As diretrizes da partilha das terras diferiam de região para região. Embora costumasse redistribuir terras a intervalos regulares, uma determinada comuna podia deixar de fazê-lo a qualquer hora, retendo a faculdade de o fazer no futuro. Segundo Lazar Volin (1940, 125-127) a pressão populacional foi um fator importante para a realização dessa redistribuição. Em 1980, 65% das 6.830 comunas dos 66 distritos espalhados pela Rússia européia, não haviam realizado a redistribuição de suas terras; mas durante o período de 1897-1902, só 12% se abstiveram. A maioria (59%) procedeu à redistribuição de terras com base nos homens da família e uma minoria o fez com base na quantidade de trabalhadores adultos (8%) enquanto outras (19%) basearam-se no número total de almas e 2% redistribuíram a terra apenas parcialmente. Enquanto a comuna reivindicava os direitos à redistribuição da terra, restringiu bastante a liberdade do camponês quanto à utilização de sua própria terra conforme os seus interesses. Ele não podia vender, hipotecar ou herdar terras sem o consentimento unânime da comuna. Não podia, igualmente, recusar-se a aceitar, na ocasião da redistribuição, terras menos produtivas que as anteriores. A comuna limitava igualmente o direito do camponês de plantar o que quisesse, pois vigorava um rígido sistema de safras. Os campos eram retalhados em faixas de terra, a fim de nivelar as oportunidades referentes ao solo, à topografia e à distância da aldeia; um camponês possuía sempre várias faixas de terra, cada qual encravada num campo diferente. Mas, dentro de um determinado campo, todas as faixas deviam conter o mesmo produto, no sistema de revezamento de três campos; não havia demarcação por meio de cercas e, terminada a safra, os campos eram abertos ao pasto comum ao mesmo tempo.

A comuna gozava da mais completa autonomia em suas atividades cotidianas. Disse Wallace:

as autoridades, além de se absterem de qualquer interferência na redistribuição das terras comunais, permanecem na mais profunda ignorância no tocante ao sistema habitualmente utilizado por elas. A despeito dos esforços sistemáticos e persistentes da burocracia centralizada, no sentido de regulamentar minuciosamente todos os departamentos da vida nacional, as comunas rurais, que abrangem cinco sextos da população, permanecem, de diversos modos, inteiramente além de sua influência e mesmo de seu campo visual (1908, 114-115). A comuna era governada por um conselho composto de todos os chefes de família, chamado *shkod*, de *shkodit,* que significa juntar-se. Na presidência do conselho ficava o ancião da aldeia, o *starosta*, cuja função era formular o consenso da assembléia da aldeia e representá-la nos negócios com estranhos.

Wallace nos descreve como funcionava esse conselho de aldeia:

> Um processo simples, ou antes a ausência de um processo formal ilustra admiravelmente o caráter essencialmente prático da instituição. As reuniões são feitas ao ar livre, pois na aldeia não existe nenhuma construção suficientemente grande — exceto a igreja, que só pode ser utilizada para cerimônias religiosas — para acomodar todos os membros; geralmente acontecem aos domingos ou feriados, ocasiões em que os camponeses têm tempo livre. Qualquer espaço aberto serve de fórum. As discussões, são muitas vezes animadíssimas, embora raramente alguém tente fazer discursos. Quando algum dos elementos mais jovens demonstra propensão para a oratória, é logo interrompido sem cerimônia pelos mais velhos, que jamais simpatizaram com palavras bonitas. A assembléia dá a impressão de uma multidão que se reuniu por acaso, e está discutindo, em grupinhos, assuntos de interesse do local. Aos poucos, um determinado grupo de dois ou três camponeses de influência moral maior que a dos companheiros, atrai os outros e a discussão se generaliza. Dois ou mais camponeses podem falar ao mesmo tempo e interromper-se livremente, usando uma linguagem chã, nada parlamentar e desprovida de qualquer retoque; a discussão pode mesmo tornar-se uma barulheira confusa e ininteligível; porém, no momento em que o espectador imagina que as trocas de idéias vão-se transformar em briga generalizada, o tumulto se acalma espontaneamente, ou talvez uma gargalhada geral anuncia que alguém foi atingido por um forte *argumentum ad hominem*, ou uma observação pessoal sarcástica. De qualquer forma, não existe o perigo de que os debatentes se atraquem. Não há no mundo gente mais bonachona e pacífica que os camponeses russos... Teoricamente, o Parlamento da aldeia tem um porta-voz, na pessoa do Ancião da aldeia. A palavra "porta-voz" é, etimologicamente, menos questionável que o termo "presidente", pois o personagem em questão nunca se senta, mas mistura-se ao grupo, como qualquer elemento comum. Pode-se, aliás, fazer objeções à palavra "porta-voz", uma vez que ele fala muito menos que os outros integrantes da assembléia, mas isso aplica-se também ao porta-voz da Câmara dos Comuns. Seja qual for o nome que lhe dermos, o Ancião, oficialmente, é o personagem principal do grupo e usa o emblema do cargo, uma pequena medalha pendente de uma

> fina corrente de bronze. Suas obrigações, no entanto, são muito leves e não faz parte delas chamar à ordem os que interrompem as discussões. Se ele disser *Durdk* (estúpido) a um elemento respeitável ou interromper um orador com um lacônico *Moltchi*! (cala a boca!) não é porque ele tenha alguma prerrogativa especial, mas simplesmente por ser um privilégio tradicional, permitido a qualquer um dos presentes igualmente e que pode ser empregado impunemente contra ele mesmo. De modo geral, pode-se dizer que nem a fraseologia nem o processo obedecem a quaisquer regras estritas. O Ancião só se destaca, realmente, quando é preciso fazer juízo da reunião. Nessa ocasião, ele se afasta um pouco da multidão e diz *Ladno*! *Ladno*! o que significa: "De acordo! De acordo!" (1908, 116-117).

Esta citação demonstra o senso de igualdade da comuna e também a maneira de atingir o consenso. A conquista da unanimidade produziu

> um sentimento profundo de satisfação e de solidariedade na aldeia; e os seus integrantes, reunidos no *mir*, dispersam-se sem que tenha havido votação nem formação de comitê, mas com o sentimento de que cada um sabe o que dele se espera (Gorer e Rickman, 1951, 233).

Além das funções relativas à regulamentação da agricultura, a comuna também possuía outras. Elegia o ancião, o coletor de impostos da comunidade, o guarda comunal e o menino herborista. Uma vez que, desde 1722, era responsável coletivamente pelos impostos, supervisiona o modo como seus membros procediam quanto ao pagamento destes. Submetia à votação os membros novos e dava permissão aos que a queiram deixar, verificando, neste caso, se estes forneciam garantias quanto ao preenchimento de suas responsabilidades, passadas ou futuras. Os que não haviam pago seus impostos, podiam ser obrigados a voltar; a comuna alugaria então, um membro da família deles para liquidar os impostos; ou destituiria um chefe de família ineficiente, indicando outro em seu lugar. A própria comuna redigia e assinava todos os contratos que celebrava com estranhos ou mesmo com seus próprios membros. Por último, exercia um controle social rigoroso no tocante à conduta de seus integrantes, que ia desde os castigos corporais, no caso deles não pagarem os impostos, à exposição ao vexame público. "O espírito de sua comunidade... fortalecia seus membros, se agissem de acordo com ela, mas relegava-os a viver na desgraça e no isolamento se, em pensamento ou atitudes, rompessem com a opinião e o sentimento de seus próximos" (Gorer e Rickman, 1951, 59).

O *mir*, porém, era algo mais que uma forma de organização social. Desempenhava o papel de uma espécie de superego coletivo, o qual o investia de uma aura verdadeiramente religiosa. O termo *mir* significa, a um tempo, comuna e universo; é comparável ao grego kosmos. Sir John Maynard sugeriu que seria apropriado traduzir *mir* por "congregação" e diz:

> A idéia de que uma congregação de fiéis — não incluindo necessariamente os eclesiásticos — é o receptáculo da verdade,

> entranhou-se profundamente no pensamento russo e é a origem do *sobornost*, talvez a doutrina fundamental e mais característica da ortodoxia russa; ela passou, através de vias estranhas e surpreendentes, para a mente do comunista moderno (1962, 40).

O conceito ocidental da verdade como uma série de estimativas que admitem convênios é aqui substituído pela visão do *mir* como possuidor da verdade absoluta, alcançada no exercício de decisões unânimes, na assembléia da aldeia (Gorer e Rickman, 1951, 223).

A comuna, em parte secular e em parte religiosa, funcionava idealmente como um aparelho para igualar oportunidades entre seus membros. Nas palavras de Leroy-Beaulieu,

> era a fortaleza inexpugnável dos pequenos proprietários. Sendo a propriedade comunal inalienável, constitui uma espécie de *morgadio*, mas com uma diferença: se a herança familiar assegura apenas o futuro do primogênito da família, o legado comunal abrange todos os membros da comunidade. Em ambos os casos, as gerações vindouras são protegidas contra a prodigalidade dos vivos, os filhos contra o esbanjamento e improvidência dos pais. Existe um grau de indigência e miserabilidade abaixo do qual um pai não pode arrastar os seus e a si mesmo. O *mir* oferece um abrigo aos deserdados. Sob esta luz é que os próprios camponeses entendem o assunto e por isso é que, mesmo os que comprovaram sua competência, transformando-se em proprietários de terras, hesitam em deixar a comuna. Se não podem cuidar de sua parte, arrendam-na, ou deixam que outros a utilizem, mas considerando sempre as terras comunais como uma tábua de salvação, para seus filhos ou para eles próprios, no caso de se arruinarem (1962, 173).

Além de fixar um salário mínimo, a comuna ainda nivelava os encargos fiscais, estabelecendo

> uma lei para os ricos que os obriga a ficar com glebas suplementares, forçando-os assim a pagar mais impostos. No norte, onde os camponeses ganham a vida principalmente por meio das indústrias e do comércio, não é raro ver-se a comuna alocar a um artesão particularmente habilitado ou a um comerciante mais bem sucedido duas glebas, e com isso compeli-los a pagar duas quotas de impostos, o que nada mais é que outro modo de taxar o capital e a renda (1962, 137).

Vinte anos depois da emancipação, porém, esses processos de nivelamento não conseguiram diminuir o processo de diferenciação. Os ricos, que compunham 20% da totalidade das famílias, claramente haviam adquirido uma posição dominante, ao concentrar glebas de terra e ao comprar ou alugar mais terras. Uma vez que essas famílias eram geralmente mais numerosas, perfazendo entre 26 e 36% da população rural, eram-lhes concedidas glebas maiores, no caso delas serem distribuídas com base no número de "almas". Além disso, elas haviam comprado terras para si próprias, geralmente dos nobres que, entre 1877 e 1905, perderam, através de vendas, quase um

terço de suas propriedades (Robinson, 1949, 131). Ao fim do século, portanto, esses 20% de famílias camponesas estavam de posse de 60 a 99% da terra comprada, nas várias províncias. Eram também eles os que mais arrendavam as terras de seus companheiros, os camponeses mais pobres. Chegaram a controlar, nas diferentes províncias, entre 49 e 83% do total das terras arrendadas, ao passo que os pobres da aldeia perfaziam de 63 a 98% do total dos donos de terras arrendadas. Assim, ao fim do século, os camponeses ricos utilizavam de 35 a 50% de toda a terra; os médios, que perfaziam 30% de todas as famílias camponesas, utilizavam entre 20 e 45% da terra; e os pobres, que constituíam 50% das famílias, utilizavam apenas de 20 a 30% da terra. Por último, os 20% mais ricos respondiam também por metade de todos os estabelecimentos industriais e comerciais, e constituíam entre 48 e 78% de todas as famílias que empregavam lavradores alugados (Lyashchenko, 1948, 457-458).

Entre os camponeses abastados, havia muitos que emprestavam dinheiro aos pobres. "Há nessas aldeias russas", diz Leroy-Beaulieu,

> homens que no ocidente seriam chamados de *exploiteurs*, vampiros; são sujeitos empreendedores e espertos, que engordam à custa da comunidade. O *mujik* deu-lhes um nome expressivo de "comedores de *mir*" (*miro yedi*). Em muitas províncias — as de Kaluga, Saratof e outras — a maioria das aldeias, aparentemente, está sob o controle de dois ou três camponeses abastados que defraudam a comuna de suas melhores terras "por um tostão furado" ou mesmo sem compensação alguma... é quase sempre pelas dívidas que os pobres caem em poder dos ricos. O vampiro oferece ao camponês necessitado, seja por imprudência, moléstia ou acidente, empréstimos acima de sua capacidade. As más colheitas, no sudeste do país, representam um constante perigo para os necessitados e uma oportunidade sempre aberta, para o rico sem escrúpulos. O devedor insolvente é obrigado a entregar ao seu credor a gleba que ele não pode mais cultivar, geralmente por um preço de banana. A isca empregada com maior freqüência é a bebida e o dono do *kabak* (bar) em geral é o "comedor de *mir*". A usura é a úlcera que corrói as entranhas do camponês e o sistema de posse coletiva, nesse caso não deixa de ter sua culpa. (1962, 137-138).

Já que não se podia hipotecar ou dar a terra em garantia contra empréstimos, o crédito era pessoal, concedido a 10% de juros ao mês, e freqüentemente chegando até 150% ao ano (1962, 198). Como conseqüência do domínio e econômico das aldeias pelos "comedores de *mir*", adveio também o domínio social e político: transformaram-se em verdadeiros "donos das aldeias". Quanto às reuniões da comuna, embora formalmente reconhecessem a igualdade de todos os seus integrantes, o camponês bem compreendia que o poder dos ricos era mais importante que o dos pobres. Acresce que essa transformação na oligarquia da aldeia se processou simultaneamente à ampliação do poder do Ancião da aldeia, depois da emancipação. Ao passo que antes da reforma ele atuara como mero representante da vontade coletiva de aldeia, depois de 1861, passou a ser subordinado ao

superintendente de polícia do distrito, com poderes policiais próprios, em sua aldeia. Ora, sendo a polícia rural mal paga os "comedores de *mir*", podiam facilmente comprar sua cooperação, assegurando desse modo a nomeação de seus sequazes para o cargo de Anciães. Assim, a discriminação econômica, foi acompanhada também por uma discriminação na capacidade de influir nas decisões da aldeia.

Com a população camponesa comprimida em terrenos reduzidos, a atuação das comunas passou a funcionar como uma panela de pressão de exigências e descontentamentos. Os camponeses puseram-se a comprar e a arrendar terras, o mais das vezes da nobreza. Assim, a cota mantida pelos camponeses do total das terras elevou-se de 32 a 47%, entre 1877 e 1917, ao passo que a dos nobres caiu de 22% a 11% no mesmo período, fato que levou Treadgold (1957, 41-42) a dizer o seguinte: "se a grande propriedade de terras era a principal culpada pelo problema agrário, então a Revolução pode tê-la morto, mas esta já estava agonizando". Alguns camponeses compraram essas terras individualmente, embora mais de dois terços dessas compras, entre 1877 e 1905, tenham sido feitas pelas comunas, em nome de seus integrantes. Os camponeses descobriram também que não possuíam terras de pastos e florestas suficientes porque elas haviam ficado em mãos da nobreza, depois da emancipação. Portanto, em seu próprio nome, ou no das associações, camponeses e comunas, começaram a arrendar, além das terras, também esses recursos suplementares e necessários. Tais contratos de arrendamento, só serviam para lhes confirmar a impressão de que os nobres não tinham nenhuma função. (Maynard, 1962, 71). Na primavera de 1902 e em 1905, nas províncias de solo preto, irromperam desordens, notadamente nas comunas camponesas adjacentes às grandes propriedades ou a elas ligadas por contratos de arrendamento ou outros laços econômicos (Owen, 1963, 8). No entanto, compra e arrendamento custavam dinheiro e este quase não existia nas mãos dos camponeses. A população aumentava continuamente — tendência reforçada, em parte, pelo fato de os chefes de famílias numerosas estarem autorizados a reivindicar maiores quinhões, por ocasião da redistribuição das terras — mas a quantidade de terra per capita à disposição do campesinato diminuiu em um terço, entre a emancipação e o ano de 1905 (Owen, 1963, 6). Some-se a isto o fato que, na maioria das vezes, os camponeses só haviam conseguido adquirir a terra mais pobre. Muitos não tinham dinheiro para comprar ou arrendar terras e pastos e assim eram forçados a comprar lenha para combustível, palha para os tetos e colchões e também para combustível, além do feno para os animais criados em estábulos. Não poucos camponeses foram obrigados a desistir da criação de animais. Ao mesmo tempo, continuavam a subir os impostos, o que impelia um número sempre maior de pessoas para uma economia de dinheiro, na qual sua participação era cerceada pela escassez desse artigo tão raro. Houve um acréscimo constante de propriedades pequenas, quase miniaturas, justificando os críticos que haviam acusado as comunas de serem "asilos agrícolas nacionais" (Leroy-Beaulieu, 1962, 174).

Ainda assim, a comuna foi para o camponês, uma proteção contra os problemas constantes do mundo exterior e uma entidade corporativa capaz de agir em seu nome e a seu favor. Para o camponês, isolado em sua pequena *izba* (cabana) a sonhar com mais terras e

mais recursos, a comuna acenou com a possibilidade de uma ação coletiva. "Mesmo agora" profetizou Leroy-Beaulieu, em 1876,

> enquanto ainda finge que não ouve as prédicas "niilistas", será que o *mujik* ainda não está propenso a se considerar despojado em favor do *pomieshchik* e a sonhar com uma nova redistribuição de terras, para si e para seus filhos? Assim, então, em vez de fechar para sempre a porta da *izba* ao revolucionário, o próprio *mir* pode muito bem abri-la algum dia para ele. Será em nome do *mir*, que se nos apresenta como a salvaguarda da sociedade, que o camponês será convidado a "completar" sua gleba, a reunir todas as terras sob o domínio comunal. A comuna russa, tal qual existe na antiga Moscóvia, é, de fato, um meio fácil de obter a posse do solo em nome das massas... (1962, 186).

Não foi, pois, uma coincidência o fato de, em dezesseis dos vinte governos, nos quais as depredações contra os proprietários de terras se mostraram mais violentas, no outono de 1905, predominasse o sistema da redistribuição das glebas e não o das propriedades hereditárias de unidades familiares (Robinson, 1949, 153). Além do mais, elas foram bem menos comuns nas áreas de solo não-preto, onde havia fontes alternativas de emprego em ocupações artesanais e industriais, concentrando-se mais nas províncias de solo preto que se dedicavam com maior afinco à agricultura (Lyashchenko, 1949, 742). Em 1905, o procurador da Corte de Apelação de Kharlov, Hrulov, escrevia que

> há uma crença, quase uma lenda popular, que corre entre a população camponesa, de que eles têm uma espécie de direito natural à terra, que mais cedo ou mais tarde deve passar às suas mãos (citado em Owen, 1963, 2).

Procurando entender as causas das revoltas camponesas de 1902 e 1905, o governo ficou ciente de que a comuna redistribuidora de terras, longe de constituir um baluarte eficaz contra a desordem social, havia-a, na realidade, fomentado. Em 1906, o governo elaborou um plano de reforma agrária destinado a desmantelar a estrutura comunal tradicional. As propriedades das comunas que haviam abandonado o sistema de redistribuição de terras foram convertidas em propriedade privada de unidades familiares. Nas comunas que ainda redistribuíam suas glebas, concedia-se o direito a qualquer proprietário de requerer, a qualquer tempo, que a terra à qual tinha direito através da redistribuição lhe fosse concedida como propriedade privada. Além disso, teria o direito de receber a terra toda numa só gleba e não em faixas espalhadas pelos campos. Para finalizar, a própria comuna adotaria a propriedade privada, mediante o voto de seus integrantes. A intenção era criar uma sólida classe de pequenos proprietários rurais na Rússia, confiando, segundo Stolypin, o autor da reforma, nos "fortes e sóbrios", a fim de

> desviar os camponeses da divisão das terras dos nobres, por meio da divisão da sua própria terra em benefício do quinhão

mais próspero do campesinato (Paul Miliukov, citado em Volin, 1960, 303).

A reforma realmente conseguiu algum êxito, principalmente na região ocidental e na Região Industrial Central, onde muitos venderam suas terras a fim de empregar-se na indústria; e também nas estepes da fronteira do sul, onde a comuna era mais fraca e onde prosperava a agricultura comercial, sob o impulso do mercado de cereais europeu-ocidental. Ao todo, uns três milhões de camponeses abandonaram as comunas. No entanto, paradoxalmente, a reforma não foi bem sucedida na Rússia central; nessa região, a comuna pode até ter se fortalecido por medidas destinadas a fazê-la livrar-se dos dissidentes em potencial. A reforma conseguiu uma redução substancial no número dos pobres da aldeia: aproximadamente 900.000 camponeses só adquiriram os títulos de suas terras para depois vendê-las e deixarem a aldeia. Ao mesmo tempo, a reforma deu a oportunidade aos mais prósperos de "se separarem", estabelecerem bem sucedidas fazendas comerciais, fora dos limites da comuna. A conseqüência disso tudo foi a permanência de uns seis milhões de camponeses nas comunas, desinteressados ou impossibilitados de passarem a ser sitiantes independentes. Na maioria dos casos, não possuíam recursos para adquirir a terra e o equipamento necessários ao estabelecimento de um sitio independente ou continuavam a deixar seus animais pastarem em terras da comuna, vantagem reduzida ou praticamente ausente nas fazendas independentes; ou ainda, tinham medo de desistir da segurança de ter faixas de terra espalhadas em diversos campos mas que protegia-os contra as pragas e os fatores climáticos, enquanto a posse de uma só propriedade consolidada, significaria pôr em risco todos os seus pertences de uma só vez. A. Tyumenev, escreveu em 1925, que

> o igualitarismo comunal, que Stolypin temia e quisera destruir, mantinha-se nos distritos do centro velho de Moscou, de onde não cessara de ameaçar as moradas dos nobres. A política de Stolypin teve maior êxito nos povoados longínquos, anteriormente mencionados, onde não era tão evidente sua meta política... foi a não-diferenciação do Centro, a predominância de uma falange compacta do assim chamado "campesinato médio", que garantiu e ainda garante o poder do governo comunista (citado em Owen, 1963, 144-145).

A reforma, neste caso, não agiu só no sentido de reduzir a diferenciação nas comunas, mas também conseguiu colocar aquela "compacta falange" do assim chamado "campesinato médio" contra os mais prósperos "separatistas". A reforma exacerbou a comparação invejosa entre as terras dos mais prósperos, fora das comunas, e as condições que reinavam dentro delas: "havia, nas áreas rurais, um resto de população que contemplava com desejo as novas melhorias, mas estava impossibilitada de partilhas delas" (Owen, 1963, 71). A inveja e o ódio aos que se haviam afastado das terras comunais anteriormente acessíveis a todos, e que as estavam utilizando para benefício próprio, resultaram, na Revolução de 1917, em movimentos de massa, destinados a desapossar os novos proprietários rurais de

suas terras e obrigá-los, pela violência e pela força, a voltar para as comunas.

A comuna sobreviveu a essas vicissitudes, da mesma forma que também sobreviveram a instituição do conselho de aldeia e a da própria aldeia, como pequenos mundos auto-determinados, baseados no consenso. A sociedade, centralizada na parte superior, era no fundo um grupamento de inúmeras comunas que estavam praticamente fora do alcance da influência e do campo de visão do Estado (Wallace, 1908, 115). Além do mais, essa autonomia social foi reforçada por uma considerável autonomia na esfera religiosa. Stephen e Ethel Dunn mencionam que

> a religião oficial gerida pela Igreja Ortodoxa russa e o ciclo camponês, centrado em festividade de origem paga, funcionavam independentemente. O padre não tomava parte em nenhuma festividade popular, exceto na Páscoa, quando peregrinava pela aldeia recolhendo contribuições estipuladas de antemão, de cada família (1967, 29).

Além disso:

> Devido às dificuldades de organização e a escassez de pessoal, a Igreja Ortodoxa deixou de manter um controle ativo sobre muitas áreas rurais eminentemente ortodoxas. Portanto, mesmo excluindo-se a questão do ciclo de festividades camponesas e a influência sectária, a prática religiosa camponesa afastou-se das cerimônias oficiais da igreja. O afastamento era tanto, que os camponeses que se consideravam ortodoxos eram vistos como cismáticos pela hierarquia eclesiástica e tratados como tal. Este exemplo ilustra significativamente o modo como funciona a barreira cultural entre o camponês e o residente urbano. O funcionamento dessa barreira, na Rússia pré-revolucionária, produziu, de fato, duas culturas num só país, tanto do ponto de vista religioso quando do de outras áreas de vida (1967, 30).

A brecha entre a igreja e o crente tornou-se ainda mais profunda com o cisma religioso (*raskol*) que, em 1666, dividiu os Velhos Crentes (*kaskolniki*) da Igreja Ortodoxa. Sob a influência de tendências modernistas e por causa de assuntos tão sem importância, tais como se o sinal da cruz deveria ser feito com dois ou três dedos, ou se a "aleluia" deveria ser repetida duas ou três vezes, ou se Jesus deveria ser escrito ISUS ou IISUS. Embora com a adesão de alguns nobres, este movimento permaneceu "um movimento predominantemente camponês", com "um culto leigo que dependia exclusivamente dos recursos intelectuais e morais do campo" (Vakar, 1962, 24). Os *Velhos Crentes* eram fortemente contrários ao Estado e identificavam o Czar ao Anticristo. Acabaram acreditando num Reino na Terra, nas míticas Águas Brancas, governado por um Czar branco que algum dia apareceria para reinar sobre a Rússia. Não reconheciam nenhuma outra lei a não ser as suas próprias crenças e costumes, davam refúgio a servos fugidos e outras vítimas da ordem social. Acreditavam firmemente numa igualdade social e econômica

que daria frutos na Revolução, com o estabelecimento de comunas que seriam propriedades comuns e se dedicariam a compartilhar o que tinham (Wesson, 1963, 8). Mesmo vivendo "dentro do Estado russo, não pertenciam a ele. Eram uma espécie de anarquistas passivos dentro do Império" (Vakar, 1962, 24). Não se sabe quantos eram, em números absolutos, antes da Revolução. Estima-se que constituíam um terço da população cristã, no século dezenove, tendo passado a um quarto, ao tempo da Revolução (1962, 24). Em 1928, estima-se que chegavam a nove milhões. Não há dúvida que o milenarismo* dos camponeses foi um fator importante do êxito da Revolução. Leon Trotsky (1932, III, 30) refere-se à

> elaboração de idéias sectárias que se apossara de milhões de camponeses. "Conheci muitos camponeses", escreve um autor bem informado, "que aceitaram a Revolução de Outubro como o resultado direto de suas esperanças religiosas".

É importante salientar que, além dos Velhos Crentes primitivos havia também outras seitas, brotadas do tronco principal do movimento *Raskól*, tais como os *Molokani*, ou bebedores de leite, os *Subbotiniki*, ou Sabáticos, os *Skoptsy* e os *Doukhobors*. A partir de 1824 surgiram ainda os Batistas e os Stundistas. Os adeptos destas seitas perfaziam seis milhões em 1924 (Wesson, 1963, 71).

As correntes reformistas criaram ainda outra fonte de oposição à estrutura centralizada do czarismo: as instituições rurais chamadas *zemstvos*. Segundo o estatuto de 1864, esses *zemstvos* deveriam ser entidades representativas encarregadas das funções locais que anteriormente cabiam, pelo menos em parte, aos proprietários de terras, tais como a construção e a manutenção de estradas, a criação dos serviços de educação e saúde, inclusive a escolha de seu quadro de funcionários e, além disso, as funções hoje categorizadas como serviços de extensão agrícola. A concepção formal dos *zemstvos*, estava em plena contradição com seu papel na prática. Deveriam ser organizações representativas funcionando numa autocracia centralizada, sem constituição. Conseqüentemente, o poder central trabalhava para tolher de todas as formas possíveis a sua atuação política. Tendo sido criadas para, de alguma forma, dar uma voz ao campesinato, na prática essa voz era abafada pelas leis eleitorais que asseguravam a representatividade à nobreza, embora esta fosse numericamente inferior, e à população urbana. De início, os camponeses possuíam apenas 40% das cadeiras, porcentagem que foi reduzida ainda, em 1890, para 30%. Organizados para trabalhar ao nível do distrito, faltava-lhes um mecanismo que implementasse decisões em níveis inferiores a este — para tanto, deviam valer-se dos funcionários civis ou da polícia, que pertenciam à administração central. De igual modo, só estavam aptos a dirigir petições ao ministro do interior sobre assuntos técnicos, mas não tinham acesso direto ao czar e não podiam, portanto, levantar questões políticas de âmbito mais amplo. Os seus presidentes eram nomeados e tinham o direito de encerrar discussões e acabar sessões, prerrogativa que mais tarde vieram a compartilhar com o go-

* Doutrina ou crença da volta de Cristo à terra pelo espaço de um milênio. (N. do T.).

vernador da província, o qual foi gradualmente obtendo poderes não só de suspender as reuniões mas também de rever as eleições aos *zemstvos*, anulando as nomeações feitas por este, com o intuito de eliminar os "mal intencionados". Assim tratava-se de uma estrutura representativa apenas no papel, pois na prática "não tinha fundamento — flutuava no ar" (Miliukov, 1962, 213).

Contudo os *zemstvos*, embora politicamente impotentes, contribuíram com uma grande quantidade de serviços sociais fundamentais, para os quais atraíram um segmento entusiástico e talentoso da *inteligentsia*. Pela primeira vez, foram estabelecidas escolas leigas nas aldeias russas e os professores rurais

> habituaram-se a considerar seu trabalho como um dever social que precisava ser cumprido, não como meio de vida ou profissão técnica, mas como vocação superior, voluntária, para o bem do país (1962,160).

O mesmo espírito animava médicos, cirurgiões, estatísticos e agrônomos. Não obstante, desempenhavam papéis fundamentalmente contraditórios. Os *zemstvos* eram ilhas de auto-gestão num mar de autocracia, portanto a sua própria existência era uma ameaça àquela autocracia. Inevitavelmente, despertava nos homens a esperança da expansão de um governo representativo. Inevitavelmente, também, a *inteligentsia* do zemstvo:

> homens que lidavam com realidades, ligados pelo seu trabalho diário às classes mais baixas da população, conhecendo suas necessidades, compartilhando de suas tristezas e compadecendo-se de todas as suas misérias (1962, 212).

tornou-se a principal portadora dessa esperança, que prometia um maior proveito de seu trabalho. Também inevitável foi a reação do governo quando os *zemstvos* dirigiram-se ao czar com suas reivindicações. "Estou ciente", disse Nicolau II, em 1895, logo depois de sua ascensão ao trono,

> que, em certas reuniões dos *zemstvos*, levantaram-se vozes de pessoas empolgadas por ilusões absurdas ("sonhos insensatos...") quanto à participação dos representantes dos *zemstvos* em assuntos da administração interna. Saibam todos que, ao consagrar todas as minhas forças ao bem-estar do povo, pretendo proteger o princípio da autocracia tão firme e inabalavelmente quanto meu falecido e inesquecível pai (1962, 239).

Impressionante, também, diante da perspectiva histórica, é a resposta dos liberais que almejavam uma expansão da autonomia dos *zemstvos*:

> Se a autocracia do ato e da palavra se auto-proclama idêntica à onipotência da burocracia, se ela só pode existir enquanto a sociedade ficar calada, sua causa está perdida. Ela cava sua própria sepultura e, mais cedo ou mais tarde, de qualquer forma, num futuro não muito remoto, há de cair sob a

> pressão de forças sociais vivas... Desafiastes • os *zemstvos* e com eles a sociedade russa e nada mais lhes resta senão escolher entre o progresso e a fidelidade à autocracia. .. Destes início à luta e a luta virá (1962, 240).

Nessa luta, grande parte do "terceiro elemento" do zemstvo — como era conhecida a *inteligentsia* do zemstvo, pois formava o terceiro grupo, sendo o primeiro a burocracia estatal e o segundo os representantes eleitos — iria aderir aos revolucionários e à causa da revolução que derrubaria o regime anterior.

Porém, a Rússia do século dezenove não era apenas um país de campesinato; fora também apanhada num movimento de industrialização crescente a acelerado. A fim de compreender todo o impacto desse desenvolvimento, é preciso saber que há muito tempo, especificamente desde o século dezessete, e principalmente nas províncias de solo não preto, do norte, já existia um vínculo muito estreito entre a agricultura e a indústria. Nessas províncias, onde o solo era pobre, a agricultura rendera pouco e fora preciso complementar esses parcos rendimentos com indústrias caseiras tais como tecelagem, marcenaria, cerâmica, trabalhos em palha ou metal, ou com empregos temporários nas madeireiras, minas, como vaqueiros e no transporte de cargas. Ao final do século dezoito, entre um quinto e um terço da população masculina adulta já havia adotado um modo de vida não agrícola, nas províncias de solo não preto (Lyashchenko, 1949, 271). O desenvolvimento de uma força de trabalho permanente, no entanto, foi bastante tolhido pelas restrições impostas pela servidão aos contratos de trabalho livre. Até 1835, qualquer proprietário de terras podia, a qualquer momento, chamar de volta seus servos, que trabalhavam nas indústrias. Assim, na terceira década dos século dezoito, os operários da indústria têxtil cujos pais também foram operários, não passavam de 10% do total dos operários empregados (1949, 286-287).

Essas limitações reforçavam o apego incessante à terra. Os padrões predominantes de emprego na indústria que se cristalizaram nessas condições, ou eram caseiros, organizados num sistema de "trabalhar para fora", ou da migração temporária para o trabalho na indústria, e a volta, também temporária, ao trabalho agrícola. Essa rotatividade entre fábrica e trabalho agrícola era conhecida como *otkhodnichestvo*, modelo que chegou ao século vinte (Dunn e Dunn, 1963, 329-332). Finda a estação agrícola, no outono, partiam grupos de homens para o trabalho na indústria; na primavera, tempo de semeadura, voltavam. Esses grupos desenvolveram uma forma de organização característica, chamada *artel'*. Os integrantes do grupo

> faziam um contrato entre si e como grupo, com um empregador, para trabalhar por uma taxa fixa em dinheiro e os lucros eventuais seriam divididos por igual. Os contratos eram firmados por um agente (artel'shchik), porta-voz do grupo. Todos os membros do artél' tinham funções específicas; os mais jovens serviam de cozinheiros e ajudantes gerais. Usava-se também essa forma de organização para o trabalho nas madeireiras e na pesca, embora nesses casos o artél' não funcionasse como em-

pregado coletivo e sim como empreiteiro coletivo. Mas mantinha-se o princípio da divisão dos lucros por igual (Dunn e Dunn, 1967, 10).

Em 1860, um terço dos 800.000 trabalhadores na indústria ainda eram servos; mas a emancipação imprimiu um ímpeto poderoso à formação de uma força de trabalho industrial livre e permanente. Criou uma associação de trabalho de camponeses sem terra — cujo número se elevava a mais de 2 milhões e 500 mil homens, que precisavam encontrar outros empregos. Além disso, muitos camponeses — provavelmente por volta de um milhão — haviam recebido quinhões de terra de menos de um *desiatin*, ou 2,7 acres, e necessitavam de outros empregos para complementar seus ganhos. Em fins do século dezenove, 3 milhões de pessoas estavam empregadas na indústria (Lyashchenko, 1949, 420). Nas fábricas maiores o aumento no número de operários foi especialmente grande. Enquanto, em 1866, 644 fábricas empregavam mais de 100 operários, em 1890, havia mais de 951 fábricas nessas condições. Ao mesmo tempo, o número de fábricas que empregavam mais de 1.000 operários aumentou de 42, empregando 62.800 operários, para 99, que empregavam 213.300. A percentagem de todos os operários empregados em fábricas de 1.000 operários ou mais, cresceu de 27,1% do número total de trabalhadores, em 1866, para 45,9% de todos os operários, em 1890.

Tal concentração de operários em fábricas enormes é notável, especialmente se compararmos a Rússia a outros países. "Na concentração da produção", diz Manya Gordon (1941, 354)

> já desde 1895 a Rússia ultrapassara a Alemanha. Naquele ano, os assalariados das fábricas russas com mais de 500 operários, constituíam 42% de todos os operários, ao passo que na Alemanha esses grandes estabelecimentos respondiam por apenas 15% do operariado. Os operários de estabelecimentos com entre 10 e 50 empregados eram de 16% na Rússia e 32% na Alemanha. Por volta de 1912, os operários das fábricas russas de mais de 500 empregados formavam 53% do total. Já em 1925, na Alemanha, os estabelecimentos de 1.000 operários para cima, empregavam mais de 30% de todos os operários nas fábricas com mais de 50 pessoas. Na Rússia, já em 1912, tinha 43% nas fábricas que empregavam de 1.000 pessoas para cima. Mais surpreendente ainda é a comparação com os Estados Unidos. De todos os operários em estabelecimentos com mais de 50 pessoas, os operários nas empresas de 500 pessoas ou mais, perfaziam 47%, nos Estados Unidos, em 1929. Na Rússia, eles eram 61% em 1912. Como conseqüência da entrada de capital estrangeiro, o império eslavo, subdesenvolvido industrialmente, um anão comparado aos Estados Unidos, tinha uma concentração enorme de produção.

Essa tendência considerável para a concentração de uma nova classe trabalhadora torna-se evidente, também, do ponto de vista geográfico. Quase 60% de todos os operários na Rússia européia, concentravam-se em oito regiões restritas: a região industral de Moscou, S. Petersburgo, Polônia, Krivoi Rog e a bacia do Donets, na Ucrânia, Kiev e Podoia, Baku e Transcaucásia. Por isso, o pro-

letariado russo florescente, que era relativamente pequeno, em relação ao total da população, desenvolveu um peso social enorme em algumas fábricas localizadas numas poucas áreas, e este fato é de suma importância quando se avalia a tomada do poder pelos bolcheviques em 1917. Houve também um aumento enorme na força de trabalho empregada nas vias férreas que ligavam aqueles centros ao interior do país. A milhagem das estradas de ferro aumentou de 1.488 versts* em 1861, para 61.292 versts, em 1906; os ferroviários passaram de 32.000 a 253.000 (Lyashchenko, 1949, 487-502).

Enquanto esse processo de concentração absorvia um número sempre maior de operários, também ia transformando um número cada vez maior de camponeses em operários de meio período, ou transformava os operários de meio período em operários de tempo integral.

Em fins de 1890, metade dos operários da indústria russa eram filhos de pais que já haviam trabalhado na indústria. Simultaneamente, ia aumentando o número de operários que já não voltavam às suas aldeias para desempenhar tarefas agrícolas. Uma pesquisa feita na região industrial de Moscou, em meados de 1880, demonstrou que essa tendência era especialmente acentuada nas indústrias

mecanizadas, tais como a indústria têxtil, estamparia e acabamento do algodão e a metalurgia. Todavia, nas indústrias que empregavam o trabalho manual, tais como a tecelagem do algodão ou da seda, a porcentagem dos operários que ainda partiam para trabalhar no campo continuava elevada: 72% e 63%, respectivamente (Lyashchenko, 1949, 544-545). Havia uma grande rotatividade de operários que acabaram por estabelecer um elo ininterrupto entre as cidades e as aldeias, elo esse que certamente foi de suma importância para a difusão das novas idéias e aspirações dos homens do campo. O elo dos artesãos das aldeias com o mundo exterior era mais indireto, através de vias comerciais e financeiras. O seu número, em 1901, foi estimado em 4.600.000, trabalhando em cinqüenta províncias (Gordon, 1941, 356).

Que influência tiveram esses fatos na estrutura global da sociedade russa? Quais foram, se é que existiram, os arranjos que trouxeram em seu bojo e quais as conseqüências deles advindas para a estrutura czarista? Esse Estado desenvolveu-se, de início, como um dispositivo militar. Entrou na época moderna, primeiramente, como reação violenta às invasões dos mongóis, vindas do oriente, e posteriormente, às dos livônios, suecos e poloneses, vindas do ocidente. Nas palavras do historiador russo Kliu-chevski, a Rússia "tornou-se um campo armado rodeado de inimigos por três lados". O resultado foi o desenvolvimento de uma grande máquina militar, consagrada a uma cruzada religiosa em nome de Moscou, como se fosse uma terceira Roma. Sob Ivan III (1462-1505) e Ivan IV (1533-1584), a nobreza russa perdeu sua antiga autonomia e foi inteiramente posta sob a égide do czar. Os nobres, recentes e tradicionais, receberam terras em troca de serviços prestados e tornaram-se "escravos" hereditários do czar. Além disso, a máquina militar incorporara métodos mongóis de recenseamento e tributação, da mesma forma que mais tarde absorveria a tecnologia industrial do oci-

---

* Versts — Medida itinerária russa, equivalente a 1.067 metros. (N. do T.).

dente, a fim de construir a sua própria indústria bélica. Outrossim, enfrentou a época moderna com um sistema bancário centralizado, no qual o diretor do departamento do crédito do tesouro estatal controlava toda a estrutura financeira do país (Lyashchenko, 1949, 706). No século dezessete, o orçamento militar respondia por 60 a 70% das despesas do Estado e, na primeira metade do século dezenove não baixara além de 50%.

Num tal Estado a situação dos nobres era equívoca e fraca. Os nobres russos jamais foram grandes proprietários de terras, capazes de exercer poder local independente, contra o Estado. Ao contrário, os czares esforçaram-se para tornar a situação social do nobre, na corte, dependente, não do poder autônomo que ele pudesse exercer, mas da tabela organizacional, na qual o que definia o *status* da nobreza eram os serviços, ao passo que o fato de alguém ser nobre, por si só, não lhe dava o direito de prestar qualquer forma especial de serviço. Assim, essa tabela organizacional burocrática era mais importante que qualquer ligação pessoal de fidelidade. Deste modo, os nobres preferiam viver como rentiers (de rendas) nas cidades e nos vilarejos e não como administradores rurais de suas propriedades. A dacha, no campo, era casa de veraneio, não centro administrativo. Para assuntos agrícolas, confiavam, em última instância, em seus intendentes e nos representantes eleitos das comunas das aldeias. Tornaram-se assim dependentes do Estado por um lado, e da comuna camponesa, por outro, que com seus costumes e práticas agrícolas, constrangia sua capacidade de tomar decisões (ver Confino, 1963). Sob as ordens vindas do alto e o constrangimento vindo de baixo, habitavam, socialmente, uma terra de ninguém, na qual substituíam o sentimento local e territorial pelo sentimento de pertencer a certas escolas e regimentos. Conforme palavras de Pushkin, em princípios do século dezenove, o internato de Tzarskoe Selo tornou-se "a pátria de todos nós". Além disso, nos tempos de Pedro, o Grande, foram admitidos ao serviço e portanto à nobreza, um número cada vez maior de não-nobres. Em 1762, a decisão de tornar o serviço da nobreza voluntário e não mais obrigatório, que fora freqüentemente apresentado como vantajoso para os nobres, na verdade era uma declaração de que o Estado havia encontrado outros estratos da população de onde tirar seus leais servidores (Raeff, 1966, 109), e de que o monopólio da nobreza quanto aos serviços fora decisivamente anulado. Assim, a nobreza russa jamais chegou a formar

> um estado genuíno, com vida corporativa autônoma, cujos membros, direitos e privilégios ter-se-iam baseado em seus papéis criativos e socialmente valiosos, na economia, nos governos locais, e na expressão de idéias e opiniões. A não criação de um estado nobre genuíno perpetuou, na nobreza, a falta de raízes e a dependência do Estado; ela continuava a esperar do Estado as diretrizes que a guiassem, em tudo o que dizia respeito ao desenvolvimento e à transformação do país (1966, 106).

Os nobres substituíam progressivamente suas funções específicas de serviço, pela função geral de difundir a cultura ocidental — especialmente a francesa — entre as massas da Rússia "subdesen-

volvida". O nobre navegador ou artilheiro do tempo de Pedro, o Grande, transformara-se num "nobre filósofo". Kliuchevski descreve-o sarcasticamente como:

> o representante típico daquela classe social, cuja tarefa consiste em levar avante a sociedade russa pelo caminho do progresso; portanto, faz-se necessário indicar suas principais características. Sua posição social era fundamentada na injustiça social e coroada pela ociosidade. Das mãos de seu professor, o chantre e funcionário da igreja da aldeia, ele passava às mãos de um tutor francês, complementava sua educação nos teatros italianos e restaurantes franceses; usava suas habilidades nas salas de visita de S. Petersburgo e acabava seus dias num estúdio de Moscou ou em algum retiro campestre, com um volume de Voltaire nas mãos. Na Av. Povarskaia (uma das belas avenidas de Moscou) ou em Tula *guberniia*, no campo, ele, com seu volume de Voltaire nas mãos, era um fenômeno estranho. Suas maneiras, costumes, gostos, simpatias e até seu idioma, adotados, eram todos estrangeiros, importados... não possuía ligação orgânica com o ambiente em que vivia e nada de sério a fazer na vida. Estrangeiro entre sua própria gente, tentava pôr-se à vontade entre estrangeiros e tornara-se uma espécie de filho adotivo da sociedade européia. Na Europa era visto como um tártaro de roupa nova e, em seu país, o povo via nele um francês nascido na Rússia (citado em Robinson, 1949, 52-53).

De servidores do Estado, os nobres haviam passado a meros figurantes numa sociedade com a qual tinham muito pouco em comum. Na esteira das guerras napoleônicas, aliás, muitos deles viriam a sentir o peso de sua "maldita realidade russa". Alienados do Estado, de ligações locais e dos demais grupos sociais de sua própria sociedade, finalmente sentir-se-iam "em casa" na grande proliferação de "círculos", sociedades secretas e lojas maçônicas que começaram a criticar cada vez mais a ordem estabelecida. Essas tendências produziram, em 1825, uma insurreição abortada, a dos Decembristas, na qual os militares e alguns funcionários públicos tentaram realizar uma "revolução vinda de cima". Além de politicamente impotentes, eram também economicamente ineficazes:

> Ao findar-se a época da servidão, o endividamento dos proprietários de terras assumira proporções gigantescas; às vésperas da Emancipação, dois terços de todos os servos particulares haviam sido hipotecados, por seus donos, a instituições estatais, contra empréstimos que totalizavam 400.000.000 de rublos, ou mais de metade do valor de mercado desses mesmos servos, a preços então em vigor — e não estão aqui incluídos empréstimos tomados a fontes particulares, sobre os quais os proprietários pagavam juros ainda mais elevados (Robinson, 1949, 56-57).

À medida que a nobreza perdia em poder, outros grupos sociais iam galgando os degraus dos empregos estatais. O Estado necessita-

va de funcionários: precisava de homens habilitados, tais como médicos, engenheiros e professores. Para produzi-los, o Estado começou a estimular a educação: a escola de cadetes, destinada aos filhos dos nobres, deu lugar à Universidade, a partir de 1825. Esse aumento de oportunidades para a educação teria conseqüências importantes para a sociedade russa. Paradoxalmente, a educação na Rússia "não era um privilégio dos ricos, tanto quanto no ocidente" (Berdiaiev, 1937, 67). De 1865 a 1914, o número de estudantes aumentou de 105 a 545, por 100.000 habitantes, isto é, cinco vezes. Nas escolas superiores o aumento foi ainda mais acentuado: as matrículas aumentaram sete vezes, de 1865 a 1914. Além disso, elevava-se o número de operários e filhos de camponeses que começaram a estudar. Entre 1880 e 1914, o número de filhos de artesãos e operários que freqüentavam a Universidade elevou-se de 12,4% do total de estudantes a 24,3%. Em 1880, os filhos de camponeses perfaziam apenas 3,3%; mas em 1914 já chegavam a 14,5% dos estudantes universitários (Inkeles, 1960, 344). Foi, pois, a instrução que forneceu as vias estratégicas para a mobilidade social dos *raznochintsy*, gente cuja posição não ficara indicada na tabela de categorias de Pedro, o Grande, mas que agora fornecia os novos serviços de que o Estado necessitava. Foi galgando os degraus da escada da instrução, que levava do seminário ao ginásio e à universidade "que os *raznochintsy* despontaram; sem isso, jamais teriam existido" (Malia, 1961, 13).

O processo educacional, no entanto, teve conseqüências imprevistas. O estado czarista sabia como utilizar o talento técnico, mas ignorava como enfrentar as conseqüências sociais mais amplas, advindas de uma elite educada. A instrução fez aparecer não apenas pessoal técnico mas também uma *inteligentsia*, especificamente russa. Era nas universidades que os membros da nobreza — que se haviam feito escritores, críticos e professores — encontravam-se com os filhos de outras classes; e foi das universidades que se alastrou o antagonismo dos instruídos para com o poder absolutista do Estado. Aí desenvolveu-se um grupo imenso de homens e mulheres — estimado em milhares, em 1835, mas que, em 1897, já perfazia entre meio a três quartos de milhão (Fischer, 1960, 254-262) — oriundos de todas as classes sociais mas unidos na mesma rejeição ao Estado. Segundo Berdiaiev, (1937, 48) eles se assemelhavam a uma "seita ou ordem monástica" cuja atitude para com a ordem estabelecida tinha suas raízes num sentimento quase religioso de estar "todo o mundo sob o maligno" (João, 5:19). Sob a pressão contínua da censura estatal e do vexame, muitos integrantes da *inteligentsia* converteram-se numa classe de "estudantes expulsos e jornalistas censurados os quais, em desespero, foram levados a extremos conspiradores" (Malia, 1961, 15) e proliferaram, durante os últimos anos do século dezenove, inúmeras concepções de conspiração organizada, da *inteligentsia* contra o Estado. Esse aumento de organizações conspiradoras surgira pela Europa toda, no período posterior às guerras napoleônicas, quando

> as perspectivas políticas pareciam muito semelhantes aos olhos dos oposicionistas em todos os países da Europa, e os métodos para se conseguir a revolução — uma vez que a frente absolu-

> tista unida virtualmente excluía a reforma pacífica, na maior parte do continente — eram praticamente os mesmos. Todo revolucionário, justificadamente ou não, se considerava parte integrante de uma pequena elite de emancipados e progressistas que trabalhavam com, e eventualmente, em benefício de uma vasta massa inerte de gente ignorante e iludida, a qual, sem dúvida, acolheria a liberdade, quando ela chegasse, mas, da qual não se podia esperar que tomassem parte ativa na preparação de seu advento... Todos eles, tendiam a adotar o mesmo tipo de organização revolucionária e até a mesma organização: a irmandade revoltosa secreta (Hobsbawn, 1962, 115).

Uma dessas organizações reuniu os jovens aristocratas, que em 1825, se rebelaram contra o czar, mas foram facilmente reprimidos. Mas surgiram outras que seguiram seus passos. Embora o padrão conspiratório fosse pan-europeu — e se estendesse até mesmo à América Latina havia nele uma atração especial para os russos e foi essa inclinação deles pela conspiração clandestina, pelos métodos de capa e espada e pelos programas terroristas, que fez com que a Rússia de fins do século dezenove se destacasse do caráter geral da vida européia (Tompkins, 1957, 157).

Na linha ininterrupta de conspiradores, que liga os rebeldes de 1825 aos revolucionários de 1917, destaca-se a figura de Sergei Nechaev, tanto por desenvolvido o conceito de revolucionário profissional quanto por terem seus escritos e atividades apelado para a imaginação da sociedade russa mais culta, conforme foi claramente expresso em *Os Possessos*, de Dostoievski, que trata da conspiração de Nechaev. Nechaev, filho de um servo, mas que conseguiu estudar e tornar-se professor e freqüentar a Universidade de S. Petersburgo, é o provável autor do *Catecismo do Revolucionário,* escrito em 1869. Nesse livro, retrata o revolucionário como

> um homem à parte. Não tem interesses pessoais, emoções ou ligações; não possui propriedades pessoais e nem mesmo um nome. Nele tudo está voltado para um único e exclusivo interesse, um único pensamento e uma única paixão: a revolução...! Todos os sentimentos dignos e humanos de parentesco, amor, gratidão e até honra, devem ser suprimidos, deixando apenas a única e fria paixão pela revolução... O fervor revolucionário torna-se para ele um hábito cotidiano e deve estar sempre conjugado ao calculismo impassível. A qualquer hora e em qualquer lugar ele deve fazer o que o interesse da revolução exige, a despeito de suas próprias inclinações pessoais (citado em Prawdin, 1961, 63-64).

Esses revolucionários profissionais formariam grupos de cinco, dispostos numa hierarquia revolucionária, encimada por um Comitê que

> uniria as revoltas espalhadas e portanto ineficientes, transformando as explosões esparsas numa única revolução popular (citado em Prawdin, 1961, 41).

Em 1871, foram julgados por conspiração cento e cinqüenta e um *nechaevistas*.* Um de seus advogados descreveu-os assim:

> são o proletariado intelectual da Rússia. Não obstante o rendimento que qualquer um deles tenha, coletivamente, pertencem à classe das pessoas que receberam uma educação melhor, que provaram os frutos da ciência e absorveram as idéias européias, mas a quem se nega uma boa posição na vida. Na melhor das hipóteses conseguem ganhar a vida, mas não têm direitos, tradição ou segurança, portanto, constituem naturalmente, o material no qual as novas idéias podem lançar raízes e desenvolver-se rapidamente (citado em Prawdin, 1961, 69).

O julgamento deu grande publicidade às suas idéias. Um agente da policia secreta escreveu que:

> esse julgamento representa um marco na vida do povo russo. No momento não há nenhum canto em nosso imenso país onde os manifestos de Nechaev não estejam sendo lidos pelas massas incultas que, naturalmente, dão uma atenção especial aos pontos em que se fala dos sofrimento do povo e daqueles que são responsáveis por eles... Até hoje, tais ensinamentos eram conservados em segredo e considerava-se a distribuição de tais proclamações como crime. Agora, tudo isso tornou-se assunto de domínio público, distribuído pela Rússia afora, em milhares de jornais (citado em Prawdin, 1961, 75).

O conceito de um exército de revolucionários profissionais tornar-se-ia o protótipo de muitos movimentos terroristas, no decorrer do último quartel do século dezenove e se assemelha fortemente ao conceito de Lênin, de um partido revolucionário como Estado-Maior da revolução. O que Lênin conseguiu, pode ser fundamentalmente caracterizado como a fusão do conceito russo de um bando organizado de conspiradores com idéias marxistas sobre o papel do proletariado na revolução. Nas palavras de Trotsky:

A fim de conquistar o poder, o proletariado precisa de algo além de uma insurreição espontânea. Precisa de uma organização apropriada, precisa de um plano; precisa de uma conspiração. Esse é o ponto de vista leninista da questão (1932, III, 170).

Em Que Fazer? escrito por Lênin em 1902, ele atribuiu essa função essencial de liderança aos revolucionários profissionais, recrutados "entre a geração jovem das classes instruídas". Enquanto os operários, deixados à própria iniciativa, só conseguiam desenvolver uma consciência sindical e os camponeses, apenas exigências pequeno-burguesas com relação à terra, seriam líderes intelectuais os dirigentes da revolução, em nome de camponeses e operários.

O poder decadente da nobreza e a influência crescente da *inteligentsia* foi apenas parcialmente compensado pela acentuada atividade política por parte de um grupo ascendente de empresários. O desenvolvimento de uma classe empresarial independente vinha sendo

* Adeptos dc Nechaev. (N. do T.)

retardado há muito tempo pela concentração dos negócios nas mãos de comerciantes patrocinados pelo Estado, ou de negociantes que trabalhavam para a nobreza e para os mosteiros. Chegou-se mesmo a argumentar que a atividade empresarial surgiu à margem da sociedade, nas comunidades religiosas anti-estatais dos *Velhos Crentes* e não no centro estratégico da ordem social. Os *Velhos Crentes*, expulsos para as florestas do norte pela perseguição religiosa, haviam organizado comunas semelhantes a mosteiros, baseadas no artesanato e no comércio, como Vig, Rogozhsk e Preobrazhensk; foram essas organizações que — nos séculos dezessete e dezoito — lançam "os alicerces de algumas das maiores fortunas de empresários russos" (Bill, 1959, 103). O século dezenove, ao trazer a expansão do comércio por meio dos navios e das vias férreas, deu alento ainda maior ao crescimento desta nova classe, a qual, no entanto permaneceu fortemente marcada pelas suas origens camponesas e artesãs.

> Dentre as aproximadamente vinte famílias que constituíam a nata da burguesia moscovista, ao fim do século dezenove, metade se originara do campesinato, durante as três últimas gerações, ao passo que a outra metade descendia de pequenos artesãos e mercadores, chegados a Moscou em fins do século dezoito e princípio do século dezenove (Bill, 1959, 153).

A Emancipação deu chance a um número ainda maior de camponeses empreendedores e astutos de entrarem nas fileiras empresariais. Contudo, paradoxalmente, os empresários, ainda por cima permaneciam politicamente impotentes. Não se ligavam à nobreza, que se recusava a aliar-se a eles por meio de casamentos (Ungern-Sternberg, 1956, 53). Suas empresas permaneciam, em geral, em base familiar; as corporações, que teriam ligado essas empresas familiares e proporcionado a base organizacional para uma coesão de classe maior, só vieram a se desenvolver depois da passagem para o século vinte. Elas permaneceram muito dependentes do Estado e continuaram a competir umas com as outras pelas gratificações, tarifas, contratos e subsídios do governo. Dependiam cada vez mais do capital estrangeiro, que constituía, na década de 1890, um terço do total dos recursos e, em 1900 quase metade deles, (Lyashchenko, 1949, 535), fazendo com que Trotsky se referisse a elas com menosprezo, chamando-as de "burguesia semi-compradora":

> de um lado, a autocracia e, de outro, a burguesia russas, continham traços de "compradorismo" cada vez maiores e mais claramente expressos. Viviam e nutriam-se através de suas conexões com o imperialismo estrangeiro e serviam-no; sem seu apoio, não poderiam ter sobrevivido. Na verdade não sobreviveram a longo prazo nem com esse apoio.
> A burguesia russa semi-compradora possuía interesses imperialistas mundiais, no mesmo sentido que um intermediário que trabalha na base de porcentagens depende de seu empregador (1932, I, 17).

Seu papel na sociedade não obteve o reconhecimento social po-

sitivo; o termo *kupez* (comerciante) conservava conotações de "patife e impostor"; e eles próprios sentiam-se fortemente influenciados pelas crenças que tinham os ganhos comerciais na conta de uma espécie de pecado. Vários doaram somas consideráveis a entidades religiosas (Elisseéff, 1956). Não conseguiam tampouco estabelecer contato algum com a *inteligentsia* que permanecia hostil à atividade pecuniária. É importante assinalar que muitos dos grandes escritores russos — Pushkin, Dostoiewski, Tolstoi, Gorki — condenavam sobremaneira a capacidade comercial e ajudaram a criar "uma atitude hostil para com a sociedade monetária que, durante todo o século dezenove, se infiltrara no mundo literário e intelectual da Rússia" (Bill, 1959, 181).

Defrontamo-nos, pois, com uma sociedade que possuía uma grande máquina militar, mas de classes frágeis e ainda incertas da própria capacidade de articular seus interesses de modo significativo, no campo político; cuja população instruída estava, em grande parte, alienada de;, suas metas e processos; uma sociedade empenhada numa luta de êxito duvidoso: a de resolver seus problemas agrários, e que ainda se debatia nas angústias de uma revolução industrial que ampliava suas ramificações. O envolvimento na I Guerra Mundial invalidaria seu setor militar e demonstraria sua incapacidade para conter o alastramento da desordem social; e no vácuo criado pelo fracasso militar e político, entrariam os intelectuais armados, que se aproveitaram das greves das massas operárias e da rebelião rural, a fim de tomar o poder pela insurreição.

Há três fatores predominantes na Revolução que poria fim ao Estado czarista e às suas classes frágeis: o desenvolvimento da greve das massas operárias na indústria, a intensificação das desordens camponesas; e a deserção em massa do exército, composto, principalmente, de operários e camponeses chamados às armas. O êxito da Revolução dependeu do êxito da sincronização desses três movimentos. Todos eles já eram óbvios na Revolução de 1905, em sua forma incipiente e, em 1917, na sua forma desenvolvida.

As greves das massas, de 1905, na indústria, foram precedidas por um número sempre maior de greves, a partir de 1880. Em 1902 ocorreu a greve ferroviária de Vladikavkaz, no Cáucaso, e em Rostov-sobre-o-Don, na Nova Rússia. O governo reagiu, estabelecendo controle policial nos sindicatos, o que produziu resultados paradoxais. Muitos operários ganharam experiência organizacional nesses sindicatos, mas logo levaram suas exigências além do que era considerado permissível pela polícia czarista. Durante este período, os operários se familiarizaram com a tática de coletar fundos de greves e eleger comitês grevistas. Oscar Anweiler (1958, 28) acredita que esses processos se desenvolveram em primeiro lugar entre os operários judeus das províncias ocidentais, de onde foram introduzidos na Rússia propriamente dita, em 1896-1897. Em maio de 1905 uma greve de 70.000 operários no centro têxtil de Ivanovo Voznesensk, localizado 200 milhas a noroeste de Moscou, na região do médio Volga. Foi nesta ocasião que o comitê de greve, formado por 150 operários dos quais um quarto eram social-democratas, pela primeira vez se auto-denominou conselho ou *soviet* e começou a assumir funções militares e políticas locais.

O movimento camponês foi, em parte, incentivado pelas insur-

reições industriais e, em parte, independente delas. Em 1902, as greves ferroviárias do Cáucaso provocaram perturbações camponesas nessa região. Ao mesmo tempo, no entanto, e independentemente da greve industrial, rebentou uma insurreição em Vitebsk, na Rússia Branca, na qual os camponeses exigiram a publicação da "verdadeira" Proclamação da Emancipação de 1861. Daí as desordens camponesas espalharam-se pela região agrícola central. De modo geral, essas insurreições eram problemas locais, mas em toda parte faziam surgir as mesmas exigências básicas: abolição do controle oficial sobre a vida camponesa; término dos pagamentos de redenção, abrandamento dos impostos e repartição de terras. Só na Região do Médio Volga havia uma certa ligação entre os camponeses revoltosos e os revolucionários urbanos; nas províncias de Saratov e Penza, o partido Social Revolucionário conseguira organizar com êxito diversas fraternidades de camponeses armados. Contudo, com o passar dos meses, em toda parte os camponeses começaram a ouvir falar das greves nas cidades, e das derrotas militares sofridas na guerra contra o Japão, da boca de camponeses-operários recém chegados à aldeia. A chamada de reservistas afetou ainda mais a vida camponesa. Houve, então, um crescimento de responsabilidade dos camponeses no estabelecimento de sindicatos camponeses, estimulado no verão, pelos liberais dos *zemstvos* e pelos revolucionários profissionais que viviam nas zonas rurais. Assim, na província de Vladimir, um mestre-escola local auxiliado pelo funcionário do distrito e seu ajudante, organizaram um sindicato camponês e instigaram os camponeses a ocupar terras pertencentes aos proprietários de terras e recusar-se a pagar os impostos. Na província de Saratov, o veterinário local encabeçou um movimento que organizou sua própria milícia, instituiu um clero eleito em substituição aos padres nomeados e transformou as igrejas em escolas e hospitais (Harcave, 1964, 218). Em fins de julho, foi organizado, numa reunião de 100 camponeses e 25 membros da *inteligentsia* de Moscou, um Sindicato Camponês para a Rússia toda. Em novembro, esse Sindicato Camponês já possuía 200.000 membros, em 26 províncias. Dentro dos sindicatos camponeses nota-se um processo que se repetiria em 1917, com graves conseqüências para a distribuição do poder político: os delegados camponeses locais revelaram ser muitíssimo mais radicais que a liderança central. Em princípios de novembro, na segunda reunião do Sindicato Camponês, esses delegados exigiram o uso da violência e a tomada e partilha das terras, sem compensação. Essas exigências radicais encontraram eco no *soviet* que fora organizado na área industrial de S. Petersburgo. "Pela primeira vez na história do país, houve a possibilidade de unir o descontentamento urbano e rural, numa ação contra o governo" (Harcave, 1964, 220).

Esse surto de greves e insurreições camponesas afetou também as forças armadas. Houve, em diversas cidades, motins do exército e da marinha. Fato com o do célebre encouraçado Potemkin, em Odessa. Aqui e ali, surgiam *soviets* de marinheiros e soldados, mas de modo geral, o exército continuava firme e, em dezembro de 1905 o governo já demonstrava sua renovada capacidade de reprimir as revoltas pela força. Entre outubro, fevereiro e março de 1906, o número de operários em greve regredira de seu máximo, de 475.000, a 50.000. As desordens camponesas haviam afetado 240 condados, no

verão de 1905; no outono de 1906, apenas 72 condados denunciavam ainda perturbações; no outono de 1907, já este número decaíra para 3.

A Revolução de 1905 fora o "prólogo" — prólogo em que, nas palavras de Trotsky, "estiveram presentes todos os elementos da tragédia que não chegou a ser representada". Dessa vez as forças da dissolução não se haviam ainda sincronizado com suficiente vigor e o governo ainda era muito forte.

Após uma calmaria inicial, um reinicio da atividade grevista. Em 1910, 46.623 grevistas saíram à rua, em 222 greves; em 1912, 725.491, em 2.032 greves; em 1914, 1.337.458 em 3.534 greves. Durante o mesmo período, de 1910 a 1914, as insurreições camponesas elevaram-se a 13.000. A mobilização dos operários e soldados em 1914, naturalmente diminuiu o movimento grevista. No entanto, o ano de 1915 assistiu a 928 greves, com a participação de 539.500 grevistas. Em 1916, 951.700 grevistas organizaram 1.284 greves; e só nos dois meses decisivos de janeiro e fevereiro de 1917, 676.300 operários entraram em 1.330 greves (Lyashchenko, 1949, 692, 694).

Foi também uma greve que desencadeou os acontecimentos de 8 de março de 1917; mas desta vez os operários em greve uniram-se aos soldados amotinados de uma maneira incalculável, em 1905. A 8 de março, 90.000 operários entraram em greve em S. Petersburgo. Muitos deles eram mulheres "o elemento mais oprimido e espezinhado do proletariado — as operárias das indústrias têxteis — entre elas, indubitavelmente, muitas esposas de soldados. As imensas filas para a compra do pão haviam sido a última gota" (Trotsky, 1932, I, 102). A 9 de março o número dos grevistas dobrara; a 10, já eram 240.000. A polícia entrou em ação contra a multidão reunida, mas na noite de 10 de março a guarnição militar de Petrogrado amotinou-se e aderiu aos grevistas. Formou-se um *soviet* de delegados dos operários e dos soldados, sob liderança socialista, tal como em 1905, enquanto a assembléia nacional elegia um governo provisório composto de não socialistas. Em 14 de março, o czar abdicava. Assim começou um período de concorrência pelo poder, entre duas facções políticas rivais; entre o governo provisório frágil, que detinha o poder formal e o *soviet* de Petrogrado, que controlava as ruas da cidade.

Os resultados desta luta desigual passaram à História. O Governo Provisório arriscou tudo na continuação da guerra e no adiamento da reforma interna para quando a guerra fosse ganha. Os bolcheviques, sob a liderança de Lênin, queriam pôr termo à guerra imediatamente. Os outros partidos contemporizaram. Só os bolcheviques e os Socialistas Revolucionários de Esquerda compreenderam que a guerra estava por terminar, pois — como disse Lênin — "os soldados estavam votando com os pés"; durante a ofensiva de julho, encetada pelo governo, os soldados recusaram-se a lutar e começaram a desertar; a frente entrou em colapso. Ao mesmo tempo, os camponeses iam se tornando cada vez mais radicais e suas exigências ultrapassavam de muito — como em 1905 — as de seus porta-vozes urbanos, mais cautelosos. Elevava-se regularmente, de mês em mês, o número de grandes propriedades e florestas expropriadas; foram 17 as expropriações, em março; em abril, elevaram-se a 204;

em maio, a 259; em junho, a 577; e em julho, a 1.122 (Mitrany, 1961, 81). No outono houve uma coalizão dos dois movimentos:

> Desmantelava-se um exército de doze milhões de homens, inundando o interior de camponeses fardados, que voltavam de mau humor às aldeias de onde haviam partido perplexos e desesperados. Em sua esmagadora maioria, eram bolcheviques, socialista-revolucionários de esquerda ou extremistas sem partido. Voltavam amargurados com o partido de maior influência na aldeia (i.e.o partido Socialista Revolucionário) e fortemente predispostos a favor o homem que os desligara do exército e das conseqüências de o desertarem... Os parentes e vizinhos do soldado-camponês eram quase sempre submissos aos seus juízos e sempre à sua espingarda... Quem passou a ditar o curso dos negócios da aldeia, durante os últimos meses de 1917 e daí por diante, por muito tempo, não era mais o patriarca barbudo que venerava a Mãe de Deus e, no fundo do coração, sentia saudades do czar, mas o camponês jovem ou de meia-idade, que voltara da guerra habituado à violência e que não tinha escrúpulos em empregá-la (Radkey, 1963, 278, 279).

Mais de metade desses surtos de desordem ocorreram na importante Região Agrária do Centro e na do Médio Volga (Owen, 1963, 133). Além disso, houve uma constante intensificação de violência. Em maio, menos de 10% das desordens envolviam destruições e devastações de propriedade. Em outubro, porém, esses acontecimentos chegaram a mais de metade (57%) das ocorrências (1963, 139). Em toda parte, os "separatistas" estavam sendo obrigados a voltar à estrutura das comunas de suas aldeias (Owen, 1963, 172, 182, 210, 223).

Assim, no campo, o poder ia passando às mãos dos camponeses e soldados-camponeses, organizados em *soviets*. Esses *soviets*, por sua vez, nada mais eram que os antigos conselhos de aldeia em roupagens revolucionárias (Anweiler, 1958, 62, 298). Na realidade política, isso significava um processo de descentralização completa, a nível local. "O campesinato local" diz Trotsky, citando um comissário rural,

> é de opinião que todas as leis civis perderam sua força e que todas as relações legais deviam ser reguladas pelas organizações camponesas de agora em diante. (1932, III, 29).

Esse ponto de vista foi apoiado por um comissário de Voronezh: "Agora todo comitê de aldeia dá ordens ao comitê distrital e o comitê distrital dá ordens ao comitê-provincial" (citado por Owen, 1963, fn. I, 187). E um ano depois o comitê provincial revolucionário de Viatka diria que:

> a felicidade da aldeia consiste em não ter funcionários que verificam como são cumpridas as suas ordens. A aldeia, portanto, começou a levar uma vida completamente independente (citado por Anweiler, 1958, 299).

Em lugares onde o *mir* já não existia há muito tempo, a terra voltou a ser partilhada entre as pessoas. Mas onde ficou provado que o *mir* "estava vivo e ativo, embora o Estado o tivesse suspenso", a comunidade de terras ressurgiu. "No que diz respeito a este fato" diz Owen, "a Revolução de 1917 faz reaparecer a antiga e costumeira posse de terras" (1963, 245).

> O reajuste de terras da década anterior foi anulado, em muitos pontos onde ressurgiu o *mir*. A extensão total das terras tomadas pelas comunas em 1917-18 e destinadas à redistribuição foi calculada, no caso de terras tomadas aos camponeses, em 70 milhões de desiatins (189 milhões de acres); no caso das terras tomadas aos grandes proprietários, em 42 milhões de desiatins, (114 milhões de acres). Cerca de 4,7 milhões de propriedades camponesas, ou melhor, 30,5% de toda a propriedade camponesa, foi reunida num fundo comum e distribuído. A revolução agrária teve, portanto, em primeiro lugar, o efeito de anular a grande propriedade, mas também o de eliminar as maiores propriedades camponesas.
> De fato, como vimos, uma maior quantidade de terras foi tomada, e reunida num fundo comum, dos camponeses do que dos grandes proprietários; e a tendência de equiparação e nivelamento tornou-se mais acentuada depois de outubro de 1917, sendo sancionada pela lei de janeiro de 1918, que socializou a terra (Mitrany 1961, nota 7, 231-232).

Uma parte da população camponesa russa, no primeiro entusiasmo da Revolução e sob a dupla influência do *raskol* e do milenarismo socialista, chegou a entrar para comunas igualitárias, nas quais:

> todos os integrantes trabalhavam juntos, de graça, comiam numa mesa comum e moravam num dormitório. Não lhes fazia falta o dinheiro; tudo, menos a roupa e, às vezes, mesmo a roupa, era de propriedade coletiva. Segundo um dos primeiros panfletos: na comuna todos trabalham e contribuem de acordo com suas capacidades, e todos recebem de acordo com suas necessidades e solicitações, isto é, igualmente, já que todos são iguais e estão em condições iguais de vida e trabalho (Wesson, 1963, 8).

Nas circunstâncias de 1917, os primeiros decretos bolcheviques de 8 de novembro, que pediam o cessar-fogo imediato e o término da propriedade privada da terra, apenas carimbaram a aprovação de processos já em andamento no campo, aos quais nenhum partido político poderia ter resistido, mesmo que o quisesse. As críticas dos socialistas alemães, como Rosa Luxemburgo (1940, 19) — segundo as quais os bolcheviques haviam criado "obstáculos intransponíveis para a transformação socialista das relações agrárias", ao permitir que os camponeses confiscassem a terra para si próprios — certamente erraram o alvo. Os bolcheviques foram forçados a deixar que isso acontecesse, simplesmente "porque a maioria do povo assim o quer" (Lênin).

Não obstante, está claro que os bolcheviques cederam, no caso

do ressurgimento das aldeias, não só porque não lhes fora possível proceder de outro modo, mas também porque isso coincidia com seu interesse político, se quisessem tomar o poder. Os confiscos de terras e a restauração da autonomia da aldeia significavam que a energia do campesinato e a dos soldados-camponeses que voltavam seria dirigida no sentido de metas estreitas e provincianas. O apoio bolchevique às rebeliões rurais criara aliados camponeses para a tomada do poder pelos comunistas, ao mesmo tempo que a absorção nos processos ativos dos confiscos e da reorganização dispersava as forças camponesas. Aliás, a dispersão das energias dos campesinato em milhares de microcosmos rurais desembaraçou o campo político para a ação final. Assim, a Revolução Russa abrangia, por um lado, um movimento camponês que se afastava centrifugamente das fontes do poder e por outro lado, uma insurreição de operários em greve e soldados amotinados sob liderança bolchevique, que ocupavam estrategicamente o poder.

> Os bolcheviques pouco ou nada derrubaram. O governo russo havia praticamente cessado de funcionar, mesmo antes da Revolução. Naquela noite, Lênin e seu bando simplesmente galgaram os escombros (Lukács, 1967, 33).

Parece pouco provável que esses fatos ocorressem sem o colapso do exército e sem a subseqüente participação desse mesmo exército no processo revolucionário. A desintegração do exército, criou um vazio de poder no centro, que foi preenchido pela coalizão de operários em greve e soldados rebeldes, que levou Lênin ao poder. Ao mesmo tempo, no campo faltavam tropas capazes de fazer retroceder os rebeldes camponeses; ao contrário: foi o dramático impacto de milhões de camponeses-soldados nas aldeias que levou a efeito a sincronização da rebelião camponesa com o movimento urbano. Finalmente, as coalizões de operários e soldados no centro, e de soldados e camponeses no âmago da comuna, é que conseguiram contrapor-se à reorganização das forças contra-revolucionárias, que já se processava ao longo das fronteiras do país.

Contrastando com os revolucionários chineses de Mao Tse-tung, os bolcheviques pouco fizeram — ou pouco puderam fazer —, durante o tempo da guerra civil, para influenciar a estrutura da aldeia. Isso deve-se à confiança que depuseram no proletariado urbano e no desejo que tinham de identificar-se com a classe operária. Por outro lado, deve-se também ao fato deles terem lutado para fora a partir de uma área base estabelecida, a qual conservaram, através do controle das cidades e das suas comunicações. Os comunistas chineses, por outro lado, teriam que atingir sua área-base vindos de fora, forçados que foram a fugir das cidades para o interior e a lançar, sob pressão, novas raízes numa paisagem social de esmagadora predominância rural. Os bolcheviques russos contentavam-se em contar com os recursos dos camponeses, mas pouco faziam no sentido de modificar a estrutura através da qual os obtinham.

O recém-criado Exército Vermelho necessitava principalmente de alimentos e, mais tarde, também de homens. A falta de alimentos agravou-se nos meses de verão de 1918. Enfrentaram-na organizando os Comitês dos Pobres, cuja função era requisitar alimentos no

campo. Seus alvos principais eram os excedentes de comida dos *kulaks* e dos camponeses ricos. Os comitês desenvolveram sua atividade principalmente nas províncias de solo preto da Região Central Agrícola. Dos dez mil membros desses comitês, muitos eram ex-operários ou trabalhadores migrantes que se haviam empregado, alternadamente, na cidade e no campo. Teoricamente, os camponeses que empregavam trabalho alheio, mas cultivavam produtos destinados principalmente às necessidades camponesas e não aos mercados, podiam participar dos comitês. No entanto, os confiscos logo motivaram uma guerra não declarada entre os comitês e os camponeses abastados e ficou bem claro que as arrecadações não fiscalizadas acabariam por indispor também os camponeses médios. Em julho de 1918, houve vinte e seis sublevações camponesas contra os confiscos; em agosto, mais quarenta e sete, e em setembro mais trinta e cinco. Em meados de agosto, os bolcheviques deram início a advertências contra a violações dos interesses do camponês médio, exigindo que:

> os Comitês dos Pobres devem ser organizações revolucionárias de todo o campesinato, contra ex-proprietários de terras, *kulaks*, mercadores e padres, e nao organizações apenas dos proletários das aldeias contra o restante da população (Chamberlin, 1957, II, 44).

Em 8 de novembro de 1918, os comitês foram formalmente abolidos e incorporados aos *soviets* das aldeias. Nas palavras de Lênin, a política dos *soviets* deveria

> procurar um acordo com o campesinato de classe média sem por um momento afrouxar a luta contra o kulak e contando firmemente só com os pobres (citado em Chamberlin, 1957, II, 46).

Finalmente, o Oitavo Congresso do Partido, que teve lugar em 1919, declarou que

> o partido visa isolar o campesinato de classe média dos *kulaks* e atraí-lo para o lado da classe operária, atendendo as suas necessidades e combatendo a sua hesitação por meio de persuação e não através de métodos repressivos (citado em Chamberlin, 1957, II, 371).

Conseguiu-se alimentos através de arrecadações forçadas constantes, através de compras no mercado ou por meio de pilhagens das aldeias. Embora o regime soviético tenha superado a grande crise do verão de 1918, os alimentos permaneceram escassos e insuficientes para a necessidade do povo, durante todo o período da guerra-civil.

Ao tornar-se evidente que a Revolução teria que se defender dos inimigos externos e internos pela força das armas, a segunda grande exigência dos bolcheviques, nas aldeias, foi a do recrutamento de soldados. O mesmo campesinato que, em 1917, "votara com os pés" pelo término de uma guerra sanguinária foi novamente arrastado à batalha, através do alistamento e da conscrição, desta

vez sob o patrocínio do recém-criado Exército Vermelho. Os bolcheviques enfrentaram o início da guerra civil com apenas uma divisão de fuzileiros letões e cerca de 7.000 Guardas Vermelhos — ou operários armados — de Petrogrado e Moscou (Deutscher, 1954, 404). Mas em 1° de agosto de 1918, o Exército Vermelho contava já com 331.000 homens e, ao fim desse mesmo ano, com 800.000. Ao terminar a guerra civil esse número se elevaria a 5,5 milhões de homens, metade dos quais lutava nas frentes ampliadas, enquanto a outra metade guarnecia o interior. Os primeiros recrutas eram voluntários mas ao final do verão de 1918 foi decretado o serviço militar obrigatório, sendo que os primeiros recrutas foram os operários.

> Somente quando ficou firmemente estabelecido o núcleo proletário do exército é que Trotsky começou a chamar os camponeses, primeiro os pobres e depois os *serednyaks* (camponeses da classe média). Estes geralmente desertavam em massa e sua moral flutuava violentamente, segundo os altos e baixos da guerra civil (Deutscher, 1954, 409).

A deserção tornou-se um problema crônico:

> no Exército Vermelho, muito mais que nos Exércitos Brancos. A imensa maioria dos camponeses que, necessariamente, constituía a principal fonte de recrutamento, para ambos os lados na guerra civil, já lutara o suficiente, durante a Guerra Mundial. Assim que qualquer governo se estabilizava suficientemente a ponto de fazer uma mobilização — acompanhada de ameaças de campos de concentração, confiscos de propriedades e fuzilamento para os recrutas teimosos e para os desertores, os camponeses, por necessidade, transformavam-se em soldados, mas agarravam a primeira oportunidade para fugir e voltar para suas casas. A quantidade de deserções, naturalmente, dependia dos acasos da guerra (aumentava quando o Exército Vermelho perdia terreno e decrescia quando ele avançava) (Chamberlin, 1957, II, 30).

Não obstante, o Exército Vermelho se manteve. Deutscher (1954, 409) atribui isso

> ao fato de estar ele disposto em uma série de círculos concêntricos que se iam alargando gradualmente; cada um originava-se de um estrato social diferente e cada um representava um grau diverso de lealdade à Revolução. Em todas as divisões e regimentos, o núcleo de bolcheviques arrastava os elementos proletários e, através destes, também a massa camponesa indecisa e trôpega.

Não é de se admirar que Trotsky denominasse os comunistas — dos quais talvez a metade estava no exército: 180.000 em outubro de 1919; 278.000 em agosto de 1920 — a "nova ordem comunista de samurais" (citado em Chamberlin, 1957, II, 34).

Enquanto os bolcheviques modelaram o Exército Vermelho num instrumento do poder de confiança, ocorria um movimento anarquista

entre os camponeses do sudeste da Ucrânia, o assim chamado *Maknovshchina*, do nome de seu fundador, Nestor Makhno, descendente de uma família de camponeses quase indigente, de Guliai-Pole. Ele fora, consecutivamente, vaqueiro, agricultor, e operário numa fundição local. Preso na juventude por ter se envolvido em atividades terroristas, passou nove anos numa prisão de Moscou. Lá conheceu Peter Arshinov, ex-metalúrgico e ex-bolchevique, convertido ao anarquismo, que o introduziu às obras de Kropotkin e Bakunin. Libertado em fevereiro de 1917, Makhno voltou para sua cidade e lá organizou uma Associação de Camponeses de Guliai-Pole. Guliai-Pole, que é geralmente descrita, como aldeia, era, no entanto, uma cidade de cerca de trinta mil habitantes, com diversas fábricas (Avrich, 1917, fn. 16, 209). Além disso estava localizada numa região que, por suas características, se diferenciava do resto da Ucrânia, da "Ucrânia das estepes", só colonizada depois de ter sido tirada à força da Turquia, no primeiro quartel do século dezoito. O crescimento do cultivo de cereais, nesta área de população pouco densa, estimulou o emprego de assalariados e maquinaria, em vez de servos (Lyashchenko, 1949, 345-357). Durante o século dezenove, o campesinato desta região resistira firmemente ao alastramento da servidão, sublevando-se violenta e repetidamente. Essa área diferenciava-se, portanto, da parte oriental de maior industrialização da Ucrânia, onde a influência bolchevique era considerável entre os operários urbanos, e também da área mais agrícola da Ucrânia ocidental, onde mais de metade da população conhecera a servidão, antes de 1861.

A Associação Camponesa Guliai-Pole não demorou a apossar-se das terras dos proprietários locais e distribuí-las entre os camponeses. Foram estabelecidas comunas de cem a trezentos membros, numa base voluntária. Pequenas fábricas foram entregues aos operários. Os cereais produzidos na região agrícola eram trocados nas cidades, por produtos manufaturados. Para defender seu reduto anarquista, Makhno organizou um exército guerrilheiro de alta mobilidade, que fazia uso extensivo da cavalaria — aproveitando a grande quantidade de cavalos existentes nas aldeias — e de metralhadoras montadas em pequenas carroças puxadas por cavalos (*tachanki*). Suas tropas podiam reunir-se com a máxima rapidez e dispersar-se da mesma forma, em direção às aldeias, onde se misturavam discretamente ao povo, até que viesse o chamado para um novo ataque. A maioria dos comandantes originava-se do campesinato, mas havia entre eles alguns operários, em sua maior parte vindos das vizinhanças de Guliai-Pole. Um deles fora mestre-escola. Em fins de 1919, no auge do movimento, segundo estimativas diversas, a infantaria desse exército contava com 14.000 homens e a cavalaria com 6.000, ou a infantaria, com 40.000 e a cavalaria com 15.000. Capturando armas inimigas, chegou a possuir canhões de campanha, trens blindados, carros blindados e 1.000 metralhadoras (Foot-man, 1962, 285).

Durante o tempo em que operou, de 1917 a 1921, essa força conservou-se autônoma, agindo como uma "república em *tachanki*", sob sua bandeira negra, anarquista. Embora se recusasse a aceitar a cessão da Ucrânia para a Austro-Hungria e seus aliados ucranianos, concluída no tratado de Brest-Litovsk, ainda assim Makhno cooperou

por diversas vezes com os bolcheviques, contra a invasão Branca; no outono de 1919, ajudou a impedir que o General Denikin avançasse para o norte. Não obstante, os anarquistas ucranianos e os bolcheviques permaneciam divididos por sérias diferenças doutrinárias. Além destas, discordavam quanto aos seus respectivos pontos de vista sobre a questão camponesa. Os bolcheviques queriam nacionalizar todas as vinhas e plantações de beterraba, bem como o gado e o equipamento confiscado aos proprietários de terras; os camponeses diziam que a terra e o equipamento lhes pertenciam. Essas divergências levaram alguns camponeses de Makhno a acreditar

> que um novo partido tomara o poder em Moscou. Este era (segundo proclamavam) favorável aos bolcheviques, que lhes havia dado a terra, mas contra os comunistas que agora os queriam roubar (Footman, 1962, 270).

Os bolcheviques desejavam inflamar o conflito entre os camponeses pobres e os *kulaks*, nas aldeias; os Makhno-vitas, embora reconhecessem o problema causado pela presença dos *kulaks*, esperavam uma solução voluntária para os antagonismos da aldeia. O movimento Makhno, no entanto, permanecia puramente rural quanto à sua orientação. Não compreendia alguns dos problemas econômicos complicados trazidos à tona por uma economia urbana baseada na especialização e no pagamento de salários. Ao passo que os camponeses conseguiam se sustentar, isolando-se em sua auto-suficiência rural, os trabalhadores urbanos dependiam de salários pagos em moeda corrente. Os makhnovitas, que aceitavam todas as moedas, antigas e atuais, que estivessem em uso nas cidades que ocupavam, provocaram uma inflação galopante, e com isso fizeram com que os operários se voltassem contra eles. Enquanto os bolchevistas precisaram do apoio anarquista para sua luta no sul, cooperaram de boa vontade com Makhno, mas, assim que se tornou evidente que os exércitos brancos seriam derrotados, foram cortando seus laços com ele e, em 1921 procederam à eliminação em massa desse movimento rival na Ucrânia. A essa altura, já o campesinato havia sido sangrado até à exaustão e seu abastecimento estratégico de alimentos e cavalos, nas aldeias — do qual Makhno dependera até então, na falta de uma organização de suprimentos própria — começaram a escassear. Depois de uma luta sangrenta, na qual a Cheka bolchevique executou sumariamente milhares de partidários de Makhno, ao mesmo tempo que estes matavam membros do partido bolchevique, da milícia, da Cheka, dos coletores de impostos e das organizações camponesas — o poderio crescente do Exército Vermelho se fez sentir e revelou-se mais forte. Makhno foi obrigado a fugir do país e morreu em Paris, em 1935.

Certas semelhanças — a confiança depositada no apoio local, dentro de uma área circunscrita, marcada por uma história e identidade comuns; o predomínio de uma ideologia libertária que realçava a organização das comunas; a falta de uma organização formal de suprimentos; o uso das táticas de guerrilha; a incapacidade para compreender os problemas do operário urbano e de estabelecer contato com ele — tornam o movimento makhnovita comparável ao movimento zapatista mexicano. Em ambas essas regiões, foi semelhante

a incapacidade — ou má vontade, ou ambas as coisas — desses dois movimentos de desenvolver um quadro organizacional capaz de sustentar a estrutura do Estado. Em ambos os casos, a vitória final coube a homens que compreenderam a importância da organização: no México, aos constitucionalistas, na Rússia, aos bolcheviques.

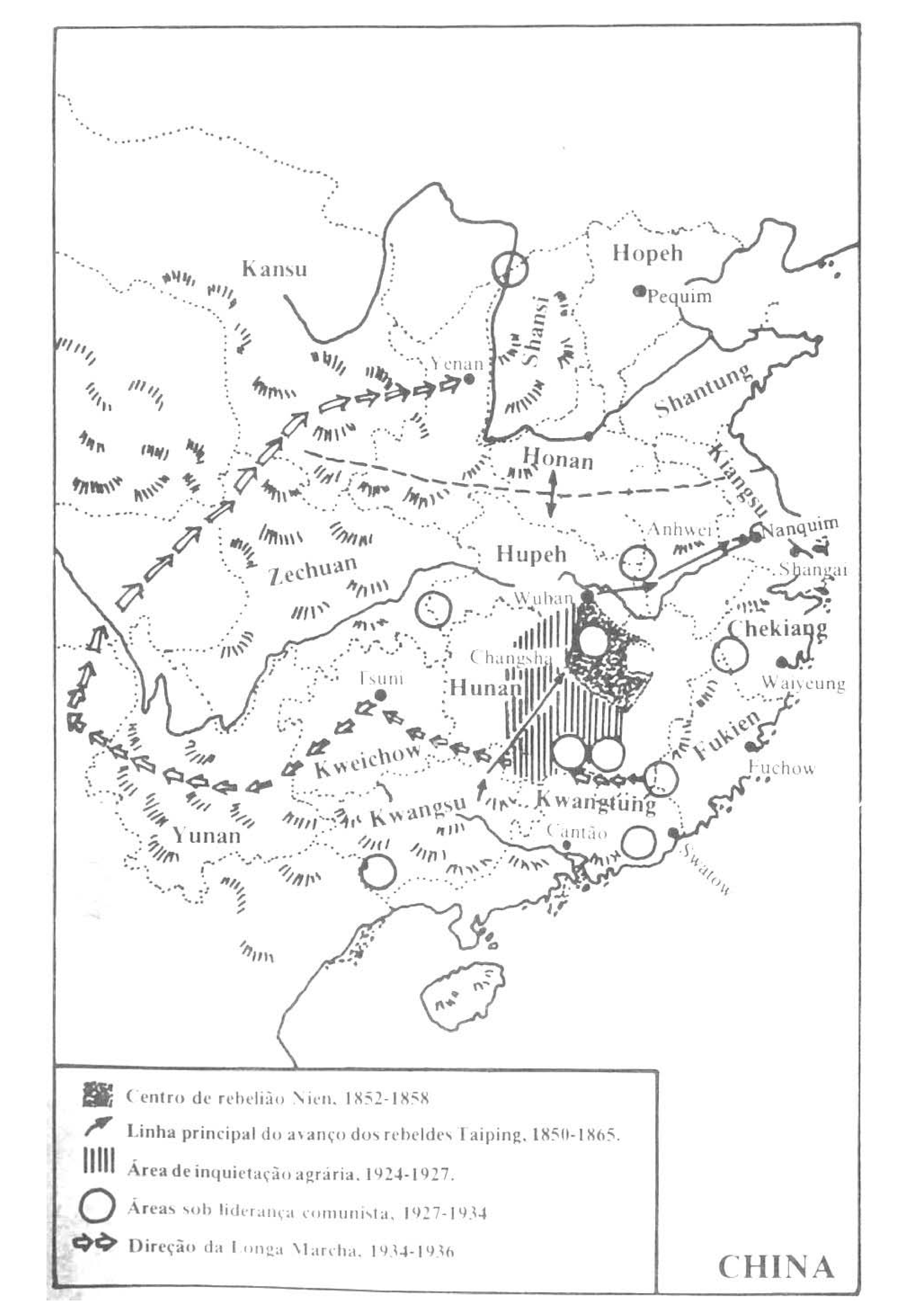
No entanto, ganhas as batalhas do Exército Vermelho, o *mir* voltou a ser a forma predominante de organização social e econômica, no campo; e assim permaneceria até a época da coletivização, forçada por Stalin (Male, 1963). Em 1917, os bolcheviques haviam galgado o cimo do poder, mas "a velha Rússia rural sobreviveu até 1929" (Maynard, 1962, 363). "Lendo os registros do Partido entre 1925 e 1926, apreende-se algo a respeito dos sentimentos de um exército de ocupação em território hostil" comenta Merle Fainsod, baseando-se nos registros do Partido Comunista da província de Smolensk, na Rússia Branca (1958, 123). Em 1924, nessa mesma província de Smolensk, por exemplo,

> não havia mais que dezesseis comunitas para cada 10.000 habitantes rurais em idade de trabalhar, ou aproximadamente um membro do Partido para cada dez aldeias. Uma vez que mais de 90% da população da *gubemya* (província) estava situada em regiões rurais, torna-se logo evidente a fraqueza do partido no campo (1958, 44).
>
> Descrevia-se a situação dos comunistas das aldeias, cuja maioria entrava na classificação de camponeses pobres, como igualmente deplorável. Muitos deles eram analfabetos ou semianalfabetos e pouca influência exerciam sobre seus vizinhos (1958, 45).
>
> O Partido, em proporção considerável, estava à mercê das aldeias, de sua capacidade de resistência passiva e sabotagem silenciosa. O treinamento dos novos quadros nas aldeias era, na melhor das hipóteses, um processo lento e penoso e mesmo os novos quadros possuíam raízes no campo, o que determinava conflitos de lealdades e divisão de lealdades (1958, 152).

Durante muito tempo, a Rússia rural encontrou-se numa situação na qual, abertamente ou, com maior freqüência, encobertamente, "todo comitê de aldeia dava ordens ao comitê distrital e todo comitê distrital dava ordens ao comitê de província". A Rússia empenhou-se, durante e após a década de 1930, em tentar inverter essa corrente de comando e desfazer o que a primeira revolução trouxera à luz. Essa segunda revolução seria feita "de cima", pelo Estado, contra o campesinato "pequeno burguês".

Após a sua implementação bem sucedida, a Revolução Russa passou a ser — para comunistas e não comunistas, de igual modo — o modelo consagrado de como são feitas as revoluções e de como são conduzidas a uma conclusão bem sucedida. No entanto, a sociedade que incubou essa revolução possuía mais traços ímpares que traços gerais. Incomum foi o desenvolvimento acentuado da autocracia central, que tanto se fortaleceu às custas de outros agrupamentos. Incomum, também, foi o padrão das fraternidades conspiratórias revolucionárias, das quais o Partido Comunista foi o último expoente. Embora a Rússia se assemelhe ao México, no tocante à persis-

tência de um campesinato ligado à sua organização comunal, nem a servidão e nem as comunidades camponesas corporativas são traços universais da sociedade camponesa. De igual modo, a própria Revolução mostrou uma série de traços ímpares. O exército desintegrou-se no decurso dos acontecimentos que acompanharam as insurreições revolucionárias: poucas revoluções tiveram lugar em tal vácuo de poder. Houve simultaneamente, nas cidades, insurreições de camponeses que se haviam tornado operários e, no campo, rebeliões camponesas — e nesta sincronização o caso da Revolução russa é único. Finalmente, o Exército Vermelho lutou do centro para fora e não nas aldeias, dando assim ao campesinato a oportunidade de se consolidar nas linhas tradicionais. Tal seqüência de causas e efeitos não é universal e portanto não pode formar a base de um dogma universal. As relações entre o exército e o partido, entre o proletariado, o campesinato e os intelectuais da classe média são combinados de vários modos em diferentes situações e não podem ser esgotadas através de fórmulas simplistas.


Kansu
Hopeh
Pequim
Shansi
Yenan
Shantung
Honan
Kiangsu
Anhwei
Nanquim
Hupeh
Shangai
Zechuan
Wuhan
Chekiang
Changsha
Tsuni
Hunan
Waiyeung
Fukien
Kweichow
Fuchow
Kwangsu
Kwangtung
Yunan
Cantão
Swatou
Centro de rebelião Nien, 1852-1858
Linha principal do avanço dos rebeldes Taiping, 1850-1865.
Área de inquietação agrária, 1924-1927.
Áreas sob liderança comunista, 1927-1934
Direção da Longa Marcha, 1934-1936
CHINA

CHINA

Ti t'ien hsing hao!

(Preparem o Caminho para o Céu!)

Slogan rebelde de Todos os Homens são Irmãos, novela popular do século treze, favorita de Mao Tse-tung.

Em 1910, o México tinha uma população de 16,5 milhões de habitantes; a Rússia, por volta da passagem do século, contava com 129 milhões. A China — sociedade que examinaremos a seguir — deve ser considerada em escala muitíssimo mais ampla. De Pekim à fronteira ocidental da China, a distância é mais ou menos a mesma que de Nova York a Oregon. Já em 1775, tinha por volta de 265 milhões de habitantes; em 1850 passou a ter 430 milhões; em 1950, 600 milhões. Além do mais, é a mais antiga civilização primária sobrevivente: a única das grandes civilizações ainda existente, que cruzaram o limiar entre o tribalismo neolítico e a civilização. A China conquistou a admiração de seus muitos visitantes estrangeiros, pelos seus métodos de agricultura intensiva, pelas grandes instalações hidráulicas que controlam irrigações e enchentes; pela burocracia de eruditos, selecionada publicamente, através de exames sucessivos; pelo adiantamento tecnológico; pela tradição filosófica e por sua grande arte. Para os próprios chineses, sua terra era o Império do Meio, o centro do Universo; e seu soberano, portador do Mandato do Céu. Freqüentemente invadida pelos bárbaros do norte, a China sempre os assimilou e transformou em chineses.

Os últimos grandes invasores a entrar na China pelo norte haviam sido os manchus, tribos tungus vindas da fronteira nordeste.

Por volta de 1644, já controlavam completamente a China, em nome de sua dinastia, Ch'ing. A dinastia Ch'ing e sua soldadesca ocuparam os postos principais na ordem política, e mantiveram estabelecimentos militares e residenciais separados. Eram porém, muito poucos em número para administrar o imenso império burocrático e foram por isso obrigados a confiar — como outras dinastas haviam feito, antes deles — nos administradores eruditos, que vinham governando a China desde tempos remotíssimos. Esse grupo de administradores eruditos constituía um eixo indispensável para as rodas da administração. Eram eruditos, porque atingiam suas posições através da participação em exames sucessivos e da obtenção de diplomas acadêmicos. Eram fidalgos porque — à semelhança de seus equivalentes ingleses — constituíam uma classe de aproximadamente um milhão de pessoas, das quais provinham os detentores dos cargos políticos formais e os controladores do poder social informal do país. O Estado chinês devia preencher, ao mesmo tempo, cerca de 40.000 posições oficiais, desde as do poder estatal central até as de nível de magistrado distrital. Os candidatos a esses cargos o-

riginavam-se de uma reserva de aproximadamente 125.000 funcionários que tanto podiam estar em exercício e à disposição quanto na expectativa. Mas é óbvio que um país enorme como a China não poderia ter sido governado por número tão pequeno de funcionários: um magistrado distrital devia supervisionar em média 200.000 pessoas. Entre as massas do campesinato e o funcionalismo formal, interpunham-se os eruditos-fidalgos, não preenchendo formalmente os postos oficiais, mas dotados de amplos poderes sociais. Eles organizavam e supervisionavam os trabalhos públicos necessários à manutenção e à melhoria dos sistemas de irrigação e controle de enchentes, os quais beneficiavam a agricultura e os transportes. Cuidavam de canais e estradas. Fiscalizavam o armazenamento dos excedentes de cereais a serem distribuídos em tempos difíceis. Solucionavam as disputas locais. Tinham um papel importante nos sacrifícios religiosos locais e sustentavam, através de suas contribuições, os templos e as escolas confucianas locais. Em troca, podiam ser-lhes outorgados privilégios especiais: seriam isentos da corvéia, usariam roupas especiais, poderiam ser acompanhados por criados quando aparecessem em público, teriam prerrogativas especiais quando aparecessem na corte. Além disso, recebiam uma compensação do Estado pelos seus serviços. Mesmo que não detivessem nenhum dos 40.000 postos oficiais, poderiam receber fundos do Estado, numa base informal, de subcontrato. Os fundos estatais, por sua vez, serviam-lhes para a compra de terras, que arrendavam aos camponeses. Além de fundos estatais e proventos da agricultura, os fidalgos ainda recebiam honorários do comércio e dos negócios. Esse estrato de pessoas altamente colocadas perfazia, ao todo, em princípios do século dezenove, por volta de um milhão de indivíduos; ao findar-se o século, já atingiam 1,5 milhão. Juntamente com as suas famílias, essas pessoas chegariam talvez a 7,5 milhões, ou 2% da população total do país. (Michael, 1964, 60).

Embora os interesses da fidalguia erudita e os do estabelecimento estatal estivessem firmemente ligados — pois era com essa fidalguia que o Estado contava para formar uma burocracia competente — a luta pelos cargos e pelo poder, em vários segmentos dela, podia determinar dissenções pessoais ou seccionais ou descontentamentos com a ordem estabelecida. Os membros menos importantes da fidalguia certamente sofriam desvantagens na luta pelos, cargos e funções lucrativas; muitos deles jamais obtiveram acesso aos fundos estatais que lhes serviriam para aumentar seu patrimônio. Outros, jamais receberam os privilégios especiais, legais e suntuários. Nessa fidalguia havia alguns grupos que, tendo servido a antiga dinastia, não podiam ou não queriam servir a seus novos senhores. Além disso, enquanto o número de cargos oficiais permanecia estacionário, ia aumentando regularmente a população e com ela o número de aspirantes, oriundos das prolíficas famílias fidalgas. Finalmente, do fim do século dezoito em diante, o Estado foi mostrando inclinação cada vez maior para a venda de diplomas acadêmicos à pessoas que quisessem fazer uma contribuição aos cofres públicos; e assim um sábio honrado, que fizera jus a seu diploma por meio de exames sucessivos, bem poderia ver-se ultrapassado por algum novo-rico intruso. Existia, pois, sob qualquer dinastia, uma quantidade considerável de eruditos potencialmente

antagônicos a um governo que lhes recusava o que lhes era devido e que em certas circunstâncias, apoiaria uma reação local ou regional contra o poder central. Se fizessem tal coisa, poderiam receber a adesão de proprietários de terras e outros poderosos da região, os quais, embora não pertencessem à fidalguia, detinham algum poder econômico e social na aldeia. Pode-se supor que, em cada ocasião, mais da metade de todos os fidalgos não tenha recebido as recompensas que o Estado lhes devia e constituísse, portanto, um potencial de descontentamento e perturbações. Esse potencial de dissidência, no entanto, sempre esteve mais ligado a questões de distribuição de vantagens dentro do próprio Estado que a qualquer esforço de reestruturação do Estado, como tal. Foi só no decorrer do século dezenove — ao debilitar-se seriamente o Estado chinês, em conseqüência de invasões estrangeiras — que os dissidentes começaram a colocar em dúvida a própria natureza do Estado e da sociedade chinesa.

Quanto à fidalguia, o seu modo de vida, suas aspirações, seu comportamento e sua ideologia a separavam do resto da população, em sua maior parte composta de camponeses. O camponês chinês, no entanto, diferencia-se significativamente dos outros camponeses do resto do mundo. Em primeiro lugar, seu acesso à terra era regulado, em grande parte, através do conceito de direito privado à propriedade de terras, expresso em termos monetários. Em segundo lugar, ele potencialmente, possuía mobilidade; obtendo acesso ao treinamento literário apropriado e passando pelo sistema de exames sucessivos, ele ou seus filhos podiam elevar-se ao estrato da fidalguia erudita. Em terceiro lugar, entre a fidalguia e o campesinato havia freqüentemente relações de parentesco; faziam parte, ambos, dos assim chamados tsu, ou clãs.

Desde o tempo dos Sung (1114-1234), a propriedade privada tem sido a forma dominante de posse de terras na China. O Estado, vez por outra, reservava terras reais para seu próprio uso destinadas à manutenção da corte; terras para sustentar a aristocracia militar; terras para fins de colonização militar; terras para a manutenção de templos que serviam ao culto estatal e terras de propriedade dos governos dos distritos e províncias. Em princípios do século dezoito, as terras reais e as dos governos chegavam a 27% do total da terra disponível do país; as terras dos templos, a 14%; as de colonização militar a 9%, enquanto o resto permanecia nas mãos de proprietários particulares, tanto indivíduos quanto corporações de clãs (Institute of Pacific Relations, 1939, 2). Durante as derradeiras fases da dinastia Manchu, no entanto, o setor privado foi aumentando até abranger 93% de toda a terra da China (Buck, 1937, 193). Os direitos às terras particulares podiam ser comprados e vendidos; os direitos ao subsolo ou à superfície da terra podiam ser alienados independentemente um do outro. Como conseqüência, a maioria dos camponeses da China tiveram acesso à terra, através de heranças ou de um complexo conjunto de aluguéis e arrendamentos. Os proprietários de terras e os lavradores se uniram, não por causa dos privilégios e proibições hereditárias, mas como "partes de um contrato comercial" (Tawney, 1932, 63). O camponês poderia, dadas as condições burocráticas e financeiras propícias, fazer seus filhos concorrerem aos exames imperiais e

vê-los elevar-se à categoria de fidalgos.

Quando um camponês chegava à fidalguia, no entanto, tinha que renunciar ao modo de vida camponês e adotar o estilo do grupo de *status* mais elevado. Ao passo que o camponês era analfabeto e falava um dialeto local ou regional, o fidalgo era estudado e louvava a prática da caligrafia e do estilo clássico (*wen-hua*), na expressão literária; enquanto o camponês só raramente alimentava-se de arroz e carne, subsistindo o mais das vezes, quando originário do sul, uma dieta à base de batata-doce e, no norte, a base de cereais integrais, o fidalgo comia arroz, peixe e aves, quase sempre servidos de acordo com critérios culinários, os mais sofisticados; o fidalgo usava roupas sofisticadas; o camponês, simples calções e blusas acolchoadas. A arte gráfica característica da fidalguia era inspirada na habilidade caligráfica, com todas as suas restrições formais; a arte camponesa, ao contrário, "mais interessada na pessoa e no símbolo, aborda diretamente e sem constrangimento, o sobrenatural, e acentua as cores violentas e não moduladas" (Fried, 1952, 335). Quanto ao culto dos antepassados, o campesinato se interessava principalmente pelo culto dos ancestrais imediatos, isto é, das gerações de seus pais e avós; o panteon camponês consistia de divindades que controlavam as colheitas, a água, a saúde e a doença. A fidalguia reverenciava as normas confucianas quanto ao comportamento filial correto e dava atenção especial a complicados cultos de antepassados, relativos à duração das antigas linhagens e das ramificações dos clãs. A família fidalga era bastante numerosa e extensa, com muitos descendentes e suas famílias que viviam todos sob um mesmo teto, ao passo que a camponesa era pequena, e muito raramente incluía mais que um membro vivo da geração anterior. O casamento, para a fidalguia, constituía uma mola importante de mobilidade social: os casamentos eram cuidadosamente planejados entre as famílias, sendo que as mulheres deviam submeter-se às decisões de seus guardiães masculinos; ter *status* elevado significava submeter as mulheres a certas deficiências, como a das ataduras nos pés, que restringiam sua mobilidade. Os camponeses casavam-se a fim de gerar trabalhadores fortes e dispostos; quando viúvos, logo tornavam a casar-se, ao passo que os fidalgos prezavam a castidade na viuvez. A fidalguia erudita menosprezava as atividades militares, considerando-as inferiores às literárias. Os camponeses, ao contrário, veneravam várias divindades portadoras de títulos militares e olhavam complacentemente para o homem violento, conscientes de que a carreira militar sempre fora a chave para o sucesso. O fato é que o camponês chinês — comumente descrito como um pacífico filho do Oriente — tem uma forte afinidade com heróis militares, especialmente se originários de seu próprio estrato social. O característico alvo da admiração do camponês é o bandido "socialista", que rouba dos ricos para dar aos pobres. Essa predileção foi expressa na literatura num romance popular conhecidíssimo pela China, chamado *Shui Hu Chuan*, ou *À Beira d'Água*, traduzido por Pearl Buck para o inglês, sob o título *All Men Are Brothers*[*], que conta a estória de 108 heróis fugitivos da lei, controlada por funcionários injustos. As ocorrências de banditismo e de violência

---

[*] Em português, "Todos os Homens são Irmãos". (N. do T).

camponesa estão estreitamente ligadas ao estado geral da sociedade. Tornam-se mais freqüentes em fases de colapso — quando uma dinastia anteriormente poderosa decai, não consegue controlar os negócios de Estado — e o povo procura soluções alternativas à desordem reinante. Durante esses períodos de desintegração, o bandido que logra consolidar suas forças pode chegar a disputar o poder dinástico, ou quem sabe, a fundar uma nova dinastia. O primeiro imperador Han, fundador dessa grande dinastia (202, a. C. — 221, d. C.) fora, ele próprio, um desses bandidos que, por causa de fatores favoráveis, tornara-se Imperador da China e portador do Mandato do Céu.

Embora culturalmente diferenciados, a fidalguia e o campesinato compartilhavam de uma forma de organização social, a do tsu, grupo corporativo por parentesco, que incluía elementos de ambas as classes numa só unidade social. Essas unidades fundadas no parentesco são comumente chamadas clãs, na literatura. Os membros desses clãs consideravam-se aparentados por patrilinearidade, isto é, descendentes de um mesmo antepassado; e as mulheres, pelo casamento, vinham a pertencer ao clã do marido. Se um clã ou segmento de clã prosperasse, celebrava a ascendência comum erigindo um templo onde eram depositadas e conservadas as suas tábuas genealógicas e as dos seus antepassados. Quando um clã crescia muito, ele se subdividia, e cada subdivisão tinha o seu próprio templo e acessórios religiosos. Os rituais do clã, no entanto, só podiam ser celebrados por um membro da fidalguia erudita e os templos, o mais das vezes, estavam localizados em cidades onde viviam os fidalgos da alta hierarquia. Muitas aldeias onde habitava a porção mais pobre do clã não possuíam templos próprios. O tamanho dos clãs era variável. Alguns não continham mais de quatro famílias e outros, mais de mil; a maioria oscilava entre quarenta e setenta famílias. No sul da China, os clãs eram maiores e mais importantes que no norte e preenchiam funções econômicas importantes, além das suas finalidades sociais e cerimoniais; tinham, freqüentemente, terras e outras propriedades ou até aldeias inteiras. Ao norte, as aldeias abrigavam às vezes diversos clãs menores e suas funções eram principalmente cerimoniais e sociais, e não exatamente econômicas. Logo adiante examinaremos algumas das razões dessas diferenças.

Todos os membros de um clã poderiam considerar-se aparentados, por serem descendentes de um antepassado comum; nem todos, porém, tinham a mesma autoridade. Geralmente, as atividades do clã eram dirigidas pelos membros mais ricos, melhor educados, mais influentes e de maior *status*. Embora o grupo incluísse camponeses ricos, a tarefa de decidir em nome do clã cabia sempre aos fidalgos. No caso de um clã possuir terras, esse fato revestia-se de importância especial. Não havendo cultivo coletivo, a terra era arrendada a pessoas físicas. Embora gs estranhos — não membros do clã — pudessem ser considerados arrendatários, os membros do clã tinham preferência quanto à distribuição da terra — privilégio importante, em áreas de grande densidade populacional e cerrada competição pelas frações de terra disponíveis. Uma vez concedido o arrendamento, porém, a importância a ser paga era igual, para os membros do clã e para os arrendatários estranhos. A renda das terras, era usada para pagar os gastos de manutenção dos templos e

cemitérios dos clãs, para seus banquetes anuais, para as bolsas de estudos destinadas aos filhos talentosos ou para a defesa contra os bandidos; ou podia ocasionalmente ser distribuída em dinheiro, igualmente, entre todos os membros do clã. Com maior freqüência, era reinvestida em terras e outros negócios escolhidos pelos executivos do clã. O clã agia também como uma organização, em defesa de seus membros e, de igual modo, como um instrumento para reivindicações contra os clãs rivais ou funcionários do governo. Os interesses dos membros de um clã podiam, por isso, divergir acentuadamente: aos membros fidalgos podia interessar principalmente a utilização da estrutura do clã no sentido de ampliar e consolidar seu poder; eram os principais interessados na perpetuação da instituição, a qual lhes proporcionava a guarda efetiva de grande diversidade de recursos e fortalecia-lhes a posição perante outros membros de sua classe e perante o governo.

Os membros camponeses do clã, em contrapartida, beneficiavam-se principalmente através do acesso à terra escassa disponível e através da possibilidade de invocar a solidariedade do clã, no caso de precisarem da proteção e influência. Essa convergência de interesses era um fator que unia a fidalguia e o campesinato, ao se oporem às exigências do governo central ou à concorrência dos clãs rivais. Em outras ocasiões, porém, o executivo fidalgo tratava os membros camponeses de seu clã de modo igual ao que os proprietários de terras sempre trataram seus arrendatários. Em muitos casos os regulamentos do clã continham cláusulas que permitiam ao executivo expulsar os membros que considerasse indesejáveis, esses regulamentos poderiam estipular como obrigação para alguém continuar a ser membro do clã, uma contribuição financeira ou a posse de certo tipo de vestimenta cerimonial. Eles poderiam, ainda, requerer a expulsão do membro que entregasse seus filhos à adoção ou vendesse suas filhas como servas ou prostitutas. Essas cláusulas, pela sua própria natureza, discriminavam profundamente os membros mais pobres, que não possuíam o suficiente para custear despesas cerimoniais ou se viam obrigados a limitar o tamanho de suas famílias em épocas de crise.

Mencionamos que o clã, como instituição, era mais importante no sul que no norte da China. Isto deve-se, em parte, a razões históricas: os chineses colonizaram o sul durante um longo período de tempo e é bem provável que isto tenha sido feito por grupos de clãs que constituíam suas próprias aldeias. O clã Sung, sulista, patrocinou um renascimento do confucionismo, contra os pastores nômades Ch'itan e Jurchen, num esforço que incluiu o apoio estatal para o desenvolvimento dos numerosos clãs, cheios de ramificações. Mais tarde, entraram em jogo causas regionais. O sul distanciava-se mais da sede do poder central, situada em Pekim, ao norte; portanto a base regional e local do poder da fidalguia, cujo exemplo é o clã, fortaleceu-se aqui mais que no norte. É preciso lembrar, finalmente, que os contatos comerciais e a penetração estrangeira começaram no sul, e também no sul surgiram as oportunidades de emigração que levaram centenas de milhares de chineses a tentar a sorte no Sudeste da Ásia ou do outro lado do Pacífico. O contato com firmas e governos estrangeiros estimulou a transformação dos clãs em organizações quase comerciais, ao mesmo tempo que as maci-

ças remessas de dinheiro dos chineses de ultramar — ansiosos por serem reconhecidos e honrados em sua pátria — forneciam uma fortuna considerável para o custeio do cerimonial e da ostentação dos clãs. Muitos deles, como beneficiários desse fluxo de capital, tornaram-se, como disse Chen Han-seng, semelhantes a entidades de utilidade pública, com grande número de acionistas, mas controlados por uns poucos que se apropriavam e usavam a seu bel-prazer a maior parte dos fundos (citado em Lang, 1946, 177). À medida que o aluguel das terras se tornou uma fonte de rendas cada vez mais considerável e que o capital ia sendo progressivamente investido, num mercado internacional e nacional ascendente, as exigências para com os membros mais pobres do clã criavam para eles um déficit que acabou por ultrapassar as vantagens que advinham de fazer parte do clã. Assim, a tendência para consolidar a posse de terras nas mãos do clã veio, pois, acentuar os conflitos internos entre pobres e ricos. Assim, de 1924 a 1927, em Kwangtung,

> a província onde se conservava intato o sistema de clãs, foi o cenário das mais violentas insurreições camponesas e sede dos mais fortes sindicatos camponeses, que uniram camponeses pobres e de classe média, bem como lavradores de diferentes clãs, na luta comum contra seus irmãos de clã e seus inimigos de clã — os ricos proprietários de terras e os mercadores (Lang, 1946, 178).

Outro segmento da sociedade chinesa no qual participaram camponeses e fidalgos foi a sociedade secreta. Em meados do século catorze uma organização desse tipo, o Lótus Branco, rebelara-se contra a dinastia de Yuan, fundada pelos invasores mongóis, acrescentando, ao apelo nacionalista, expectativas messiânicas de um novo Buda-Matreya, o salvador que viria para anunciar um novo reino de justiça. O Lótus Branco, por sua vez, fez surgir muitas outras sociedades secretas, tais como a das Oito Trígramas, a de Nien, a Grande Faca, os Boxers, a Sociedade da Fé e as Lanças Vermelhas. Outra grande sociedade, a Tríade — envolvida na rebelião de Taiping, em meados do século dezenove e sobre a qual ainda falaremos, adiante — a seu turno fez surgir organizações tais como a Kolao-hui (Sociedade de Anciãos e Decanos), o Bando Verde e a Pequena Faca. Os membros de todas essas sociedades — e houve muitas mais — provinham da fidalguia descontente ou do campesinato, especialmente do campesinato desapropriado e marginal; ou ainda, dos artesãos, pequenos comerciantes, contrabandistas, soldados desmobilizados e bandidos. Esses grupos — organizados internamente em fileiras estritamente hierárquicas, equipados com códigos secretos e símbolos, aprendidos em complicadas cerimônias de iniciação — vieram a constituir uma verdadeira "contra-ordem" à ordem estabelecida com suas próprias normas de conduta e sanções sociais. Politicamente, seus esforços eram dirigidos contra o governo central, especialmente quando este caía em mãos de invasores estrangeiros, como acontecera no caso da dinastia Mongol (1280-1368) e aconteceria novamente com os Manchus, que imperaram de 1644 a 1912. Ideologicamente, inclinavam-se ao anti-confucionismo, empregando elementos taoístas e budistas no seu simbolismo. Algumas so-

ciedades, por exemplo, conservavam a crença numa Velha Mãe ou Velho Pai-Mãe-Jamais-Criado, um ser sobrenatural unitário, correspondente ao conceito taoista do Céu Anterior, que já existia antes da divisão do mundo entre os elementos opostos yin e yang. A orientação taoista sustentava que uma suposta idade de ouro no passado dera lugar à desordem do presente.

A orientação budista previa o advento de budas messiânicos. Essas duas orientações têm em comum a tendência convergente de ver o presente como um período de desordem que precisa ser ultrapassado. Mas isso colocava as sociedades secretas em oposição direta ao confucionismo favorecido pelo Estado e que lutava para criar um esquema hierárquico do aqui-agora, com relações sociais adequadas e girando em torno de um eixo, o da piedade filial. Muitas outras sociedades secretas deram provas de outras tantas tendências heterodoxas. A maioria delas era acentuadamente feminista, contrapondo-se nisto ao pensamento confuciano, que afirmava a predominância do masculino-*yang* sobre o feminino, *yin*: as sociedades secretas tendiam a conceder igualdade de direitos à mulher. Também usavam a linguagem coloquial, *pai-hua*, em oposição às formas clássicas *wen-yen*, da aristocracia confuciana. Muitas delas eram acentuadamente puritanas; o Lótus Branco, por exemplo, proibia o uso do álcool, do fumo e do ópio. A principal contribuição das sociedades secretas à vida política da China, diz Franz Michael,

> foi sua organização política militante. Eram formadas como fraternidades dos perseguidos e dos que não tinham voz nem poder na estrutura política e social existente. Formavam organizações políticas clandestinas, rivais e potencialmente hostis à organização estatal vigente. Os integrantes dessas organizações juravam auxiliar-se mutuamente, dar refúgio aos que precisassem fugir dos funcionários do governo e apoiar-se mutuamente nas lutas contra os de fora e contra o governo. A lealdade aos irmãos da sociedade secreta era a primeira obrigação, mas acima dessa fraternidade de pessoas em igualdade de condições, havia uma hierarquia de funcionários da própria sociedade secreta, que tinham poderes para impor autoridade e disciplina absolutas. Essas sociedades eram como ordens secretas, acolhendo todos os que não tinham outro recurso para se defender das pressões do Estado e dos líderes privilegiados da sociedade ampla. Proliferaram particularmente nas aldeias rurais e entre os camponeses, mas costumavam incluir elementos da baixa fidalguia erudita (1966, 13).

Essas sociedades, "portanto, forneceram o modelo que qualquer organização rebelde poderia seguir". Dessa perspectiva, não se pode dizer que o Partido Comunista do século vinte tenha desapontado as expectativas tradicionais, pois ele harmonizou-se perfeitamente com um padrão estabelecido, com a finalidade de angariar alavancagem econômica e política. Além do mais, alguns líderes comunistas — tais como Chu-teh, Ho Lung, Liu Chih-tan — haviam pertencido a tais sociedades secretas, como a Ko-Lao, e viriam a usar seus contatos dentro delas em benefício da causa comunista.

A sociedade chinesa, aparentemente estática, na realidade foi

submetida a sucessivas rebeliões e a períodos de desintegração, aos quais sucediam novos ciclos de integração e consolidação. Dessas rebeliões periódicas, não poucas envolviam insurreições camponesas, que seguiam uma seqüência padronizada (Eberhard, 1965, 102-104). Num primeiro estágio de uma insurreição desse tipo alguns camponeses, expulsos de suas casas pelas mais diversas razões, procuravam refúgio em lugares ermos. Transformados em bandidos, assaltavam viajantes ou ricos proprietários de terras. Mas geralmente mantinham contato com suas antigas aldeias, pois através delas é que se abasteciam e, em troca forneciam-lhes proteção, contra as incursões de bandos rivais.

Num segundo estágio, o bando ampliava seu raio de ação, invadindo a zona de operação de outros bandos. O conflito resultante conduzia à eliminação das unidades menos viáveis e estabelecia o predomínio do bando mais forte e melhor organizado. A essa altura, já os bandos rivais não tinham condições de ameaçar a aldeia-base dos bandidos — o que os deixava livres para ampliar suas atividades.

Num terceiro estágio, o bando começava a encontrar resistência dos proprietários de terras, que eram obrigados a pagar taxas extras. Para deixar de fazê-lo, os proprietários apelavam para a administração da cidade mais próxima. Por essa razão os bandos atacavam essa cidade, numa tentativa de cortar essa fonte de auxílio ao grupo de proprietários. Se as tropas do governo lograssem desbaratar os atacantes, estes retiravam-se para o interior e, sob o impacto da derrota, esfacelavam-se. Mas o ciclo recomeçava. As tropas do governo, contudo, podiam aliar-se aos rebeldes, enquanto a fidalguia local, desconsertada, acabava achando que essa cooperação com os rebeldes era em seu próprio interesse ao opor-se à autoridade central do Estado. Conseqüentemente, a cidade poderia ceder à pressão dos bandidos, oferecendo-lhes uma base urbana para a continuação de suas atividades.

Num quarto estágio, o bando vitorioso apossava-se de outras cidades e preparava-se para defender sua presa contra as tropas do governo. Para ter mais êxito, aliava-se cada vez mais estreitamente, à fidalguia erudita da região, pois era ela que detinha o monopólio das habilidades burocráticas e sociais, essenciais à eficiência da administração. Os bandidos primeiro adaptavam-se às normas da fidalguia; e com o tempo adotavam-nas como sendo suas. Assim, o líder vitorioso de um bando podia converter-se em general, duque ou imperador. Ao depositar sua confiança no apoio permanente que lhe dava a fidalguia erudita, ele transformava-se, por sua vez, num pilar da ordem estabelecida.

Um bom exemplo de um bandido que recebeu o diploma através desse ciclo de quatro estágios é o do fundador da dinastia Ming, Chu Yüan-chang. A China, em seu tempo, estava nas mãos da dinastia mongol de Yuan. Em meados do século catorze, uma série de catástrofes naturais e de fracassos políticos causou a deterioração das instalações de irrigação e transporte; os impostos subiram vertiginosamente, enquanto se esvaziavam as reservas de alimentos. Formavam-se bandos nas regiões de Honan, Anhwei do norte e Kiangsu do norte; eram associados à sociedade secreta de Lótus Branco, organização que apregoava que "o império está em revolta, Buda-Matreya

renascerá, surgirá um governante esclarecido". Os bandos ampliaram sua ascendência contra um governo desunido, incapaz de acionar suas forças nos pontos decisivos. Ora, a causa dos bandidos angariara um recruta de família camponesa, órfão, que passara parte da vida como monge mendicante. Seguira-o desde a aldeia natal um grupo de adeptos, dos quais muitos eram parentes seus, ou filhos adotivos (*i-erh*). Foi gradualmente anulando a concorrência dos bandos rivais. Uma das fontes de sua força residia na combinação de um vigoroso apelo anti-estrangeiro — dirigido contra os soberanos mongóis — com os ressentimentos sócias e motivações religiosas que haviam promovido a insurreição. À medida que ia estendendo seu poderio, pela maior parte de Anhwei e Kiangsu, tendo Nankin como centro, ia empregando os serviços dos literatos, da fidalguia erudita da região. Em 1367, rechaçou para as estepes do norte o último herdeiro da dinastia mongol e tornou-se imperador da China. As famílias fidalgas que lhe haviam dado apoio durante a luta, apossaram-se dos cargos dos fidalgos que haviam servido ao invasor estrangeiro. Desse modo, houve uma reestruturação completa da elite governante, enquanto a estrutura do sistema permaneceu praticamente a mesma.

Assim, movimentos que começaram como rebeliões camponesas, se obtinham êxito, freqüentemente se transformavam num meio de concentração renovada de poder na administração do Estado, que permitia à sociedade chinesa reintegrar-se e consolidar-se. O novo soberano favorecia sua própria fidalguia, nomeando-a para postos oficiais, ao mesmo tempo que despojava a fidalguia de oposição de seus cargos e propriedades de terras. Freqüentemente, esse período de subversão era acompanhado de grandes distribuições de terras, tomadas aos inimigos do regime; distribuições essas feitas com o propósito de granjear o apoio de grandes segmentos do campesinato e da fidalguia local para o novo soberano. Renovando-se a centralização da burocracia governamental e aumentando a eficiência da tributação, tornava-se possível consolidar e expandir o imenso sistema hidráulico do qual a agricultura chinesa dependia para seus excedentes, ao mesmo tempo que se ampliava a extensão e a produtividade da terra irrigável. Contudo, a própria expansão do sistema tendia a produzir forças contrárias. Aumentava a quantidade de pessoas que ocupavam cargos e seu poderio ampliava-se; os impostos, absorvidos anteriormente pelo governo central, eram desviados, novamente, para as mãos de particulares; o sistema hidráulico deteriorava-se; a propriedade de terras concentrava-se; os tributos pesavam cada vez mais ao campesinato; a fidalguia, descontente e mal recompensada, passava a queixar-se em voz alta. As insurreições, de esporádicas, passavam a endêmicas, até que uma nova rebelião produzisse novo chefe, que escudaria os camponeses, o que traria de volta a ordem e a centralização. No decorrer da história chinesa, deram-se muitas ascensões e quedas de dinastias — quase sempre provocadas por causas internas. No século dezenove, no entanto, veio acrescentar-se a essas causas internas a forte pressão da influência estrangeira, que agiu, simultaneamente, no sentido de diminuir a capacidade da última dinastia, de resistir à desintegração e de dificultar enormemente a volta do país à coesão e à ordem sociais em suas próprias condições.

Negociantes e missionários europeus — portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses — haviam, de longa data, comerciado no Oriente com sedas, especiarias, chá e porcelana, tendo tentado introduzir suas respectivas variedades de religião cristã. No entanto, até o século dezenove, haviam aceito a estrutura política e religiosa do império chinês e até mesmo considerado a cultura chinesa com um sentimento de admiração e esperança. Após a passagem do século, porem, os interesses comerciais britânicos começaram a exercer uma pressão cada vez maior sobre o governo chinês, no sentido da quebra do monopólio comercial e da permissão para a livre importação do ópio e têxteis. As assim chamadas Guerras do Ópio (1839-1842) derrubaram a resistência chinesa às importações estrangeiras. Vários tratados sucessivos puseram abaixo as barreiras à introdução do ópio em larga escala e à redução das tarifas sobre os artigos importados, abrindo muitos portos aos estrangeiros. O governo chinês foi até mesmo forçado a pagar indenizações à Grã Bretanha, pela guerra; o primeiro de uma série de pagamentos que eventualmente arruinaria o tesouro chinês. A conseqüência imediata dessa abertura da China ao comércio estrangeiro foi o grande aumento do fluxo da prata chinesa para o exterior, como pagamento pelas importações. Conseqüentemente, o equilíbrio interno da prata em relação ao cobre — que eram as moedas em uso, nas transações locais — mudou de 1:2 para 1:3. Esse fato prejudicou seriamente o campesinato, que pagava impostos e dívidas de arrendamentos em prata, mas que só recebia cobre pelos seus produtos vendáveis.

A abertura dos portos do tratado foi transformando a China num satélite do mundo industrial. O desenvolvimento industrial que foi realizado daí por diante permaneceu, na sua maior parte, nos portos ou nas cercanias deles, sempre nutrido pelos investimentos estrangeiros e protegido pelas armas estrangeiras. Os portos converteram-se em verdadeiros bastiões dos interesses estrangeiros na China. Os estrangeiros não somente estavam sujeitos às suas próprias leis, livrando-se dessa forma das restrições das leis chinesas, como também impuseram, aos chineses que tinham intercâmbios com eles, o julgamento segundo as leis estrangeiras. Essa derrota, com as conseqüentes usurpações dos estrangeiros, muito prejudicou o prestígio da dinastia manchu e sua capacidade de reter as rédeas do poder, em seu próprio país. À medida que ela se debutava internamente, era forçada a confiar cada vez mais nas potências estrangeiras, agora decididamente interessadas em escorar suas defesas internas, que ainda representavam um instrumento seguro para manutenção da ordem no interior. O que essas potências buscavam era um governo "relativamente fraco, que aceitasse ordens e controles do exterior, mas forte o bastante para dar ordens e exercer controle internamente" (Lattimore e Lattimore, 1944, 104).

Ao mesmo tempo, começou a modificar-se a atitude dos missionários para com os chineses, especialmente depois da chegada do primeiro missionário inglês não-conformista, Robert Morrison. Ao passo que anteriormente os emissários cristãos haviam considerado os chineses com sentimentos de admiração e parentesco, havia agora uma tendência para não ver neles mais que pagãos mergulhados em trevas, que deveriam abandonar uma cultura deficiente e inferior, para abraçar outra, estruturada segundo os padrões do Ocidente

protestante.

Os mesmos tratados que legalizaram a importação do ópio, concederam direitos irrestritos aos missionários europeus, para difundir suas doutrinas. Nas palavras do historiador britânico Joshua Rowntree (1905, 242), o ópio e o Evangelho "vieram juntos, difundiram-se juntos; lutou-se a favor deles juntamente e ambos foram, afinal, legalizados juntos". Dizem, às vezes, que o cristianismo não teve grande impacto na sociedade chinesa, porque suas normas se revelaram incompatíveis com os padrões familiares chineses e com suas formas de culto aos antepassados. No entanto, o cristianismo teve efeitos de curto e longo prazos. Aqueles ficaram bem claros no sincretismo religioso da rebelião de Taiping, da qual ainda trataremos, adiante. O líder Taiping considerava-se o irmão mais moço de Jesus Cristo e fazia uso da Bíblia como livro sagrado. O movimento foi tão cristão a ponto de fazer com que as igrejas mandassem averiguar se seus dogmas coincidiam com os do cristianismo ortodoxo, para justificar a concessão de auxílio ocidental. Mas o relatório da investigação foi negativo — o que leva a especular sobre o que teria acontecido, tivessem os missionários responsáveis chegado a uma decisão menos fundamentalista e mais ecumênica. Em 1937, havia certamente uns três milhões de católicos chineses, recrutados geralmente nas classes baixas, além de meio milhão de convertidos ao protestantismo, quase sempre originários da classe média ou alta. Todavia, a verdade é que os efeitos dos esforços cristãos manifestaram-se menos nas conversões que na transmissão das idéias e técnicas ocidentais. Diz Robert Elegant a esse respeito (1963, 86):

> O enorme estabelecimento missionário na China foi um dos esforços mais bem sucedidos de uma cultura, no sentido de influenciar outra. Os missionários, se por um lado, não conseguiram muitos cristãos, por outro, incentivaram muitos céticos; se não estabeleceram a moral cristã, estimularam o descontentamento; se não levaram os homens à contemplação da eternidade ou não despertaram neles o desejo da iluminação espiritual, deram-lhes a conhecer os benefícios materiais desfrutados pelas nações cristãs.

A textura da sociedade chinesa debilitou-se ainda mais, por uma série de guerras, em que estiveram envolvidas potências estrangeiras: a guerra anglo-francesa contra a China, em 1860-1861; a anexação pelos franceses daquilo que é hoje o Vietnã; a guerra japonesa contra a China, em 1894-1895; e a guerra russo-japonesa de 1904-1905, que foi travada em solo chinês, sem falar em duas rebeliões internas principais — entre diversas outras, menores — que muito contribuíram para estirar aquela textura até o ponto da ruptura interna. Trata-se da Rebelião Taiping (1850-1865) e da Rebelião Nien (1852-1868). Essas rebeliões são importantes não apenas em relação a seu contexto histórico, mas porque provaram ser o ensaio de um acontecimento de importância ainda maior: a revolução comunista de base camponesa, do século vinte. Elas expõem alguns temas organizacionais e ideológicos que voltariam a aparecer um século depois. Além disso muitos líderes comunistas foram educados

numa época em que a memória desses movimentos se conservava ainda muito viva. Chu Teh, por exemple, ria sua mocidade, ouviu a história dos Taiping, de um tecelão ambulante, que havia tomado parte no movimento (Smedley, 1956, 22-29).

A rebelião Taiping começou no sul, nas províncias Kwangtung e Kwangsi, que formavam uma unidade natural separada do resto da China por uma cadeia de montanhas que ia em direção à cidade portuária de Cantão. Foi nessa cidade que os comerciantes estrangeiros pisaram pela primeira vez em solo chinês e através dela a influência estrangeira difundiu-se pelo país, depois da abertura dos portos ao comércio exterior. Era uma região altamente heterogênea em sua etnia e ocupação. Continha, misturados entre os chineses, um número considerável de grupos minoritários, tanto de filiação chinesa como não-chinesa. O maior destes era o dos Hakkas, menosprezados chineses, também, mas estabelecidos na região muito depois dos chineses Han; seus costumes e dialeto se difi-renciam dos Han até o dia de hoje, quando já atingem vinte milhões. Havia também nessa região povos tribais – Miao, Yao e Lolo — que em certa época haviam ocupado grande parte do sul da China, sendo expulsos depois para as terras marginais e para as montanhas, com a chegada dos chineses. Ocupavam a região ainda outros grupos, com características organizações profissionais próprias e com liderança própria, cada qual com suas queixas particulares. Entre eles contavam-se barqueiros, cujos serviços de transporte nos canais haviam declinado em conseqüência do transporte costeiro estrangeiro; piratas, cujas atividades lucrativas em alto mar haviam sido cerceadas pelas marinhas de guerra dos estrangeiros; contrabandistas de sal, ativos defraudadores do monopólio de sal do governo e que extraíam sal por conta própria, das áreas produtoras de Kwangtung e Kwangsi; mineiros; e carvoeiros. Todos eles alistaram-se prontamente nos exércitos Taiping. O líder da rebelião era Hung Hsiu-ch'üan (1814-1864) camponês pobre Hakka de Kwangtung. Sua família sacrificara-se para lhe pagar os estudos que fariam dele um mestre-escola, mas fracassou nos exames de habilitação para o ingresso na burocracia. Um tratado missionário protestante serviu de catalisador, encaminhando-o para uma carreira alternativa como líder religioso. Numa alucinação viu-se como irmão mais novo de Jesus Cristo e portanto segundo filho de Deus, escolhido para destruir os demônios terrenos e criar um novo Reino de Deus. Passou também por um treinamento de dois meses numa missão norte-americana, em Cantão, sob a tutela de um fundamentalista, o Reverendo Issachar Roberts, de Sumner County, Tennessee. A Bíblia juntou-se aos livros sagrados da nova religião. O movimento alastrou-se rapidamente pelas onze províncias do sul do rio Yang-Tse; sua distribuição geográfica coincide marcadamente com a região na qual os comunistas se estabeleceram em primeiro lugar depois da I Guerra Mundial (McColl, 1964; Laai Yi-faai, Franz Michael e John Sherman, 1962). Essa revolta, antes de ser reprimida pelas tropas governamentais e que estima-se tenha causado, vinte milhões de vítimas, havia posto em movimento uma série de processos que, eventualmente, culminaram na desintegração interna do Estado chinês, de forma bastante semelhante à provocada, do exterior, pelas usurpações estrangeiras.

A insurreição Taiping foi derrotada, mas deixou uma impressão

muito forte no povo chinês. Os objetivos declarados do movimento ainda parecem bastante modernos, mesmo depois de passado um século da revolta. Foram eles os primeiros desde a abertura da China ao Ocidente, a introduzir temas que mais tarde seriam retomados e desenvolvidos pelos comunistas chineses. Não é de surpreender que nos documentos comunistas da atualidade, os Taiping figuram como ancestrais e precursores do movimento atual.

Quais são os elementos "modernos" dos Taiping? Em primeiro lugar, anteviram uma ordem social que levaria à abolição do governo da fidalguia. Os Taiping, diz Franz Michael, "procuraram introduzir uma ordem monista, na qual o Estado seria tudo" (1966, 7). Em vez da divisão tradicional da sociedade, em fidalguia erudita, campesinato e militares — o campesinato, os soldados e os administradores seriam uma coisa só. Toda sociedade seria organizada em células de camponeses-soldados, de vinte e cinco famílias, comandadas por um sargento. Cada família receberia uma porção de terra para cultivar, não como propriedade. O excedente do que era necessário para alimentar as famílias, seria transferido para um silo público, fiscalizado pelo sargento. Quatro células, ou cem famílias, ficariam sob o comando de um tenente; cinco "tenências" formariam uma capitaria; cinco capitanias, um coronelato; cinco coronelatos, um generalato. Mas cada comandante militar seria simultaneamente, administrador, juiz e guia religioso. Um sargento, por exemplo, não seria simplesmente o chefe militar de uma unidade de vinte e cinco camponeses-soldados e o administrador do silo comum: presidiria também aos serviços religiosos do fim de semana e às cerimônias do ciclo vital. Qualquer questão que ele não soubesse resolver seria levada ao nível superior na hierarquia. O bom desempenho receberia como recompensa uma promoção e o mau desempenho, uma degradação ou a pena capital. Além disso, os Taiping dirigiam suas ofensivas não só contra a fidalguia erudita, como também contra sua ideóloga, o confucionismo, considerada a religião de uma casta de inimigos, em cujo lugar gostariam de estabelecer sua própria visão do Reino Celeste, futura religião de todos os chineses. Aliavam ao monismo que permeava sua visão de uma nova sociedade política, um monismo ideológico. "Isso colocou os Taiping não só contra o governo, mas contra os defensores da própria ordem social vigente, a fidalguia e todos os que acreditavam no sistema confuciano" (Michael, 1966, 7).

É bem provável que os Taiping não criaram esse ideal de uma sociedade e constituição monistas a partir do nada, mas que apelassem para fontes de inspiração mais antigas, delas extraindo seus conceitos daquilo que deveria ser uma ordem social. De modo geral, acredita-se (Shih, 1967, 253-268) que fizeram uso de um antigo documento, o Chou-li, que parece ter sido escrito pelo duque de Chou, primeiro ministro de Wu-Wang, que subjugou a dinastia Shang, no século doze a. C. O duque de Chou antevia um Estado feudal firmemente organizado, no qual os barões devessem fidelidade aos viscondes, estes aos condes, que a deveriam aos marqueses, que a deveriam aos duques, que a deveriam ao Filho do Céu. Essas cinco categorias de vassalos correspondem às cinco categorias de oficiais previstos pelos Taiping. Na base desta pirâmide ficaria o campesinato, organizado em torno de unidades agrícolas de nove fazen-

das, das quais uma seria comum a todos, circundada por oito privadas. Os camponeses cultivariam a fazenda pública bem como as suas próprias glebas. A semelhança com o esquema Taiping não deixa de causar perplexidade. Todavia, deve-se levar em conta que o duque de Chou também prescreveu que as suas cinco categorias faudatárias fossem servidas, cada qual, por cinco categorias de fidalgos: os ministros, comandantes, os eruditos superiores, eruditos médios e os eruditos inferiores. Além do mais, todos esses cargos seriam hereditários. E, ao que parece, os camponeses não portariam armas. Pode-se, todavia, conjeturar que existia uma tradição de pensamento político que se poderia ter desviado desses princípios fundamentais, os quais divergiam claramente e até se opunham aos conceitos posteriores de uma sociedade oriental, administrada por uma fidalguia erudita não-hereditária. É provavelmente verdade que numa tradição literária baseada em citações dos clássicos, qualquer pessoa que quisesse ver seus pontos de vista intelectualmente respeitados, deveria escorá-los com tais citações. É curioso assinalar que o documento Chou-li foi também invocado por Wang An-Shih (1021-1086), o reformista — tipo "New Deal" — da dinastia Sung. Wang An-Shih era, ele próprio, adepto do sistema das oito fazendas privadas e uma, comum. Todavia, encontrando oposição à sua restauração, ele se concentrou menos na reforma agrária, como tal, e passou a desenvolver a instituição do silo público, que servia de depósito de suprimentos para serem usados em épocas de crise. Simultaneamente, iniciou uma esquematização militar que transformaria o camponês em soldado. Já que era contra o emprego de mercenários, Wang An-Shih "tentou treinar esses soldados-civis, substituindo gradualmente os dois exércitos imperiais, por eles, num retorno à época antiga do lavrador-soldado" (Miyakazi, 1963, 87). Atacou, além disso, as tradições literárias da fidalguia, advogando um sistema de especialização técnica, combatendo desse modo a justificativa ideológica da própria existência da fidalguia erudita. Essas reformas falharam, mas não há dúvida que os conceitos — tais como o do sistema dos nove campos, o do silo público, o do soldado-camponês e o das categorias hierárquicas de líderes que, simultaneamente, desempenham diversas funções — se mantiveram vivos na tradição ideológica chinesa em âmbito geral.

Muitas outras características dos Taiping fazem deles os precursores dos revolucionários do século vinte: concediam igualdade à mulher, inclusive dando-lhe acesso às várias categorias de liderança; havia mulheres-soldados nos exércitos Taiping. Promulgaram decretos contrários à mutilação dos pés, à prostituição e ao comércio de mulheres. A base do casamento seria a atração mútua entre os sexos e não, como no passado, os arranjos financeiros entre as famílias; o vínculo matrimonial seria monogâmico. Todas essas medidas eram dirigidas contra a fidalguia, na qual predominavam arranjos matrimoniais com propósito de mobilidade social, ataduras nos pés femininos como sinal de *status* social, o uso da concubinagem e, em geral, a reivindicação de que o homem era superior à mulher. Davam preferência também ao uso da linguagem coloquial ao invés das formas lingüísticas dos literatos e advogavam a introdução do calendário moderno, do tipo ocidental. Proibiam o uso do ópio, do fumo e do álcool. Para finalizar; pode-se dizer que era

um movimento vigorosamente iconoclasta: além da destruição das imagens dos antepassados — através da qual atingiam um dos mecanismos da preponderância fidalga, que se manifestava na continuidade das linhagens e clãs — visavam também a eliminação das imagens budistas, taoistas e confucianas.

A maior parte desse programa manteve-se teórico, jamais foi posto em prática. Um escritor comunista, Fei Min, referiu-se ao programa Taiping como "socialismo utópico" (citado em Levenson, 1964, 181, fn. 14). No entanto, não se sabe ao certo se pode ser descrito como "socialismo". O que os Taiping visavam não era necessariamente beneficiar o campesinato mas organizá-lo segundo um novo esquema social no qual o poder era distintamente repartido mas, no qual o camponês ainda seria sobrecarregado. Com efeito, o projeto da reforma agrária não se concretizou e, no final das contas, o aumento constante da tributação acabou por colocar o campesinato contra os Taiping. Este revés foi inteligentemente explorado pelas tropas do governo contrárias e eles, afinal, como não souberam conservar a lealdade do campesinato, não puderam contar com ele. (Michael, 1966, 195).

A segunda principal rebelião foi a dos Nien, que se sublevaram ao norte, nas terras do cultivo do painço* e do sorgo.** Os Nien eram decididamente anti-manchus e seu líder proclamou-se Grande Príncipe Han, portador do Mandato Celestial. Seus símbolos e cerimoniais derivavam da sociedade do Lótus Branco, budista e anti-manchu. A maior parte de seus líderes intermediários provinha da fidalguia de classe baixa e de seus poderosos clãs. Menos dados à ideologia que os Taiping, eram mais habilidosos na organização do apoio das massas para seus empreendimentos. Atuavam assim: alistavam comunidades inteiras, as quais organizavam como se fosse uma corporação de auto-defesa, atrás de grandes muralhas de barro rodeadas por uma área de terra queimada, que lhes facilitava o ataque e a defesa. Abriram as prisões e encenaram julgamentos de vingança contra os guardas carcerários. Organizaram a produção e moralizaram a distribuição de cereais. Empregaram sobremaneira a cavalaria, com milhares de cavalos. Seu padrão de organização, no entanto, manifestou três pontos fracos, engenhosamente aproveitados pelas tropas governamentais inimigas. Ativeram-se principalmente à zona rural, incapazes de tomar e manter as cidades. Seus esforços, de modo geral, eram descentralizados, isto é, cada comunidade ocupava-se principalmente com seus ganhos imediatos e com sua defesa; com sua política de terra queimada, acabaram por alienar o campesinato faminto de terra. O competente líder do governo, Tseng Kuo Fan, soube explorar essas fraquezas, isolando comunidade por comunidade, cortando os cavaleiros de suas bases e atraindo para o lado do governo os camponeses que haviam sofrido com a política defensiva dos Nien.

Numa perspectiva histórica, as rebeliões do século dezenove teriam um efeito paradoxal nos rumos do desenvolvimento chinês do século vinte. Elas foram derrotadas, mas à custa de grandes mobilizações de forças armadas regionais, lideradas por chefes regio-

---

* Milho miúdo. (N. do T.).
** Espécie de milho. (N. do T.).

nais. Estes, que eram quase sempre membros da alta fidalguia e respeitáveis funcionários do Estado foram assim passando a posições de poder e independência cada vez maiores. O Estado, ao delegar-lhes a tarefa de destruir os rebeldes, estava na verdade hipotecando o futuro da China a funcionários que eram também os detentores do poder regional. Aliás, durante as rebeliões, crescera consideravelmente o número de militares. Alguns desses novos detentores do poder tornar-se-iam os primeiros empresários industriais da China. Eram a favor do desenvolvimento industrial, para consolidar seu próprio poder, em contraposição ao poder central; procuraram também criar instrumentos industriais e comerciais adequados e capazes de resistir ao crescente impacto estrangeiro. Contudo, como membros da fidalguia erudita tradicional, continuaram a ver nesses instrumentos principalmente o meio de preservar a essência (*t'i*) da China agrária, tradicional e confuciana (Feuerwerker, 1958, 245). Faltava-lhes tanto a experiência técnica na direção de empresas modernas quanto a visão social que lhes teria permitido usar a posse de terras como complemento da indústria e do comércio, em vez de tornar a indústria e o comércio subservientes à tradicional posse de terras. Desse modo, ao mesmo tempo que pretendiam envolver-se com o capitalismo ocidental, eram, em primeiro lugar, fidalgos e, depois, empresários.

Enquanto os altos funcionários debatiam-se no dilema, de um lado os valores confucianos e do outro, a moderna empresa privada, não demorou que um grupo de empresários, bem menos apegados à ordem antiga e mais comprometidos com as novas maneiras de fazer negócios, os ultrapasse. Eram os mercadores do tratado da abertura dos portos chineses, ou compradores, como eram chamados em português: agentes de firmas estrangeiras na China. Segundo os valores confucianos tradicionais, sua atividade comercial era pouco considerada entre os chineses, que davam prioridade social tanto ao camponês quanto ao erudito. O mercador

> extraía do camponês todo o excedente que ultrapassasse o mínimo necessário à sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, concorria com o fidalgo proprietário de terras por causa desse excedente e com toda a estrutura burocrática oficial, a qual, em última análise, era sustentada pela tributação e pelas extorsões sobre o total do produto agrícola. Assim, à luz da ideologia dominante, o mercador era visto como parasita pelas duas classes de maior categoria, na ordem hierárquica tradicional: fidalgo, funcionário, camponês, artesão e mercador (Feuerwerker, 1958, 50).

O ingresso no mundo dos negócios estrangeiros deu aos mercadores, o *status* e a consideração que jamais haviam recebido no passado imperial. Todavia, seu papel na nova órbita comercial e industrial manteve-se subsidiário; em suas atividades, defrontavam-se com pressões competitivas muito fortes tanto dos estabelecimentos comercias quanto dos governos estrangeiros. A maioria permaneceu financeiramente fraca e exposta às vicissitudes das flutuações dos preços internos e externos. Em 1918, de 956 firmas chinesas, 653 ou 69%, possuíam capital de menos de cinqüenta mil yuan; apenas 33 firmas ou 4% do total, operavam com capitais maiores que

um milhão de yuan (Chesneaux, 1962, 30, fn. 2). Essa fortuna não era facilmente conversível de uma empresa comercial para outra; as firmas européias, ao contrário, misturavam operações bancárias, investimentos industriais e administração, numa fluente simbiose. Uma firma estrangeira como S. Jardine & Matheson, ligada a bancos de Hong-Kong e Shangai, possuía simultaneamente holdings em estaleiros, transportes públicos, companhias de seguro e minas de carvão. As firmas chinesas dependiam também das estrangeiras para grande parte do fornecimento do combustível e energia de que precisavam para fazer funcionar suas novas máquinas, bem como para a própria importação delas. Eram tolhidas pelos inúmeros impostos locais cobrados para a circulação das mercadorias dentro da China, ao mesmo tempo que não conseguiam de defender-se contra a concorrência das mercadorias estrangeiras, protegidas pelo limite de 5% das tarifas chinesas, regulamento imposto pelos estrangeiros. Além disso, a maioria das mercadorias eram transportadas rio abaixo e rio acima no Yang-tsé a bordo de navios de carga estrangeiros. Portanto, seus recursos eram insuficientes para manter uma base de poder independente; sua subsistência dependia de sua relação simbiótica com os negócios estrangeiros. Era como se tivessem assinado um pacto com o inimigo, o diabo estrangeiro. Suas atividades afetavam toda a estrutura da vida chinesa, mas os próprios chineses não podiam julgar as transformações que elas provocavam. Às vezes tentavam negociar para conseguir melhores condições nos contratos mas o próprio fato deles existirem os tornava meros assistentes das potências estrangeiras em solo chinês. Foram incapazes de libertar-se dos elos que os prendiam aos padrões burocráticos do passado chinês e, portanto, impotentes para afirmar sua independência perante as forças às quais deviam sua nova posição.

Todavia, a antiga ordem estava condenada e, com ela, a burocracia confuciana que herdara. Debilitado por extorsões estrangeiras e rebeliões internas, progressivamente fragmentado em blocos regionais de poder, chefiados por funcionários e soldados que já travavam relações com firmas e potências estrangeiras, o império chinês ruiu, em 1911, para dar lugar a uma república dividida e tumultuada. Quem tomou as rédeas do poder foram os rebeldes nacionalistas que sonhavam com uma China unida e forte, capaz de manter a ordem interna e resistir a pressões externas. Contudo, o malogro da autoridade central deixava o caminho livre para os caudilhos guerreiros se apossarem do poder local ou regional. Estes, segundo Latimore, eram "políticos com exércitos próprios". Esses políticos-soldados podiam ser encontrados em todos os níveis, exercendo seu domínio sobre cidades, regiões, uma ou várias províncias. Arrecadavam impostos, saqueavam seus adversários políticos e estavam numa posição ideal para promover o contrabando, o jogo e, até a produção e distribuição de ópio (para os históricos desses casos, ver Chow, 1966). Freqüentemente cooperavam com a fidalguia local, agora livre do controle central e ambos consideravam essa aliança mutuamente benéfica. Também uniam-se ou lutavam uns com os outros — não raro reagindo à influência de grupos de comerciantes estrangeiros ou nacionais que, ora estimulavam a fusão, ora o conflito.

Recrutavam seus exércitos principalmente entre os camponeses, tão empobrecidos que mal podiam sobreviver. Eles eram contratados

como mercenários e, em dadas condições, um rapaz esperto poderia tornar-se oficial graduado ou mesmo caudilho. Esse processo, está claro, criou um círculo vicioso: quanto maior o número de caudilhos e mercenários, tanto maiores as probabilidades de continuados distúrbios no campo e a tendência, tanto dos camponeses quanto dos filhos dos fidalgos, para abraçar a carreira militar. A linha entre a atividade militar respeitável e o banditismo declarado, foi se atenuando de tal forma que facilmente desaparecia no processo.

Ao mesmo tempo, com o advento do século vinte, a agricultura chinesa entrou num desequilíbrio declarado. Os peritos dão a este ou àquele fator uma importância diferencial mas não resta dúvida que a ação conjunta de várias dessas forças fez aumentar o peso do fardo que já pesava nas costas do camponês. Em primeiro lugar, e talvez o mais importante, havia o problema milenar de como alimentar uma população crescente, aglomerada em porções limitadas de terra; de 1850 a 1950, a população cresceu de 430 a 600 milhões. Tal taxa de crescimento populacional, por si só, deveria produzir tensões consideráveis. Durante décadas, a agricultura chinesa tivera a capacidade de alimentar toda essa gente; mas em 1900, o aumento da pressão demográfica sobre os recursos naturais começou a exceder os limites do tolerável. Essas pressões intensificaram-se ainda mais devido ao costume milenar que preconizava que a partilha das terras, fosse feita igualmente, entre todos os herdeiros. A população, que aumentava, ia sendo, assim, cada vez mais comprimida em porções de terra cada vez menores. Em segundo lugar, na ordem de importância, estava a falta de eficácia na administração e controle das águas e enchentes e a impossibilidade de empreender a expansão e construção de novas obras. A incapacidade de administrar essas instalações, das quais dependia grande parte da agricultura chinesa, acompanhara sempre o declínio dinástico: o poder central tornava-se cada vez menos capaz de providenciar os homens e o material necessários à manutenção dos diques e canais. Em terceiro lugar, à medida que o poder central se deteriorava, os caudilhos locais e regionais retinham os impostos que anteriormente repassavam aos cofres imperiais, e passavam a exigir novos tributos imprevistos, destinados a rechear seus próprios cofres e a financiar seus próprios empreendimentos (ver Gamble, 1963, 139-141). Além disso, os tributos eram arrecadados por tropas excedentes aboletadas no campo, ou por bandidos que freqüentemente não passavam de soldados derrotados, de militares mal sucedidos. Em quarto lugar, o declínio dos manchus e o advento da república puseram termo à instituição do silo público, onde eram acumulados os excedentes de alimentos, sob os auspícios do governo, para utilizá-los em tempos difíceis. O restante dos estoques fora vendido em 1912, para custear a revolução, e jamais havia sido substituído.

Em quinto lugar: os excedentes produzidos pelos padrões seculares da posse da terra e da usura, iam sendo, progressivamente, transformados em instrumentos de expansão comercial. Até certo ponto, todos os fatores mencionados acima — pressão populacional, deterioração do controle hidráulico, fragmentação política, diminuição das reservas alimentícias — já se haviam manifestado antes na história chinesa. O século vinte, porém, diferenciou-se por facilitar a difusão do capitalismo empresarial privado nas áreas ru-

rais da China e por suscitar reações — especificamente chinesas — a essa difusão.

Essa afirmação não deve ser interpretada de modo a sugerir a inexistência de uma tradição empresarial privada na China, antes do advento dos europeus. Já vimos que, há muito tempo, era possível comprar e vender terras. A sociedade chinesa, de igual modo, sempre permitiu que a fidalguia acumulasse excedentes camponeses, como parte de suas relações informais e sub-contratuais com o Estado — e a utilização do crédito, com altas taxas de juros, era habitual e também muito difundida. O Estado permitia também lucros módicos nos empreendimentos comerciais e sabe-se de negociantes de Pequim que auferiram rendas maiores, de lojas, casas de penhores, empréstimos de dinheiro do que dos aluguéis das terras. Mas, nos casos em que, na história da Europa Ocidental, o poder político, não raro, tivera que fazer concessões aos grupos de mercadores independentes das cidades, o poder estatal chinês mostrou-se incomparavelmente mais forte. Podia contar com uma população camponesa numerosíssima, que lhe fornecia todo apoio de que necessitava – e isso, mesmo sem nenhuma necessidade de poupar mão-de-obra; encontrara na fidalguia erudita um instrumento seguro para o controle social e político. O Estado chinês, portanto, jamais sentiu a necessidade de aliar-se a grupos privados de empresários mercantis. Limitava a atividade dele através de grandes monopólios estatais e conservava suas propriedades "fracas" e subservientes ao Estado. Aliás, uma vez que o poder e o prestígio social provinham da posse de terras ou de títulos acadêmicos, os comerciantes que os desejassem adquirir deveriam reinvestir seus lucros na compra de terras e nas carreiras acadêmicas de seus filhos (Balaz, 1964; Murphey, 1962; Wittfogel, 1957).

Mas a invasão das potências estrangeiras juntamente com o resultado da política de "portas abertas" produziram, simultaneamente, a desintegração do aparelho estatal e a libertação da atividade comercial e industrial dos controles tradicionais, políticos e sociais. A indústria cresceu, não com a rapidez necessária para prover uma fonte alternativa segura de investimento dos que tinham capital. Aumentou consideravelmente a produção de safras de alto valor de mercado, tais como tabaco e ópio, e até as safras de alimentos. Em Chu Hsien, na província de Anhwei, por exemplo,

> estimativas informais indicam que, num bom ano, mais de cinqüenta por cento da safra de arroz colhido em Ch'uhsien, destina-se ao mercado externo... O arroz é tão valioso para a venda, que grande parte dos lavradores só o consomem em certas épocas do ano. Excetuando as sementes, eles preferem dispor de toda a safra e investir parte do lucro em alimentos mais baratos para seu próprio consumo. Assim, muitos cultivadores de arroz de Ch'uhsien têm, no milho, seu alimento básico...
> Raramente o cultivador possui uma horta e, sendo as verduras elemento importante da dieta chinesa, o cultivador que não as tem, acaba comprando-as ou negociando-as. Por isso, se considerarmos as condições normais de produção, fica claro que a família rural chinesa está longe de ser auto-suficiente (Fried, 1953, 129).

Em certas regiões este fato fez surgir

> paralelamente aos pequenos proprietários que vivem nas aldeias e fazem sociedade com seus arrendatários no cultivo da terra, uma classe de proprietários ausentes cujo relacionamento com a agricultura é puramente financeiro. Isso, naturalmente, processa-se com maior rapidez nas proximidades das grandes cidades, nos distritos onde as condições estáticas da vida rural são abaladas pela expansão do comércio e da indústria, e em certas partes da Manchúria, por exemplo, onde recentemente se instalou uma população de imigrantes. Os sintomas que acompanham esse processo são a especulação de terras e o surgimento de intermediários entre proprietários e arrendatários. Afirma-se que em Kwangtung é cada vez mais comum o aluguel de grandes glebas a comerciantes abastados ou a companhias especialmente formadas para esse fim — que depois sublocam parceladamente a terra a lavradores camponeses, por aluguéis excessivos. Em outras partes, o resultado do aumento do número de proprietários ausentes é o emprego de intermediários, que poupam ao proprietário o trabalho de esfolar, ele mesmo, seus arrendatários: são eles que os intimidam com ameaças de despejo, acabando por obrigá-los a pagar mais do que devem. Ganham dinheiro, portanto, defraudando o proprietário e intimidando o arrendatário (Tawney, 1932, 68).

A introdução das safras comerciais e a comercialização da terra acabou afetando os preços da terra, as condições da posse e os preços do arrendamento. Em certas áreas, os preços dobraram e triplicaram e a posse vitalícia foi substituída por contratos a prazo curto. Ao mesmo tempo, os aluguéis aumentaram diretamente ou através de mecanismos tais como a cobrança adiantada ou o pagamento de depósitos de aluguel destinados a assegurar o direito da posse permanente. Em outros lugares a ampliação do mercado colocou os produtos artesanais de uso rural em concorrência com produtos industrializados, estrangeiros ou nacionais. Aparentemente, essa concorrência não conduziu ao declínio absoluto da produção artesanal (Feuerwerker, 1868, 11); a manufatura artesanal de tecidos até se beneficiou com a introdução do fio feito à máquina. Mas o hábito cada vez mais acentuado do uso de produtos industrializados revelou-se, afinal, uma ameaça direta às muitas famílias camponesas que vinham suplementando seus magros rendimentos agrícolas com uma produção manual à margem. Essa foi a razão pela qual os antropólogos chineses Fei Hsiao-tung e Chang Ching-I, em seu estudo de três comunidades de Yunnan, acabaram concluindo que a agricultura, por si só, não poderia mais alimentar a população chinesa.

> A revolução industrial do ocidente acaba ameaçando os camponeses das aldeias chinesas em sua capacidade industrial. Por mais habilidosos que sejam, eles travam uma batalha perdida contra a máquina. Mas têm que continuar lutando, do contrário não poderão mais viver. Em conseqüência, a China gradativamente seria reduzida a um país pura e simplesmente agrícola; e

uma China agrícola, inevitavelmente, será uma China faminta (1945, 305).

Não devemos supor que esses processos recentes desenvolveram-se com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em todo lugar. Conforme as circunstâncias locais, a introdução das safras comerciais poderia favorecer os camponeses donos de terras, ou os proprietários de terras, ou as associações comerciais ausentes, engajadas em atividades agrícolas. Em uma certa localidade ou região, a posse da terra permaneceria em bases tradicionais, com proprietários que não tinham outras expectativas, além das tradicionais; em outra, a difusão da posse da terra poderia estar associada à agricultura comercial. Alguns tipos de artesanato poderiam sofrer, enquanto um artesanato de outra espécie, feito em outro lugar, poderia encontrar saídas lucrativas. Algumas regiões possuíam bancos e outras — talvez politicamente instáveis — não tinham. Alguns proprietários investiam seu dinheiro em empresas comerciais e outros — de uma aldeia vizinha — enterravam seu ouro no quintal. Essas diversidades produziam grandes variações de local para local e comprometiam as relações sociais diversas, de uma localidade para outra e de uma região para outra. Do mesmo modo, diferenciavam-se as relações de poder. Conseqüentemente, a economia, a sociedade e a política, desmembraram-se progressivamente. Todavia, em toda parte, denunciava-se a mesma dinâmica que fazia confluir para um mesmo vórtice, que se ampliava, os recursos das diferentes micro-estruturas. Desintegravam-se os controles estruturais exercidos pelo Estado e diminuía o prestígio derivado da posse de terras e títulos acadêmicos. Em contrapartida, surgiam novas possibilidades para o investimento do dinheiro no comércio e na indústria, oferecendo novas oportunidades aos comerciantes, bem como aos funcionários e caudilhos que haviam herdado os fragmentos do aparelho estatal estraçalhado. Através de uma simbiose entre proprietários de terras, funcionários, soldados e mercadores — realizada nos níveis local e regional, durante as décadas de vinte e trinta — a fortuna potencialmente capitalizável foi mobilizada no campo e conjugada ao capital importado da região costeira oriental. Dessa simbiose emergiu aquilo que Chen Hang-seng chamou de "seres quadriláteros".

São os coletores de impostos, mercadores, usurários e funcionários administrativos.

Muitos proprietários de terra-usurários estão se transformando em proprietários de terra-mercadores; muitos proprietários de terra-mercadores transformam-se em proprietário de terra-mercadores-políticos. Ao mesmo tempo, os mercadores-políticos transformam-se em proprietários de terra. Estes, não raro, são donos de cervejarias, refinarias de petróleo e depósitos de cereais. Por outro lado, os donos de armazéns e mercearias possuem hipotecas de terras e serão eventualmente proprietários delas. É fato mais do que sabido que as lojas e casas de penhores dos proprietários de terras estão, de alguma forma, ligadas a bancos de autoridades civis e militares... Se, para alguns grandes proprietários de terras a prática da usura é a sua principal profissão, a verdade é que todos eles

> a praticam de uma forma ou de outra. Aliás, não poucos são funcionários civis e militares (citado em Isaacs, 1966, 32).

Todavia, a terra e o seu arrendamento permaneciam a preocupação vital de muita gente comprometida com outros modos de ganhar a vida. Mesmo para os que se mudavam para as cidades, o investimento em terras continuava a ser uma importante fonte de renda.

> Das 391 pessoas da classe média de Peiping pesquisadas (em 1936-1937), 191 ou 48%, possuíam terras; de 21 de nossos informantes (empregados, comerciantes, donos de oficinas) de Shangai, 11 ou 52%, possuíam terra...
>
> As fontes de renda extra representam um papel mais importante na vida da classe alta que no da classe média. Um funcionário com salário mensal de $200 e uma renda de $100-150 provinda das suas terras, não constituía uma raridade. Entre os comerciantes, o pesquisador muitas vezes não conseguia determinar se a principal fonte de renda eram os negócios ou a terra... Das 231 famílias de classe alta, do norte da China, que foram pesquisadas, 126 ou 54% (excluindo-se proprietários de terras) possuíam terras; muitos possuíam casas. Os investimentos em lojas, fábricas e empréstimos representavam um papel importante (Lang, 1946, 94-98).

Para o camponês, mesmo da aldeia mais remota e isolada, isto tudo significava que o que lhe sobrava era tirado por uma imensa hierarquia de poderosos. Por exemplo, na Estalagem das Dez Milhas, no condado de Wu An — no que mais tarde se transformaria na fronteira norte dos comunistas na luta contra os japoneses – havia um grande proprietário de terras, que tinha o seguinte negócio: adiantava tecidos aos camponeses, na primavera, em troca de algodão, a ser entregue no outono, quando os preços estavam em baixa; já possuía cem *mou* de terra fértil e comprara o direito de cobrar o dinheiro devido a um proprietário de terras da Aldeia da Caverna de Pedra, ali perto. Um outro era lavrador, mas possuía uma loja onde o artigo mais lucrativo era a heroína, vendida a crédito e cuja garantia era terra; e o empréstimo de dinheiro por sua vez emprestado de proprietários de terras de uma aldeia próxima (Crook e Crook, 1959, 18-20).

O panorama geral compunha-se, pois, de pirâmides dentro de pirâmides, das quais uma das menores era a dos pequenos proprietários de terra. Os grandes utilizavam-se dos pequenos e estes dos que eram ainda menores que eles, ou de camponeses ricos. Estes, por sua vez, utilizavam-se de camponeses de classe média ou mesmo de camponeses pobres. O dinheiro emprestado — a 100% de juros, renovado a cada vinte dias — na loja Hsin-Hsung, da Estalagem das Dez Milhas, por exemplo, era originalmente emprestado também com juros — do senhor Chang "Lao-wantze", de Harmonia Ocidental (Crook e Crook, 1959, 28).

O Sr. Chang — cujo apelido significa "Almôndega Velha" — por sua vez fazia negócios com proprietários mais poderosos que ele. No topo da pirâmide do condado de Wu An estava Chang Hsin-hai. Possuía quarenta mil *mou* de terras cultiváveis, o que significa

quatrocentas vezes mais que o mais rico proprietário da Estalagem das Dez Milhas, além de controlar os aluguéis de oitenta aldeias e de possuir quarenta pátios na cidade (Crook e Crook, 1959, 11).

Todavia, mesmo com todo esse período de comercialização intensificada da agricultura, a China permaneceu, como era no passado, um país de camponeses, cujo acesso à terra só era possível através da propriedade ou do arrendamento. Segundo estimativas de 1930, cerca da metade do campesinato possuía terras próprias, um quarto dele possuía alguma terra e arrendava alguma, e o quarto restante era constituído por arrendatários (Tawney, 1932, 34). A propriedade, no entanto, não era distribuída por igual. Estudos feitos em quatro hsien, ou distritos do norte da China em 1936, demonstram que os proprietários de terras, que formavam 3 ou 4% da população, possuíam 20 a 30% da terra. Os camponeses pobres formavam de 60 a 70% da população, mas controlavam menos que 20 a 30% da terra. No sul, em quatro *hsien* analisados, os proprietários de terras constituíam 2 a 4% da população, e possuíam 30 a 50% da terra (Institute of Pacific Relations, 1939, 3). Tawney estimou que, em 1932, "de 40 a 50% das famílias camponesas não tinham terras que lhes fornecesse alimento suficiente" (Tawney, 1932, 71). É difícil encontrar estimativas relativas ao total dos que não possuíam terras. Um estudo de 3.552 famílias, na década de 1920 (Tyler, 1928, 106), demonstrou que apenas 16% não possuíam nenhuma terra. Mao Tse-tung apresentou a cifra de 20% da população camponesa do condado de Changsha, em Hunan, em 1927, como "completamente indigente":

> ou seja: pessoas que não possuem terra ou dinheiro, não têm como subsistir e são forçadas a deixar sua aldeia para se tornarem mercenários, trabalhadores assalariados ou mendigos ambulantes (Mao, 1965, 32).

A maior parte do trabalho agrícola era ainda realizado pelos próprios camponeses e suas famílias; apenas um quinto desse trabalho era realizado por trabalhadores assalariados (Buck, 1930, 231-237). Um exame das formas de trabalho agrícola salienta até que ponto os trabalhadores agrícolas não constituíam uma classe à parte.

Ao se estudar a forma de trabalho agrícola chinês, é tremendamente

> importante lembrar que, em geral, os trabalhadores assalariados agrícolas, na China, são, ao mesmo tempo, camponeses pobres que cultivam sua própria terra ou terra arrendada e esporadicamente são alugados como cules. Se, na zona rural rica, o fenômeno geral é a trindade: proprietário de terras-mercador-usurário, entre os pobres rurais existe também uma trindade, a dos arrendatários-pobres trabalhadores agrícolas assalariados-cules. Segundo um pesquisador de campo, que em 1933 trabalhou na província de Honan, os camponeses sem terra e os que possuem terra insuficiente devem estar sempre se transferindo rapidamente de uma fazenda para outra. Um dia trabalham em terras e campos, próprios ou alugados; no dia seguinte, como traba-

lhadores assalariados, nos campos de outra pessoa; no terceiro dia, trabalham nas lojas da cidade, como cules que transportam mercadorias. Esses trabalhadores parcialmente assalariados, em Honan, ultrapassam de muito, em número, os assalariados de tempo integral — e essa situação repete-se em muitas outras províncias (Institute of Pacific Relations, 1939, 71).

O perfil social que aqui se define é, pois, o de uma sociedade rural dominada, não "pelo trabalhador assalariado, mas pelo camponês dono de terras" (Tawney, 1932, 34). Todavia esse campesinato jamais deixara de lutar ferozmente para se manter na terra, embora duplamente ameaçado pelas pressões da comercialização vindas do alto e pela perspectiva da miséria, vinda de baixo.

Todos esses acontecimentos — usurpações estrangeiras contínuas, lutas internas dos caudilhos guerreiros, difusão da indústria e do comércio, aumento do descontentamento rural — não podiam deixar de criar uma fermentação galopante numa população assediada pela desordem e cada vez mais desenganada quanto à restauração da ordem no Império Celestial. Essa fermentação era especialmente acentuada nos três novos segmentos da população: entre a classe operária chinesa em desenvolvimento, criada pelo crescimento da indústria e do comércio, entre os estudantes, cada vez mais constrangidos entre os padrões conflitantes do passado e do presente; e entre o campesinato, profundamente abalado pelas vicissitudes da agricultura. Adiantando-se o século vinte, apareceram também novas formas políticas, novos partidos e novos tipos de instituições políticas, que tentariam incorporar e dirigir, a nível político, esses novos elementos.

Cerca de 1919, o número de operários chegava a 1.500.000. Destes, três quartos estavam engajados nos transportes ou na indústria leve, especialmente na produção têxtil. Três quintos trabalhavam nas indústrias de propriedade chinesa e dois quintos, nas de propriedade estrangeira. A maioria estava concentrada na China oriental: só em Shanghai havia uns 300.000 operários; na região de Hong Kong, uns 50.000; nas províncias gêmeas de Hupeh e Hunan, 100.000. Em sua grande maioria, eram ex-camponeses recentemente chamados à indústria e transplantados para a cidade (Chesneaux, 1962, 85; Lang, 1946, 87). Freqüentemente deixavam suas famílias no campo, indo residir em albergues ou nas próprias oficinas, quando trabalhavam. Era freqüente voltarem para o campo no tempo das colheitas, o que causava altas taxas de ausências na indústria. Visitavam freqüentemente o campo; o custo do transporte para tais visitas constituía o terceiro item mais importante de seus orçamentos, vindo logo abaixo aos referentes à alimentação e ao vestuário. Os laços locais e regionais permaneciam vigorosos. Eram freqüentemente originários da mesma região e empregados pelo mesmo patrão; alguns continuavam a trabalhar em suas especialidades anteriores, tais como a fabricação de tinta, ou a carpintaria, mas em escala industrial. Tinham a tendência de formar capítulos ou associações regionais ou sindicatos. Poucos eram operários especializados; a maioria dos cargos que requeriam especialização eram preenchidos por estrangeiros. Ao mesmo tempo, a força de trabalho industrial permanente ia se fundindo imperceptivelmente a uma mas-

sa operária urbana muito maior, composta de trabalhadores nas oficinas artesanais tradicionais, de cules, vendedores ambulantes e outros intermediários, característicos do cenário urbano. Essa massa urbana talvez se elevasse a dez vezes o número dos operários. Muitos se entregavam a atividades quase ilegais, ou às vezes realmente fora da lei, apoiados pela proliferação de organizações clandestinas mais ou menos disciplinadas, dos pobres. Essas organizações, por sua vez, fundiam-se com as sociedades secretas mais tradicionais, que também recrutavam membros na nova classe operária. Existia, portanto, toda uma rede de relacionamentos, que ligava o novo operariado ao campesinato real e ramificara-se, através das massas urbanas, muito além da própria força de trabalho industrial. Em 1918 surgiu o primeiro sindicato industrial — que não tinha nada a ver com as associações artesanais ou regionais acima mencionadas — e um ano depois os operários entravam em greve, apoiando os estudantes nacionalistas. Por volta de 1925, um milhão de operários já entrara em greve, em apoio de causas políticas. Em 1927, já havia três milhões de sindicalizados e em maio desse mesmo ano ocorreu uma tentativa de insurreição urbana, apoiada principalmente no operariado, que quase conseguiu tomar o poder.

Um segundo elemento foi o movimento dos estudantes nacionalistas. Em 1905, havia sido abolido o secular sistema confuciano de exames; o conhecimento confuciano tradicional perdia rapidamente seu prestígio. Em seu lugar, uma nova população estudantil procurava com empenho adquirir o domínio de novas técnicas e costumes, enquanto se preparava para seguir carreiras orientadas à moda ocidental. Já em 1915, cerca de quatro milhões de estudantes chineses se empenhavam em estudar além do nível de escola primária, ocupando cerca de 200.000 professores. Mais de cem mil foram estudar no exterior, entre 1872 e 1949. De um modo geral

> provinham da elite econômica. Mesmo as anuidades relativamente baratas, com casa e comida, da universidade do governo, eram equivalentes talvez a cinco meses do salário de um operário têxtil de Shangai. O mesmo operário precisaria gastar cinco anos e meio de salário se quisesse pagar ao filho quatro anos de estudo numa escola missionária. Para resumir: para mandar o filho à faculdade pública, uma família precisaria ter uma renda de classe média alta e, para mandá-lo a uma instituição missionária, deveria ter uma renda de classe alta (Israel, 1966, 5).

Embora, a princípio, os valores desse grupo permanecessem fortemente ligados às normas tradicionais da fidalguia erudita, ele foi se envolvendo de tal modo, com problemas suscitados pelo novo ambiente e pela nova educação, que se impermeabilizou à autoridade paterna, abrindo-se progressivamente à influência de valores novos. Os estudantes reagiam cada vez com maior intensidade contra seus pais e contra as estritas noções familiares, a favor de metas sociais de maior alcance. Em 1915, Ch'en Tu-hsiu — professor da Universidade de Pekim e mais tarde um dos fundadores do Partido Comunista Chinês — deu voz aos sentimentos de todos eles na sua

Conclamação à Juventude:

Sejam independentes, não servis!
Sejam progressistas, não conservadores!
Sejam agressivos, não retraídos!
Sejam cosmopolitas, não isolacionistas!
Sejam utilitários, não formalistas!
Sejam científicos, não imaginativos!

Presos entre os padrões conflitantes do antigo e do novo; entre Ocidente e Oriente; entre o mundo de seus pais, com suas lealdades particularizadas e seu próprio envolvimento com os colegas de toda a China; defrontando-se freqüentemente com situações econômicas incertas e ameaçados de desemprego; cada vez mais conscientes da impotência da China, perante o aumento da ameaça estrangeira — os estudantes reagiram a essa conjuntura através de um nacionalismo exacerbado. A primeira vez que fizeram sentir sua presença foi em 4 de maio de 1919, quando protestaram em Pekim contra as usurpações japonesas e contra a disposição dos políticos chineses de aceitar as exigências japonesas. Seus protestos espalharam-se rapidamente pela população estudantil de outras cidades e pelo operariado, que lhes deu apoio através de greves. Tendo conseguido grande apoio público para suas ações, o movimento de 4 de maio estabeleceu o padrão do futuro envolvimento estudantil na política.

Com o passar do tempo, os estudantes da geração mais velha, especialmente os que haviam estudado em outros países, foram se acomodando aos padrões vigentes, tendo a maioria se empregado em companhias ocidentais ou ocidentalizadas. Havia, no entanto, uma minoria ativa dessa geração e um grupo cada vez maior de estudantes mais jovens, que iriam desempenhar um papel de relevo na luta anti-japonesa e na guinada para a esquerda que culminaria com a tomada de poder definitivo pelos comunistas em 1949.

Durante longo tempo, a propagação do envolvimento político da força de trabalho dos centros industriais e comerciais obscureceu um outro movimento de importância primordial para a mobilização política: a formação de ligas camponesas politicamente orientadas. O movimento camponês chinês do século vinte originou-se em 1921, na ocasião em que P'eng Pai — filho de um rico proprietário de terras, mestre-escola em sua aldeia natal de Haifeng, e um dos fundadores do Partido Comunista de Cantão — organizou a Associação Camponesa de Haifeng. Haifeng está localizada no distrito do Rio Oriental da província de Kwangtung: o sul viria novamente a desempenhar seu papel estratégico, que era o de hastear a bandeira da rebelião na China. Os chineses havia tido aí seu mais longo e intenso contato com as áreas e idéias estrangeiras. Aí se originara o movimento Taiping e a partir do sul é que se haviam lançado a arrebatar a China ao domínio da dinastia manchu. Do sul, também, Sun Yat-sen havia desafiado o governo imperial em Pequim para estabelecer a república, em 1911; e foi para Cantão que ele se retirara, a fim de defender a constituição republicana dos caudilhos guerreiros. Em Cantão, igualmente, ele recebera o apoio de milhares de chineses do Ultramar que, à procura de novas oportunidades em outras terras, haviam lá vislumbrado alternativas para o gover-

no anterior. Agora o sul, mais uma vez, incubara um movimento camponês que, nos trinta anos subseqüentes, iria empenhar suas energias no sentido de transformar a sociedade chinesa sob diretrizes inteiramente novas. Em maio de 1925, as associações camponesas de Kwangtung já contavam com 180.000 sindicalizados camponeses (Isaacs, 1966, 69).

A tarefa de organizar o campesinato, no entanto, não teve êxito uniforme e alguns dos problemas que sé colocaram durante esse processo ressurgiram, de uma forma ou de outra, durante as tentativas posteriores no sentido de organizar o campesinato chinês. Roy M. Hofheinz, que examinou detalhadamente o processo de organização de Kwagtung, assinalou duas importantes origens para essas dificuldades: em primeiro lugar, nem todos os camponeses se prestam da mesma forma ao trabalho de organização. Contrastando com a crença comum de que

> há uma forte correlação entre altas taxas de arrendamento e incidência de inquietação rural... os fatos parecem demonstrar o oposto. Precisamente nas áreas em que mais alta era a taxa de arrendamento — o hsien do delta mais ao sul de Cantão — é que o movimento camponês teve maiores dificuldades (1966, 191).

Nessa região a agricultura era produtiva e o fato de ser vizinha de Cantão — com seu grande consumo de produtos agrícolas — a tornava lucrativa. Os arrendatários conseguiam vantagens inesperadas nos anos bons, ou também quando os níveis da água eram adequados. Além do mais, a ocorrência de banditismo nessa região desestimulava os proprietários a arrecadarem os aluguéis. Portanto, não viam motivo para pôr em risco sua situação estável participando do movimento camponês. Essa relutância, no entanto, apresentava também outro aspecto. A revolução republicana de 1911 pouco fizera para alterar a estrutura do poder local. O controle continuava firmemente nas mãos da fidalguia local, não raro respaldado por exércitos particulares (*min t’uan*). Muitos fidalgos aliaram-se, unha e carne, com os bandidos — "acontecia freqüentemente que aldeias inteiras passassem para o submundo" (Hofheinz, 1966, 199). Os laços dos clãs eram fortes e muitas vezes uma aldeia inteira pertencia ao mesmo clã. Além do mais, essas aldeias estavam ligadas umas às outras pela sociedade secreta da Tríade. Nesse caso, os reformadores defrontavam-se com todo um revestimento de poder local que deveria ser antes rompido, para que o campesinato pudesse ter acesso a um papel político independente. Hofheinz disse que as associações camponesas

> tentaram crescer dentro de uma verdadeira floresta de outros agrupamentos sociais. Enquanto se conservassem intatas as estruturas tradicionais, era preciso competir com elas. Há indicações que sugerem que o crescimento do movimento camponês foi severamente restringido por tais competições (1966, 220).

Onde melhor êxito tiveram foi em Haifeng, na região costeira oriental e no distrito de Kwangning, na área do Rio Ocidental, on-

de a terra era montanhosa e menos produtiva; aqui, mais de 20% da população camponesa respondeu ao seu apelo de redução dos arrendamentos.

Mesmo nesta região, porém, tornou-se claro que o movimento camponês não poderia conseguir, por si só, o que pretendia. Enquanto adotasse apenas o que Hofheinz caracterizou como "abordagem de ação social cristã" (1966, 209), não iria conseguir superar as barreiras políticas que se erguiam contra ele. O movimento camponês só conseguiu um êxito parcial quando se aliou às forças militares do Kuo Min Tang, que operavam a partir de Cantão, e com isso obteve o apoio militar necessário para a implementação de suas reformas e para o cerceamento do poder da fidalguia. Assim, em 1925 o movimento começou a ampliar-se, realizando a "transição do reformismo moderado para a subversão local independente e daí para os ataques-relâmpago que combinavam forças internas e externas" (1966, 211). Ficou assim provado que a mobilização camponesa não era viável se não fosse acompanhada por uma alavancagem política e militar. Essa alavancagem, aliás, seria fornecida pelas novas instituições políticas e militares.

Operários, estudantes e camponeses organizados em ligas camponesas, vieram a constituir um dos elementos novos mais importantes que — na década de vinte — seriam incorporados aos grandes partidos de massas de um tipo até então desconhecido na China. O primeiro deles era o Kuo Min Tang, ou partido nacionalista, baseado nas organizações revolucionárias que haviam derrubado o império e instituído a república, em 1911. O outro era o Kung Ch'an Tang, o partido "da Partilha da Produção ou Partido Comunista", fundado em 1921. O Kuo Min Tang, procurando aliados externos que o pudessem ajudar na luta pela integridade nacional, contra as potências estrangeiras, que já se faziam representar em solo Chinês, encontrou em 1923, tal aliado na União Soviética a qual, em 1920 havia renunciado a todos as pretensões territoriais e extraterritoriais na China. Em 1923, foi estabelecida uma ligação formal entre o KMT e o Partido Comunista da União Soviética. Baseada nesse acordo, a União Soviética mandou conselheiros para transformar o KMT numa organização partidária disciplinada, com apoio das massas também organizado. Simultaneamente, pressionou o recém-formado Partido Comunista Chinês, no sentido de renunciar à sua autonomia, fundindo suas forças com as do KMT. O alvo era criar uma organização capaz de implementar uma luta anti-imperialista eficaz e introduzir uma reforma liberal na China, fundando um Estado nacional democrático, abstendo-se da revolução. A conseqüência foi transformar o Kuo Min Tang

numa cópia grosseira do Partido Bolchevique russo. Foram implantados os métodos bolcheviques de agitação e propaganda. Em maio de 1924, os russos fundaram a Academia Militar de Whampoa, visando criar as bases de um exército imbuído das idéias do Kuo Min Tang e pôr termo à dependência dos militaristas à antiga. Foram fornecidos fundos russos à Academia, que funcionou sob a direção de conselheiros militares russos. Logo começaram a chegar ao porto de Cantão navios carregados com armas russas, destinadas a suprir os exércitos que aderissem à nova

> bandeira tão logo o Kuomintang começasse a exibir sua força, derivada de todas essas atividades. O Partido Comunista chinês, o maior organizador do novo movimento, limitava-se religiosamente a edificar o Kuomintang e a propagar seu programa. Seus membros revelaram-se trabalhadores infatigáveis em prol do Kuomintang, sem jamais aparecer como comunistas ou apresentar programa próprio. O partido Comunista tornou-se, de fato e na essência, pelo seu trabalho e pela sua maneira de educar seus membros, num apêndice da Ala Esquerda do Kuomintang (Isaacs, 1966, 64).

As duas instituições mais importantes que se desenvolveram no período da aliança KMT-PC, foram a Academia Militar de Whampoa e o Instituto de Treinamento Agrícola. A Academia de Whampoa, organizada em 1924, forneceu o pessoal militar para a tentativa de destruição do governo dos caudilhos guerreiros independentes; e também para fornecer a base militar para um governo centralizado e eficaz. Os militares nela formados foram os responsáveis pelas três expedições nortistas que transferiram o governo do Kuo Min Tang de Cantão a Nankin. O seu contingente provinha, em sua maior parte, de *hsien* rurais, das províncias sulinas, com uma porcentagem desproporcional de pessoas de Hunan, Kwangtung e Chekiang. A grande participação da gente de Hunan revelou-se particularmente significativa nos êxitos da marcha militar em direção ao norte. Essa academia acabou proporcionando líderes militares tanto ao Kuomintang quanto ao Partido Comunista, depois de findo o breve período de colaboração entre eles.

O Instituto de Treinamento Agrícola também foi fundado em 1924 e funcionou de 1924 a 1926. Sua finalidade era a de treinar líderes rurais que deveriam voltar para suas regiões de proveniência a fim de organizar o campesinato local. A maioria destas regiões estava localizada nas proximidades de grandes centros econômicos ou de transportes, especialmente ao longo dos principais corredores de ataque, que levariam as expedições sulinas em direção ao norte, para o vale do rio Yang-tsé, em 1926 e 1927. A organização política dos camponeses dessa região e as insurreições do campesinato organizado iriam formar a base logística para a marcha para o norte (McColl, 1967, 41-44).

Para esse esforço no sentido de mobilizar o campesinato em sua expansão em direção ao norte, a tentativa dos comunistas de estabelecer organizações camponesas em Hunan viria a ser particularmente significativa. Desde meados do século dezenove, Hunan "foi um centro de reação criativa e, não raro, agressiva, ao impacto ocidental" (Landis, 1964, 158). Tseng Kuo-fan liderara com êxito as tropas de Hunan contra os rebeldes Taiping, organizando-as num exército que serviria de protótipo para os exércitos dos caudilhos, tanto regionais quanto temporários, até meados do século vinte. Os originários de Hunan haviam recebido logo o impacto da fragmentação política da China e desenvolvido o hábito de reagir contra o centralismo de Pekim, no plano regional. Desde o início do século vinte, Hunan vinha passando por um período de comercialização e industrialização e a partir de então seus economistas começaram a expressar uma oposição cada vez maior à influência es-

trangeira (Landis, 1964, 159-160). Havia um fundamento nativo para a formação de um nacionalismo xenófobo. Aliás, o nacionalismo também emergiu nas primeiras mobilizações de massas, nessa região. Em 1923, o Partido Comunista havia começado, e fora bem sucedido, a organizar os operários da estrada de ferro e os mineiros de Hunan e ampliara seu esforço de organização nas aldeias, utilizando o slogan "vamos derrubar os avarentos estrangeiros". Neste caso, a mobilização camponesa inicialmente, girava em torno dos problemas referentes às relações entre proprietários de terras arrendatários e mais da luta para impedir a elevação dos preços do arroz, causada pela exportação desse cereal, nessa província (Hofheinz, 1966, 225-233). Com a chegada do exército sulino, representado localmente pela Divisão Independente do Quarto Exército, sob comando comunista direto, houve um maior ímpeto à organização camponesa. Ao contrário de Kwangtung, onde a região mais comercializada próxima a Cantão se revelara inacessível à organização camponesa, em Hunan os comunistas foram melhor sucedidos nas áreas comercializadas, principalmente a leste de Chansha. Parece que nessa região não havia controle suficiente por parte da nobreza e os proprietários de terras viviam mais na cidade que no campo. Não havendo bandidos, as organizações defensivas dos fidalgos também eram frágeis. Por outro lado, os comunistas estabeleceram boas relações com as sociedades secretas que predominavam no local, neste caso o Ko-lao-hui. O principal slogan que empregaram não foi, como no sul, o da redução dos aluguéis, e sim a garantia de "alimentos para o povo", através da invasão de armazéns e do esforço para forçar a baixa dos preços (Hofheinz, 1966, 242-257). Aliás, todo invólucro do controle parece ter sido mais fraco, estendendo o movimento de mobilização camponesa.

O líder militar que realizou a expedição para o norte e que arrancaria dos comunistas os frutos da coalizão do Kuo Min Tang com os comunistas, foi Chiang Kai-shek. De sua posição privilegiada, podia aproveitar-se do apoio e das armas russas, bem como da força das organizações camponesas e operárias, inflamadas pelos comunistas. Como diretor da Academia de Whampoa, comandava os cadetes de lá e soube coordenar, tanto os simpatizantes do tradicionalismo quanto os esquerdistas num só efetivo de luta. Ao mesmo tempo, começou a construir sua própria máquina política, financiada pelas contribuições dos compradores de Shanghai, que assim esperavam garantir-lhe sua eventual supremacia sobre os comunistas, bem como comprar sua própria segurança. A expedição ao norte revelou-se um grande êxito político e militar; na esteira desse êxito, Chiang Kai-Shek conseguiu controlar Cantão, subjugando a influência comunista à sua, e unir à conclusão da campanha, a expulsão do Partido Comunista do Kuo Min Tang, chegando mesmo a liquidá-lo virtualmente, nas cidades mais importantes. Os operários de Shanghai, aguardando a entrada vitoriosa das tropas sulinas, haviam dado início a uma série de greves, que terminaram em 21 de maio de 1927, com a tomada da cidade. No auge da insurreição, com mais de meio milhão de operários envolvidos nas greves, a tomada a cidade foi delegada a uma milícia operária de mais ou menos cinco mil homens. Chiang Kai-shek entrou em Shangai em 26 de março. Leon Trotsky, escrevendo em Moscou — e já em oposição à linha principal

do partido — previu com exatidão os acontecimentos futuros, dizendo que

> a política de um Partido Comunista algemado, que serve de agente recrutador, para levar os operários ao Kuomintang, é a preparação para o estabelecimento bem sucedido de uma ditadura fascista na China.

Quanto a Chiang Kai-Shek, mal tomara o controle da cidade, já angariava a cooperação da elite financeira e de uma organização de gangsters, o Bando Verde, para utilizar a tomada do poder em proveito próprio. A 12 de abril de 1927, deu-se o golpe: durante o massacre que se seguiu, perderam a vida uns cinco mil comunistas e o Kuo Min Tang, sob o comando de Chiang, ficou sendo a autoridade incontestável.

A tomada de Shanghai assinalou o fim da participação operária no movimento político e da esperança comunista na possibilidade de uma vitória revolucionária da classe operária chinesa emergente. Aliás, essa esperança continuaria a bruxulear até 1930; os comunistas ainda uma vez, tentaram sublevar-se, baseando-se na insurreição urbana, conjugada ao apoio rural — e foram definitivamente derrotados nas cidades. Daí em diante e cada vez mais resolutamente, o partido voltou-se para o movimento camponês, como fundamento único e decisivo para a vitória.

Do desastre de 1927 surgiu uma nova estratégia comunista — desta vez firmemente baseada na mobilização do campesinato. O descontentamento camponês sempre existira, mas esta seria a primeira vez em que ele seria orientado maciçamente no sentido de criar uma nova estrutura de poder que preenchesse o vazio político deixado pela desordem interna e pela intervenção estrangeira. O protagonista desta nova abordagem seria Mao Tse-tung, filho de um camponês rico de Hunan, nessa época estudante e um dos fundadores do Partido Comunista Chinês. Já em 20 de dezembro de 1926, Mao declarara que o problema camponês era a questão central da revolução chinesa e dera início ao confisco e redistribuição de terras nas associações camponesas de Hunan (Rue, 1966, 53). Mao emergiu da destruição do partido comunista em Shanghai para tornar-se um dos principais porta-vozes de uma política de ação comunista independente, apoiada pelos camponeses e não pelos operários das cidades. Em 1938, escreveu que, nos países capitalistas, de regimes caracteristicamente democrático-burgueses, era adequado o uso de uma luta legal prolongada, destinada a mobilizar o proletariado; e que as insurreições não deveriam começar enquanto não fossem exauridas as possibilidades da luta. Chegada, porém, a hora do início das insurreições, "primeiro as cidades deveriam ser tomadas e só depois as aldeias, nunca o inverso". Mas

> na China é diferente. A China não é um Estado democrático independente, mas um país semi-colonial e semi-feudal... não existe assembléia legislativa que possa ser utilizada, nem o direito legal de organizar os operários para a greve. Aqui a tarefa fundamental do Partido Comunista é enfrentar não um longo período de lutas legais antes de iniciar uma insurreição

> ou uma guerra civil. Sua tarefa não é tomar primeiro as cidades grandes e depois o campo, mas seguir caminho inverso. (Rue, 1966, 283).

Para essa nova estratégia, havia três requisitos básicos. Primeiro: a revolução não podia mais contar com a aliança do Kuo Min Tang, devia criar sua própria base de poder político, no campo, independente da burocracia do Kuo Min Tang. Segundo: devia granjear o apoio do campesinato. Terceiro: devia criar seu próprio Exército Vermelho. Segundo Mao, sua tarefa era tornar possível

> o recrutamento de novas tropas, a sovietização de novas áreas rurais e, acima de tudo, a consolidação, sob o poder soviético abrangente, das áreas que já haviam passado ao controle do Exército Vermelho (Snow, 1938, 180).

O cenário geográfico dessa nova estratégia foi, inicialmente, o sul da China central — principalmente as regiões de Kiangsi-Fukien e Oyüwan (Hupeh, Hunan e Anhwei). Expulsas dessa região em 1934, as forças vermelhas marcharam para o norte — uma distância de seis mil milhas — a fim de estabelecerem-se novamente, primeiro em Shensi, mais tarde expandindo-se para Hopeh e Shansi, de onde fora preparada sua chegada em Shensi, por comandantes do exército simpatizantes dos comunistas e que, desde 1925, vinham patrocinando numerosas insurreições nas colinas tradicionalmente rebeldes, ao norte de Shensi.

Para granjear as simpatias do campesinato, a estratégia comunista passou por diversas fases. Durante os primeiros meses da retirada para o interior falava-se muito e agia-se pouco em relação à reforma agrária radical, que iria confiscar toda a terra e a combinaria nas fazendas coletivas recentemente criadas. Esta fase inicial, no entanto, logo cedeu lugar a outra, de estratégia mais ponderada, que visava conquistar as simpatias dos camponeses médios e ricos para a causa revolucionária. Mao acreditava que o partido deveria

> avaliar corretamente o caráter oscilante das classes intermediárias e... elaborar políticas que aproveitassem integralmente as contradições existentes no campo reacionário (Rue, 1966, 105).

O confisco integral nada mais faria que separar as categorias intermediárias do campesinato e só serviria para isolar os camponeses pobres (1966, 115). Na opinião de Mao,

> a política agrária do primeiro ano fora radical demais. Tendo o partido atacado incessantemente os pequenos proprietários de terras e os camponeses ricos, essas classes haviam "instigado as tropas reacionárias a incendiar grande número de casas de camponeses revolucionários". Na opinião de Mao, os camponeses pobres estavam isolados nas regiões vermelhas, por causa da política do Partido Comunista Chinês. Mao acreditava que a solução desse problema estava numa política mais compreensiva

> para com as classes intermediárias, as quais ele definia, nas aldeias, como pequenos proprietários de terras e camponeses ricos. A mais importante tarefa política do partido, enquanto tivesse apenas uma base pequena e frágil, seria ganhar o apoio dessas classes. Eis aí o início do "plano do camponês rico" de Mao (1966, 110).

O "plano do camponês rico" teve muito êxito. Em 1933, Lo Fu, secretário do Comitê Central do Partido, escreveu de Juichen, capital do Soviet, que

> a terra foi distribuída, mas os proprietários de terras e camponeses ricos também receberam terras e das melhores. Alguns desses proprietários e camponeses ricos, ainda conservam sua autoridade e posição nas aldeias... Não são poucos os que controlam as instituições do partido e do governo, utilizando-as para promover seus próprios interesses de classe... Em muitos lugares, o problema da terra parece ter sido resolvido por completo, mas examinando-se de perto torna-se evidente que até os proprietários de terras receberam terras e que os camponeses ricos conservam ainda terras de qualidade superior. (Isaacs, 1966, 344).

O próprio Mao Tse-tung escreveu, dentro desse mesmo espírito, que

> os fatos, observados em inúmeros lugares, revelam que eles usurparam o poder provisório, infiltraram-se nas forças armadas, controlaram as organizações revolucionárias e recebem mais e melhor terra, que os camponeses pobres (Ibid).

Isto levou os comunistas a reconhecerem que a distribuição de terras, por si só, não era suficiente para consolidar o apoio do campesinato. Para conquistar o apoio camponês que fosse válido para o que tinham em mente, deveriam conseguir uma posição direta, dentro da unidade social onde se travava a luta pela aquisição dos recursos. Essa unidade social era a aldeia. Na década de 30, fizeram uma experiência com as cooperativas de aldeias, como meio de penetrar nelas, mas perceberam que tal organização "de cima para baixo" não solucionava os seus problemas. Essa solução, eles a encontraram depois da Longa Marcha para noroeste: ela não estava na redistribuição da terra, em si, mas na instituição do controle político nas aldeias. Essa tarefa tornou-se mais fácil em sua nova morada — onde as relações nas aldeias tinham uma resistência e força menos tradicionais que em outros lugares — fato resultante das grandes movimentações das populações, por sua vez decorrentes das freqüentes catástrofes naturais e enchentes. As insurreições contra os proprietários de terra e outras perturbações haviam causado a partida de muitos deles, mesmo antes do advento dos comunistas. Os demais, não demorariam também a fugir. A partida desses proprietários deixou nas aldeias um vácuo político que os comunistas podiam e queriam preencher.

No noroeste, na verdade, eles se tornaram ainda mais liberais,

nas reformas agrárias que encetavam, do que haviam sido antes, tendo como base o "plano do camponês rico" de Mao. Eles realmente expropriaram terras dos proprietários de terras, especialmente dos que continuaram na oposição política, bem como terras de propriedade de funcionários. Com essas terras e outras, áridas e recuperadas, recompensaram os camponeses pobres, criando assim:

> uma classe inteiramente nova: homens e mulheres que se haviam alçado das fileiras dos pobres, sobrecarregados de dívidas, para se tornarem donos de terras e uma força em sua aldeia. Eram conhecidos como "os novos camponeses médios" (Crook e Crook, 1959, 73).

Contudo, os comunistas não eliminaram todos os proprietários de terras; e preservaram escrupulosamente as terras dos camponeses ricos, que nelas trabalhavam pessoalmente, se bem que empregassem trabalhadores agrícolas. Confiaram, ao invés, em impostos progressivos sobre a terra, a fim de estimular uma maior-eqüidade social, cerceando decisivamente a capacidade das camadas superiores da aldeia de exigir os excedentes dos camponeses através de empréstimos e endividamentos. Prorrogaram por um ano todas as dívidas dos camponeses e depois começaram a oferecer empréstimos governamentais a 5%, embora permitissem ainda a realização de empréstimos privados com taxas de até 10%. Esse programa de reformas, relativamente suave, tornou-se, provavelmente mais fácil com a partida dos proprietários de terras, bem como pelo fato de o poder deles ser, no norte, de modo geral, mais fraco que no sul. Enquanto no sul a quantidade da terra arrendada estava entre 42 e 47% da área de terra das fazendas, na região de plantio de trigo, do norte, essas porcentagens não iam além de 12 ou 17% (Buck, 1937, 195). 46% dos camponeses eram arrendatários, na região do arroz, do sul; na região do trigo, no norte, apenas 17% o eram. (1937, 196). A reforma, no norte, podia também beneficiar camponeses médios e elevar os numerosos camponeses pobres à categoria de camponeses médios (e. g. Crook e Crook, 1959, 121).

Três características do êxito comunista, no norte, estão, portanto, estreitamente ligadas à região na qual edificaram seu novo reduto. Primeiro, seu edifício de poder foi construído entre camponeses empobrecidos, mas donos de terras. "Em 1934, os dados disponíveis indicam que os comunistas se concentraram nas regiões onde se fazia mais necessária a reforma agrária. Em 1945, concentraram-se nas regiões onde a reforma agrária era menos necessária." (Moise, 1967, 12). Estavam situados numa área marginal que, no entanto, se revestira de grande importância estratégica, desde os primórdios da história chinesa. Finalmente: haviam penetrado numa região relativamente livre da ascendência de pessoas superiores. Suas reformas acabaram de destruir a influência dos poucos proprietários de terras que ainda restavam.

A reforma introduziu também novas formas de organização — conselhos de aldeia, equipes de trabalho, sindicatos camponeses — que iriam proporcionar aos camponeses mais pobres e aos sem terra a alavancagem política que os levaria a influenciar as decisões de sua aldeia. Os Crooks, ao descrever esse processo na aldeia da Es-

talagem das Dez Milhas, nas montanhas de Taihang, mostram como essas organizações se tornaram

> um campo de treinamento para o desenvolvimento da capacidade de liderança e de ação organizada independente, das próprias massas. Pouco a pouco, uma dualidade de poder se estabelecia na aldeia. E o sindicato camponês, embora a princípio não devesse passar de uma sombra, ou organização secundária, tinha por objetivo produzir líderes que assumissem o governo da aldeia (1959, 52).

As novas organizações faziam uso de mecanismos, os mais tradicionais, para auxílio mútuo e cooperação, baseados habitualmente na colaboração de parentes e amigos; mas foram sendo adaptados às novas finalidades da organização e defesa da aldeia, sob a liderança camponesa. Uma vez posta à prova a tempera dos líderes jovens, eles entravam para o partido ou para organizações de massa por este controladas.

> Essa "penetração da aldeia natural" foi, em essência, o grande êxito do período de Yenan. As equipes de trabalho e de batalha haviam surgido do alicerce tradicional da cooperação no trabalho mas, através dos líderes dos quadros do partido, haviam sido transformadas num novo tipo de organização, que servia às finalidades político-militares e sócio-econômicas do Partido Comunista Chinês. A equipe formava parte indissolúvel da aldeia e, ao mesmo tempo, a transcendia. (Schurmann, 1966, 427).

Assim, se as organizações de aldeias forneciam uma base do apoio ao campesinato, um outro meio de conquistar esse apoio seria o próprio Partido Comunista — que, aliás, o adquiria muito gradativamente, pois fora originalmente orientado para trabalhar nas cidades. O número de seus membros aumentara de 57, em 1921, para cerca de 58.000 em 1927; mas em fins de 1927, depois do rompimento com o Kuo Min Tang, reduzira-se a 10.000. Segundo algumas fontes, em 1933-1934, já atingia novamente 300.000 membros, mas depois da longa marcha para noroeste, regrediu novamente a 40.000 membros. Ao terminar a guerra, estando já os comunistas de prontidão para a tomada da China, os membros do partido chegavam a mais de 1.000.000 (Schurmann, 1966, 129). Socialmente, os cabeças do partido comunista assemelhavam-se aos do Kuo Min Tang.

> Em ambos os partidos os líderes originavam-se de uma camada relativamente escassa da população chinesa. Em ambos os partidos, esses homens eram, o mais das vezes, filhos de proprietários de terras, de mercadores, de eruditos ou de funcionários; vinham freqüentemente de regiões em que a influência ocidental penetrara em primeiro lugar de forma vigorosa. Todos eles possuíam instrução superior e a maioria estudara no exterior. Os líderes de ambos os partidos, a despeito de manterem um *status* relativamente alto, na sua vida particular demonstravam uma certa relutância ou até mesmo incapacidade para se estabelece-

> rem em carreiras privadas. Em sua maioria, eram intelectuais alienados: homens e mulheres cuja educação ocidental os isolava das grandes correntes da sociedade chinesa... A qualquer partido que pertencessem, fora ele o Comunista ou o Kuo Min Tang, diferenciavam-se da elite imperial... pois vinham de um circulo muito mais amplo... as recentes revoluções na China haviam feito emergir os filhos dos compradores novos-ricos, os de outras classes de negociantes das cidades costeiras, os filhos dos proprietários de terras e, mais recentemente ali, os filhos dos camponeses ricos (North, 1965, 376-377).

Todavia, não faltavam divergências características:

> O líder comunista característico era filho de um proprietário de terras ou camponês rico, enquanto o líder característico do Kuo Min Tang era filho de mercador ou de algum outro habitante urbano. (1965, 395)...
>
> A elite do Kuo Min Tang, em sua maior parte, provinha das regiões costeiras, particularmente dos arredores de Shangai e de Hong Kong, enquanto a maior concentração de líderes comunistas originara-se na China central — na bacia do Yang-tsé (1965-402).

Além disso, a luta entre a esquerda e a direita acentuava esse perfil: "O declínio da esquerda e a ascensão da direita foi um dos fatores que tornaram o Kuo Min Tang, cada vez mais, um partido de mercadores e, cada vez menos, um partido de proprietários de terras ou ruralmente orientado" (1965, 409). Do contrário, o partido comunista, em sua migração para o interior, incentivou entre o pessoal do partido a substituição dos intelectuais provenientes da classe média e alta por filhos de camponeses. O Exército Vermelho, particularmente, tornou-se um veículo de mobilidade camponesa. Não é nenhuma surpresa, então, que em 1949, quando os comunistas se preparavam para tomar a China, quase 80% dos membros do partido fossem camponeses. Ainda em 1956, quase 70% dos membros do partido eram camponeses. Deste número, três quartos haviam sido camponeses pobres e um quarto, camponeses médios (Lindbeck, 1967, 89; Schurmann, 1966, 132).

O terceiro elemento do novo paralelograma de forças que devia emergir do tempo em que os comunistas haviam estado no interior, foi o Exército Vermelho. Também ele passou por diversas fases de desenvolvimento. A primeira foi assinalada pelo motim de vários regimentos de elite do Exército Nacionalista Revolucionário do Kuo Min Tang, que haviam feito parte da expedição ao norte, os assim chamados Regimentos de Ferro. Rebelaram-se em Nanchang — eram 20.000 — no dia 1 de agosto de 1927. Aderiram a eles 3.000 cadetes militares, mineiros e outros operários. Ao mesmo tempo, Mao Tse-tung organizava em Hunan um exército guerrilheiro, de mineiros, guardas camponeses e soldados rebeldes do Kuo Min Tang. Contrariando os padrões de recrutamento posteriores, os operários estavam representados em peso neste primeiro Exército Vermelho. Especialmente notável foi a participação dos mineiros das maiores minas de ferro da China — as minas de Hanyehping, perto de Wuhan —

que haviam fechado em 1925, deixando cem mil operários desempregados. Os mineiros também estavam representados no Exército de Hunan, de Mao. (Wales, 1939, 244).

Contudo, esse primeiro Exército Vermelho foi dizimado durante a primeira fase da insurreição, no tempo em que os comunistas ainda tinham esperanças de tomar as cidades e não se haviam ainda decidido à retirada para o interior. Dos 25.000 participantes da rebelião de Nanchang só restaram 1.200 (1939, 244). Mao refugiou-se com apenas mil sobreviventes de seu exército de Hunan (Snow, 1938, 169). No entanto, por meio de recrutamento de camponeses — uma vez que se decidiu pela política de contar somente com o interior — o exército recobrou suas forças, nos novos redutos do interior e em 1934, já possuía outra vez, 200.000 soldados regulares, apoiados por um número igual de Guardas Vermelhos e guerrilheiros. Recrutou inúmeros guerrilheiros mas recebeu também reforços de soldados do Kuo Min Tang, que continuavam a se amotinar. Uns 600 a 700 min t'uan, que agiam como auxiliares do Kuo Min Tang, passaram-se para os Vermelhos em Kian, em 1929; e 20.000 soldados do KMT fizeram o mesmo, em 1931 em Asinghu. (Wales, 1939, 129-130, fn. 55). Essas tropas resistiram na área do Soviet Central até 1934, quando uma pressão militar esmagadora os obrigou a evacuar a área e empreender a marcha de seis mil milhas para o noroeste. De 310.000, só 100.000 sobreviveram aos rigores da Longa Marcha (Wales, 1939, 61). Todavia, em 1945, esse exército era mais numeroso que nunca, contando com quase 500.000 pessoas (Johnson, 1962, 74). Durante todo esse ciclo de dizimação e ressurreição, aumentara muito a participação camponesa no exército. Nym Wales fornece as cifras percentuais do Exército Vermelho da Primeira Frente do Soviet Central em Kiangsi:

> 58% dos homens desse exército originavam-se do campesinato; 38%, em sua maioria, do "proletariado rural", que incluía lavradores, aprendizes, artesãos de indústrias aldeãs, trabalhadores nos transportes e outros que tais; enquanto uma parte desses 38% constava de operários das fábricas das cidades, mineiros, ceramistas, etc. Os restantes 4% originaram-se da pequena burguesia e eram, quase sempre, os filhos mais novos de pequenos proprietários de terras, mercadores, intelectuais, etc. (Wales, 1939, 56-57).

A mobilização da aldeia para o partido e o exército e a ocupação dos pontos estratégicos das comunicações e controles pelos comunistas, foi intensificada e apressada pela invasão japonesa de 1937. Ao contrário do Kuo Min Tang, que procurou ganhar tempo para sua estruturação militar, cedendo espaço aos agressores, o Exército Vermelho, durante a Longa Marcha, colocara-se em cheio no caminho do avanço japonês. Esse lance fora feito conscientemente, a fim de escapar ao cerco do Kuo Min Tang, mas também para demonstrar que o Exército Vermelho estava preparado para defender a China contra seus inimigos externos, enquanto o Kuo Min Tang dissipava seus homens e recursos numa luta interna contra conterrâneos chineses. Chalmers Johnson declarou que a invasão japonesa agiu como importante catalisador, aliciando o campesinato à causa

comunista:

> ela teve êxito porque a população dispusera-se a aceitar certo tipo de apelo político, e o Partido Comunista — em um de seus inúmeros disfarces – fez precisamente esse apelo: ofereceu-se para suprir as necessidades de liderança do povo, no sentido de organizar a resistência e atenuar a anarquia provocada pela guerra nas zonas rurais (1962, 7).

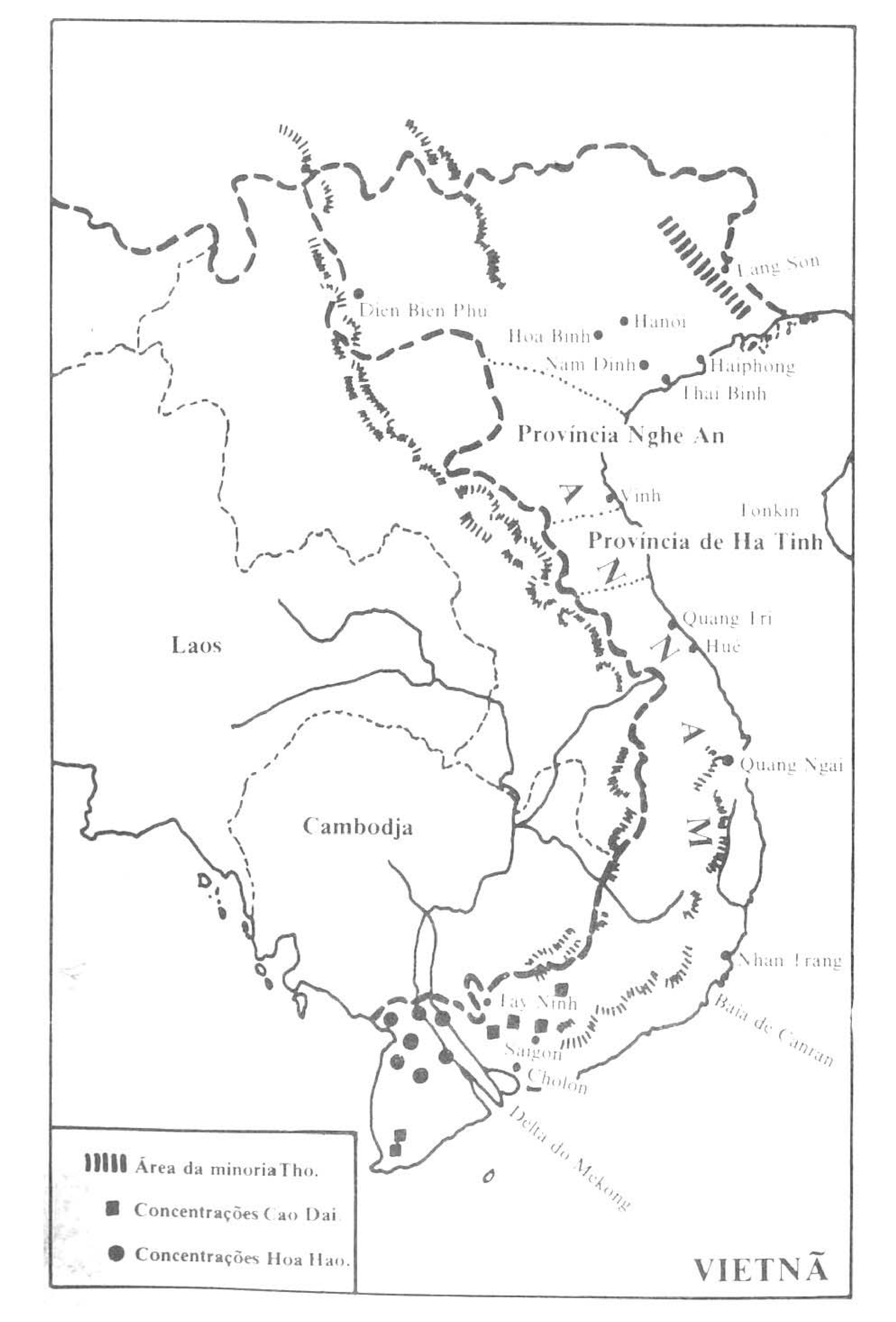
Durante o processo de guerra, consolidaram-se as relações entre a aldeia, o partido e o exército; o Exército Vermelho ampliou-se, abrangendo meio milhão de homens e os comunistas, ao terminar a guerra, controlavam uma população dez vezes maior que a de nove milhões, que já controlavam em 1938, nas províncias do noroeste. O estabelecimento do reduto norte, numa região onde dominava o campesinato dono de terras, permitiu a construção de um aparelhamento de poder que iria servir de trampolim para a expansão do poder revolucionário por toda a China, em 1949. O êxito dos comunistas, na estruturação dessa base de poder, pode ser atribuído ao seu êxito em incitar para a ação, em condições de guerra, um campesinato de grande mobilidade tática, primeiro contra o Kuo Min Tang, depois contra os japoneses. Sem a guerra como catalisador, é improvável que a coalizão camponesa liderada pelos comunistas pudesse ter obtido o sucesso notável que de fato obteve. Esse êxito, aliás, forma um contraste marcante com o fracasso da parte da China controlada pelo Kuo Min Tang. Foram apresentadas numerosas explicações divergentes para o fracasso do Kuo Min Tang (Lohi, 1965). Os exércitos do Kuo Min Tang fracassaram onde os dos comunistas foram bem sucedidos; as tentativas de reforma agrária feitas pelo Kuo Min Tang deram em nada enquanto as dos comunistas tiveram um êxito retumbante; nos casos em que a guerra e a inflação debilitaram fatalmente o regime de Chiang Kai-shek, a capacidade de sobrevivência dos comunistas foi fortalecida em todos os níveis. Tal êxito foi possível porque contavam com a participação de um tipo especial de campesinato numa zona marginal da China. Ao mesmo tempo, os comunistas não se tornaram um "partido camponês", embora tenham recrutado camponeses para sua organização, até que estes formassem a grande maioria dos membros do partido. Eles souberam aproveitar-se das energias camponesas, mas para finalidades jamais sonhadas pelos próprios camponeses.

A Revolução reverteu a estrutura da sociedade chinesa e transformou os sonhos milenaristas das rebeliões camponesas anteriores em realidade social. O novo Estado chinês reivindica sua descendência dos Taiping, não dos eruditos confucianos. Todavia, existem também traços de continuidade. O conceito tradicional de uma elite governante, como classe aberta e não hereditária, recrutada através de exames, tem muito em comum com o conceito comunista de um partido recrutado amplamente entre a população. De igual modo, o Estado, com sua grande tradição na administração das obras públicas e hidráulicas, sempre se teve na conta de primeira e suprema fonte de decisões. O Estado, finalmente, era não só uma entidade política mas também o possuidor de uma ordem moral, expressa em ritos e cerimônias. "As cerimônias são o elo que mantém coesas as

multidões", declara o antigo Livro dos Ritos, "removidos os elos, as multidões entram em confusão". Na China comunista, foi concedido papel de importância crucial à ideologia — o que está em desacordo com a tradição marxista (ver Fried, 1964).

> Mao e seus companheiros de armas foram bem sucedidos, impondo-se numa das regiões menos favorecidas da China, tradicionalmente dominada pela fome, ao demonstrarem aos camponeses semi-analfabetos que eram os portadores de um novo ritual, coletivista e benéfico para todos (Karol, 1967, 25).

O passado foi marcado pelas definições confucianas dos relacionamentos sociais significativos. Essa tarefa, atualmente, cabe aos Pensamentos de Mao, o qual sublinha que, na nova sociedade, as sanções são menos conseqüência da força que da persuasão moral.



Lang Son
Dien Bien Phu
Hanoi
Hoa Binh
Nam Dinh
Haiphong
Thai Binh
Província Nghe An
Vinh
Tonkin
Província de Ha Tinh
A
N
N
A
M
Quang Tri
Hué
Laos
Quang Ngai
Cambodja
Nhan Trang
Tay Ninh
Baía de Canran
Saigon
Cholon
Delta do Mekong
Área da minoria Tho.
Concentrações Cao Dai.
Concentrações Hoa Hao.
VIETNÃ

VIETNÃ

> Tememos vossa coragem, mas tememos mais aos Céus que a vosso poder. Juramos que lutaremos, eternamente e sem trégua. Quando nada mais nos restar, armaremos nossos soldados de ramos. Como, então, podereis viver entre nós?
>
> (Manifesto contra os franceses, 1862)

> Se tivermos que lutar, lutaremos. Matareis dez dos nossos e mataremos um dos vossos — e no fim quem se cansará sereis vós.
>
> (Ho Chi Minh, aos mediadores franceses Sainteny e Moutet, 1964)

Os vitnamitas são resultado da miscigenação de povos antigamente estabelecidos mais ao norte — no que hoje é o sul da China, abaixo do rio Yang-tsé — com a população indígena que encontraram no Vietnã propriamente dito. Esse processo resultou da expansão chinesa que impulsionou cada vez mais para o sul — além das montanhas Yunnan — parte de sua população, que mais tarde se tornaria vietnamita. Seguiu-se a dominação chinesa da nova terra. Os vietnamitas só se libertaram dela no décimo século de nossa era, embora um imposto simbólico oferecido pelo Pequeno Dragão, Imperador do Vietnã ao Grande Dragão, Imperador da China, perdurasse até a chegada dos franceses.

A quem se teriam assemelhado os vietnamitas antes de se terem achinesado, percebe-se através de seu parentesco cultural e lingüístico com os Muong, dos quais 200.000 ainda habitam a área montanhosa a sudoeste do vale do Rio Vermelho. Estão divididos numa elite de famílias nobres, os *tho lang*, e num campesinato. Os *tho lang* são descendentes dos primeiros colonizadores da terra. Cada um dos primeiros colonizadores foi deificado como ancestral da área em que se estabeleceu e seus descendentes patrilineares possuem o título da terra colonizada por seu antepassado. As famílias *tho lang* mantêm seus cultos aos ancestrais com altares especiais e placas laqueadas com os nomes deles, como sinal extrínseco de seus privilégios. Os camponeses não possuem título da terra; esse título cabe ao chefe local que reivindicar apropriadamente a descendência *tho lang*. Os chefes de aldeias e os nobres mais graduados formam uma hierarquia hereditária de fidalgos, que são ao mesmo tempo sacerdotes, administradores e soldados. À medida que a influência chinesa se difundia entre os vietnamitas, eles foram constantemente modificando seus padrões segundo os modelos chineses. Do mesmo modo que na China, o Estado tornou-se o patrocinador e organizador mais importante dos trabalhos de irrigação. Introdu-

ziu-se o conceito da fidalguia erudita. Em 1089, foi estabelecida uma hierarquia fixa, de funcionários do Estado; em 1076, uma academia para treinamento de oficiais e, em 1075, iniciaram-se os exames.

Não obstante, o Vietnã foi fragmentado pelas tensões contínuas entre as tentativas do Imperador e de seus funcionários, no sentido de centralizar o Estado, e os esforços dos poderosos das diversas localidades, que se queriam tornar independentes. Os membros da classe alta haviam assimilado costumes chineses que, eventualmente, lhes proporcionaram "a capacidade de governar e a ambição de reger sem os chineses, mas através de um treinamento, de um mundo de idéias e de um modo de vida importado pelos chineses" (Buttinger, 1958, 109). Apoiariam assim seu próprio soberano vietnamita, num esforço para obter maior autonomia. Mas

> seu desejo pessoal de livrar-se de todas as restrições, no trato com seus vassalos, revelou-se mais forte que o de afirmar o direito do país à totalidade de sua produção e o direito dos vietnamitas ao seu próprio modo de vida e à solução de suas próprias questões públicas. A estrutura da sociedade vietnamita de criação chinesa — uma vez removida a autoridade central do Estado — obviamente era muito do agrado dos chefes locais, semi-feudais e semi-mandarins. Sob os chineses, sua maior objeção dizia respeito aos impostos, necessários à administração nacional e à interferência de seu governo local, no interesse da economia e da defesa nacional. Foi isto precisamente o que os instigou contra seus monarcas, depois da retirada dos chineses; foi por esse motivo que criaram um estado de anarquia política que representaria para o Vietnã perigos muito maiores que outro século de achinesamento (Buttinger, 1958, 139-140).

O camponês, por outro lado,

> apegava-se a seus costumes e idéias religiosas pré-chinesas; a algumas delas, permanece apegado até o dia de hoje, embora sob um manto externo de importações mais recentes. Esse apego persiste em seu costume, muito pouco chinês, de mascar noz-de-areca. Conservou sua multidão de gênios da aldeia, espíritos caseiros, dos rios e das montanhas. Rejubila-se com cerimônias e festivais originários de um passado pré-chinês. Liga-se à sua forma especial de culto aos antepassados. Atém-se até mesmo à memória de Van Lang e Au Lac (reinos vietnamitas pré-chineses da região do rio Vermelho, anteriores a 200 a.C), nos quais colocou a saudade de uma vida de paz e abundância, livre dos vexames do domínio estrangeiro. O camponês, de fato, fora mais vietnamita no ano 900 de nossa era do que no primeiro século a.C. (1958, 108).

Quanto à classe alta sino-vietnamita, jamais perturbou os padrões culturais do campesinato, enquanto o camponês lhe trabalhou a terra e pagou os impostos devidos ao suserano. As aldeias conservaram uma autonomia considerável; elas "preservaram sua origi-

nalidade e tornaram-se

> os locais de origem de uma nação à parte" (1958, 108-109).

O Estado, por outro lado, dirigiu seus esforços no sentido de construir e administrar obras hidráulicas e adquirir novas terras. Esse esforço, a expansão para o sul — levada a efeito em guerras contínuas com os reinos rivais da Cham e Cambodja — foi extremamente importante. A região ao redor de Hué foi atingida em princípios de 1.300 e o Vietnã central, colonizado durante os séculos quatorze e quinze. O Cham foi derrotado em 1471. O rio Bassac foi atingido na primeira metade do século dezoito. Esse avanço foi lento e

> feito, principalmente, por uma espécie de soldado camponês, que parece ter sido característico desse povo desde tempos remotíssimos. O camponês tornava-se soldado sempre que se aproximava um inimigo que lhe viesse saquear as terras ou expulsá-lo de um território recém-colonizado (Buttinger, 1958,38).

A população inimiga era, às vezes absorvida e às vezes expulsa para áreas marginais. Assim é que, até o dia de hoje, permanecem espalhados pelo Vietnã remanescentes do Cham, além de uma população cambojana de mais ou menos 350.000 pessoas.

O soberano, à semelhança do que se passava na China, além da expansão por meios militares, não raro tentava melhorar a sorte do campesinato e cercear o domínio dos chefes supremos através de medidas como a divisão das terras das famílias que colaboravam com os chineses; do confisco de terra ociosa, para redistribuição entre lavradores que a tornassem produtiva; de uma redistribuição periódica de terra comunal entre os camponeses necessitados; da criação de novas colônias militares, cujos membros cultivavam a terra em tempo de paz e a defendiam em tempo de guerra. Todavia, só muito raramente o Estado conseguia contrariar as tendências dos chefes, no sentido de tomar o poder nas províncias e entravar a autonomia da aldeia vietnamita. O último ciclo de renovação e unificação iniciou-se em fins do século dezoito e início do século dezenove. A essa altura, os europeus já haviam chegado ao sudeste da Ásia e faziam sentir sua presença ao longo de todo o seu perímetro marítimo.

A unificação foi incitada, na maior parte, por dois fatores. Um deles, sem dúvida alguma, foi a conquista da Cochinchina, completada em 1757, que abriu novas terras e recursos para os vietnamitas. O segundo envolve uma série de acontecimentos políticos e militares que serviram para a introdução de equipamentos e técnicas militares ocidentais no Vietnã. Esses eventos podem ser divididos em duas fases. A primeira foi assinalada pela rebelião de Tay-Son, um levante liderado por três irmãos, cuja aldeia natal deu nome ao evento.

Numa série de avanços militares bem sucedidos, eles arrebataram o poder das facções e dinastias do sul e do norte (1771-1786) e, em 1789, fizeram retroceder um exército chinês mandado contra eles em auxílio dos soberanos desacreditados. O governo dos três

irmãos, todavia, foi breve: foram depostos em 1802. As raízes sociais da rebelião, todavia, não foram bem compreendidas. O avô dos três irmãos pertencia à classe alta e fora deportado para Tay-Son. A rebelião iniciou-se quando o mais velho dos três irmãos escondeu-se na floresta, encabeçando uma típica quadrilha de bandidos. Seus seguidores originavam-se do campesinato oprimido e privado de tudo, ressentido com a perda de terras, com os tributos pesados e os pagamentos das dívidas de trabalho; o movimento foi financiado por comerciantes independentes, que desejavam ampliar suas ligações comerciais nacionais e internacionais — e também eliminar a concorrência comercial chinesa. Diversos traços dessa rebelião são reminiscentes dos movimentos populares rebeldes chineses: o emprego de funcionários públicos militares e não civis, em todos os níveis da administração; o emprego da linguagem vernácula, *nom*, e não do chinês, na tradução dos clássicos chineses e nas obras de um movimento literário vietnamita florescente; a boa vontade para com os convertidos ao catolicismo; o apoio dado à Sociedade da Tríade, que se rebelara na região chinesa de Szechwan. Contudo, não conseguiram, de maneira alguma, melhorar a sorte do campesinato; os camponeses apenas trocaram de senhores e, no final, nada fizeram para apoiar o Tay-Son, em sua hora de necessidade. O anti-confucionismo dos Tay-Son valeu-lhes também a inimizade dos eruditos fidalgos confucionistas pró-chineses. Foram derrotados por Nguyen Anh, que reunificou o país — desta vez, com auxílio militar francês. Já em 1615, os portugueses, para auxiliar um dos oponentes na luta pelo poder, lhe haviam dado uma fundição destinada à produção local de canhões de grosso calibre. É bem provável que o êxito do novo soberano, tenha se derivado dos armamentos estrangeiros, da assessoria de conselheiros militares, oficiais navais e engenheiros estrangeiros. Esse monopólio sobre os novos armamentos também o habilitou a dar o próximo passo decisivo: separar o controle das terras da ocupação de cargos públicos. Embora anteriormente os funcionários públicos tivessem sido donos de terras ou beneficiários dos impostos pagos pela população rural, a nova dinastia determinou que os exames oficiais fossem o único caminho para o funcionalismo e fez com que todos os funcionários recebessem apenas salários em arroz e dinheiro. Essas medidas limitaram a tendência para a formação de blocos de poder local por funcionários que eram também proprietários de terras — fenômeno que causara as repetidas recaídas do Vietnã em períodos de desintegração e anarquia.

Essas medidas, no entanto, produziram resultados contraditórios. Não cercearam apenas o poder dos nobres e abastados; eliminaram da competição pelo poder todos os que, de alguma forma, o detinham, exceto os "que eram empregados do Estado e responsáveis somente perante o imperador" (Buttinger, 1958, 287). No interior dessa classe de funcionários públicos, o poder concentrou-se acentuadamente; uns

> 20 mandarins mais importantes detinham os mais altos cargos da administração civil e das forças armadas, sendo que mais ou menos doze deles residiam nas províncias, enquanto os restantes trabalhavam ou serviam na capacidade de conselheiros do

> imperador, no governo central, em Hué (Jumper e Nguyen Thi Hue, 1962, 16).

Alguns funcionários-chave detinham diversos cargos concomitantemente. Não era incomum "um só funcionário graduado agir simultaneamente como governador provincial, ministro e chefe militar" (1962, 16). Os três graus mais altos do mandarinato — em oposição aos seis mais baixos — eram, a um só tempo, cargos civis e militares. Isso significava que o poder, nas fileiras mais altas da burocracia, era tanto militar quanto baseado na sabedoria confuciana. Os Nguyen haviam realmente unificado o Estado, mesmo contra as pretensões competitivas dos chefes supremos feudais; mas "a verdadeira base de seu poder era o poderio militar, não a legalização da autoridade imperial" (1962, 66). Embora o Estado estivesse, na verdade, mais centralizado que no passado, a confiança depositada nos poderosos mandarins civis-militares, encarregados das diversas províncias, inevitavelmente, provocou fortes tendências centrífugas, bem como uma contínua concorrência na corte, pela influência exercida sobre o imperador. Esta dispersão de autoridade foi ainda mais acentuada pela existência de muitas sociedades secretas que ligavam os líderes de nível nacional aos grupos locais e regionais. Muitas delas, como as da China, eram, ao mesmo tempo, religiosas e leigas, combinando funções de auxílio mútuo e de segurança com participações em rituais ou manipulações políticas. Existia, pois, um submundo indistinto, de ligações clandestinas, não raro mais importante que as relações sociais e políticas do mundo visível, da superfície. O hábito da atividade clandestina — aqui como na China — iria fornecer a base da futura atividade revolucionária.

Da natureza do recrutamento dos mandarins, deriva um segundo resultado. As qualificações para os cargos eram estabelecidas mediante um sistema de exames que requeria conhecimentos da sabedoria acumulada do passado, cujo exemplo eram os filósofos chineses. Talvez porque representasse uma ramificação provinciana do padrão tradicional chinês, o sistema vietnamita parece ter sido ainda mais formalista que seu original chinês. Disso os próprios imperadores estavam conscientes. Segundo a opinião de Minh-mang,

> de longa data, o sistema de exames vem deformando a educação. Emprega-se nos ensaios somente chavões desgastados e fórmulas ocas, numa tentativa de brilhar através de conhecimentos inúteis (citado em Le Thanh Khoi, 1955, 363).

Mas ele também estava consciente de "que o hábito já se cristalizou e não é fácil mudá-lo, de uma só vez". Reduzidos à imobilidade intelectual por aterem-se aos cânones do passado, os mandarins vietnamitas provaram ser de uma ganância incomum. Os salários que recebiam eram ridiculamente baixos (Jumper e Nguyen Thi Hue, 1962, 55); mas sua autoridade concedia-lhes o direito de cobrar multas e presentes. Providos assim de um forte interesse investido no sistema que lhes dava autoridade, os mandarins vietnamitas, revelaram ao mesmo tempo uma espécie de compreensão do mundo que se adaptava cada vez menos às circunstâncias, que lhes faziam novas

exigências.

Em 1850, iniciou-se a segunda fase do envolvimento estrangeiro no Vietnã: os franceses, impelidos por um desejo de grandeza imperial, tomaram medidas decisivas tendo em vista forçar pelas armas a abertura do Vietnã. Em 1861, tomaram as três províncias orientais da Cochinchina; em 1867, ocuparam as províncias ocidentais. Hanoi foi tomada em 1882, depois de dez anos de guerra. Foram assinados tratados em 1883 e 1884, confirmando a soberania francesa na Cochinchina e estabelecendo o protetorado francês em Tonkin e Annam. Annam, aliás, ficaria nominalmente autônoma, mas sob supervisão francesa; Tonkin seria administrada por um comissário residente francês, com o auxílio dos mandarins vietnamitas. A resistência, no entanto, continuou, liderada, em sua maior parte, pelos mandarins, que se haviam decidido a impedir qualquer espécie de mudança.

> Se o ocidente entrasse no Vietnã, iria desencadear as forças que poderiam destruir a base do domínio dos mandarins... A defesa do poder e dos privilégios dos mandarins tornou-se sinônimo da defesa do Vietnã (Buttinger, 1967, 116).

Uma revolta, liderada pelos mandarins, iniciou-se em 1885 e continuou, no norte de Annam, até 1896, enquanto, em Tonkin, um bando rebelde resistiu até 1909. Os mandarins, no entanto, tinham seus dias contados. Falhando a sua tentativa de ressuscitar um passado já morto, tornou-se claro que "se a resistência nacional alguma vez adquirisse a força capaz de expulsar os franceses, deveria concentrar os esforços para algo além da mera restauração do antigo Vietnã" (Buttinger, 1967, 143).

Das conseqüências imediatas da ocupação francesa, uma foi transformar o arroz num importante artigo de exportação. Antes do advento dos franceses, o arroz jamais fora exportado em quantidades significativas. Em 1860, não haviam sido exportados mais de 57.000 toneladas; em 1927, antes do início da II Guerra Mundial, a exportação atingira 1.548.000 toneladas. Para tornar possível esse aumento, surgiu uma classe de grandes proprietários de terras que eram capazes de produzir grandes excedentes de arroz, sem consumir a maior parte do produto, como o faziam os pequenos proprietários de terra. Foram eles os beneficiários diretos dos esforços franceses dirigidos à redistribuição de terras antigas e à colonização das novas, como parte de sua nova missão colonizadora.

Parte das terras entregues aos novos proprietários havia pertencido aos que caíram na rebelião de 1862, ou havia sido abandonada temporariamente pelos sobreviventes.

> Os camponeses refugiados, ao retornarem às suas aldeias, o mais das vezes longo tempo depois de cessada a luta, e começarem a replantar seus antigos campos, ficavam perplexos e estarrecidos, ao saber que suas terras agora pertenciam a outros. Se reivindicavam seus direitos de propriedade, eram tratados como ladrões e escorraçados. Só poderiam ficar, caso aceitassem a oferta dos novos donos, de trabalhar essa terra, ou arrendar parte dela a preço exorbitante — geralmente, nada

menos que metade da colheita (Buttinger, 1967, 164).

Esse tipo de expropriação caracterizou particularmente Tonkin. O resultado foi que, em Tonkin, 500 grandes proprietários de terras — franceses e vietnamitas — acabaram possuindo 20% da terra; outros 17.000 ficaram com mais 20%. Os pequenos proprietários restantes, no total de cerca de 1 milhão, dividiram entre si o resto. A propriedade média não ia além de meio hectare, por família.

Outra fonte de propriedades para os novos grandes proprietários era a terra drenada e irrigada, ao sul do Vietnã, onde os franceses haviam construído novos sistemas hidráulicos. A terra assim obtida era vendida em lotes e a preços baixos, na esperança de recuperar o custo dessas instalações. Por volta de 1938, cerca de metade da terra arável do Vietnã do sul estava plantada de arroz. Desta, quase metade estava nas mãos de 2,5% de todos os proprietários; 70% de todos os proprietários de terra possuíam 15% da terra arável. Maior ainda era, no sul, a classe dos arrendatários desprovidos de terra própria, que chegava a mais ou menos 350.000 famílias e constituía cerca de 57% da população rural. No Vietnã, a grande maioria dos grandes proprietários de terras estava no sul. De 7.000 deles, antes da II Guerra Mundial, mais de 90% estavam localizados no sul do país.

Essa nova burguesia proprietária de terras investia principalmente na agricultura; sua participação da manufatura, no comércio e nos bancos era severamente limitada pelos regulamentos discriminatórios franceses. Sua maior renda provinha da terra, quer sob a forma de aluguéis, pagos pelos arrendatários, quer sob a forma de juros dos empréstimos feitos aos camponeses ou ainda, através da venda do arroz aos importadores franceses e chineses, de Saigon. Embora a nível nacional carecessem de poder, tornaram-se "os chefes políticos do povo vietnamita, a nível da aldeia e da comunidade" (Buttinger, 1967, 165), as novas eminências. Beneficiários da ocupação francesa, não poucos adquiriram cidadania francesa e mandaram seus filhos estudar na França. Preferiam cooperar politicamente com os franceses, embora pleiteassem para si maior medida de autonomia. Seu instrumento político, na luta pelo poder, depois da I Guerra Mundial, era o partido Constitucionalista, fundado em 1923.

A comercialização do arroz ligou o povo do Vietnã às vicissitudes do mercado mundial. Os preços do arroz no mercado de Saigon caíram em dois terços, entre 1929 e 1934; e o poder aquisitivo de uma dada quantidade de arroz, comparado a outras mercadorias, caiu pela metade (Le Chau, 1966a, 55). A ocupação japonesa do Vietnã, durante a II Guerra Mundial e o conseqüente bloqueio aliado do país, seguiu-se uma inflação que fez subir novamente os preços do arroz em 25%, mas mesmo esses preços não conseguiram competir com os preços de outras mercadorias escassas, que atingiram até 200% (1966a, 57). É preciso lembrar também que os lucros do cultivo do arroz eram distribuídos de maneira desigual. Uma pesquisa feita em 1936, demonstrou que os lucros provenientes da venda do arroz exportado de Saigon eram divididos do seguinte modo: 26% para o produtor primário; 33,6% para os intermediários; 21%, para os transportadores; 5% para o processamento e 14,4% para o tesouro público

(Robequain, 1964, 346, fn. 1). Ao mesmo tempo, o consumo per capita de arroz caía de 262 quilos, em 1900 para 226, em 1913 e para 182, em 1937. Segundo as estimativas, são necessários 220 a 270 quilos, para alimentar uma pessoa adulta.

Os franceses patrocinaram outro empreendimento agrícola, que foi a produção da borracha, em seringais situados na Cochinchina e em partes do Camboja. Iniciou-se em 1897, quando foram introduzidas seringueiras vindas da Malaia. A borracha tornou-se o segundo maior item de exportação, tendo fornecido toda a quantidade necessária à metrópole. Antes da II Guerra Mundial, havia 1.005 seringais; mas 27 companhias possuíam 68% da área plantada e não poucas eram donas de grande número de seringais. Além disso, estavam ligadas a companhias holding. O capital e o crédito para a produção de borracha estavam, portanto, muito concentrados. A seringueira era plantada principalmente no sul do Vietnã, onde a população, até aí, fora escassa. As novas empresas precisaram, portanto, importar mão-de-obra de outros lugares. Essa necessidade foi suprida por um intenso recrutamento de mão-de-obra especialmente no vale do norte do Rio Vermelho, densamente povoado. Logo de início, as eminências locais detinham o poder de alistar, em seu distrito, os trabalhadores em potencial; mais tarde, essa função coube aos patrões locais, ou *cais*. O *cai* tornou-se, portanto, uma figura da maior importância social. Segundo Virginia Thompson,

> a função do *cai* variava: podia ser um agente de recrutamento, um capataz ou um dono da loja da propriedade, mas sempre interpunha-se entre o empregador e os empregados. Como subempreiteiro, o *cai* contratava e pagava o número necessário de trabalhadores, além de organizar a produção deles. Em outras propriedades, era apenas um recrutador de trabalhadores. Em outros casos, apenas dirigia o trabalho deles. Em determinados casos, porém, o *cai* era o único provedor de alimentos para os trabalhadores. Mas em qualquer um desses casos, apareciam-lhe oportunidades de lucros ilícitos; era, o mais das vezes, brutal e inescrupuloso, forçava deduções nos salários ou deixava de entregar alimentos, etc. O governo só intervinha para verificar os abusos perpetrados pelo *cai*, como agente recrutador ou para impedir que ele se aproveitasse das lojas das companhias, justificando sua permanência e tolerância para com ele com a alegação de que, sendo obviamente do interesse do empregador acabar com todo esse sistema, com o tempo o *cai* seria voluntariamente dispensado (1947, 201).

No entanto, para esse sistema de recrutamento de força de trabalho, a compulsão era essencial, não apenas uma excrescência ocasional. As más condições dos seringais da Cochinchina eram notórias. Os homens trabalhavam desde a madrugada até o crepúsculo, por uma ninharia, paga pelo *cai*, de quem precisavam depois comprar os alimentos. Moravam em barracões, como sardinhas em lata, sendo freqüentemente sujeitos a multas e castigos corporais por supostas infrações da disciplina. Conseqüentemente, a taxa de deserção nos seringais era alta; de cada dois trabalhadores, um fugia, a fim de escapar a um tal regime de trabalho. Empregava-se toda espécie de

força ou logro, a fim de induzir outros trabalhadores a substituir os desertores. Segundo as estimativas, "para manter uma força de trabalho que jamais, em tempo algum, excedeu 22.000 homens, foi necessário recrutar quase 75.000, entre 1925 e 1930" (Goudal, citado em Robequain, 1944, 81). Só na década de 1930 é que declinou a taxa de deserção, para um ou dois, em cinco trabalhadores. O impacto da depressão mundial, numa área de alta taxa de crescimento populacional como o Vietnã, fez com que as oportunidades de trabalho se tornassem escassas. A legislação trabalhista, patrocinada pelos governos da Frente Popular, durante esse período, também pode ter ajudado a melhorar as condições de trabalho na colônia.

Quanto ao *cai*, assim como se revelara figura-chave no recrutamento de mão-de-obra para os seringais, provou ser também indispensável como intermediário, ao aliciamento de camponeses para empregos na indústria. A indústria permanecia limitada pelas restrições impostas pela metrópole ao desenvolvimento da colônia. O principal sustentáculo do setor industrial era a extração de carvão, zinco e estanho; estima-se que os trabalhadores nas minas e pedreiras chegavam aproximadamente a 55.000, em 1928. A maioria dos mineiros — nove décimos — provinha de Tonkin ou do norte de Annam; 60% deles, só de Thai Binh e Nam Dinh (Robequain, 1944, 266, 269). Outros 80.000 ou 90.000 operários trabalhavam nos restantes estabelecimentos industriais. Entre eles, cerca de 10.000 (cifra de 1938) eram operários na indústria têxtil, que era especialmente forte em Nam Dinh; trabalhadores nas vias férreas e oficinas de consertos (10.279, em 1931); operários nas usinas elétricas (3.000); bem como operários nas destilarias e outras fábricas de beneficiamento. Embora a força de trabalho industrial nesses estabelecimentos industriais modernos aumentasse, à taxa anual de 2.500, desde 1890 (Robequain, 1944, 304), muitos deles conservaram-se fortemente enraizados no campesinato. Além de serem ex-camponeses, a maioria deles desejava voltar ao campo dentro de pouco tempo. A rotatividade do trabalho intensificou-se e esse processo simultaneamente protelou o surgimento de uma força de trabalho estável provinda da população rural e difundiu largamente as conseqüências do emprego industrial (Robequain, 1944, 82).

Para os que não podiam ou não queriam encontrar emprego na indústria moderna, restava o trabalho artesanal tradicional. Em tempo integral, trabalhavam talvez 218.000 artesãos (Le Chau, 1966a, 46), mas a população total ocupada em indústrias artesanais tradicionais, segundo as estimativas, atingia a alta cifra de 1.350.000 pessoas (Robequain, 1944, 249). Contrastando com a China, as mercadorias industriais não concorriam com as artesanais, para a ruída desse tradicional baluarte da vida da aldeia; mas é duvidoso que pudesse subsistir, isolado do trabalho agrícola nativo. Um artesão empregado numa manufatura ganhava apenas um terço do que conseguiria como trabalhador num seringal. O dono independente de uma oficina têxtil, trabalhando com sua mulher, poderia obter entre 1,5 a 5 vezes o salário de um seringueiro, mas precisaria comprar sua própria matéria-prima. É notável que o emprego no artesanato fosse mais importante no norte e no centro, onde a população era densa e vivia aglomerada, que no sul, mais comercializado.

Ainda outra conseqüência do governo colonial francês no Vietnã

foi o agravamento dos encargos tributários, que pesavam sobre a população nativa. As estradas de ferro e de rodagem, em sua maior parte, eram custeadas pelo aumento da receita pública. Os impostos haviam subido de 35 milhões de francos ouro, antes da conquista francesa, a mais de 90 milhões (Chesneaux, 1955b, 155). O sal, o álcool e o ópio passaram a ser monopólio do governo, o que fez subir seus preços a seis vezes a quantia de antes da ocupação. A renda dessas fontes perfazia 70% do orçamento geral. De longa data, a população nativa fabricara álcool de arroz para o consumo da família e do cerimonial. Desenvolveu-se, então, uma briga contínua entre o governo, que tentava monopolizar e controlar a produção de álcool e os pequenos produtores. Contudo, o mais importante para a população nativa era o imposto sobre o sal: ele tinha que ser vendido integralmente ao Estado, por preços fixados pelo próprio Estado e os empregados das salinas tinham que pagar pelo sal comprado no mercado um preço de seis a oito vezes mais alto que o recebido na ocasião em que o entregavam. Ora, o sal é ingrediente indispensável para o *nuoc mam*, molho de peixe bem condimentado, essencial na dieta vietnamita. Muitas salinas nativas foram arruinadas, bem como muitos pescadores, que necessitavam do sal para conservar o peixe e produzir o *nuoc mam*. O Estado, não conseguindo realizar adequadamente a distribuição do sal, arrendou os direitos desta a negociantes chineses. Estima-se que o vietnamita necessita de 22 libras de sal, per capita, para manter uma dieta adequada; o consumo per capita, em 1937, foi de 14,8 libras (Buttinger, 1967, 467, n. 32).

Todas essas modificações afetaram a estrutura interna da aldeia vietnamita. Em sua forma tradicional, a aldeia é comparável a uma corporação de chefes de família que possuam direitos a terras dentro da órbita da aldeia. Os nomes desses proprietários de terras eram anotados no registro da aldeia. Além das glebas designadas às famílias, a comunidade possuía terras comunais, mas só quem estivesse registrado tinha direito a essas terras. Havia também nas aldeias quem não possuísse terra nenhuma; eram desprivilegiados social e politicamente. Esses aldeões sem terra eram objeto de muita legislação imperial, contra os "vagabundos", a qual outorgava às eminências poderes para os recrutar para corvéias ou para o serviço militar, particularmente nas colônias militares que se estendiam pela fronteira vietnamita e que serviam de válvula de segurança contra os camponeses-soldados famintos de terra.

A própria aldeia era administrada por um conselho de eminências (*hoi dong ky muc ou hoi dong hao muc*), composto de homens de alta posição social. Neste caso, alta posição significava diplomas adquiridos nos exames imperiais ou velhice respeitável. Até o século quinze, o imperador designara mandarins comunais (*xa quan*) que administravam os negócios da aldeia; daí por diante, a autoridade principal sempre fora o conselho. O chefe aldeão (*xa truong*) era antes um mediador, entre o conselho de aldeia e o chefe do distrito, que um executivo em seu próprio direito (Nghiem, 1966, 149). Cada aldeia era administrada por uma oligarquia "mitigada pelo fato de os membros da classe governante não serem recrutados por coopção, mas pelo processo de recrutamento dos mandarins, exames literários ou privilégios da idade" (1966, 149). As regras de

precedência entre os vários graus de eminência eram prescritas pelos costumes ou faziam parte do código da aldeia; alguns desses códigos davam precedência mais à idade que às categorias do mandarinato, outros davam preferência mais às categorias que à idade.

Os conselhos de aldeia não eram completamente autônomos. Recebiam, através do chefe da aldeia, requerimentos de autoridades mais altas, quanto aos impostos ou corvéias e as aldeias eram consideradas corporativamente responsáveis pelo cumprimento desses requerimentos. Os conselhos de aldeia, no entanto, eram autônomos no modo pelo qual atendiam a esses requerimentos:

> Os costumes da aldeia não chegavam a entravar as ordens imperiais; todavia, esperava-se que a ordem imperial não fizessem mais que estipular os fins almejados; era prerrogativa da aldeia encontrar os meios de realizar esses fins (Nghiem, 1966, 150).

Essa relação entre a jurisdição imperial e a autonomia da aldeia foi expressa num provérbio: "o poder do Estado cessa na cerca de bambu da aldeia". O conselho podia tomar as medidas que entendesse, no que se referia à segurança interna, à construção de pagodas, à escavação de canais e à construção de diques. Tais decisões eram tomadas formalmente, no *dinh*, ou templo comunal da aldeia, onde eram solucionadas as disputas locais e pronunciados os juramentos judiciais; no templo, o espírito guardião velava pelo prosseguimento dos casos; lá podia ser chicoteado um camponês que não conseguira pagar seus impostos (Le Van Ho, 1962, 87). Lá eram lidos os códigos aldeões, durante as cerimônias dedicadas ao ser sobrenatural que tutelava a aldeia. Um modo interessante de refrear o poderio das eminências era a instituição do *dau bo*, ou cabeça de boi, que era o porta-voz da oposição, a quem cabia o direito de falar, no conselho da aldeia, a favor das partes desprivilegiadas. O *dau bo*, assim chamado porque cabeça de boi é coisa dura, "não temia as ameaças dos ricos nem o poder do mandarim" (Nguyen Huu Khang, 1946, 203) e, com freqüência, representava as causas dos pobres.

O *dinh*, ou templo comunal, habitação do espírito "era o centro incontestável da vida da aldeia, no Vietnã tradicional de então" (Le Van Ho, 1962, 86). O espírito guardião representava a unidade moral da aldeia; velava pela preservação das regras e sanções morais. Nguyen Huu Khang disse a seu respeito que "o seu papel, essencialmente, é o mesmo que o do mandarim terreno" (1946, 59). O mais das vezes ele é o fundador da aldeia ou um aldeão célebre, já morto, ou ainda um herói, escolhido no panteon local ou nacional. A escolha do espírito guardião tinha que ser aprovada pelo imperador. A partir de então, os objetos sagrados pertencentes ao espírito, junto com o decreto de sua aprovação, eram conservados no recinto central do templo comunal. São celebradas anualmente cerimônias em sua honra, a mais importante delas sendo a *hoi* (assembléia) que ocorre na primavera. Ritos secretos (*hem*) comemoram então as façanhas do espírito guardião e "de sua menor ou maior observância depende a felicidade e prosperidade dos habitantes da aldeia" (Le Van Ho, 1962, 92, 98-99). Os *hem* eram sempre acompa-

nhados de grandes festas, apresentações dramáticas, música, lutas corpo-a-corpo, brigas de galo e brigas entre rouxinóis. Rapazes e moças cantavam cantigas. Era a ocasião em que os jovens procuravam casamento. Le Van Ho afirma, apropriadamente, que "as civilizações tradicionais do Vietnã, nas quais participa a maioria do povo, não são mais que a civilização dos festivais do *dinh*" (1962, 117).

Além do culto ao espírito tutelar local, aprovado pelo imperador, havia outras práticas especiais no *dinh*. Uma dessas era o culto a Confúcio e seus discípulos, celebrado em rituais bienais, pelos possuidores de títulos acadêmicos organizados em associação. Essa associação

> formava o partido mais poderoso da aldeia. Seu chefe era ao mesmo tempo, o *tien chi*, ou *thu chi*, isto é, o principal personagem da comunidade, a quem as eminências jamais deixam de consultar em negócios de importância (Nguyen Huu Khang, 1946, 208).

O culto local a Confúcio tinha seu paralelo a nível nacional, na comemoração imperial, em Hué, na corte real. Os cultos das aldeias a divindades tutelares e a sábios mandarins eram ligados ao culto imperial do céu, que possuía sua magia cósmica e seu calendário de estações do ano, desempenhando assim o papel de "acontecimento máximo da sociedade camponesa" (Mus, 1952, 237). Paul Mus afirma que esse acoplamento de cultos não simboliza uma espécie do tipo ocidental de contrato social entre os homens, tal como Rousseau o poderia ter imaginado, mas um conceito de equilíbrio sobrenatural, entre o Céu, a Terra e os antepassados, preservado através do funcionamento adequado da humanidade. Esse funcionamento adequado da humanidade, acreditava-se, era a garantia da preservação da ordem cósmica; conseqüentemente, "onde nós dizemos sistema, eles dizem virtude" (1952, 28). As perturbações sociais poderiam ameaçar esse equilíbrio: a volta à ordem significava também a volta à virtude.

Além das associações acadêmicas (*cac-tich*), havia também associações de idosos de mais de sessenta anos, de soldados, de guildas comerciais, que possuíam seus próprios segredos e espíritos tutelares; associações de cantores; de criadores de pássaros canoros; de adeptos de brigas de galos; de estudantes, alunos de um mesmo professor; de gente ligada por antepassados comuns, ou por vizinhança ou ainda, por afinidades morais. Cada uma dessas associações possuía seu chefe, mantinha uma relação dos sócios e uma caixa comum; havendo um casamento, funeral ou outra cerimônia religiosa, atuava como associação de auxílio mútuo. As cerimônias mais importantes dessas associações eram as festas que acompanhavam os rituais religiosos formais e as que mostravam e davam validade à posição social, na comunidade. Nessas ocasiões, cada uma daquelas categorias ocupava um lugar determinado no ritual e, nas festas, era-lhes concedida uma posição especial. Na ocasião do sacrifício do búfalo, os pedaços do animal sacrificado eram distribuídos de acordo com a categoria social. A ambição de todo aldeão era, mais cedo ou mais tarde, ser responsável por uma festa para toda a aldeia.

A dominação francesa afetou a aldeia vietnamita de duas maneiras. Os poderes do chefe da aldeia foram enormemente ampliados, para que ele se tornasse o representante da hierarquia da administração colonial na aldeia. Ao mesmo tempo, o sistema autônomo de categorias e o recrutamento de pessoas eminentes, com base em sua posição social interna foi suplantado por normas mais estritas, impostas pela potência de ocupação. "Em geral", diz Hgien Dang,

> as modificações referiam-se à eleição ou, pelo menos, à cooptação dos anciãos, em vez da ascensão automática à categoria de ancião ou ao preenchimento de certos requisitos de idade, diploma acadêmico ou mandarinato. Essas eleições ou cooptações tornaram-se sujeitas à aprovação do chefe provincial, ao passo que, antes, a aquisição da categoria de ancião, por direito, não necessitava de nenhuma aprovação. O número dos anciãos tornou-se cada vez menor, ao passo que a função específica de cada um deles, variava conforme o título que lhe havia sido conferido. Era garantida automaticamente certa promoção aos anciãos que. estivessem classificados por ordem de precedência, segundo suas funções. De modo geral, *essa tendência consistia na eliminação dos que eram naturalmente líderes, substituindo-os por homens supostamente mais dedicados à causa do governo central* (1966, 150-151; grifo do autor).

Em segundo lugar, a dominação francesa afetou os padrões de propriedade e de acesso à terra da aldeia.

A terra cultivada de posse do campesinato vietnamita sofreu um declínio absoluto, a partir da conquista francesa. Por volta de 1930, 20% da terra cultivada passara às mãos dos colonizadores e grande parte dela fora tomada aos proprietários nativos. As terras comunais haviam também diminuído, ou estavam sendo utilizadas por pessoas eminentes locais, com o intuito de obter rendimentos nas partilhas. Embora em 1930 as terras desse tipo ainda abrangessem 20% da terra de Tonkin e 25% da de Annan, na Cochinchina não iam além de 3%. Bernard Fali afirmou que:

> percebe-se agora que um dos maiores erros da política agrária francesa foi deixar que as terras comunais caíssem nas mãos de especuladores e chefes de aldeia desonestos — e isso a despeito das advertências dos entendidos, quanto à importância de preservar e mesmo de aumentar, os campos de arroz comunais (1965, 265).

61% das famílias vietnamitas ficaram sem terra nenhuma e juntaram-se à classe florescente dos meeiros, ou *ta diem*. Antes da ocupação francesa, os trabalhadores subordinados costumavam ser tratados como dependentes das famílias e não como trabalhadores; mas os *ta dien* trabalhavam na base de um contrato anual, cuja renovação ficava a critério do proprietário. Pagava a este metade de sua colheita; dava-lhe, também, presentes, duas vezes por ano, a primeira, no quinto dia do quinto mês, a segunda por ocasião do Ano Novo vietnamita, ou Tet. Segundo estimativas, metade de toda a terra que permaneceu nas mãos da população nativa foi cultivada

por esses meeiros; um quarto do total do produto agrícola, produzido em propriedades vietnamitas, constava dos aluguéis a meias (Le Chau, 1966a, 50).

O estrato social estratégico das aldeias abrangia proprietários de entre 2,5 a 10 hectares. Nguyen Huu Khang disse, referindo-se a eles, que

> pertencem à classe abastada da aldeia. É freqüente cultivarem uma porção de sua terra empregando assalariados, que eles próprios se limitam a supervisionar; e o resto, arrendam ou cultivam a meias. Geralmente possuem os bois ou búfalos empregados no trabalho e alugam-nos por ano, ou por estação, aos pequenos lavradores. Os proprietários de fazendas de tamanho médio estão em situação invejável: possuem dinheiro vivo e, em geral, são eles que administram os negócios da aldeia, pois as pessoas eminentes são recrutadas dessa classe (1949, 69).

A concorrência desse grupo, consciente de sua posição social, serviu, por sua vez, para elevar o preço das terras. O resultado foi que

> numa aldeia densamente povoada, onde a terra é pouca, ela pode ser vendida a preços exorbitantes, que não guardam relação com o capital investido ou com o possível lucro. Por essa razão, pode-se encontrar, em aldeias vizinhas, com campos de arroz da mesma qualidade, diferenças de preços que chegam ao dobro e ao triplo (1946, 171-172).

Tal concorrência, naturalmente, excluiu o camponês de recursos escassos, cada vez mais impossibilitado de comprar terras. Ao mesmo tempo, a população rural estava cada vez mais sobrecarregada pelas altas taxas de juros. O camponês vietnamita

> não raro pede emprestadas as sementes e os búfalos de que precisa para o cultivo de suas terras. Quando a colheita é ruim, tem ainda que achar fundos para pagar os impostos e cumprir com seus deveres religiosos e familiares. O prestamista — seja ele comerciante ou proprietário de terras — lhe dará prontamente o dinheiro, mas sob condições muito duras. A dívida será paga com dificuldades, não raro às custas do penhor da colheita ou mesmo dos campos (Robequain, 1944, 168).

Os camponeses obtinham empréstimos das eminências locais, ou de prestamistas chineses, que também administravam o mercado de arroz, cujos maiores compradores estavam em Cholon, subúrbio chinês de Saigon. Na Cochinchina agiam também prestamistas indianos. Freqüentemente esses prestamistas emprestavam dinheiro das instituições de crédito do governo, para reemprestá-lo aos camponeses necessitados de crédito. As taxas de juros eram altas. O fardo esmagador de endividamento rural provocou freqüentes tentativas de reforma, as quais, no entanto, revelaram-se ineficazes.

Na Cochinchina, todos os fatores aqui enumerados eram mais acentuados. A terra estava ainda mais concentrada nas mãos dos

grandes proprietários, inclusive de companhias estrangeiras. O cultivo a meias era mais freqüente. A comercialização das colheitas de arroz era paga com mais antecipação e os empréstimos de dinheiro eram exorbitantes e mais difundidos. Havia maior número de trabalhadores sem terra, muitos deles trabalhando sob contratos escorchantes. As terras comunais eram escassas. Ao mesmo tempo, as aldeias dessa região fronteiriça careciam da coesão social característica das do norte e do centro. Nas condições de fronteira, as aldeias eram formadas por vários elementos da população, tais como refugiados, aventureiros, soldados e proscritos. Neste caso aliás, o impacto direto francês atingia o máximo. Faltava às aldeias a profundidade histórica das associações de aldeãos, característica das regiões mais ao norte do país. Era menos funcional o apego à patrilinearidade e às linhagens ancestrais; o papel do *dinh*, na vida comunal, era menos central. O padrão de colonização era mais difuso. Os elos de parentesco eram relativamente estreitos; o governo local, quase sempre, era imposto de fora. Talvez os grandes proprietários de terras temessem também a possível formação de núcleos coesos de populações nativas, nesta área que controlavam. (Robequain, 1944, 72). O que James B. Hendry conta a respeito de Khan Hau, uma aldeia do delta sul, pode ser aplicado a todas as aldeias da Cochinchina: não era "uma aldeia cujo povo estivesse rigidamente orientado para o passado, ou fortemente ligado pela tradição" (1964, 260). Ao mesmo tempo, não foi provavelmente, por acaso, que, no primeiro terço de nosso século, a Cochinchina foi o cenário do surgimento de grandes e poderosos movimentos milenaristas: o milenarismo teria uma atração especial para populações que se defrontavam com importantes transformações culturais, mas estavam fragmentadas em suas relações sociais e, por esse motivo, tolhidas em sua capacidade de reagir coletivamente.

Existiam cerca de sete mil vietnamitas que vieram a possuir grandes propriedades; mas não existia uma classe média vietnamita digna de nota, ou que se definisse em termos de envolvimento em empreendimentos econômicos de média monta. A maioria das indústrias modernas estava nas mãos dos europeus. O comércio do arroz e as operações de crédito com ele relacionadas estavam nas mãos dos chineses. A emigração maciça dos chineses para o Vietnã iniciara-se em princípios do século dezenove e o governo colonial francês dera ainda maior estímulo a essa imigração. Os franceses — do mesmo modo que o governo vietnamita, antes deles — "achavam que os chineses eram indispensáveis; primeiro, como fornecedores do exército de ocupação, depois, como cobradores de impostos indiretos e, finalmente, como prestamistas e intermediários, servindo de ligação entre eles e a população nativa" (Robequain, 1944, 183). O recenseamento de 1936 registrou cerca de 171.000 chineses no sul, onde a comercialização do arroz progredira mais; 35.000 em Tonkin e 11.000 no centro. Os chineses possuíam organizações auto-reguladoras ou *bangs*, segundo seu dialeto e província de origem. Esses *bangs* serviam de associações de auxílio mútuo aos recém-chegados: sustentavam-nos e arranjavam-lhes emprego. O comércio do arroz foi quase totalmente monopolizado pelos chineses, que também se dedicavam ao comércio do peixe, das peles e dos produtos florestais. Os cargos do Exército e da Marinha pertenciam aos euro-

peus: 10.779 soldados e marinheiros perfaziam mais de 50% dos europeus no Vietnã, antes da II Guerra Mundial; outros 3.873, ou 18,9% dos europeus, ocupavam cargos governamentais. Desta forma, a maioria das alternativas econômicas potencialmente abertas para a classe média vietnamita definida em termos econômicos, lhes foi fechada.

No entanto, permaneceram abertos para os vietnamitas os empregos e os cargos mais baixos da burocracia governamental, desde que possuíssem uma formação adequada. A tendência para escolher cargos burocráticos nas categorias profissionais e na hierarquia administrativa foi assim reforçada entre eles — sobretudo através do sistema educativo francês, para o qual o ponto decisivo na carreira de um jovem vietnamita à procura de emprego, nas novas condições, era adquirir um diploma à maneira francesa. Como agravante, em geral, havia maior número de candidatos para os cargos governamentais e profissionais que o número de vagas. Havia, também, uma diferença salarial gritante entre um funcionário francês e um vietnamita. Diz-se que o bedel francês da Universidade de Hanoi ganhava o triplo do salário de um engenheiro vietnamita (Le Chau, 1966 a, 43).

Essas contradições forneceram em parte, o combustível para o aumento do nacionalismo dos vietnamitas. A leitura dos escritores franceses, aguçava-lhes o apetite de saber mais; mas tiveram acesso antes às traduções chinesas dos escritores do iluminismo francês e dos de tradição socialista européia, que aos originais franceses. Os filhos e filhas dos antigos mandarins, embora tivessem certa compreensão das glórias passadas, haviam visto seus pais derrotados pelos estrangeiros e reagiam ao estilo mandarim, encontrando nos ensinamentos ocidentais uma nova arma a ser usada contra um poder colonial que lhes negava igualdade de privilégios em relação aos colonizadores. Filhos e filhas de famílias que se tinham sacrificado para os mandar à escola, mas que quase não encontram empregos na estrutura para a qual haviam sido educados, não demoraram a ficar descontentes com tais condições de vida. Mesmo os filhos e filhas dos ricos, que haviam sido educados na França, freqüentemente voltavam ao Vietnã para verificar

> que lhes era negada a cidadania dentro de seu próprio país; a ausência total das liberdades de que haviam usufruído na França, até mesmo da liberdade de viajar, pesava-lhes mais que aos que nunca se haviam ausentado do país. Em vez da igualdade no relacionamento com outras pessoas, que lhes fora concedida na França, eles se tornaram alvo do menosprezo dos senhores coloniais em seu próprio país (Buttinger, 1967, 203).

Suas expectativas em formação, confrontadas por todo lado com os empecilhos ao seu desenvolvimento, impeliam-nos para os vários movimentos nacionalistas e socialistas que começavam a surgir no Vietnã, a partir de 1900.

O precursor dessas tentativas foi Pahn Boi Chau (1867-1940). À semelhança dos chineses "auto-reforçadores" de fins do século dezenove, ele compreendera que uma volta ao passado era impossível.

> Toda a herança intelectual do Oriente seria inútil, na luta pela liberdade e por uma vida melhor na Ásia, se não fosse revigorada pelos conhecimentos e idéias desenvolvidos no Ocidente, com o surgimento da ciência e da industrialização modernas (Buttinger, 1967, 145-146).

Sob este aspecto, Chau expressava as aspirações de um novo grupo de empresários, em potencial, que anteviam um futuro de desenvolvimento econômico semelhante ao do Japão; e foi para lá que o movimento de Chau se dirigiu, à procura de inspiração e apoio. Nunca chegou a ser mais que um movimento de elite; teve muito pouco contato com as massas populares, embora tenha utilizado uma espécie de retórica socialista asiático fabiana. O próprio Chau passou o resto de seus dias no exílio. Seu movimento, no entanto, fez surgir o do Dai Viet, que ainda existe no Vietnã do Sul e que combinava uma posição acentuada-mente pró-japonesa, "A Ásia para os Asiáticos", com uma ideologia de autoritarismo socialista. É provável que nunca tenha contado com mais de 1.000 adeptos.

Em 1927, organizou-se um segundo movimento, o Partido Nacionalista Vietnamita (VNDQQ) nos moldes do Kuo Min Tang chinês, cujos membros, eram em sua maioria, funcionários públicos, pequenos comerciantes e tenentes e capitães das forças armadas. Segundo fontes francesas, mais de 50% de seus membros eram empregados do governo colonial. A organização, que jamais tivera mais de 1.500 membros, era essencialmente uma sociedade secreta nacionalista, não um partido político de massas, para suas atividades, recorria a um pequeno grupo de pessoas bem informadas, mas que não estavam efetivamente organizadas. Em fevereiro de 1930, esse movimento desencadeou uma insurreição entre as tropas vietnamitas nativas, na baía de Yen, um posto militar a noroeste de Hanoi. Os franceses os reprimiram violentamente, e os que restaram fugiram para a China, onde só conseguiram sobreviver por causa da segurança do Kuo Min Tang.

O terceiro movimento político de importância foi formado pelos comunistas. A formação efetiva do partido fora precedida pela organização de vários grupos marxistas, a maioria dos quais agradavam a professores, estudantes e pequenos funcionários da administração de Annam (Sacks, 1959, 118-120). Mais ou menos um quinto de seus membros participara das atividades revolucionárias do sul da China, antes de 1927; sua maior força regional situava-se nas províncias de Nghe An e Ha Tinh, onde responsabilizaram-se por uma insurreição em 1929. E como já acontecera na baía de Yen, também esta rebelião fora reprimida pelos franceses. Mas os comunistas, ao contrário do Partido Nacionalista Vietnamita, procuraram o apoio dos operários e camponeses, durante a insurreição, e tentaram, pela primeira vez e sob o ímpeto da rebelião, desenvolver organizações revolucionárias de massas.

Nghe An, o local da insurreição, possuía uma antiga tradição de rebeldia. Sua população, que a custo sobrevivia por meio da agricultura, adotara, de longa data, dois padrões suplementares de acréscimo de suas rendas: um deles foi a emigração, cuja conseqüência foi ampliar os horizontes de seus habitantes muito além dos habitantes de muitas outras regiões camponesas do Vietnã; o

outro, foi o da obtenção de diplomas acadêmicos, o que servia para introduzir os filhos excedentes em empregos públicos ou no magistério. Na corte, em Hué, sempre houvera discriminação contra pessoas instruídas que viessem de Nghe An, pois eram donos de uma bem merecida fama de independência de pensamento, aliada à propensão para a rebeldia.

> Nesta região habitada por camponeses pobres, já haviam surgido vários movimentos contra a ocupação estrangeira ou contra a opressão do poder central: a revolta dos Le-loi contra os chineses no século XV, as insurreições camponesas do século XVIII, contra os senhores de Trinh, a insurreição dos instruídos contra o regime colonial, em 1885-95 e novamente em 1907-1908 (Chesneaux, 1955 a, 275).

Também aqui os franceses haviam implantado fábricas de tecidos, oficinas de manutenção de estradas de ferro e outros estabelecimentos industriais. A força de trabalho, localizada nas cidades de Vinh e Benthuy, era mais ou menos de três mil homens, recrutados principalmente entre o campesinato local. Ao mesmo tempo, o quadro do Partido Comunista nessa região (constituído de 1.100 a 1.700 pessoas) era, em sua maior parte, de origem local; Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap — o futuro conquistador de Dien Bien Phu — eram ambos desta região. A maioria pertencia à *inteligentsia* educada à francesa, em sua maioria da classe dos mandarins, fidalgos e burgueses (Benda, 1965, 430). Primeiro, dirigiram seus esforços no sentido de organizar os operários da indústria. Uma greve numa fábrica de fósforos desencadeou manifestações de massa que, por sua vez, se transformaram em tumultos, atraindo vigoroso apoio camponês, devido, em parte, a uma colheita ruim na região e, em parte, aos esforços de proselitismo dos seus companheiros nas fábricas e oficinas de estrada de ferro. Ao todo, umas cinqüenta mil pessoas, ou pouco menos de 10% da população, devem ter tomado parte nas manifestações (1965, 429). Esse movimento provocou a queda da autoridade civil local e, para substituí-la, os comunistas organizaram *sovietes*, incluindo dezessete aldeias. Formaram Guardas Vermelhos e designaram novos funcionários. Cercearam as despesas fúnebres e religiosas e também o jogo. Redistribuíram a terra. Pela primeira vez, permitiu-se às mulheres o uso da palavra em reuniões públicas (Nguyen Duy Trinh, 1962, 16, 18-19). A represália francesa não demorou: executaram vários líderes comunistas; o número de prisioneiros políticos, por volta de 1932, era de uns dez mil e o partido foi forçado a permanecer relativamente inativo, até o inicio da II Guerra Mundial. No entanto, essa rebelião fracassada grangeara aos comunistas maiores simpatias entre a população e eles reconheceram também que, para suas futuras atividades, teriam necessidade de uma base social e geográfica mais ampla. Ho Chi Minh, que, segundo dizem, opusera-se desde o princípio à insurreição de Nghe An, emergiu dela com sua reputação pessoal enaltecida.

A Revolução Vietnamita pode ser dividida em três fases. A primeira, a incubação, ocorreu entre 1940 e 1945, durante a ocupação japonesa. A segunda começou por ocasião do retorno das forças ar-

madas francesas, no fim da II Guerra Mundial, quando novamente tentaram colocar o país sob a jurisdição da França. Terminou com a derrota dos franceses, que deixaram o país em 1954. A terceira fase principiou com a divisão do país em duas partes, uma dominada pelos revolucionários vitoriosos e a outra, por um regime anti-comunista progressivamente sustentado pelos Estados Unidos. Em 1960, sucederam-se no sul do país erupções de violência que culminaram na renovação das hostilidades — que ainda não terminaram, na ocasião em que este livro está sendo escrito.

A primeira fase desta luta — que se prolongaria por mais de um quarto de século — teve início no verão de 1940, quando a França foi devastada pela máquina de guerra alemã e obrigada a assinar um armistício com os invasores, a 25 de junho. A esta altura, o Japão, como aliado dos alemães, exigiu da Indo-China francesa parte do controle da fronteira indo-chinesa-China. Os japoneses estavam ansiosos para cortar todas as rotas sulinas de abastecimento ao assediado Kuo Min Tang chinês. Tendo o regime fantoche francês, instalado em Vichy, adiado a resposta às reivindicações suplementares, feitas pelos japoneses, referentes aos direitos de trânsito através do Vietnã do Norte, os japoneses atacaram as fortificações fronteiriças francesas, bombardearam o porto de Haiphong e desembarcaram suas tropas. Em fins de julho, já controlavam todas as instalações vitais do porto e da baía; ao mesmo tempo, a Tailândia, aliada do Japão, ocupou parte do Camboja e do Laos. A partir de então, a Indochina faria parte da Esfera de Co-prosperidade da Ásia oriental. O Japão, enquanto manteve o controle dos mares foi abastecido por matéria-prima indochinesa. Os franceses mantiveram nominalmente o controle dos negócios internos do país, mas sob supervisão e soberania japonesas.

Houve sublevações menores, espalhadas por diversas localidades: uma, a 24 de setembro de 1940 em Lang Son, logo depois de um ataque japonês a esse mesmo posto de fronteira; outra, na Cochinchina, motivada pela invasão Thai, na *Plaine des Joncs* (Planície dos Juncos) onde o veterano comunista Tran Van Giau organizara unidades para-militares, na época da Frente Popular, durante a década de 30; uma terceira, por ocasião do levante de uma guarnição nativa em Do Luong. Surgiram ainda outras desordens, provocadas pelas safras ruins do arroz ou pelos confiscos do arroz. De todos esses incidentes, o primeiro acabou sendo o mais importante, não tanto do ponto de vista militar, mas por ter levado à cooperação entre os comunistas e a minoria étnica dominante nessa área, os Tho; essa aliança provaria seu valor estratégico na vitória comunista do Vietnã do Norte e na expulsão dos franceses, uma vez concluída a segunda fase da Revolução.

Em 1942, já Vo Nguyen Giap havia formado um pequeno bando guerrilheiro nas montanhas. Esta foi a primeira unidade da Liga para a Independência do Vietnã, o Viet Minh. A minoria étnica Tho sublevara-sé em Bac Son, oferecendo assim a Giap a oportunidade de uma aliança com os líderes desse grupo. Os Tho não eram apenas o maior grupo étnico minoritário do Vietnã do Norte, mas também o grupo mais completamente submisso à aculturação vietnamita. Eram liderados por uma elite hereditária, os Tho-ti, descendentes de mandarins vietnamitas, enviados para controlar os povos montanhe-

ses. Haviam, porém, mantido o controle dos plebeus através de uma seqüência de direitos hereditários com certas funções rituais e não através do sistema confuciano tradicional, de exames. Essa elite Tho-ti havia sido substituída por funcionários nomeados e assim tornara-se francamente anti-francesa e perfeitamente favorável à coalizão política com os bandos de guerrilheiros comunistas que surgiam.

> Formavam a única elite que falava a língua vietnamita, entre todas as minorias montanhesas e portanto estavam numa posição sem paralelo para trabalhar juntamente com o Viet Minh, organizando bases guerrilheiras nas montanhas, dentro de seu território tradicionalmente definido. Além disso, tendo os Tho-Ti sofrido nas mãos dos regimes coloniais, seus interesses tendiam a coincidir com os dos comunistas. Essa atitude contrastava nitidamente com a das elites de outros grupos montanheses, que viam nos franceses seus protetores contra usurpações vietnamitas (Mc. Alister, 1967, 794).

Dos generais do Viet Minh, três eram de origem Tho e os Tho vieram a perfazer 20% dos soldados do Viet Minh, em 1954 (Mc Alister, 1967, 796).

É importante também assinalar o predomínio da classe média vietnamita nas fileiras do Viet Minh. Um estudo do Special Operations Research Office (Gabinete de Pesquisas de Operações Especiais), afirma que

> a liderança revolucionária originou-se principalmente da classe média em desenvolvimento, o mesmo acontecendo com seus primeiros seguidores. Embora os soldados rasos do Viet Minh e as forças regulares do exército fossem compostas em sua maioria, de camponeses e operários urbanos, os líderes dos escalões intermediários e mais baixos — os assim chamados "quadros de ligação" — provinham da classe média mais baixa e todos possuíam certo grau de educação e experiência ocidental. Esses líderes a nível de aldeia, não raro eram, ou tinham sido, funcionários públicos locais na administração colonial (1964, 10).

De igual modo, um pesquisador da Rand Corporation refere-se a um estudo da formação social das forças do Viet Minh, iniciado pelos franceses, com as seguintes palavras:

> Os resultados da pesquisa demonstraram que 46% do exército era composto de camponeses e operários, sendo os operários em maior número Segundo a pesquisa, 48% eram funcionários subalternos e os 6% restantes provinham de diversas profissões e ofícios. Se essa divisão estiver certa, os funcionários subalternos forneceram quase a metade dos recrutas do exército, embora os camponeses perfizessem a maioria da população. Essas porcentagens possuem interesse especial, visto que os franceses controlavam a maior parte das áreas urbanas, onde provavelmente vivia a maioria dos funcionários subalternos. Isso sugere que esses funcionários sentiram-se mais atraídos pela

propaganda comunista que os camponeses (Tanham, 1961, 58).

Na mesma ordem de idéias, um auto-estudo feito pelo Partido Comunista, depois da guerra, demonstrou que, de 1.855 posições-chave, 1.365 pertenciam a intelectuais ou filhos da burguesia; 351, a camponeses e 139, a operários. Em 1965, Truong Chinh, membro principal do Partido Comunista norte-vietnamita, ainda assinalaria que

> nosso Partido nasceu num país agrário, onde a classe operária era numericamente fraca. Em sua grande maioria, nossos quadros e militantes se originam da pequena burguesia (citado em Arnault, 1966, 230, fn. 1).

Outro fator que favoreceu o crescimento do reduto montanhês foi o acesso à China, onde alguns caudilhos do Kuo Min Tang esperavam obter para si os vultuosos recursos do Vietnã e se dispunham a patrocinar um movimento de seus próprios clientes contra franceses e japoneses. Assim, a pequena força guerrilheira das montanhas pôde desenvolver-se e estender sua rede, até que se tornou a única força vietnamita ativamente engajada em ações guerrilheiras contra os japoneses, ou no salvamento de aviadores aliados que eram abatidos em seu território, ou ainda no fornecimento de informações aos aliados. Não obstante, a escala das conquistas militares permaneceu pequena. O único ataque armado de maiores proporções ocorreu quase no fim da guerra; foi um ataque de quinhentos Viet Minh contra quarenta policiais japoneses, no refúgio montanhoso de Tam Dao, a 17 de julho de 1945.

Deste modo, o fim do domínio japonês deixou os Viet Minh numa posição favorável para fazer valer seus direitos na luta pela independência da Indochina. Os aliados haviam decidido em Teerã que a Indochina seria ocupada por tropas chinesas, até o paralelo dezesseis enquanto a metade sul o seria por tropas britânicas. Acontece que estas não tinham número suficiente para impedir o movimento Viet Minh em direção ao interior, esparsamente ocupado; e as tropas chinesas interessavam-se mais em saquear o campo e demonstraram pouca curiosidade de saber quem controlava o poder político. Em fins de agosto houve, em Hanoi, uma sublevação liderada pelo Viet Minh e a 29 de agosto o governo provisório da República Democrática do Vietnã, tomou o poder em Hanoi no qual o Viet Minh detinha quase todos os postos de poder. O Kuo Min Tang chinês vendeu a esse novo governo quantidades substanciais de armamentos americanos, franceses e japoneses, em troca de ouro, ópio e arroz. O ouro, o Viet Minh obteve-o da população, durante a "semana do ouro". Os chineses concordaram em deixar o país, em fevereiro de 1946. O cenário estava desimpedido para a volta dos franceses. Em março, tropas francesas entraram novamente em Hanoi.

Em 1946, foi retomada a luta entre o Viet Minh e as forças francesas. Não é necessário um relatório detalhado dessa guerra, para se perceber que durante a maior parte dela a área controlada pelo Viet Minh situava-se nas montanhas ao passo que os franceses permaneciam nas planícies e nas cidades. Esta configuração tornou-se evidente já em maio de 1949, quando uma missão militar francesa

recomendou a retirada imediata de todas as forças francesas das áreas periféricas das montanhas para as terras baixas do cultivo de arroz, isto é, para o *Viet Nam utile*, o Vietnã útil, que seria eventualmente o prêmio da batalha (Fali, 1967, 108). Essa proposta não foi atendida; os postos avançados franceses continuaram a manter posições distantes, ao longo da periferia — o que os colocava em acentuada desvantagem, concedendo toda superioridade ao Viet Minh. Em janeiro de 1950 o Viet Minh já havia cortado a região montanhosa de Thai, desde o delta do Rio Vermelho e em setembro desse ano, cortou as comunicações do delta com as montanhas do norte e do noroeste. No entanto suas tentativas, em janeiro de 1951, de avançar para a planície foram frustradas por revezes sangrentos. De igual modo, a tentativa francesa, em fevereiro, de tomar Hoa Binh, que controlava o acesso às montanhas a oeste, foi mal sucedida, não passando de um desperdício de homens e material. A esta altura, o Viet Minh transferiu seus esforços para a conquista da região montanhosa de Thai, no Laos central, e para o Planalto das Montanhas do Sul, causando a dispersão das tropas francesas num terreno pouquíssimo apropriado para um exército moderno e mais vantajoso para forças guerrilheiras. Na região montanhosa de Thai os franceses foram apoiados pelos Thai Brancos, enquanto o Viet Minh recrutava o auxílio dos Thai Negros e dos grupos minoritários Meo. A batalha final de Dien Bien Phu aconteceu onde estava situado o campo de batalha tradicional dos grupos tribais que desejavam dominar a zona em que se falava Thai. John T. McAlister disse ironicamente que a batalha de Dien Bien Phu "pode ser considerada como a luta pelo Sip Song Chau Tai, na qual os antagonistas novamente recrutavam auxílio externo, como haviam feito no passado" (1967, 832). Todavia, anteriormente jamais se haviam travado batalhas com tamanho auxílio externo e aliados tão afastados de suas bases. A batalha que teve lugar de março a maio de 1954, em Dien Bien Phu, passou à História. Os franceses sofreram uma derrota tão grande, que destruiu sua capacidade de continuar a luta e fez com que se retirassem, em junho, para Hanoi e Haiphong. A 21 de julho de 1954, o controle do Vietnã do Norte passava formalmente às mãos do Viet Minh.

Desde o início da resistência aos franceses, o Viet Minh havia posto de lado qualquer programa radical de reforma agrária. Seguiu, ao invés, o modelo dos comunistas chineses, que colocavam a luta contra a invasão estrangeira acima de qualquer ferramenta que gerasse um conflito de classes. Economicamente, deu-se ênfase ao aumento da produção agrícola e socialmente, à redução dos aluguéis e taxas de juros. Visto que a propriedade camponesa era mais difundida no norte que no sul, e que as queixas do campesinato referiam-se ao alto preço dos aluguéis de terras e à usura, tal política alinhava-se com os interesses imediatos da população camponesa. Além disso, o Viet Minh reconhecia que, nas aldeias, a mobilização dos pobres e médios camponeses contra os ricos devia ser precedida por uma considerável transformação na estrutura social e política e não seguir-se a ela.

> Para que a luta anti-feudal no Vietnã prosseguisse, era indispensável estimular como pré-requisito, a transformação ra-

> dical das estruturas sociais, de modo a permitir ao campesinato explorado quebrar o círculo vicioso no qual se acha confinado (Le Chau, 1966 a, 72).

Não obstante, foi levada a efeito uma reforma agrária moderada, por um lado através do confisco de terras que pertenciam a franceses e inimigos do Viet Minh e, por outro, através da ocupação de terras de propriedade de grupos religiosos hostis aos revoltosos, principalmente de católicos. Entre 1945 e 1953, o Viet Minh distribuiu 310.210 hectares, ou 15% da terra arável do Vietnã do Norte, para 17% das famílias camponesas do Norte (Le Chau, 1966 a, 108-109). Essa distribuição aumentou a porcentagem da terra de propriedade de camponeses médios de 30,4%, em 1945 a 34,6%, em 1953; a dos camponeses pobres, de 10,8% a 15,6%; e a dos trabalhadores rurais, de 0 a 2,1%. (1966 a, 110). Os aluguéis sofreram uma redução de 25%; as dívidas de usura, contraídas antes de agosto de 1945, foram abolidas e as taxas de juros foram fixadas em 13%, para empréstimos em dinheiro e 20% para empréstimos em espécie. Ao mesmo tempo, a produção artesanal, já estimulada durante o prolongado período de isolamento dos mercados mundiais, marcado pela II Guerra Mundial, recebeu um forte apoio do Viet Minh; o crescimento da produção têxtil foi especialmente notável. Esses aumentos permitiram o comércio de excedentes entre a República da Selva e até mesmo a zona ocupada pelos franceses, comércio esse que se intensificou com extrema rapidez de 1952 a 1954 (Le Chau, 1966a, 96). O Viet Minh também encampou todos os estabelecimentos industriais de sua área, transportando e dispersando as máquinas e os operários qualificados para o interior montanhoso, onde o equipamento estaria relativamente a salvo dos ataques inimigos.

Do ponto de vista organizacional, o Viet Minh também revelou-se capaz de se adaptar às exigências da população camponesa. Muito se tem escrito a respeito dos comunistas patrocinarem "hierarquias paralelas", nas quais as unidades territoriais — tais como a aldeia, o grupo de aldeias, o distrito, a província e a zona — eram transversalmente cortadas por associações que se baseavam em funções — tais como as de camponeses, de operários, de intelectuais, de mulheres ou de jovens. Na realidade, a organização territorial no Norte era mais flexível do que indicava a tabela organizacional formal, ao passo que o estabelecimento das associações funcionais simplesmente seguia os padrões tradicionais do Norte e do Centro do país. A organização territorial

> consistia principalmente numa cadeia horizontal de comitês a nível de aldeia... Em qualquer tempo, a unidade básica era a aldeia e o órgão administrativo e judicial básico era o comitê, qualquer que fosse seu nome. Durante a guerra do Viet Minh, esses comitês ligavam-se ao comitê a nível provincial e as províncias formavam-se diretamente, ligadas nos primeiros anos, ao Ministro do Interior, Vo Nguyen Giap (Pike, 1966, 47).

Esses comitês exerciam o controle judiciário, abriam escolas e implementavam a política econômica do Viet Minh, reduzindo aluguéis e juros, distribuindo terras e organizando as atividades mi-

litares e para-militares nas comunidades. No sul — onde o controle francês era mais rigoroso — a organização tomou a forma de uma rede, não a de comunidades revolucionárias; estas foram bem sucedidas, principalmente no norte (1966, 47).

A utilização dos padrões e símbolos tradicionais da aldeia permitiu ao Viet Minh lançar uma ponte entre o passado e o presente, em vez de cortar as amarras que o prendiam ao passado. Paul Mus, famoso estudioso francês do budismo, indicou as conotações tradicionais de *xa hoi* hoa, frase vietnamita que significa socialismo. *Xa* quer dizer

> aldeia, a comunidade aldeã tradicional, com suas conotações espirituais e sociais... a palavra-chave xa tem valor central. Descreve uma paisagem, sociológica, não externa.

Hoi tem conotação de "união, assembléia, sociedade". O verbo *hoa*

> completa essas imagens semi-confucianas. Longe de significar convulsão revolucionária, é aplicado especificamente à ação em profundidade pela qual o "mandato do céu", através dos soberanos, seus portadores, civiliza um país e faz florescer todo o conteúdo social humano.

Essas palavras, portanto,

> colocam o futuro do Vietnã sob a égide desse passado e de uma tradição anterior à dos francesas (Mus, 1952, 253, 261).

Da mesma forma, Nguyen Khac Vien destaca que

> o marxismo desorientou os confucionistas, ao centralizar o pensamento humano em problemas sociais e políticos; a escola confucionista não fazia outra coisa. Definindo o homem em termos da totalidade de suas relações sociais, o marxismo nem chegou a melindrar os estudiosos, para os quais o propósito supremo do homem é cumprir corretamente suas obrigações sociais... Estranhos, tanto ao marxismo quanto ao confucionismo, são o individualismo burguês, que coloca a individualidade acima da sociedade, e o anarquismo pequeno-burguês, que não reconhece outra disciplina social. Transferindo-se da sociedade tradicional à socialista, o Homem Confuciano adota uma disciplina social nova, mas no fundo de seu coração nunca se sentiu hostil ao princípio da disciplina coletiva, como o individualista burguês pois acredita que esta é indispensável ao desenvolvimento de sua personalidade (citado em Chesneaux, 1968, 49).

Após a derrota francesa e assinatura do Acordo de Genebra, o Viet Minh tomou conta do Vietnã, ao norte do paralelo 17 e pôs-se a implementar um grande programa de reforma agrária e reorganização social do campo. A execução do programa teve duas etapas: na primeira, de 1954 a 1958, a terra seria tomada aos propri-

etários e distribuída ao campesinato; ao mesmo tempo, o controle político passaria das mãos dos proprietários de terras e camponeses ricos às dos camponeses pobres e médios. O regime, portanto, enveredava para uma política de luta de classes nas aldeias, a qual

> se basearia sem restrições nos camponeses pobres e no estrato inferior dos camponeses médios; unir-se-ia firmemente aos camponeses médios; limitaria a exploração econômica dos camponeses ricos, eventualmente acabaria com ela; educaria ideologicamente os camponeses médios; impediria que os proprietários de terras se sobressaíssem, mas dar-lhes-ia a oportunidade de se transformarem em homens novos, através do trabalho (Truong Chinh, citado em Le Chau, 1966a, 173).

Ao mesmo tempo, o eventual auxílio mútuo costumeiro entre os membros de uma mesma aldeia e de aldeias próximas seria transformado em equipes regulares e organizadas de auxílio mútuo. Numa segunda fase, a reforma agrária deveria progredir da simples redistribuição de terras para a organização de cooperativas e para o estabelecimento de fazendas coletivas, de acordo com o modelo russo.

O primeiro estágio da reforma agrária, no entanto, desencadeou uma onda de terror que quase destruiu as probabilidades de reorganização da agricultura. A classificação da população em vários grupos, de acordo com sua classe social, fora levada a efeito por quadros do Partido, com uma arbitrariedade inaudita e, não raro, com a maior violência. As denúncias públicas, planejadas para suscitar ressentimentos contra os proprietários de terras, muitas vezes colocavam lado a lado aldeães inocentes e culpados; camponeses médios e mais abastados, até que, como admitiu um jornal norte vietnamita, o *Nhan-Dan*, "na mesma família, irmãos não se atreviam a visitar-se e as pessoas já não trocavam cumprimentos, ao encontrar-se na rua" (citado em Fali, 1967, 156). Muitos foram executados e outros, presos. Segundo uma estimativa, o número dos executados atingiu 50.000 e o dos presos, 100.000 (1967, 156). Essa campanha provocou rompimentos sérios entre os líderes comunistas rurais, muitos dos quais eram veteranos da resistência, e os funcionários graduados encarregados da implementação do programa. Quanto a estes, que eram freqüentemente de origem urbana, vieram a ser conhecidos nas aldeias como "quadros de dentes laqueados, (prática popular, daí por diante símbolo de "ignorante") que são assassinos" (Le Chau, 1966a, 151). Na província de Nghe An, "a mãe da Revolução", eclodiu uma revolta de grande escala. Embora tenha sido reprimida pela força, serviu como sinal para que o regime cessasse a campanha e "corrigisse seus erros", numa orgia de autocrítica.

A tentativa de instigar a luta de classes nas aldeias quase arruinou os esforços pela reforma agrária. A produção declinaria em mais de 50%, o mesmo acontecendo com as equipes de auxílio mútuo (Le Chau, 1966, 148). Na esteira da "campanha de correção", começou, em 1958, uma tentativa de introduzir cooperativas "semi-socialistas" ou "socialistas" no campo. A cooperativa semi-

socialista reunia, num fundo comum, a terra, o gado e os implementos de seus membros, pagando-lhes um aluguel pela sua participação, assim como uma parcela da remuneração recebida pelo produto total. Ela constituía, então, um compromisso entre a propriedade privada e o processo coletivo. Aos participantes, eram pagas diferentes quantidades de terras e animais que possuíssem. Por outro lado, a cooperativa socialista — ou fazenda coletiva ao estilo russo — transformava toda a propriedade em propriedade coletiva e remunerava os participantes mediante o pagamento de ordenados proporcionais à sua produção. A cooperativa semi-socialista foi a que predominou na época da tentativa da reconstrução agrária. Entre 1958 e 1960, 85% das fazendas e 76% da terra do Vietnã do Norte foram coletivizadas. Da terra coletivizada em 1959, 694.800 hectares pertenciam a cooperativas semi-socialistas e apenas 39.600 hectares às cooperativas socialistas (Le Chau, 1966a, 184-186). Lado a lado a esse setor socializado, foram também conservadas propriedades particulares. Além disso, reconheceu-se que a sociedade não poderia produzir o suficiente, num futuro próximo, sem o incentivo da propriedade e apropriação privadas. Em 1959, estimou-se que as rendas das famílias camponesas ainda provinham, na alta porcentagem de 50%, da iniciativa privada, tal como a de criar animais, (16%), de "atividades secundárias" (17%) e do cultivo das terras familiares (17%) (Le Chau, 1966a, 358, 359). Ao contrário da campanha de "classificação da população", que provocara tantos tumultos, a reforma agrária, por si só, não parece ter produzido grandes distúrbios, talvez por não se ter lançado diretamente a tornar coletivas as terras e por se ter processado numa atmosfera de descontração que se seguiu à de tensão, conforme a frase atribuída a Ho Chi Minh, segundo a qual

> Para endireitar um talo curvo de bambu, é preciso flexioná-lo na direção oposta, segurando-o nessa posição por algum tempo. Depois, retirando-se a mão, o bambu endireita-se lentamente (Hoang, 1964, 211).

No sul, os acontecimentos seguiram outro rumo. Enquanto os franceses concentravam seus contingentes militares principalmente no norte, os Viet Minh, no sul, tomavam o controle de grande parte da zona rural, muitas vezes à revelia. Ao findar-se a II Guerra Mundial, controlavam pelo menos metade das aldeias do Vietnã, ao sul do paralelo dezessete; segundo algumas estimativas, 90% das aldeias estavam nas mãos dos Viet Minh (Kahin e Lewis, 1967, 102). O seu programa de distribuição gratuita, aos camponeses, de terras antes pertencentes aos proprietários de terras franceses e vietnamitas, foi de extraordinária importância para sua expansão sem obstáculos; parece que 600.000 hectares de terra trocaram de dono dessa forma (Le Chau, 1966b, 58).

Apesar desses êxitos, no entanto, a posição do Viet Minh, no sul era mais frágil que no norte. Isto era devido, em parte, à estrutura social mais reduzida e a ser muito menor que no norte a coesão da organização a nível de aldeia. Embora isso desse oportunidade de penetração a indivíduos ou pequenos grupos, os quais poderiam fazer parte de uma rede organizacional mais ampla, é certo

que tornava difícil a organização da comunidade da aldeia, como um todo. Além disso, no sul, os Viet Minh defrontaram-se com duas grandes seitas religioso-militares que não tencionavam ceder aos revolucionários o controle da área rural. Essas seitas haviam crescido à semelhança de movimentos milenaristas; ofereciam uma ideologia e organização coesivas ao campesinato da região da fronteira sul, que era mais individualista e menos solidário que o do norte.

A primeira dessas seitas era a *Cao Dai* — nome que significa "Palácio nas alturas", por sua vez sinônimo de "Deus que reina sobre o universo". Em vietnamita, esse movimento é conhecido como "terceira Anistia de Deus". Acredita-se que as duas primeiras anistias concedidas ao mundo foram a de Moisés e a de Jesus; a terceira seria oriental e representada por Buda e Lao-tsu. Neste caso, Deus fala aos homens através de um padrão essencialmente vietnamita de mediums espíritas. Dizem que a primeira mensagem, chegou a um prefeito mandarim em 1919; seu discípulo, um ex-comerciante, organizou e institucionalizou o movimento — o qual, à semelhança da Igreja Católica, possuía uma hierarquia chefiada por um papa mas também uma autoridade leiga, encarregada da administração local, das funções de assistência social e das forças armadas do movimento. Em 1926, o *Cao Dai* possuía 20.000 adeptos, muitos deles mantendo cargos da administração francesa; outros haviam pertencido a organizações nacionalistas como o Jovem Annam, mas fundiram-se com o *Cao Dai* quando os franceses as suprimiram. Depois de 1934, o movimento fragmentou-se em diversos segmentos rivais. Haviam sido, de modo geral, anti-franceses, antes e durante a II Guerra Mundial, mas voltaram-se contra o Viet Minh, durante os anos da resistência, principalmente para conservar a independência de seus domínios. Todavia

> as unidades militares das seitas preocupavam-se principalmente com a aquisição de feudos maiores. Portanto, uma unidade militar consistia — como anteriormente, no caso dos caudilhos chineses — uma considerável vantagem comercial, que não poderia ser desperdiçada em operações militares precipitadas. Por esse motivo, as seitas relutavam em lutas efetivamente contra o Viet Minh, pois suas tropas raramente podiam ser empregadas, a não ser dentro ou perto de suas áreas de residência (Fali, 1955, 241).

Os *Cao Dai* afirmavam ter mais de um milhão e meio de seguidores, a maioria concentrados no delta do Mekong, do sul, na província de Tay Ninh, perto da fronteira cambojana, e mesmo em Saigon.

A outra grande seita era a *Hoa Hao*, organizada em 1939, cujo baluarte estava situado na província de Mien Tay. Reivindicava origens no movimento anti-francês do século dezenove, que produzira duas rebeliões locais — a de 1875 e a de 1913; sua orientação principal era um "protestantismo" budista. O culto não exigia templos, pagodes nem objetos rituais; cortava despesas nas ocasiões dos rituais matrimoniais e funerários; desaprovava o jogo, a bebida e o ópio, a venda de crianças do sexo feminino e os casamentos por conveniência. Durante a II Guerra Mundial, eram resolutamente

anti-franceses e pró-japoneses; só cederam de muito má vontade ao Viet Minh as áreas que controlavam e apoiaram os franceses durante o período de resistência. Sua maior força situava-se nas áreas ao sul e a oeste de Saigon. Os feudos dos *Hoa Hao*, diz Bernard Fall,

> eram principalmente empreendimentos econômicos que davam grandes lucros a seus líderes, os quais, em sua maior parte, mantinham relacionamento nos altos círculos do governo. Soai e seus pares (que controlavam o grupo mais antigo dos *Hoa Hao*) por exemplo, controlavam o grosso das compras de arroz e as operações de beneficiamento, na área de Bassac, através da SOCACI, corporação que pertencia a Soai, devidamente homologada pelo governo vietnamita, após uma série de intervenções altamente irregulares, mas muito bem sucedidas, de pessoas influentes. A colheita era vendida pelos lavradores a Soai, abaixo do preço do mercado, e ele a armazenava até o fim da estação (quando os preços subiam) para então vendê-la a grandes empresas de Saigon, com imenso lucro (1955, 249).

O movimento alegava ter mais de 1 milhão de adeptos e possuía sua própria milícia, de 20.000 homens.

Essas duas seitas religioso-militares receberam maior reforço depois do Acordo de Genebra, com a migração em massa de 700.000 católicos para o sul. Eles haviam residido desde meados do século dezenove principalmente na região ao sul do Rio Vermelho.

> Aqui podia-se contemplar a religião em toda sua ânsia de domínio e poder. Era um mundo geométrico que pertencia somente à fé, no qual a terra, os homens e tudo o mais, havia sido criado pelos sacerdotes, assim como Deus criara a terra. No século anterior, nada existira a não ser o pântano, uma enchente contínua das águas avermelhadas dos estuários a se confundirem imperceptivelmente com as marés do oceano. Nessa região de lama e água salgada, os missionários haviam aberto canais, fazendo nascer um tabuleiro de ilhas verdes e atraindo uma população, que batizavam em massa. Mais tarde, tornando-se o clero totalmente vietnamita, rapidamente cresceu outro domínio feudal, um feudo eclesiástico em nome do Senhor. A própria paisagem era clerical: cada praça principal, com sua igreja no centro, era uma paróquia; o cure era o Senhor e os paroquianos, seus servos (Bodard, 1967, 211).

Os camponeses católicos refugiados dessa área, conduzidos por seus sacerdotes, estabeleceram-se em novas aldeias, no Vietnã do Sul, algumas delas situadas logo ao sul do paralelo 17; outras, na área montanhosa habitada pelos grupos étnicos não vietnamitas; outras, ainda, num grupo de aldeias nos subúrbios de Saigon. Os católicos profissionalmente habilitados apoiavam o novo regime anticomunista do Vietnã do Sul e empenhavam-se na batalha contra o Viet Minh, sob a nova máscara sulina de Frente de Libertação Nacional.

Ficara combinada, pelo Acordo de Genebra, a retirada das tropas do Viet Minh do sul; cerca de 50.000 soldados dirigiram-se pa-

ra o norte, levando consigo uns 20.000 simpatizantes civis, cuja maioria provinha da costa oriental, velho baluarte Viet Minh (Pike, 1966, 47). Conservaram também uma série de bastiões que lhes haviam prestado bons serviços durante a resistência e que formariam as bases para a nova tentativa guerrilheira de 1958, já iminente. Estes localizavam-se na província de Quang Nghai, na costa oriental; nas montanhas, acima da cidade de Nha Trang, ao norte de baía de Camranh; na província nortista de Tay Ninh, ao longo da fronteira cambojana; na Zona D, nas províncias de Phunc Tanh e Binh Duong, ao norte de Saigon; em Ban O Quan, na província de Kien Phong, no delta do Mekong; e na província de An Xuyen, na ponta sul do Vietnã (Pike, 1966, 80). Além disso, tinham a seu favor a lembrança da distribuição gratuita de terras ao campesinato, em todas as regiões que haviam controlado, antes de 1954. Esse fator desempenharia importante papel nos acontecimentos futuros. Uma estimativa bem informada afirma que os comunistas haviam deixado uma rede de talvez 10.000 pessoas, que podiam ser ativadas, em caso de necessidade (Pire, 1966, 75, nota 3).

Isto aconteceu bem antes do que se esperava e quando ocorreu, o Viet Minh adquiriu aliados também inesperados. Assim como o Viet Minh granjeara partidários incitando os vietnamitas contra uma potência estrangeira, os franceses, de igual modo, os revolucionários do sul logo pediriam auxilio para sua causa e contra um inimigo comum — desta vez o novo regime encabeçado por Ngo Dinh Diem. A ascensão de Diem deu-se como resultado de um vácuo de poder. O Viet Minh retirava-se para o norte, em obediência ao Acordo de Genebra. Diem herdara dos franceses um exército de tropas auxiliares vietnamitas composto de 250.000 homens (Shaplen, 1966, 134). Recebeu o apoio efetivo dos Estados Unidos e o respaldo de muitos vietnamitas anti-comunistas, inclusive os católicos. O regime de Diem teve dois êxitos iniciais. Em primeiro lugar, foi bem sucedido ao colocar seu exército contra as seitas religioso-militares — o *Cao Dai* e o *Hoa Hao* — que se haviam unido a um terceiro grupo "mafioso", de Saigon, formando a Frente Unida das Forças Nacionalistas. Assim aprontaram-se para desafiar a autoridade do novo governo, aparentemente, apoiados secretamente pelos franceses. Sua derrota foi de grande auxílio para a centralização do poder governamental. Diem conseguiu assim estender seu novo exército através de grande parte do Vietnã do Sul, principalmente na península de Camau e nas regiões de Quang Nghai e Binh Dinh, que haviam servido de redutos tradicionais dos Viet Minh.

Esses primeiros êxitos militares, no entanto, reforçaram a convicção do regime de que sua missão-chave

> era consolidar o Vietnã, mutilado que estava, transformando-o num estado anti-comunista viável; estabelecer o controle inconteste do governo central; preparar a região não-comunista para um eventual confronto com a região comunista. Em outras palavras, Diem pode ter achado que sua posição se assemelhava à do Imperador Gia-Long que, em fins do século dezoito, auxiliado por conselheiros estrangeiros, derrotara os usurpadores, reunificara o estado vietnamita e dera-lhe o código e leis que vigoraram por cinqüenta anos (Fali. 1967, 238).

Em 1955, o governo de Diem não permitiu a realização de eleições livres, contrariando as cláusulas do Acordo de Genebra, que haviam estipulado a realização de eleições e às quais o Viet Minh dera sua aprovação, acreditando que essas eleições redundariam a seu favor. Em junho de 1956, o regime sulino aboliu as eleições, inclusive as dos chefes de aldeia e conselhos municipais, extinguindo assim, de um só golpe, a autonomia tradicional das aldeias vietnamitas, e enfurecendo o eleitorado camponês. A pretensa razão para essa atitude foi a probabilidade de o Viet Minh ganhar boa parte das eleições. Os cargos locais e municipais seriam preenchidos através de nomeações. Para endurecer ainda mais o regime, surgiu um novo partido político, o Can Lao. Não foi criado para ser exatamente um partido político mas sim uma "agência de informações" (Shaplen, 1966, 130), cuja função era denunciar comunistas e outros dissidentes. Em fins de 1956, mais de 50.000 pessoas haviam sido presas (Kahin e Lewis, 1967, 100). Para piorar ainda mais as coisas, o novo governo lançou um programa de reforma agrária antagônico aos camponeses que, graças à distribuição feita pelo Viet Minh, haviam ganho mais de 600.000 hectares de terras (Le Chau, 1966b, 58). Os arrendatários de terras que pertenciam aos proprietários e que haviam deixado de pagar aluguel há 9 anos, repentinamente viam-se obrigados a pagar novamente, se bem que a taxas reduzidas, de 25%. Mais tarde, em 1958, o governo deu início a um programa de distribuição de terras no qual solicitava-se aos camponeses que comprassem, em seis prestações anuais, terras que muitos deles já consideravam de sua propriedade. Essa reviravolta na política agrária, no regime de Diem, teve um efeito especial entre as populações não vietnamitas habitantes das montanhas. Elas haviam recebido para si, durante o período Viet Minh, terras de propriedade dos franceses. Ao mesmo tempo, o Viet Minh havia se empenhado fortemente no sentido de conceder às minorias étnicas uma significativa autonomia administrativa e cultural. O regime de Diem inverteu essa política, abolindo a autonomia dos grupos étnicos, retomando a terra que lhes fora entregue e estabelecendo nas montanhas que outras tribos haviam considerado historicamente suas, 210.000 vietnamitas das regiões costeiras. Por último, contando com o apoio dos refugiados católicos do norte, o governo favoreceu enormemente os católicos, apesar deles constituírem apenas 10% da população,

> muitos chefes de distrito e província, bem como muitos líderes de aldeia, eram católicos, assim como muitos dos líderes militares mais importantes. Por causa da influência dessa hierarquia crescente, as aldeias católicas foram as que mais se beneficiaram dos programas de amparo e assistência. Elas receberam a maior parte das concessões de terras para a construção de hospitais e escolas, sendo auxiliadas por soldados para isso designados; tinham prioridade para receber empréstimos do sistema de crédito agrícola governamental; receberam permissão oficial para cortar e vender madeira de reservas nacionais super-protegidas; e obtiveram monopólios de importação e exportação, incluindo direitos exclusivos para negociar com artigos

> tão novos e lucrativos como o *kapok* e *kenaf*[*] (Shaplen, 1966, 191).

Enquanto os partidários de Diem falavam de um "governo democrático de um só homem", outros referiam-se ao regime como "um estado quase policial" (Fishel, em Gettleman, 1965; Henderson, em discursos de 1957, 1968, 183).

Durante os anos de 1957 e 1958, subiu lentamente a maré do descontentamento; em 1960, já grande parte do Vietnã, ao sul do paralelo dezessete, estava abertamente em rebelião. As causas dessa rebelião — na guerra civil ou na "agressão do norte" — não são apenas de interesse acadêmico, mas sim pertinentes a qualquer discussão da política dos Estados Unidos no Vietnã. Não esqueçamos que o Viet Minh não era o único grupo contrário ao regime, ao sul do paralelo: ainda existiam bandos de *Hoa Hao* e de *Cao Dai*, que não haviam aceito a integração ao exército vietnamita. Alguns deles só foram pacificados a partir de 1962. Existiam também grupos nacionalistas clandestinos, tais como o partido Dai Viet, que mantinha unidades armadas no campo, principalmente na província de Quang Tri. Ao mesmo tempo, segundo Douglas Pike, um dos maiores peritos no que se refere à Frente Nacional de Libertação e defensor da tese de que a rebelião recebia apoio considerável do exterior,

> em termos de atividade ostensiva, tais como incidentes armados ou distribuição de folhetos de propaganda, foi um período calmo e os comunistas remanescentes da organização Viet Minh estiveram relativamente inativos. Além disso, grande parte da atividade foi, aparentemente, trabalho de quadros impacientes que operavam no sul independentemente das ordens de Hanoi (1966, 75).

Além do mais, há provas de que o Vietnã do Norte — na crença de que haveria eleições livres e que estas dariam a maioria ao Viet Minh — pedia aos seus simpatizantes, através da Rádio de Hanói, que se ativessem ao Acordo de Genebra e adotassem táticas pacíficas. Depois de 1956, esvaíram-se as esperanças da realização das eleições e o Vietnã do Norte passou a comprometer-se progressivamente com um programa de transformação social e reforma agrária, envolvendo-se nas dificuldades às quais já aludimos. Quando os militantes sulinos começaram a pedir ação, a Rádio de Hanoi advertiu contra o reinicio das hostilidades. Emitiu também pedidos insistentes para que uma nova rebelião não se limitasse à destruição do regime de Diem e à unificação nacional, mas adotasse um Programa socialista radical (Kahin e Lewis, 1967, 110-112). Por volta de 1958, no entanto, há indícios de um movimento político novo, em regiões específicas como a aldeia de Khan Hau, na província de Long An, a Frente de Libertação do Vietnã,

> a qual o governo sul-vietnamita chamava de Viet Cong, ou comu-

---

[*] Kapok — algodão de Java, ou algodão-seda; kenaf — juta de Java, ou cânhamo de Bombay. (N. do T.).

> nistas vietnamitas... e a qual, nas aldeias, era chamada invariavelmente de Viet Minh. Nas redondezas de Khanh Hau, os primeiros esforços do Viet Cong limitaram-se, em geral, à propaganda contra o governo (Hickey, 1964, 10).

Em 1959, surgiram grupos clandestinos em Quang Nghai, antigo reduto Viet Minh, que se transformara em área de forte repressão durante o regime de Diem (Lacouture, 1965, 70). Desenvolvia-se uma cisão entre os líderes do norte e os rebeldes do sul. Os do norte

> tinham que ouvir os comentários amargos que lhes eram dirigidos, sobre sua incapacidade de tomar providências quanto à ditadura de Diem. As necessidades prementes da estratégia de âmbito mundial do campo socialista pouco ou nada significavam para os guerrilheiros que estavam sendo caçados... em 1959, os elementos responsáveis pela Resistência Comunista na Indochina chegaram a conclusão que deviam agir, com ou sem o beneplácito de Hanoi. Não poderiam mais ficar de braços cruzados, enquanto seus partidários eram presos e torturados; não era mais possível não tentar fazer nada a respeito, como organização, não era mais possível deixar de dar ao povo uma direção, na luta em que iria empenhar-se. Hanoi preferia comunicações por via diplomática, mas iria verificar que lhe forçavam a mão (Devillers, 1962, 15).

Em março de 1960, um grupo auto-denominado Ex-Combatentes da Resistência do Vietnã do Sul lançou um apelo a "todos os estratos sociais, todos os meios" no sentido de intensificar a luta contra o regime (texto em Kahin e Lewis, 384-387); em setembro de 1960, o Partido Comunista do Vietnã do Norte aprovou o surgimento de uma "grande Frente Unida contra os Estados Unidos e Diem, baseada na aliança do operariado e campesinato". A 20 de dezembro de 1960, surgiu formalmente a Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul (FNL).

Douglas Pike descreve os primeiros membros da Frente de Libertação da seguinte maneira:

> Os membros da FNL e seus mais ardentes partidários, nos primeiros anos provinham das fileiras dos Viet Minh; das seitas *Cao Dai* e *Hoa Hao*; de um monte de grupos minoritários, principalmente membros das etnias cambojanas e montanhesas; da juventude idealista, recrutada nas universidades e escolas politécnicas; de representantes de organizações rurais de regiões do delta do Mekong, onde existiam sérios problemas quanto à posse das terras; de líderes de pequenos partidos ou grupos políticos ou de profissionais a eles associados; de intelectuais que haviam rompido com o GVN [governo do Vietnã] (especialmente membros de uma rede de Comitês de Paz, surgidos em 1954, tanto no norte como no sul); de desertores do exército; de todo tipo de exilados do governo de Diem, tais como os que haviam sido denunciados por vizinhos, durante a Campanha da Denúncia de Comunistas, mas que haviam conseguido fugir antes de serem presos (1966, 83).

A estes, não demoraram a juntar-se os Viet Minh sulistas, que após o Acordo de Genebra haviam emigrado para o norte (1966, 83).

Qual é a informação existente sobre as origens sociais e ocupações anteriores dos líderes e seguidores da FNL? Dos trinta e oito nomes do alto comando da FNL, só consegui determinar as origens sociais de oito: três são filhos de famílias de mandarins; um, de um gerente de seringal; um, de um funcionário público; outra é filha de um negociante e outra, filha de um conhecido líder nacionalista. Apenas um é filho de pais operários. Sabemos um pouco sobre as ocupações anteriores de vinte e dois, dos trinta e oito líderes: sete deles eram mestre-escola; um era médico; outro, farmacêutico; quanto aos outros, havia, respectivamente, um arquiteto, um engenheiro eletrônico, um advogado, um jornalista, um organizador trabalhista, um escritor, um miliciano francês, um monge budista, um coronel da "máfia" de Bin Xuyen. Sabe-se da existência de pessoas de posições mais subalternas (Pike, 1966), embora estejam distribuídos em categorias impossíveis de serem comparadas. Os presidentes, vice-presidentes e secretários gerais, a nível de província, por exemplo, estão registrados como quadros do Viet Minh (9); *Cao Dai* (8); camponeses (10); jovens (10); bonzos budistas (4); mulheres (4); operários (3); professores (2); eminências de aldeia (2) e negociante (1). Essas categorias, aliás, não são mutuamente exclusivas: um camponês pode pertencer ao *Cao Dai* e um jovem pode ser professor. Além disso, é mais que provável que muitos membros registrados como Viet Minh tivessem sido camponeses; e, para muitos camponeses jovens, justamente o que mais os atrai no movimento é o fato de poderem vir a ter cargos de importância e influência, mesmo se forem de origem humilde. Não obstante, essas categorias mal colocadas são indicativas de uma tentativa de se conceder representatividade a certos grupos mais proeminentes. Se contarmos apenas os grupos representados por 10% ou mais das cadeiras, nos comitês centrais provinciais, encontraremos o *Cao Dai* com 13%; outros grupos religiosos, budistas, *Hoa Hao*, católicos, com 23%; jovens, com 12%; intelectuais, com 11%; mulheres, com 11%. Surpreendentemente baixa é a porcentagem dos registrados como Viet Minh (6%) e camponeses (6%). Entre os presidentes distritais, 67% estão registrados como Viet Minh, 19%, como camponeses; entre os vice-presidentes, 17% são camponeses; 14%, Viet Minh; e 13%, mulheres. Os secretários gerais, em sua maioria, são jovens (53%); camponeses, 28%, e Viet Minh, 11% (Pike, 1966, 222-224). Quanto ao chefe da aldeia, as diretrizes da FNL especificam que "deve pertencer à classe camponesa... ter bons antecedentes políticos... e ter relações boas e íntimas com a gente da aldeia" (citado em Pike, 1966, 228). Dadas as qualificações acima enumeradas, chega-se a três conclusões básicas: aqueles membros registrados principalmente como camponeses diminuem em número, à medida que passamos dos escalões mais baixos aos mais altos; concede-se representatividade a muitos grupos diferentes, em níveis acima do da aldeia; e os Viet Minh estão representados em todos os níveis, mas principalmente como "quadros de ligação" ao nível do distrito. Um estudo recente publicado pela Rand Corporation (Mitchell, 1967) revela-nos algo a respeito do poder de atração da FLN em várias regiões

rurais do Vietnã do Sul. Edward J. Mitchell verificou que

> Do ponto de vista do controle governamental, a província sul-vietnamita ideal seria aquela onde poucos camponeses trabalhassem a própria terra; onde a distribuição da propriedade de terras fosse desigual ou elas jamais tivessem sido distribuídas; e onde tivessem existido grandes propriedades francesas, no passado... Sugere-se que o maior poder dos proprietários de terras e a relativa docilidade dos camponeses nas regiões mais "feudais" fornecem a explicação desse fenômeno (1967, 31).
>
> Atravessando as províncias e conservando constantes as outras variáveis, verificamos que, à medida que aumenta a quantidade das terras trabalhadas pelo próprio dono, o controle diminui; aumentando o coeficiente da variação, aumenta o controle (1967, 15).

Neste ponto, essas verificações coincidem perfeitamente com as conclusões a que chegamos neste livro. Já verificamos em outros casos estudados — México, Rússia e China — que os movimentos revolucionários do campesinato parecem iniciar-se entre aqueles que têm algum acesso à terra e não entre camponeses pobres ou totalmente desprovidos dela. Veremos que isso se verifica também no caso da Argélia e de Cuba. A posse da terra, por menor que seja, proporciona ao camponês certa medida de independência que o camponês que depende de seu patrão para viver, não possui. Assim, o camponês proprietário tem uma alavancagem independente, a qual ele pode transformar em protesto mais facilmente que um homem cujas opções estão severamente restringidas por uma situação de dependência total. Todavia Mitchell, em seu estudo, esquece de mencionar outro fator vital, a saber: se o camponês vietnamita já tendia a rebelar-se, o tipo de distribuição de terras levada a efeito pelo governo sul-vietnamita só veio reforçar essa tendência. O programa de distribuição de terras levado a efeito pelo governo foi posterior a outro, mais benevolente, feito pelo Viet Minh. Embora seja verdade que a distribuição de terras amplia as opções dos beneficiários, a participação nas rebeliões é apenas uma dessas opções. Outro tipo de governo, atuando em outras circunstâncias, com outros meios e objetivos em mente, poderia talvez ter-se responsabilizado por um esquema de distribuição de terras que teria oferecido aos camponeses em pauta uma variação maior de opções e, ao mesmo tempo, teria diminuído seu desejo de se rebelar. A declaração de Mitchell afirmando que "a distribuição de terras teve efeito positivo no controle, contradiz-se decisivamente" (1967,15), não deve, pois ser tomada como vaticínio válido para qualquer caso de distribuição de terras e sim como uma descrição adequada do caso vietnamita. As regiões onde o governo pode sentir-se seguro são as mesmas em que o Viet Minh não conseguira abalar, no passado, os domínios do poder unitário dos proprietários de terras poderosos.

Entre as congregações dos diversos elementos que constituíam a FLN, eram certamente os comunistas que possuíam a mais ampla experiência organizacional, adquirida nos tempos do Viet Minh, bem como o maior momentum ideológico. Essa experiência prévia permitia-

lhes desenvolver um organograma organizacional e proporcionava-lhes focos de organização já prontos, em regiões onde sempre haviam sido fortes. Não precisavam começar do zero. Essa capacidade de criar um quadro de referências organizacional logo de início é, não raro, interpretada como prova de a FLN ter sua origem no norte; mas não havia nada de novo nesse padrão organizacional. Aplicava, simplesmente, o conceito das hierarquias paralelas, das unidades territoriais transversalmente cortadas por associações múltiplas, que já se haviam prestado bem ao Viet Minh, em lutas passadas. A novidade da FLN consistia em sua estratégia especial quanto à estrutura da organização e no seu impacto no cenário social específico do sul.

Recordemos que a coesão social das aldeias era acentuadamente menor no Vietnã do Sul que no norte e no centro. Seu padrão de colonização era menos concentrado e mais extenso. Havia menos proprietários camponeses e mais arrendatários. As propriedades de terra comunal eram insignificantes. Quase inexistia a produção artesanal, como também as guildas de artesãos estabelecidas nas aldeias, como no norte. A população provinha de alhures e mudara-se para lá somente durante os últimos 150 anos.

> Os grupos de parentesco, que em grande parte começavam de novo, possuíam um círculo de relações muito mais limitado, para começar, e, subseqüentemente, seguiriam um padrão muito mais frouxo de obrigações de parentesco e observâncias rituais, que se reflete na omissão geral quanto à conservação das genealogias (Hendry, 1964, 206).

A aldeia era uma unidade administrativa, mas, por exemplo, em Khanh Hau, na província de Long An,

> os fatos mais importantes nas vidas do povo da aldeia... ou estendem-se para além da aldeia ou limitam-se a grupos ou atividades menos amplas que os limites da aldeia e que os dos povoados nela inclusos. Assim, a grande dependência da aldeia na "exportação" do arroz não beneficiado e a troca desse arroz por uma grande variedade de coisas não produzidas no local, já ligara os habitantes de Khanh Hau, na qualidade de agricultores comerciais, à economia nacional e a expectativas que iam além da aldeia; a pirâmide populacional oferece a prova de que os adultos jovens deixavam a aldeia... as afinidades de parentesco passaram a estender-se para muito além da aldeia... Acrescentemos a esses, o fato de terem os anos de luta e insegurança, no delta, despertado sentimentos nacionalistas e uma identificação com algo maior que a aldeia; introduziram-se, também, fortes tensões nos relacionamentos de todo tipo entre as aldeias, engendrando amarguras e hostilidades que não desaparecem com facilidade (1964, 261).

Todos esses processos intensificaram-se ainda mais por causa da presença francesa, mais imediata na Cochinchina que em qualquer outro lugar do Vietnã.

Se a coesão nas aldeias era fraca, era-o também ao nível das

elites políticas. Havia diversas seitas religioso-militares, incluindo agora os católicos. Havia também diversos "partidos" altamente personalistas, ou grupos fragmentários, de forte orientação regional, incapazes de entrar em coalizões políticas viáveis. A sociedade sul-vietnamita estava muito fragmentada e sua política, desunida e débil.

A FLN lançou seu esforço de organização para dentro deste cenário social relativamente atomizado. De igual modo que na época do Viet Minh, organizaram uma hierarquia de comitês, que ligavam a aldeia ao distrito, este à província, esta à zona e a zona ao comitê central. Simultaneamente, organizaram associações funcionais, das quais as mais importantes eram a Associação de Libertação dos Agricultores, a Associação de Libertação da Juventude e a Associação de Libertação Feminina. A Associação de Libertação dos Agricultores, tinha por objetivo reivindicar aluguéis de terras mais baixos, proteger da encampação do governo as terras outorgadas aos camponeses pelo Viet Minh, proteger os camponeses que se haviam apossado de terras por conta própria, opor-se aos negociantes de arroz, protestar contra as extorsões de impostos por parte dos governos, contra as corvéias e o serviço militar, resistir às forças de segurança do governo e manter sempre presente a perspectiva da eventual unificação nacional. O âmago de todas essas reivindicações estava nos problemas da "terra e posse da terra" (Pike, 1966,168). Também a Associação Feminina iria lutar pelos seus direitos e exercer propaganda entre as forças da oposição. A Associação da Juventude destinava-se a coordenar as energias e entusiasmos próprios da juventude, no sentido do esforço revolucionário. As unidades territoriais e as funcionais, em conjunto, forneceriam o quadro de referências para uma organização governamental alternativa, nas áreas controladas pela FLN.

Até aqui, nada havia de novo na proposta da FLN. Nova era sua capacidade de ativar e aumentar essas organizações, na trajetória de uma estratégia específica — a luta política — durante a qual o povo ia sendo gradualmente mobilizado no sentido de expressar suas queixas nas reuniões públicas, petições e protestos de massa. Um manual da FLN, planejado com muito senso de realismo, conclamava os organizadores para

> apresentar propostas claras e metas realistas para uma luta pelo interesse do povo. Empregar slogans realistas, que reflitam as exigências do povo. Escolher a forma de luta melhor adaptada ao grau de esclarecimento do povo. Empregar corretamente as forças populares, isto é, empregar aqueles que estiverem mais diretamente envolvidos (citado em Pike, 1966, 96).

Assim o movimento foi alistando as massas populares, organizando-as de etapa em etapa, e utilizando, então, as organizações desenvolvidas como veículos efetivos para interpretação da FLN, tanto no caso dos acontecimentos como no das metas. Conforme disse John Mecklin, ex-alto funcionário da *United States Information Agency* (Agência de Informações dos Estados Unidos) em Saigon:

> os erros importantes, numa aldeia vietnamita, eram os cometidos por funcionários locais corruptos ou por proprietários de terras avarentos. Com demasiada freqüência, o regime fechava os olhos para erros dessa espécie, ao passo que o Viet Cong (FLN) prometia saná-los. Em princípio, o regime de Diem não podia ser culpado, mas era um oponente fraquíssimo para o Viet Cong, numa luta que seria decidida pelo lado que ganhasse o apoio do povo (1965, 36).

Ao mesmo tempo, as forças militares e para-militares ampliavam as áreas sob o controle da FLN; esquadrões de terroristas espalharam-se pelo campo, com a missão especial de assassinar funcionários do governo, especialmente os recém-nomeados chefes de aldeias e distritos. Há provas de que, a princípio, a FLN considerava a luta política como principal e a militar, como apenas suplementar

> A FLN, inicialmente, considerou a Revolução, não como uma guerra em pequena escala, mas como uma luta política armada — diferença real e não semântica. Afirmava que sua disputa com o governo do Vietnã e com os Estados Unidos devia ser decidida no campo político e que a utilização do poder militar em massa era, por si mesma, ilegítima (Pike, 1966, 91, 92).

O resultado final fora concebido como uma insurreição geral tanto dentro das áreas controladas pelo governo quanto nas controladas pela FLN e destinava-se a paralisar o governo, a fim de permitir a tomada do poder pela FLN. Contudo, ao tornar-se cada vez mais evidente que o governo ganhava cada vez mais o apoio dos Estados Unidos, em armamentos e material humano, a ênfase da estratégia passou cada vez mais para o aspecto militar. Aumentaram proporcionalmente as tropas norte-vietnamitas no sul e em detrimento da luta política, deu-se preferência ao envolvimento militar. Não obstante, o que garantiu a eficiência do esforço dos insurgentes no sentido de se manter e até de crescer, mesmo quando defrontados com uma "guerra especial" imensa, foi o grande êxito organizacional da FLN, na estruturação das bases de aldeia e organizações de massas.

Esse êxito, na realidade, pode ter sido devido ao fato de que só a FLN, entre todas as organizações do sul, ofereceu um quadro de referências organizacional e ideológico viável, para uma sociedade atomizada, que lutava no sentido de conseguir maior coesão social. A princípio, alguns de seus apelos podem até ter-se assemelhado a outros, que traziam camponeses, como rebanhos, aos grupos religiosos *Cai Dai* e *Hoa Hao*. Os relacionamentos sociais da aldeia, atomizados e fragmentários, estavam em plena contradição com os de fora, que abrangiam uma rede que se ampliava continuamente. As antigas ideologias, nas novas circunstâncias, já não proporcionavam segurança e nem forneciam prognósticos. Assim como as seitas religioso-militares ofereciam um quadro de referências organizacionais mais amplo e uma nova ideologia, a FLN também mobilizava o povo em hierarquias paralelas mais amplas e para fins mais transcendentais. Todavia, onde o *Cao Dai* e o *Hoa Hao* haviam permanecido essencialmente fragmentários e regionais, a FLN ofere-

cia um apelo universal. Até hoje, a FLN constitui a única organização desse tipo no Vietnã do Sul. Por ocasião da luta do Viet Minh contra os franceses, Paul Mus fazia o seguinte comentário acerca do grande paradoxo que era um europeu sentir-se mais à vontade, psicológica e ideologicamente, entre vietnamitas marxistas, que eram seus inimigos políticos, do que entre seus aliados políticos, os tradicionalistas confucianos e os membros das seitas religioso-militares; era entre estes últimos que ele se sentia menos à vontade, tanto em termos emocionais quanto cognitivos (1952, 251, 252). Na época em que escrevo este livro — dezesseis anos depois — esse paradoxo permanece, aparentemente, sem solução.



ARGÉLIA

Mapa dos distritos militares da FLN (Wilayas)

ARGÉLIA

> Os árabes de mais capacidade de compreensão entendem perfeitamente a revolução cruel que lhes trouxemos: ela é tão radical, para eles, quanto seria, para nós, o socialismo.
>
> (General Bugeaud, conquistador da Argélia, 1849)

Em 1830, uma briga entre o governador turco da Argélia e o cônsul francês trouxe a este países os exércitos franceses. A princípio, a França constituiu apenas um protetorado; em 1840, porém, o governo francês decidiu conquistar e colonizar indiscriminadamente o país; a conquista foi realizada pelo General Bugeaud, que associou ataques de colunas móveis a uma política de devastação total. "Na Europa", escrevera Bugeaud,

> não lutamos apenas contra exércitos, mas também contra interesses investidos. Ao derrotarmos os exércitos beligerantes, controlamos os centros populacionais, comerciais, industriais, bem como as alfândegas e os arquivos; e, portanto, rapidamente, os interesses investidos ficam sob o nosso controle. Na África, só existe uma vantagem a ser conquistada: o investimento na agricultura. Bem... Não encontrei outro meio de subjugar o país a não ser pela conquista desses interesses (citado em Julien, 1947, 65).

A ocupação da Argélia, iniciada como uma operação militar no estrangeiro cuja finalidade era desviar a atenção dos franceses do aumento da impopularidade do regime de Carlos X na França, logo se tornou um fim em si mesma. Sua primeira conseqüência foi a tomada de grande quantidade de terras da população nativa, as quais foram transferidas às mãos dos europeus. A Argélia, como a maioria das regiões não ocidentais do mundo, não conhecera a instituição européia da propriedade privada absoluta, antes do advento dos europeus; o que lá existira era uma hierarquia complexa de direitos de uso. Os direitos à terra dividiam-se, em primeiro lugar, entre as terras do *bey*, que a elas tinha direito como soberano, e as que pertenciam às tribos. O *bey* possuía três espécies de terras. Uma delas, a *melk* (de málaka, governar) era outorgada a pessoas físicas, mas o soberano detinha o título definitivo. Os camponeses que recebiam essa terra poderiam herdar seu usufruto, cercar seus lotes e transferir seus direitos através de dádivas ou vendas. As vendas, contudo, eram raras, pois era necessário obter a aprovação de toda a comunidade local — a qual, nesse caso, tinha prioridade de compra — e uma venda significava a perda desonrosa e vergonhosa — pois o vendedor transferia a outrem a base de seu ganha-pão. A

segunda espécie de terra pertencia a cada um dos três distritos administrativos (*beylik*) nos quais os turcos haviam dividido a Argélia. Essas terras distritais consistiam das melhores terras existentes e as mais apropriadas à irrigação; eram cultivadas sob a administração pessoal e direta do *bey*, ou através de corvéias, requisitadas das tribos independentes circunvizinhas, ou por meeiros, que recebiam bois, arado e sementes, retendo para si um quinto da produção. A terceira espécie de terra, chamada azei, era terra confiscada de tribos rebeldes ou comprada pelo *bey*. Era concedida, em lugar de salário, a certos funcionários ou famílias, ou ainda, como compensação, às tribos que forneciam soldados ao soberano ou levavam a pastar o gado deste, junto com o seu. Algumas dessas terras eram de pastos, mas as terras boas para a agricultura eram cultivadas por meeiros ou arrendatários, que tinham o usufruto hereditário delas. Estima-se que mais de quinze mil famílias argelinas se ocupavam desse tipo de arrendamento secundário.

Por outro lado havia as terras tribais, *bled el'arsh*, que estavam sob a jurisdição suprema do soberano. Os títulos à terra pertenciam à tribo como um todo, mas qualquer um de seus membros que cultivasse a terra com seu próprio esforço, obtinha o usufruto hereditária dela, além do direito de apropriar-se do produto. Essas terras eram desprovidas de cercas e abertas a quem as reclamasse: a reivindicação e a garantia de continuidade da ocupação eram asseguradas pelo trabalho nelas investido.

Toda essa terra podia ser taxada em até 2% do produto total. Ao mesmo tempo, o lavrador tinha segurança completa quanto à posse: era impensável que, "por algum capricho do governo, viesse a perder uma terra que era seu ganha-pão" (Nouschi, 1961, 93).

Após a conquista, o Estado francês, na qualidade de herdeiro dos direitos à soberania, simplesmente confiscou as terras *beylik* e loteou-as entre os colonos franceses. "Desde a chegada dos franceses que ocuparam as terras *beylik*", queixavam-se os nativos, através de seus chefes,

> fomos repelidos para terras cuja maior parte não foi ainda desmatada. Desde o tempo dos turcos não éramos tão infelizes; grande parte de nosso povo instalara-se nas terras *beylik*, que sempre foram as melhores e mais irrigadas. Verdade que só tínhamos o usufruto delas; mas nós as cultivávamos e elas sempre produziam mais que os terrenos que hoje ocupamos, os quais trabalhamos, sem conseguir pô-los em condições adequadas para o cultivo (citado em Nouschi, 1961, 386-387).

Ao mesmo tempo, os franceses tomaram também as terras pertencentes a fundações religiosas, os *habus*. Esse confisco violou, de igual modo, um sistema complexo de usufrutos. Muitas pessoas e organizações, tais como guildas, haviam doado terras a mesquitas ou escolas, em troca do usufruto perpétuo de partes delas. Além disso, os franceses aumentaram os impostos sobre as terras. No espaço de um ano — de 1839 a 1840 — triplicou o imposto sobre as rendas (Nouschi, 1961, 181). Finalmente, em 1863, os franceses aplicaram conceitos europeus ocidentais de propriedade privada de terras às propriedades rurais muçulmanas. Esse ato legal teve dois resulta-

dos distintos: por um lado, destruiu de um só golpe toda a pirâmide de direitos que garantira o ganha-pão do pequeno lavrador e impedira que se fizesse da terra uma mercadoria de livre circulação. Por outro lado, abriu ao mercado toda a terra de propriedade muçulmana, colocando-a à disposição dos colonos franceses, que poderiam comprá-la ou confiscá-la. Alguns observadores franceses previram as conseqüências desse ato. Antes da instituição da propriedade privada havia no fundo daquele caos alguma garantia de trabalho, um certo sentimento de igualdade. Com o início da individualização, as coisas já não serão assim. Quando a terra é adquirida definitivamente, começa a desigualdade: de um lado, os proprietários, do outro, os proletários, exatamente como nas nossas sociedades civilizadas (citado em Nouschi, 1961, 313).

Não obstante, o jornal *Colon* aclamou essas medidas (L'Independent de Constantina, 12 de abril de 1861, citado em Nouschi, 1961, 282):

> Graças à instituição da propriedade que disto procede, a maior parte do território argelino passa, imediatamente, da condição de valor morto para a condição de valor real — milhões brotam do nada... O campo se povoará e as cidades presenciarão em seu meio o florescimento de todos os aspectos do comércio e da indústria.

"A nova legislação", escreveu Frederic Lacroix, em 1862, a seu amigo, o Imperador Napoleão III, "vai civilizar, aperfeiçoar e afrancesar os árabes".

A transferência em massa da terra muçulmana à população européia não afetou apenas a agricultura; interferiu também na simbiose complexa entre os lavradores e os pastores nômades. Estes foram impedidos de entrar nos pastos da zona colonizadora, os quais haviam anteriormente utilizado, durante as estações do alqueive.* Ao mesmo tempo, as comunidades costeiras, ao tentar pastorear seus rebanhos no interior, provocaram o aumento dos preços das pastagens restantes e a criação de gado, como suplemento da agricultura, tornou-se por isso pouco rentável e o tamanho do rebanho, por pessoa, decresceu em quatro quintos (Yacono, 1955, II, 326). O General Bugeaud, já em 1845, previra o perigo de tal restabelecimento de terras marginais: "a colonização só pode ajudar a provocar o descontentamento dos árabes, que se sentem tolhidos num espaço muito reduzido" (citado por Nouschi, 1961, 194, 195).

A imposição das normas francesas da propriedade privada de terras processava-se simultaneamente a um programa de desmembramento das grandes tribos, cujos chefes haviam sido os maiores sustentáculos e beneficiários do governo turco. Essas tribos não eram unidades homogêneas de parentesco, de membros iguais, todos eles descendentes de um antepassado comum. Muito pelo contrário: consistiam freqüentemente de frações diversas, quanto à origem e posição social, que se haviam coligado através dos seus laços comuns à linhagem dominante da fração dominante. Quando aqui falamos em tribos, portanto, referimo-nos a coalizões organizadas em torno de

---

* Época cm que a terra repousa para ganhar força produtiva. (N do T.).

um grupo de pessoas que detêm o poder. Os franceses compreenderam isto muito bem, ao propor a abolição dos direitos à terra, em termos de filiação tribal; este era não apenas um meio de instituir a propriedade privada da terra, como também de destruir o poder independente das grandes linhagens. Conseguiram isso, em parte, através do despojamento das linhagens principais de sua influência política e, em parte, através do estabelecimento da população em agrupamentos coloniais diversos, chamados *douars*; ou ainda, concedendo direitos às terras aos integrantes dos *douars* e não por causa da filiação a uma determinada tribo. Muitos *douars* chegaram a abranger posições das mais diversas tribos, fragmentando assim as próprias tribos e com elas o poder dos grandes proprietários de terras. "O governo não esquece", disse o comissário governamental, general Allard, "que a tendência geral dessa política deve ser a de reduzir a influência dos chefes e desmembrar as tribos" (citado em Nouschi, 1961, 309-310).

Como exemplo de como as tribos foram fragmentadas e reagrupadas, temos a história dos Ouled Kosseir, de fala árabe, de Shelif (Yacono, 1955, II, fig. 40, 289), uma das duas tribos mais poderosas da região, antes da chegada dos franceses. Eram 9.000 em número e possuíam terras que chegavam a quase 38.500 hectares. Trinta anos após a conquista, o Estado expropriara-lhes 18.800 hectares de terras, e outros 2.000 haviam sido vendidos a particulares, depois do estabelecimento dos títulos individuais à terra.

Os franceses, ao criar a colônia da Malakoff, povoaram-na com quatro segmentos de Ouled Kosseir. Em 1884, haviam-se juntado a estes outros seis segmentos de quatro diferentes tribos além de mais um, da mesma tribo. Dos quatro segmentos primitivos de Kosseir, dois foram então mandados para outras comunidades francesas, deixando apenas três segmentos Kosseir em Malakoff. Em 1887, a estes juntou-se um quarto segmento mas, a esta altura, os seis segmentos não-Kosseir, originários de quatro tribos diferentes, haviam sido reforçados pela chegada de quatro segmentos adicionais, que pertenciam a quatro tribos diversas. Em 1892, um dos primitivos segmentos Kosseir mudara-se para outro lugar, outro havia-se cindido, tendo enviado seus membros a outra comunidade. Haviam sido acrescentados mais dois segmentos Sbeah. Em 1911, outro segmento Kosseir veio juntar-se à colônia, bem como mais onze novos segmentos, originários de onze grupos tribais diversos. Mas outro segmento Kosseir desmembrara-se e seus integrantes emigraram. Na época da entrada da França na II Guerra Mundial, essa mistura desordenada revelou-se tão bem sucedida que a tribo deixara de existir como unidade social e política relevante, dentro da nação argelina. Em 1941, quando o governo fantoche de Vichy, tomou medidas no sentido de reconstituir as tribos, para aperfeiçoar o controle, os administradores admitiram, com tristeza, que as medidas tomadas em 1863 haviam sido tão eficazes que o poder tribal desaparecera, de uma vez para sempre (Nouschi, 1961, 306; ver também fn. 1, na mesma página).

Os *douars* habitados por segmentos das antigas tribos não se haviam tornado entidades independentes por seu próprio direito e sim organizados em comunidades maiores, segundo o modelo francês. Estas eram de três espécies: 1) comunidades dominadas por euro-

peus, onde o conselho municipal e o prefeito eram eleitos por cidadãos franceses, sendo permitida aos muçulmanos a escolha de apenas um quarto dos delegados, ainda que a população muçulmana constituísse a maioria; 2) comunidades mistas, de europeus e muçulmanos, encabeçadas por um administrador civil, respaldado por um conselho nomeado, de franceses e chefes nativos (*caids*); e 3) comunidades indígenas, comandadas por um oficial francês, coadjuvado por um chefe nativo. Os muçulmanos podiam guiar-se por sua própria lei, a alcoranista, mas o que os caracterizava como população sujeita a restrições eram as leis especiais: leis contra a falta de pagamento de impostos, leis contra atividade política anti-francesa, leis contra reuniões públicas não permitidas, inclusive peregrinações e festividades públicas, leis contra viagens não permitidas e contra a recusa de registrar nascimentos e mortes. Toda essa estrutura de controle foi coroada pela transformação da Argélia, administrativamente, em parte da França metropolitana. A assimilação das normas culturais francesas era proposta como ideal, mas o que se verificou na realidade — sob condições de desigualdade econômica, política, social e legal — foi a segregação.

A dissolução das unidades tribais e do poder dos chefes ligados a elas, todavia, produziu diversas conseqüências imprevistas. Tornou impossível aos chefes a realização de distribuições gratuitas de trigo acumulado mediante doações e taxas pagas pelos dependentes tribais, em épocas de fome. A lei de 1863 pôs termo também às distribuições caritativas feitas pelas lojas religiosas (*zaouias*), das provisões que tiravam de suas propriedades *habus*. Estas haviam sido convertidas em propriedades privadas e comercializadas. Além disso, os novos *douars* só raramente revertiam ao costume tradicional de conservar reservas alimentícias nos silos comunais, que antes eram abastecidos através de pagamentos. Assim desapareceu uma série de defesas econômicas vitais, deixando a população rural totalmente dependente das atividades de prestamistas e negociantes de crédito, em tempos difíceis.

Outra conseqüência paradoxal da fragmentação tribal foi o crescimento acentuado, dentro dos *douars*, dos conselhos das eminências tribais (*djemaa*). Os franceses deram o reconhecimento a esses conselhos tanto nas comunidades indígenas quanto nas mistas, quer dando-lhes uma autonomia considerável, quer utilizando-os como consultores, especialmente para assuntos referentes à lei muçulmana. Os *douars* muçulmanos, porém, haviam-se ligado também às comunidades dominadas por europeus, onde, teoricamente, não fora prevista participação nativa. Em tais agrupamentos coloniais, desenvolveu-se, todavia, uma colméia daquilo que um perito em leis francês chamaria de "*djemaas* ocultos", ou conselhos secretos (Charnay, 1965, 228). Os conselhos, oficiais ou secretos, mantiveram, assim uma tradição de tomada de decisões a nível local, a despeito do fato de ter sido desmantelada a estrutura tribal. Eles mantiveram também uma tradição de auto-administração local que se revelaria de primordial importância no auxílio que prestaria à causa rebelde, em 1954.

A população nativa tinha cada vez menos terras e era cada vez mais repelida pelo avanço dos colonizadores em direção a terrenos improdutivos. Seus mecanismos tradicionais de garantia da seguran-

ça econômica haviam sido abolidos, dispersas, as linhagens e tribos, e desmantelada, a estrutura política familiar. A reação a uma tal espoliação manifestou-se, em parte, pela emigração em massa e, em parte, pela revolta declarada. Tiveram lugar em 1830, 1832, 1854, 1860, 1870, 1875, 1888, 1898, 1910 e 1911 (Lacheraf, 1965, 179), migrações em direção ao leste, para a Tunísia. Quanto ao sentimento que determinara essa desarticulação da população, o general Devaux aludiu a ele, quando citou os chefes que advogavam a migração, pois

> podia-se viver mais fácil e livremente na Regência (de Tunis); não há escassez de terras para a agricultura e para os rebanhos. Sem dúvida, será também uma vantagem viver afastado do contato com os cristãos (citado em Nouschi. 1961, 290).

Até mesmo em 1911, o povo partia de Tlemcen, na Argélia ocidental, para a Síria, porque sentia-se "maldito por Deus" (Nouschi, 1962, 22).

As usurpações francesas produziram também revoltas. A primeira destas, que durou de 1832 a 1847, foi liderada por Abd el Kader. É uma revolta significativa, tanto pela duração quanto pela organização social desenvolvida pelos rebeldes. Abd el Kader era inimigo ferrenho não só dos franceses, mas também dos turcos, de quem a França conquistara a colônia. Recusou-se, portanto, a trazer para suas fileiras qualquer dos grandes chefes que haviam colaborado com o regime turco e dele se beneficiado. Ele imaginava — em vez do padrão turco do "tabuleiro de damas", de repressões e estabilidade, que colocava grupos uns contra os outros, para vantagem da elite turca — uma pirâmide de líderes tribais, na qual os sheiks das tribos seriam comandados pelo sheikh dos sheiks; este, por sua vez, por um *caid*; alguns *caids*, por uma *aga*; alguns *agas*, por um *khalifa* e alguns *khalifas*, pelo *emir*, que era o próprio Abd el Kader. Em cada um dos níveis dessa organização, o poder do líder leigo seria contrabalançado pelo de um juiz religioso. A coesão dessa estrutura toda seria mantida pela invocação do Islamismo, no qual o emir seria o instrumento de Deus, reunindo a comunidade dos fiéis numa guerra santa contra a cristandade. Esse conceito se assemelha muito ao Estado Wahabi do Nedj (Boyer, 1960, 85), cuja organização tribal adaptava-se ao mecanismo de um estado teocrático fundamentalista. Na realidade, essa estrutura não passou da teoria e Abd el Kader, como outros soberanos do Maghreb, antes dele, precisou defrontar-se com o problema fundamental das dissidências e alianças incertas. Alinharam-se também contra ele, as grandes e poderosas confrarias religiosas que desconfiavam de quaisquer forças centralizadoras e preferiam solicitar o apoio de lojas mais específicas, estruturadas em torno de seus santos e mestres religiosos locais (Boyer, 1960, 92). As desconfianças de Abd el Kader quanto às grandes famílias e mais o apoio que obteve do Islã, fizeram com que os nacionalistas argelinos vissem nele um precursor da revolta populista do século vinte.

Em sua luta contra Abd el Kader, os franceses receberam auxílio dos chefes militares do governo turco, que neles viam aliados capazes de proteger a sua posição privilegiada, no país. Os fran-

ceses, por sua vez, durante os anos iniciais da ocupação, mostraram-se bastante dispostos a utilizar esses chefes, para governar a população muçulmana — não deixando, contudo, de dividir cuidadosamente o poder entre as diversas eminências, que eram "mais vassalos que funcionários" (Bernard, 1930, 187). Mas, à medida que se afirmava a administração francesa no país, tornava-se cada vez mais clara a necessidade de enfraquecer os grandes chefes e a sua influência sobre as tribos. As circunstâncias favoreceram os franceses. Durante o período que permeia 1866 e 1870, graves epidemias e fome forçaram o governo de Napoleão III a solicitar ao chefe mais poderoso que fizesse empréstimos bancários, a fim de comprar alimentos para a população faminta. Todavia, o colapso do Segundo Império, sob os golpes da máquina militar prussiana, fez com que os bancos pedissem a restituição imediata dessa dívida. Foi assim que o grande chefe Moqrani foi apanhado num dilema típico dos poderosos do tipo tradicional, quando confrontado com o mecanismo financeiro e político de um novo tipo de ordem social:

> Os camponeses não podem pagar os adiantamentos que ele lhes concedeu; Moqrani, humanamente, não os pode enxotar de suas terras, a fim de ressarcir-se dos adiantamentos em cereais ou prata que consentiu em fazer, durante a época de crise; os costumes não o permitem. Por outro lado, os credores, eles próprios pressionados pelos bancos, querem o seu dinheiro de volta (Nouschi, 1961, 399).

Abandonado por seus aliados franceses, pressionado por seus credores, insurgiu-se, numa revolta ditada pelo desespero (1871-1872). Foi a última revolta de um vassalo nativo. Não obstante, nas comunidades rurais, a revolta de Moqrani distinguiu-se pela formação de comitês rebeldes, que contavam com dez a doze membros eletivos (chamados *shartia*, de sharata, isto é, impor condições a alguém). Esses comitês agiam contra o despotismo dos funcionários nativos, supervisavam o processo da justiça e executavam sanções contra os dissidentes. Não poucos funcionários nativos defrontaram-se com a alternativa de aderir à revolta ou perder sua autoridade. Mas a revolta revelou-se inútil. Ao mesmo tempo, a perspectiva de uma rebelião no campo parece ter assustado muitos chefes e mercadores muçulmanos, a ponto de fazê-los tomar o partido dos franceses, contra os rebeldes. As eminências de Constantina, a 21 de abril de 1871, dirigiram-se às autoridades francesas por meio de uma carta, na qual

> pediam ao governador que não os confundisse, a eles, povo educado e esclarecido... que prezavam e eram gratos pela proteção e justiça francesas, com os beduínos ou povo tribal... (Nós somos) cidadãos sedentários e instruídos, que amam o silêncio, a paz, a tranqüilidade e o conforto... Desejosos de obter recursos, dedicam-se a ocupações manuais, ao comércio, à agricultura e a toda espécie de indústria; respeitam a autoridade e são amigos da ordem... Querem viver confortavelmente com suas mulheres e filhos... Deve-se concluir disto... que os beduínos não abdicarão de sua conduta tradicional e dos costumes

> de suas montanhas, a não ser que sejam sujeitados a uma repressão severa e enérgica, que tanto os assuste e apavore, que venham a temer por suas vidas. Só a força e a violência podem vencer o seu caráter (L. Rinn, citado em Lacheraf, 1965, 60-61).

A força e a violência não tardaram. Apareceram sob a forma de expropriações punitivas que beneficiavam os colonos europeus e eram executadas a fim de fazer com que a população nativa pagasse pelo fato de ter-se rebelado. Estas foram assim justificadas pelo Conselho Superior do Governo:

> A expropriação é um castigo capaz de deixar vestígios permanentes; o confisco da propriedade, justificado pelo retorno, repetido e persistente, ao crime, afligirá suficientemente o espírito do culpado, ao submetê-lo a uma repressão efetiva, cujas conseqüências não podem ser obliteradas. O uso da expropriação significa paz e evita, no futuro, o derramamento de sangue e a ruína... o interesse político, a segurança da colônia, a tarefa de civilizar raças que não virão até nós, enquanto não tiver desaparecido de suas mentes a esperança de se libertarem de nosso domínio; a clarividente humanidade que evita os desastres do futuro através da violência do presente — tudo isso impõe a manutenção da expropriação e de suas conseqüências (Nouschi, 1961, 406).

Além disso, nas áreas rebeldes, foram impostas arrecadações punitivas especiais, oito vezes maiores que as cobranças anuais de impostos, e que eram cobradas pelos chefes que se haviam conservado fiéis aos franceses. Os chefes, diziam os camponeses, "tiraram-nos a pele e os ossos e agora quebram-nos os ossos para comer a medula" (Nouschi, 1961, 420 fn. 59). A lembrança desses anos terríveis — durante os quais "desaparecera a justiça e a verdade", "irmão se levantava contra irmão" e os chefes "enriqueciam pela traição" — conservou-se viva nas cantigas da Cabilia, registradas meio século mais tarde. Reforçava uma permanente ambivalência para com os chefes tradicionais, a qual se tornaria significativa durante o tumulto que conduziu à guerra da independência.

Sob o patrocínio da França, sobreviveu, pois, uma aristocracia nativa que iria aliar-se aos franceses, os quais os escolheriam como administradores da população rural, no interesse do Estado francês. Para essa aristocracia nativa, a dominação francesa servia de garantia, ao mesmo tempo, contra as reivindicações de seus próprios súditos muçulmanos e contra a usurpação ilimitada de suas próprias terras e poderes pelos colonos. Privados da estrutura tribal à qual deviam seu poder inerente antes da conquista, exerciam, não obstante no interesse dos conquistadores, funções políticas, cujo raio de ação, era suficiente para que se interpusessem entre os nativos e a França. Segundo o etnólogo francês Jean Servier, esses grandes proprietários de terra muçulmanos escondem

> a França do povo argelino. São geralmente descendentes da aristocracia estabelecida pelos turcos, mantida pela ignorância

> dos primeiros governos franceses e depois, pelo hábito. Ao controlar a riqueza, controlam os homens: o bando faminto de seus trabalhadores — seus escravos — os quais, promovidos à categoria de eleitores, possibilitaram a seus soberanos obter os altos cargos da República e as responsabilidades de representantes do povo... Durante anos, conseguiram cargos eletivos, tornando-se sagrados como senhores de verdadeiros feudos da República (citado em Aron. 1962, 202).

Assim, de início, a emancipação seletiva nada mais fez que subscrever, de uma nova maneira, o domínio das famílias poderosas, em apoio à preponderância francesa. Um desses grupos de parentesco, por exemplo, em 1951, forneceu à Assembléia argelina, um senador, um deputado e dois representantes, além de mais dois representantes ao Conselho Geral (Boyer, 1960, 230). Essa política serviu para "romper o contato entre os conquistadores e a massa indígena", enquanto essa massa "desprovida de recursos efetivos", tornava-se "a presa da clientela ávida que cerca os chefes locais" (E. Mercie, citado em Aron, 1962, 293). A presença constante de uma "aristocracia das grandes tendas", tornou-se mais um obstáculo para o esforço de adaptar a população nativa aos esquemas administrativos franceses, fossem eles conservadores ou reformistas. Pode-se calcular o tamanho dessa classe de poderosos, ao observar que ao irromper a revolta de 1954 existiam quinhentos proprietários de terras muçulmanos, cada qual controlando propriedades que ultrapassavam quinhentos hectares (Aron, 1962, 292).

Enquanto os muçulmanos eram expropriados e forçados a testemunhar o desmembramento de sua estrutura social, a Argélia se abria à imigração e à colonização européias. Os novos colonos eram todos nominalmente franceses, embora não mais de metade fosse originária da França; provindo, em sua maioria, do centro-sul, região pobre da França e — após a derrota francesa de 1871 — da Alsácia. A outra metade era composta principalmente de espanhóis e italianos, corsos e malteses. Foi o caráter misto dessa população que fez o escritor francês Anatole France dizer, em 1905, que a França, durante setenta anos, havia acossado, despojado e denegrido os árabes, apenas com a finalidade de povoar a Argélia de espanhóis e italianos. Esses colonos, a princípio residencialmente segregados, não tardaram a unir-se em causa comum, através de casamentos e do ódio comum aos árabes. Escrevendo em 1856, Louis de Baudicour comparou a atitude deles para com os árabes à dos fazendeiros sulistas para com seus escravos negros

> nunca deixam de lado seu sentimento hierárquico: eles dominam e precisam dominar, pois se o patrão perde o prestígio, o servo o despreza e destitui. Portanto, eles suportam o teste de força sem pestanejar. Mas com o passar dos anos, uma dúvida dupla enfraquece-lhes a fé: eles vêem os árabes, a quem veementemente se recusam a considerar como seus iguais, multiplicar-se e organizar-se; esse povo os há de subjugar; são incapazes de compreender que isso irá acontecer por não terem aprendido a estabelecer contatos, enquanto ainda era tempo (citado em Favrod, 1962, 81).

Esse é o medo que, semelhante a um miasma, invade os primeiros romances de Albert Camus, nascido e criado na Argélia; foi esse medo que induziu os colonos primeiro, a resistir a todo e qualquer esforço reformista iniciado na França, para mais tarde abraçarem uma ou outra variedade de fascismo — o que culminou com o apoio dado aos terroristas da OAS, no fim da guerra da independência.

A colonização inicial freqüentemente assumiu o caráter de uma empresa pioneira em terras hostis, entre um povo hostil. Michel Launay, sociólogo rural, trabalhando num setor da província de Oran, cita um pai colono, que conta ao filho como foi esse período inicial.

> Seu avô trabalhava com quatro bois; durante a noite, os bois eram acorrentados e vigiados para que não fossem roubados; havia uma corrente para cada boi. Durante a debulha, dirigia-se os bois por sobre os cereais e daí juntavam-se 5 ou 6 colonos para transportar 15 ou 20 libras* de cereais, em cada carroça. Para ir a Oran, era necessário um comboio, senão seríamos atacados perto de Misserghin. Não utilizávamos trabalhadores nativos: só os colonos que possuíam grandes extensões de terras faziam uso deles; os nativos não passavam de pastores. Ninguém ousava empregá-los nas fazendas, para que não observassem o local e, à noite, organizassem um ataque. Os nativos, por seu lado, não queriam trabalhar para os europeus. Só por volta de 1900 é que se começou a empregar nativos. Quando comecei a trabalhar, em 1888, não tínhamos ainda nativos. Havia só equipes de trabalhadores espanhóis, para desmatar e colher. Durante a colheita, trabalhavam meninas espanholas, ajudadas pelas próprias filhas do dono da fazenda: os colonos se ajudavam mutuamente. Os nativos só começaram a trabalhar nas colheitas durante a guerra de 1914, quando os fazendeiros foram mobilizados. (1963, 137).

O sustentáculo da economia colonialista e da economia argelina, como um todo, foram os vinhedos e a produção do vinho, principalmente após 1880, ano em que o piolho da filoxera** destruiu grande parte dos vinhedos franceses e a França foi obrigada a importar vinho. A exportação do vinho argelino chegou a perfazer 50% do total das exportações do país. A extensão dos vinhedos mais que dobrou, entre 1900 e 1954, em detrimento das safras alimentícias e das pastagens.

> O resultado foi que a vinha desalojou e contaminou todo o resto: expulsou o trigo, as ovelhas, a floresta e a palmeira anã. Poluiu os rios, onde são atiradas as cascas, os caroços, a borra e o lixo (Launay, 1963, 18).

Isso verificou-se especialmente na Argélia ocidental, onde a pouca chuva favorecia a extensão dos vinhedos até os limites da

---

* Peso correspondente a 45,593 kg (nos E.U.A.). (N. do T.).

** Gênero de inseto que ataca as videiras. (N. do T.).

estepe. Essa região tornou-se o centro da colonização rural européia: nove décimos de todos os vinhedos argelinos — e portanto a maior parte da safra principal vendida à vista — estava nas mãos dos europeus. Ao mesmo tempo, o cultivo dos vinhedos contribuiu fortemente para a diferenciação econômica e social entre os próprios colonos. A produção e o transporte do vinho requerem considerável dispêndio de capital, em lagares, pipas e outros utensílios, facilitando assim a ascendência do grande colono sobre o pequeno, o qual dependia deste para crédito e acesso à usina de processamento. Isso colocava boa parte do controle político da colônia nas mãos de uma poderosa oligarquia de comerciantes de vinho, despachantes e banqueiros. De modo geral, a agricultura argelina caracterizava-se por uma forte tendência para a concentração. Por volta de 1950, 85% das terras dos europeus estavam nas mãos de aproximadamente 30% dos 22.000 proprietários europeus; ao passo que 70% eram proprietários dos restantes 15% da terra. Muitos colonos perderam suas terras e mudaram-se para a cidade. Em 1954, mais de três quartos de milhão de europeus, ou mais de 80% da população européia, vivia nos centros urbanos, onde suas ocupações refletiam o caráter distorcido de um país agrário dependente de uma só grande safra, em suas relações com uma metrópole industrial. De uma força de trabalho total de cerca de 300.000 europeus, 35.000 eram operários especializados e 55.000 figuravam nas listas como não-especializados; o restante trabalhava, ou na administração, ou na gerência (quase 50.000) ou em serviços de outra espécie (aproximadamente 160.000). A maioria destes eram "empregados de escritório, pequenos comerciantes, fornecedores de mantimentos ou mecânicos" (Murray e Wengraf, 1963, 19). Malgrado essas diferenças, uniam-se em defesa de seus privilégios, que faziam do mais ínfimo colono francês superior a qualquer árabe. Essa unidade era produto do medo comum à maioria muçulmana.

De que maneira reagiu essa maioria às modificações que lhe foram impostas? A revolta de El Moqrani seria a última tentativa importante de resistência armada, até quase oitenta anos mais tarde. Seria também, até 1954, a última tentativa importante da população rural, no sentido de tomar a iniciativa política. Sobreveio um longo período de inatividade política, que só deu lugar a novas atividades na época da I Guerra Mundial. Além disso, o reinicio da atividade política seria, em primeiro lugar, uma questão citadina, incluindo as cidades francesas, com seu proletariado recém-surgido; só depois se alastraria pelo interior rural. Frantz Fanon, que analisou em termos excessivamente maniqueístas o conflito entre conquistadores e conquistados, retratou essas relações como sendo de violência constante e endêmica. Essa oposição, sem dúvida, esteve presente durante os oitenta e três anos que permeiam a revolta de Moqrani e 1954, mas conservou-se dissimulada, não ostensiva; quiescente, não enfática. Esse período, não foi tanto de incubação da revolução que estava por vir, como de modificações atenuadas e de ajustamentos; de experimentos nas relações sociais e culturais, com avanços e recuos anexos. Ao mesmo tempo, foi muito mais um período assinalado por alterações na avaliação cognitiva e emocional das diferentes possibilidades, do que um ensaio ideológico decidido, do que estava para acontecer. Os argelinos que

se se interessavam por política e exprimiam sua preocupação a respeito das relações da Argélia com a França, oscilavam entre duas posições principais, se bem que, às vezes, sustentassem ambas a um só tempo e outras vezes as duas, sucessivamente. Os partidos políticos desse período, na medida em que expressavam essas preocupações, eram epifenômenos dessa luta interna e não agentes causadores em si. Os defensores de uma das posições exigiam um contato intensificado com as normas culturais francesas e sua assimilação. Socialmente, esse assimilacionismo harmonizava-se com os interesses dos profissionais da classe média, dos quais havia uns 450 nos mais altos escalões e cuja posição social dependia da sua educação francesa e dos diplomas franceses, nos quais eles viam um passaporte para a ascensão social. A outra tendência era anti-assimilacionista e dirigida à tentativa de definir uma nacionalidade argelina diversa e oposta à francesa. Ao nível do comportamento, essa tendência manifestava-se, mesmo entre os assimilacionistas, através de uma atitude de reserva quanto à intromissão estrangeira nas esferas da intimidade familiar e religiosa. Essa atitude de reserva tem o nome árabe de *kitman*, termo do Alcorão que significa esconderijo, conseqüentemente, tendência para a introversão. Ao adaptarem-se aos franceses, diz Jacques Berque,

> a população muçulmana conserva círculos absolutamente invioláveis. Volta-se para seu próprio interior. É esse o aspecto interno dessas sociedades que assim sobe à tona. O lado religioso, por exemplo. É quase certo que a fé islâmica ou, mais exatamente, a devoção islâmica, tornou-se muito mais ativa, após o advento dos europeus do que era antes; está mais viva após trinta anos de prote-torado, que após dez (1956, 532-533).

Bourdieu chegou à mesma conclusão ao afirmar que, para os argelinos, o apego às formas tradicionais veio preencher "essencialmente uma função simbólica; objetivamente, desempenhou o papel de uma linguagem de recusa"; e, para ilustrar a questão, referiu-se ao costume tradicional do velamento, especialmente criticado pelos franceses: o véu usado pelas mulheres muçulmanas

> é, acima de tudo, uma defesa de sua intimidade e uma proteção contra intrusões. E, confusamente, os europeus sempre o sentiram como tal. A mulher argelina, ao usar o véu, cria uma situação de falta de reciprocidade; como um jogador desonesto, ela vê sem ser vista, sem permitir que a vejam. E assim age toda essa sociedade dominada que, coberta pelo véu, recusa a reciprocidade; que vê, que penetra, sem permitir que a vejam, contemplem e penetrem (1960, 27).

O Islamismo demonstra ser uma das raízes do nacionalismo. No decorrer das décadas de 1920 e 1930, essa atitude de recusa e retração produziria um movimento novo e ativo, fundamentado na tentativa de um retorno à pureza do Alcorão. Os centros desse renascimento islamita não se situavam nas novas cidades francesas do litoral do Mediterrâneo, mas nas antigas cidades islamitas do interior, outrora centros de ricos comerciantes e empresários isla-

mitas, tais como Tlemcen, Nedroma, Constantina, Mila, Tebessa, Sidi Okba, Biskra e Ghardaia. Com o advento da dominação francesa, muitas delas regrediram para segundo plano. Constantina e Tlemcen, por exemplo, que em tempos passados haviam possuído uma próspera indústria têxtil, entraram em decadência por causa da concorrência francesa. Não foi por acaso, conforme observou Morizot (1962, 81), que Tlemcen — pivô do êxodo religioso de 1911 — gerou Messali Hadj, primeiro organizador de um partido nacionalista argelino e que Constantina criou Ben Badis, o protagonista argelino de um Islamismo renascido e militante.

O Islamismo possuía fortes raízes em Constantina. Os mercadores nativos e os aristocratas proprietários de terras haviam sobrevivido à revolta de Abd El Kader, que trouxera em sua esteira o saque e a desurbanização de tantas outras cidades, tais como Blida e Médéa. Essa elite sobrevivera também à revolta de Moqrani, garantindo aos franceses sua lealdade e inocuidade. Assim Constantina, ao contrário de outras cidades argelinas, conseguiu manter-se como grande centro de aprendizado islâmico tradicional. O xeque Abd-el-Hamid Ben Badis, aluno dos estudiosos islamitas de Constantina, iria fundir a tradição religiosa argelina com a influência inovadora do movimento reformista islâmico de princípios do século vinte. No contexto da África do Norte, isso colocava os reformadores em conflito direto com as formas locais do Islamismo, tais como eram praticadas nas numerosas lojas religiosas.

O Islamismo ortodoxo, tal como fora estabelecido no Alcorão pelo profeta Muhammad, não reconhece santos nem organizações intermediárias entre Deus e os homens; todos os muçulmanos, teoricamente, são membros equivalentes da comunidade dos fiéis, a *umma.* Mas, no mundo islâmico, em quase toda parte e especialmente no *Maghreb*, a prática religiosa, em contraposição ao dogma religioso, concentrou-se em santuários e santos locais. "Existe um contraste marcante entre a costa sul muçulmana do Mediterrâneo e a costa norte, não islâmica", diz o antropólogo Ernest Gellner:

> A forma dominante do cristianismo oficial incorpora santuários rurais, etc, em seu sistema e fornece pessoal religioso especializado. O protestantismo, cujo culto do Livro é igualitário e esclarecido, é uma tradição desviada e segmentaria. No Islamismo, tudo isso é invertido: o "protestantismo", isto é, a religião urbana, rigorosa, impessoal e respeitadora do Livro, permaneceu no centro da ortodoxia e, por outro lado, a religião hierárquica e pessoal do santuário é a heterodoxia local, regional, segmentada e divergente (1963, 147).

Essa forma segmentada e limitada do Islamismo, serviu para ligar as extremidades, do interior rural, com suas tradições rurais locais, com o corpo do Islamismo, em geral; mas isso foi realizado às custas de uma grande diferenciação religiosa: cada loja, cada santo, cultivavam uma forma diferente da religião universal. Essas lojas e as confrarias religiosas populares constituídas a partir delas, haviam apoiado vigorosamente a Abd El Kader, durante o período de oposição aos franceses e haviam permanecido anti-francesas até a passagem do século. Daí em diante, no entanto, ha-

viam se conciliado com as autoridades francesas, as quais, conscientemente, davam-lhes apoio, pois elas representavam um meio conveniente de conservar a sociedade da Argélia tão dividida quanto possível.

O Badissia, como veio a ser conhecido, segundo o nome de sua principal figura, o movimento reformista argelino, era contrário aos santos tradicionais. Contrapunha-lhes o reconhecimento da autoridade dos estudiosos reformistas, os *ulema*, e estimulava a criação de grande número de escolas ortodoxas (*medersas*) no interior. Não obstante, a começar pelas cidades, eles semearam pelo interior associações de toda espécie, inclusive as dos escoteiros islamitas, sob a égide de seu slogan: "O árabe é minha língua, a Argélia, meu país, o Islamismo, minha religião". Quem o apoiava no campo, era principalmente o campesinato de classe média e os pequenos comerciantes, empresários e professores das cidades rurais (Launay, 1963, 175-177). Em outras partes do mundo, já se conhecia esse tipo de filiação do campesinato independente ao novo mundo urbano, mediante associações religiosas — novas formas de organização dentro da matriz religiosa tradicional. Por último, ela deve ter recebido reforços através do estímulo dos interesses econômicos. O movimento Badissia opunha-se fortemente às festividades religiosas heterodoxas, realizadas pelos homens santos, e às despesas que delas advinham. Essas despesas constituíam um fardo pesado para o campesinato, e o fato de um movimento religioso reformista aboli-las também é um aspecto comum, em muitas partes do mundo. Em muitos lugares dos Andes e da América Central, por exemplo, essa supressão de despesas foi fator decisivo para as conversões ao protestantismo, de comunidades índias que sempre haviam sido católicas. Os Badissia exigiam também a devolução das propriedades das fundações religiosas confiscadas pelos franceses. Como disse uma eminência de Aoubelli a Michel Launay: "Uma vez que, por ocasião da conquista, muitos muçulmanos doaram suas propriedades ao *habus*, para salvá-las da anexação pelos franceses, a reivindicação da devolução (dessas propriedades) desafiava todo o quadro da propriedade colonial" (1963, 149). Nas palavras de Jacques Berque, os Badissia criaram um novo Islamismo jacobino.

Esse Islamismo jacobino exercia uma atração especial, não só sobre os comerciantes e empresários islamitas das cidades interioranas em decadência, como também sobre a classe dos proprietários rurais médios, conforme demonstrou a pesquisa de Michel Launay na região de Temuchent, na província de Oran. Nesse distrito, os europeus chegaram a ser proprietários de 65% da terra usada para agricultura, enquanto os muçulmanos retinham 35%. Sendo esta uma área de lucrativa viticultura, introduzida pelos europeus, é importante a distribuição relativa da terra dos vinhedos: os europeus possuíam 89% da terra de vinhedos, cabendo aos muçulmanos apenas 11% (1963, 68). Havia, entre os muçulmanos alguns *fellahin*, ricos que possuíam propriedades que iam de 200 a 600 hectares, de trigo; ou de 21 a 50 hectares, de vinhedos; perfaziam 1% do total dos proprietários muçulmanos. Os camponeses "remediados", no entanto, que possuíam entre 50 a 200 hectares em trigo ou de 1 a 20 hectares em vinhas, constituíam, aproximadamente, um terço da população muçulmana. Relacionados de perto a esse estrato médio de

proprietários, estavam os numerosos pequenos comerciantes. Esse campesinato médio era também, socialmente, o principal baluarte da sociedade rural. O camponês médio, diz Launay,

> conserva sua dignidade, permanece — através da ligação com a terra — apegado aos antepassados e não é "escravo", é senhor de sua terra; o trabalhador agrícola, por outro lado, não recebe "consideração", é totalmente dependente da vontade de outra pessoa (1963, 203).

Os Badissia foram levados ao distrito a partir de Oran, principalmente por comerciantes, influenciados, por sua vez, por comerciantes muçulmanos de Oran (1963, 150-151). Em 1937, uma medersa, ou escola islâmica, foi estabelecida na cidade de Temuchent; sendo seguida pela construção de uma escola reformista, no *douar* rural de Messaada, juntamente com uma fração tribal que perdera grande parte de sua terra boa, na ocasião em que os franceses expropriaram mais de 500 hectares, a fim de fundar o centro comunitário de Rio Salado (1963,146-147). Deste lugar, as idéias dos Badissia alastraram-se pelo distrito, principalmente entre o campesinato médio (1963, 148). Os trabalhadores agrícolas e os camponeses pobres em geral, aferravam-se aos seus santos tradicionais e resistiram aos reformistas (1963, n.° 1, 113; 150-151; 371). Foi esse mesmo estrato de camponeses médios que, em Ain-Temuchent, apoiou a insurreição de 1954:

> Os organizadores da insurreição eram os pequenos proprietários, não os pequenos proprietários proletarizados, mas os pequenos proprietários quase remediados, bem-de-vida, se comparados aos trabalhadores agrícolas (1963, 175-176).
>
> A pregação igualitária do *ulema* dos Badissia refletia o ideal do camponês e a ausência da exatidão, num sonho agrário-reformista desejado por Deus, que dá a cada homem uma porção igual da luz do sol e corresponde à primeira fase, não diferenciada, da revolução nacional (1963, 371).

René Delisle está, pois, com a razão, ao dizer que

> a insurreição de 1954 e a independência de 1962 são, neste respeito, apenas a conclusão necessária da ação iniciada em 1930, pelos Ulemas reformistas, restauradores do Islamismo e da tradição árabe (1962 — 63, 24).

Se o Islamismo reformista proporcionou uma das fontes do nacionalismo argelino, a outra situava-se no aumento do desenvolvimento de um semi-proletariado argelino. Este, por sua vez, era produto de duas grandes causas; a decadência do padrão tradicional dos meeiros argelinos, dos *khammesat* (de *khammes*, um quinto) juntamente com a necessidade — especialmente premente na Argélia central, entre os cabilas de fala bérbere — de complementar uma agricultura pobre com alguma outra forma de atividade.

Sob o *khammesat*, o meeiro recebia não apenas utensílios e sementes, mas também adiantamentos em dinheiro e alimentos, somas

que seriam depois deduzidas do produto final. Os novos códigos legais franceses, no entanto, permitiam aos meeiros abandonar seus patrões sem reembolso prévio dessas despesas. A lei, ao libertar assim os meeiros de uma forma tradicional de servidão, apressou também o declínio do trabalho "a meias" e o advento do trabalho por dia. As antigas condições de servidão haviam cancelado os efeitos variáveis dos anos bons e dos anos ruins, padronizando os direitos e deveres dos meeiros. Assim, os lavradores só procuravam trabalho como meeiros durante os anos ruins, a fim de garantir um ganha-pão, mas abandonavam os patrões, assim que se anunciava um ano promissor. Logo depois da homologação da lei, o *qaid* de Heumis declarou que

> tendo a lei francesa emancipado o meeiro, grande número de proprietários preferia não lhes dar mais trabalho, temendo perder seus adiantamentos. O meeiro não encontra mais trabalho, pois ninguém o quer empregar, a não ser por dia (citado em Yacono, 1955, II, 310-311).

O resultado foi um aumento do número de homens à procura de trabalho e uma redução da área anteriormente cultivada (1955, fn. 1, 311).

Nas regiões dos vinhedos houve um êxodo de grandes proporções: os meeiros passaram a ser lavradores assalariados. Um hectare de trigo requer dez dias de trabalho, por trabalhador, por ano, ao passo que um hectare de vinhas requer cinqüenta dias de trabalho: dada a intensificação do uso de dinheiro, numa economia monetária, um homem poderia ganhar, talvez cinco vezes mais nos vinhedos que na colheita de cereais. Portanto, com o crescimento vertiginoso da população, aumentava o número dos meeiros que se transformavam em lavradores assalariados. Essa guinada, no entanto, tinha seus limites em sua própria estrutura, pois o trabalho nos vinhedos, bem como na agricultura mediterrânea, em geral, é muito irregular, isto é, há trabalho principalmente em setembro, na época da colheita das uvas e em dezembro, na época da poda. Ao mesmo tempo, a afluência dos lavradores aos vinhedos determinou um excesso na oferta de trabalho, sendo que os lavradores de ocasião superavam os permanentes, de dois a um. Haviam, pois, abandonado a segurança de serem meeiros, sistema em que cediam boa parte da colheita, em troca de um pedaço de terra garantido e dos adiantamentos do patrão, por um trabalho instável e imprevisível. Agora, dizia um velho professor muçulmano a Launay, "o trabalhador agrícola não pode ter certeza de nada" (1963, 119). Um dos efeitos do aumento do trabalho assalariado foi, portanto, o surgimento de um semi-proletariado flutuante em grande escala, o qual iria arcar com todos os estigmas da crescente insegurança econômica.

A intensificação da tendência para o trabalho assalariado possuía ainda outra faceta. Cada vez mais regiões do país — e principalmente as montanhas da Cabilia — começaram a sentir a pressão do aumento populacional nos recursos alimentícios disponíveis. A colonização francesa expulsara os nativos para as terras áridas do interior, não raro originando povoados densamente habitados em terras insuficientes para abrigar tais quantidades de pessoas. A

pacificação militar e a difusão dos cuidados com a higiene reduziram ainda mais os entraves malthusianos ao crescimento da população. Conseqüentemente, muitos cabilas foram obrigados a procurar fontes de renda alternativas, longe de suas montanhas; mas, nessa procura tendiam a seguir um antigo padrão. Já antes do advento dos franceses, certas aglomerações de aldeias haviam sido notadas por suas contribuições especiais à vida citadina. Os homens de Biskra, por exemplo, haviam servido nas cidades como porteiros, aguadeiros, curtidores e leiloeiros; os da região de Laghouat haviam vendido óleo; os mozabitas trabalhavam como carregadores, vendedores de alimentos e carvão, ou como pequenos comerciantes e empregados de casas de banhos. Cabilia contribuíra com operários da construção civil e jardineiros (Morizot, 1962, 21). Com o advento dos

> franceses, essas atividades externas floresceram: enquanto as atividades internas locais enfraqueciam progressivamente, as que eram orientadas para fora, já bastante desenvolvidas, em alguns grupos, cresciam agora extraordinariamente, tornando-se essenciais, onde um dia haviam sido apenas suplementares. Hoje em dia, o desequilíbrio entre uma e outra é especialmente notável em Cabilia (1962, 75).

Após a passagem do século, os cabilas transferiram-se para várias cidades argelinas e tornaram-se comerciantes, lojistas, empregados nos transportes, policiais, agentes governamentais, empregados de bancos, porteiros e mineiros. Também no interior trabalhavam quase sempre como pequenos funcionários do governo, coletores de impostos, auxiliares de enfermagem, guardas civis e professores. Esta evolução, aliás, teve o apoio dos franceses, que esperavam desviar a dissidência potencial dos cabilas dos centros litorâneos dominados pelos árabes e utilizá-la politicamente em proveito próprio. A rapidez com que os cabilas aceitavam ocupar os cargos oferecidos pelos franceses deu-lhes uma vantagem sobre os outros argelinos que, menos premidos pela necessidade, não se interessavam em servir aos conquistadores. Aos olhos dos franceses, eles pareciam tão "empreendedores" quanto os protestantes e tão "democráticos" quanto os americanos. Antes do que em qualquer outra parte da Argélia, foram estabelecidas escolas nas regiões de fala bérbere e, durante o período da ocupação francesa, quase todos os cargos nos institutos de treinamento de professores eram desempenhados por cabilas (Favret, 1967, 91-92).

Simultaneamente, os argelinos — e também neste caso especialmente os cabilas de fala bérbere — começaram a ser recrutados para a força de trabalho da França metropolitana. Durante a I Guerra Mundial presenciou-se, pela primeira vez, o emprego maciço de argelinos na própria França, em substituição aos operários franceses chamados ao serviço militar e enviados à frente de batalha. Entre 1915 e 1918, cerca de 76.000 argelinos deixaram seu país para trabalhar em fábricas francesas. Essa tendência manteve-se constante por muitos anos, e em 1950, havia uns 600.000 argelinos na França. Este movimento em grande escala colocou um elevado número de argelinos no contingente da aculturação forçada. Foram educados, como disse Germaine Tillion, na "escola das cidades". Conseqüentemente,

desenvolveu-se em solo francês um proletariado argelino maduro, cujos laços com o interior rural da Argélia eram fortes e contínuos. Esse ambiente de classe operária teve dois efeitos imediatos. Em primeiro lugar, incubou o primeiro movimento nacionalista argelino moderno, ao formar a *Étoile Nord Africaine*, em Paris, em 1925, da qual Messali Hadj tornou-se a personalidade dominante. Associaram-se a esse experimento, na França urbana, partidos de esquerda e sindicatos, o que proporcionou aos operários imigrados modelos de organização e fragmentos de ideologia socialista, que lhes foram úteis na interpretação das condições de vida de sua terra natal (ver Bromberger, 1958, 80). Além disso, o que se revelou duplamente significativo foi que, ao voltar à Argélia, pouco puderam fazer no sentido de dar substância às suas aspirações através dos sindicatos e partidos socialistas e comunistas da colônia, que estavam dominados pelos colonos. Desde o início, a lógica da situação obrigou-os a prestar apoio aos partidos nacionalistas, primeiro, o partido Messalista, que era o *Partie Populaire Algérven*, e, mais tarde, aos seus sucessores mais militantes.

A segunda conseqüência da experiência francesa foi ter feito surgir entre os operários argelinos, na França, a compreensão de que uma educação francesa adequada constituía um passaporte de entrada à moderna civilização técnica. "Vinte e cinco anos depois", diz Germaine Tillion:

> encontramos certos médicos, advogados, professores, matemáticos ou químicos, cujos estudos foram pagos, durante anos já distantes, por um pai ou irmão mais velho, com seu salário de operário. Para chegar a isso, o imigrante analfabeto deve ter se privado, diariamente, daquilo que, na França, chamamos de "mínimo vital" e, mesmo antes de o fazer, ele precisara compreender os mecanismos e valores de um mundo estranho, doutrinar a família, separar o filho de sua mãe, para depois empurrá-lo — ardente, paciente e orgulhosamente — para a frente (1961, 119, 120).

Ambas essas tendências — o crescimento do Islamismo reformista, de um lado; a migração dos argelinos para as cidades, de outro — contribuíram decisivamente para a eclosão da revolta argelina de 1954. O Islamismo reformista forneceu a forma cultural para a estruturação de uma nova rede de relações sociais, entre as aglomerações de camponeses médios no campo e os filhos da elite urbana das cidades do interior. A imigração do campesinato argelino, especialmente a dos cabilas, para as cidades, não só os colocou em contato com padrões de vida urbanos e industriais, como produziu uma classe profissional, formada no decurso desse movimento migratório. Mais uma vez, foram formadas redes que ligavam as aglomerações camponesas do campo aos porta-vozes e representantes das cidades. Na análise dos muçulmanos importantes ligados à revolução e à sua seqüência destacam-se quatro características principais: a maioria era composta de jovens cuja experiência e formação política situava-se nos anos de indecisão das décadas 1930 a 1940; destes, um número desproporcionadamente grande, se comparado ao papel que desempenharam dentre a população total da Argélia, era de ori-

gem bérbere; muitos eram educados na França; muitos haviam servido no exército francês, durante a II Guerra Mundial (Gordon, 1966, 87-88). Jean Morizot, administrador francês da Argélia, chegou mesmo a dizer que

> quando a rebelião superar a sua fase local ou regional, ela se mostrará a nós sob a liderança dos Cabilas (1962, 128).

Contrariando totalmente as expectativas dos franceses — que sempre haviam adotado uma política de manter os bérberes cultural e politicamente separados da população árabe, pois assim poderiam melhor dividir e governar — as forças, originadas por um envolvimento comum no processo iniciado pelo próprio impacto francês, iriam fundir esses grupos díspares.

Essa fusão, sem dúvida, foi apressada pelos incidentes do período que precedeu a II Guerra Mundial e pela própria Guerra Mundial. Enquanto houve esperança de que uma reforma na França pudesse trazer maior liberdade e autonomia para os muçulmanos argelinos, manteve-se também a esperança que as aspirações dos assimilacionistas e dos nacionalistas se pudessem realizar sem o uso da força e da violência. O próprio Ben Badis tinha muita esperança no advento do governo da Frente Popular, na metrópole francesa, durante o período de 1936 a 1938. Mas – no decorrer dos muitos anos de subterfúgios e fracassos políticos — tornou-se cada vez mais evidente o fato de que era improvável o surgimento de um governo francês capaz de instituir a reforma — e os militantes nacionalistas ganharam terreno. À medida que a França endurecia em sua má vontade e incapacidade de fazer concessões, ganhava impulso a tendência para as operações clandestinas. A isso deve ser acrescentado o impacto das orientações domésticas. Entre 1930 e 1954, decresceu em um quinto o número dos pequenos proprietários muçulmanos e elevou-se em mais de um quarto o número dos trabalhadores por dia. Durante e depois da II Guerra Mundial as colheitas foram ruins, declinou a produção do vinho e o gado pereceu, em grande quantidade. Mais significativas ainda, indubitavelmente, foram as causas de natureza política, mais imediatas: a França sofrera uma derrota esmagadora em 1940, revelando a própria fraqueza a quem tivesse olhos para ver. A propaganda alemã reforçava a impressão da debilidade francesa. Ao mesmo tempo, metade da nação francesa estivera engajada numa luta contra a outra metade, em operações clandestinas, elevando acentuadamente o nível da incerteza e ilegalidade generalizadas. O advento do fascismo, na França, deu forte apoio à violência por parte dos colonos fascistas, contra a população argelina. Os argelinos, mobilizados em número considerável a fim de lutar pela França, submetiam-se ao treinamento militar e conseguiam um nível de igualdade significativo em relação a seus companheiros de armas franceses. Tudo isso atingiu o auge em Setif, a 1.° de maio de 1945. Entre 8.000 e 10.000 muçulmanos haviam se reunido para comemorar as vitórias aliadas na Europa; muitos traziam faixas, pedindo a libertação de Messali Hadj da prisão e a igualdade entre muçulmanos e cristãos. Houve tiros e seguiram-se distúrbios que se alastraram a outras cidades. Os tumultos foram ferozmente reprimidos por forças francesas de terra e ar. As esti-

mativas quanto aos muçulmanos mortos variam de 8.000 a 45.000, sendo 15.000 o número mais provável. Quase não resta dúvida, diz o jornalista suíço Charles-Henri Favrod, que "foram esses incidentes de 1945 que decidiram a revolução de 1954". Os franceses, com sua pouca vontade e incapacidade de fazer concessões a tempo, selaram o fim da causa assimilacionista. Este fato fica exemplificado claramente na pessoa de Ferhat Abbas, de longa data líder dos assimilacionistas, que, em abril de 1954, decidiu que um partido "que luta a favor da 'revolução legal' não pode mais avançar"... (citado em Murray e Wengraf, 1963, 63).

Por outro lado, desenvolviam-se cada vez mais movimentos militantes e subversivos, entre os nacionalistas proletários. O Parti Populaire Algérien (PPA), compelido à clandestinidade em 1939, desenvolveu em 1947, uma unidade para-militar no MTLD — Mouvement pour le Triomphe des Libertes Democratiques*. Dentro do MTLD, por sua vez, cresceu uma sociedade secreta terrorista, chamada Organisation Spéciale** (OS); em 1949, contava com 1.900 membros. Os membros fundadores da OS tornaram-se membros do Comitê Revolutionnaire d'Unité et d'Action*** (CRUA), que desencadeou a revolta de 1954. Mas nem todos os membros do PPA aderiram à revolta. Ao contrário, a luta pela independência, contra os franceses, seria acompanhada, do princípio ao fim, por uma luta sangrenta entre os partidários da revolta e as unidades originárias do PPA, de Messali Hadj. Essa luta foi ainda mais sangrenta na França metropolitana, onde quase mil muçulmanos morreram, numa luta de extermínio.

A insurreição irrompeu na noite de 31 de outubro de 1954, com cerca de sessenta incidentes: ataques a guarnições francesas, a delegacias de polícia, emboscadas, incêndios. Eram incidentes espalhados, muito distantes uns dos outros, mas a maioria teve lugar na Argélia oriental, especialmente nas montanhas de Aurès. Os insurgentes eram pouco numerosos, provavelmente não mais de quinhentos, sendo que trezentos deles concentraram-se em Aurès; possuíam umas cinqüenta espingardas obsoletas (Humbaraci, 1968, 33-34).

O Aurès era a escolha lógica, como primeira base da revolta. Ocupado por gente de fala bérbere, era, de longa data, uma região dissidente de qualquer governo central. Jacques Soustelle, antropólogo e governador geral da Argélia, em 1955, diria, mais tarde:

> percebe-se claramente que os romanos cometeram um erro, ao limitarem sua ocupação aos acessos à montanha, porque esta conservou-se, durante séculos, como reservatório de forças incontroláveis, prestes a transbordar. Nossa penetração em Aurès e Nemenchas tem sido muito fraca; cometemos o mesmo erro que os romanos, com os mesmos resultados (1956, 14-15).

A organização social e política dos bérberes assemelha-se a uma "anarquia organizada"; os antropólogos dizem que ela é unilinear e segmentaria. Os núcleos familiares fazem parte de linhagens

---

* Movimento para o Triunfo das Liberdades Democráticas. (N. do T).
** Organização Especial. (N. do T.).
*** Comitê Revolucionário de Unidade e Ação. (N. do T.).

familiares, aparentadas através dos homens. Estes, por sua vez, formam segmentos ou frações (em árabe, *ferqa*, em bérbere, *harfiqth*); os segmentos e frações formam tribos. Cada povoado é constituído por membros de diversas frações, cada qual, por sua vez, filiada a uma tribo mais difundida. Essas frações, no caso de seus interesses divergirem, opõem-se umas às outras, unindo-se, porém, quando ameaçadas, especialmente se for um terceiro grupo, mais forte que elas próprias. Em teoria, isso funciona como um sistema de controles e equilíbrio, enquanto as unidades se conservam mais ou menos estáveis. Mas esse equilíbrio ideal foi perturbado, sob o domínio francês. A melhoria dos serviços de saúde servira para desinibir o crescimento da população e aumentar a pressão populacional sobre os recursos disponíveis. A difusão da economia monetária e a introdução de novos produtos — de café, açúcar, cereais moídos — solaparam os padrões tradicionais de auto-suficiência. A terra tornou-se uma mercadoria para ser comprada e vendida. Depois da I Guerra Mundial, a migração para a França deu início a um sistema de remessas monetárias através do qual o trabalho na metrópole subscrevia a economia montanhesa. Esse conjunto de tendências acentuava a competição entre os homens e exacerbava a oposição entre as frações tribais. Os rebeldes exploraram habilmente essas divergências locais, encontrando aliados numa ou noutra fração das áreas montanhesas e ajudando-os contra seus inimigos. Formaram também grupos de bandidos. Estabeleceram, no Aurès, seu primeiro distrito militar (Wilaya I), que, durante toda a guerra, permaneceu como fortaleza rebelde. Simultaneamente, entre novembro de 1954 e meados de março de 1956, pequenos grupos de lutadores decididos iniciaram incursões-relâmpago em outros pontos da Argélia.

Com o advento da revolta, o CRUA tornou-se o comitê executivo da Frente Nacional de Libertação (*Front de Liberation Nationale,* ou FLN). Deveria ser constituído de uma Delegação Externa, baseada no Cairo e de uma Delegação Interna, composta pelos líderes militares da revolta de Argel. Estes encabeçariam seis distritos militares, ou wilayas; um sétimo distrito abrangeria a França metropolitana. A organização interna, encabeçada por líderes militares, seria conhecida como Exército de Libertação Nacional (*Armée de Liberation Nationale*, ou ELN). No cerne do exército situavam-se os *mujahidin*, os que lutam pela fé, que seriam os soldados efetivos, rodeados por uma guarnição de guerrilheiros civis, os *mussabilin,* "aqueles que a caravana abandona à margem da estrada"; eram esquadrões da morte, por quem se rezava a oração dos mortos (Tillion, 1961, n. 6, 145) e os *fidayin*, terroristas e saboteadores não uniformizados. O quadro organizacional formal do exército não podia, no entanto, esconder o fato de que a estrutura da organização da FLN representava uma solução de acomodação entre os interesses dos líderes civis e militares — produzindo uma tensão que se agravaria, no decorrer da guerra, através de novos conflitos entre os vários líderes militares e entre os que promoviam a guerra de guerrilhas dentro do país e os organizadores das unidades armadas do exterior. Disse Jean Daniel que não existia dentro da FLN apenas uma pirâmide organizacional, mas uma porção delas e que "jamais houve unidade na FLN, a não ser em situações que forçassem essas diversas pirâmides a mover-se numa só direção" (1962, 63-128). I-

deologicamente, o que mantinha coeso o movimento era o nacionalismo comum. Nos pronunciamentos da FLN aparecia ocasionalmente a fraseologia socialista, mas esta conservava-se imprecisa o suficiente para não se transformar no toque de reunir de uma fração contra outra, até o advento da independência argelina. Em abril de 1956, as fontes francesas estimaram as forças rebeldes em 8.500 combatentes e cerca de 21.000 auxiliares. Os franceses, sem a força suficiente, não conseguiram impedir que as unidades rebeldes se espalhassem para o ocidente, ao longo das cadeias montanhosas paralelas do Atlas, embora seus "comandos" tivessem feito repetidas incursões pelo interior hostil.

Por volta de abril de 1956, no entanto, as unidades francesas trazidas à Argélia provenientes da França, da Alemanha e da África Ocidental Francesa, elevaram a mais de 250.000 homens as forças francesas e através do recrutamento conseguiram mais 200.000 soldados. Esse reforço permitiu que surgisse uma mudança na tática francesa: da utilização eventual de colunas móveis, passaram ao *quadrillage*, ou sistema de grelha, no qual as cidades e centros de comunicação eram mantidos à força, enquanto unidades móveis de paraquedistas, voluntários e Legionários Estrangeiros vasculhavam o interior. Essa nova tática, embora não eliminasse a FLN, cerceou as suas atividades nas regiões mais remotas do interior. Por isso, em fins de 1956, a FLN montou uma ofensiva nos centros urbanos. Aumentaram os ataques terroristas em todas as cidades, especialmente em Argel, onde, só em dezembro, aconteceram 120 atos de terrorismo. A FLN tinha-se infiltrado com êxito no Casbah, o bairro muçulmano da cidade, cuja população era de 80.000 pessoas. Recrutara 4.000 homens para suas fileiras, formadas em orno de um núcleo de *lúmpem* proletariado, "arruaceiros de coração puro", a quem deram a oportunidade de lavar-se de seus antigos pecados (Ouzegane, 1962, 252, 253). Essa guinada para o terrorismo urbano — embora tivesse consideráveis efeitos psicológicos na população urbana, especialmente entre os muçulmanos, que aderiram à causa da ALN na medida em que os franceses revelavam sua incapacidade de os proteger — provou ser militarmente ineficaz. Entre fevereiro e outubro de 1957, a 10.ª Divisão de Pára-quedistas, comandada pelo general Massu, destruiu definitivamente a organização terrorista de Argel.

Tendo sofrido um revés dentro de seu próprio país, o ELN foi obrigado a procurar fontes de ajuda alternativas; encontrou-as na Tunísia e no Marrocos. Esses dois países vizinhos, que se haviam tornado independentes da França em 1956, permitiram o estabelecimento de centros de treinamento em seu solo e o recrutamento de novas forças entre argelinos de dentro e de fora da Argélia. Em fins de 1957 havia mais de 60.000 refugiados argelinos em Tunis e 40.000 no Marrocos. Acelerou-se o recrutamento do ELN para esse novo exército "externo". Em fins de 1957, contava novamente com 25.000 homens, enquanto as forças "internas" não passavam de 15.000.

Essa guinada na tática do ELN provocou uma reação semelhante por parte dos franceses. Em meados de setembro, eles acabaram de construir ao longo da fronteira marroquina, uma linha divisória super-elaborada de arames eletrificados, de sistemas de alarme, fortificações, campos minados e postos de observação. Uma barreira

semelhante foi construída na fronteira tunisiana, impedindo assim, efetivamente, o acesso dos exércitos do exterior à zona de operações internas. Em 1958, os franceses ampliaram, também no interior da Argélia, seu empenho militar. Cada uma das bases conhecidas do ELN foi isolada por uma zona "pacificada" e foram dirigidos ataques, um de cada vez, a cada um dos distritos militares do ELN. As comunicações entre os distritos foram efetivamente destruídas, ao passo que ficavam sem efeito as tentativas do ELN de preparar contra-ataques usando batalhões. Os rebeldes foram, pois, obrigados a voltar à tática de pequenos grupos, com a qual haviam iniciado a insurreição. Além disso, a atividade militar francesa se apoiava numa tentativa no sentido de realocar a população civil, a fim de separar os rebeldes de suas possíveis fontes de apoio. Mais de 1,8 milhão de pessoas foram tiradas de suas casas, entre 1955 e 1961, ao passo que outras fugiram das zonas de operações militares para as cidades, já super-povoadas. Finalmente, o contra-ataque francês foi rematado pelo emprego da guerra psicológica, que incluía a ação de persuadir as massas e o fornecimento de serviços sociais pelo pessoal do exército, até a doutrinação obrigatória e a tortura.

O empenho francês teve diversas conseqüências para o grupo nacionalista. Deu ênfase às inimizades entre a liderança, especialmente entre os líderes da revolta no. exterior e os chefes militares no campo. Isolou os distritos militares uns dos outros e das suas fontes de armas e apoio, cerceando assim sua capacidade de luta e reduzindo-os afinal ao nível de pequenos principados às turras uns com os outros, por causa de recursos, táticas e estratégias. Ao mesmo tempo, deixava intocado o "exército externo" em expansão, cuja importância, para a liderança nacionalista, ia aumentando — como ponto de barganha em quaisquer negociações finais para a paz — na proporção direta em que declinava a força e a eficácia do exército interno. Assim é que o fim da guerra encontrou o exército externo intato, e o único corpo organizado de argelinos, sob a liderança de Houari Boumedienne.

Ao mesmo tempo, o empenho francês produziu, dialeticamente, as forças de sua própria destruição. Já foi mencionado que, assim que os franceses se sentiram vitoriosos, paradoxalmente, mais intensa se tornou a influência da causa nacionalista nas mentes dos argelinos. Algumas das razões desse fato foram internas. A experiência de realocar pessoas pela força, a fuga dos refugiados para as cidades, a destruição dos recursos agrícolas, a aniquilação dos grupos nômades, que já não podiam organizar suas migrações — tudo isso destruiu as relações sociais tradicionais e produziu um tremendo vácuo ideológico. O próprio conflito polarizou ainda mais os colonizadores franceses e os muçulmanos, reforçando-lhes as diferentes identidades, que se haviam ainda exacerbado, em vez de reduzir-se, através do empenho dos franceses na guerra psicológica. Ao mesmo tempo, os custos do conflito tornavam-se cada vez maiores. Para a França, fora as perdas de vidas e as tensões da guerra, o custo financeiro desta revelou-se muito alto: 50 bilhões de francos novos e 1,7 milhões de dólares, em moeda estrangeira, foram gastos em armas e na tentativa de suprir o déficit orçamentário (Humbaraci, 1966, 55). Mas o custo político e social dessa

guerra foi ainda mais alto, pois trouxe à tona uma série de conflitos ocultos, que cercearam severamente a capacidade da França de continuar a luta. A França vinha de passar não apenas derrota e pelos transtornos da II Guerra Mundial; sofrera uma derrota infligida pelo Viet Minh, no Vietnã. O povo cansara-se de guerras, fato que se tornou evidente, assim que foram chamados recrutas para lutar na Argélia. Havia também uma elite financeira e tecnocrata nova que preferia que houvesse uma maior participação francesa no Mercado Comum Europeu do que uma continuação das dispendiosas e infrutíferas guerras coloniais. Por outro lado, estavam a postos na Argélia os intransigentes colonos franceses, que se recusavam a apoiar uma conciliação pacífica com a maioria muçulmana e também um exército profissional, que voltara do Vietnã implacavelmente decidido antes a estabelecer um domínio militar na Argélia e na França metropolitana do que a aceitar uma derrota em outra guerra de guerrilhas. Esses conflitos segmentários, por sua vez, não passavam de sintomas de um conflito maior, já antigo, entre a França metropolitana e a França de além-mar.

> A verdade é que a história da República francesa e a do império colonial francês eram impelidas por forças diversas, seguiam caminhos diversos e raramente se encontravam... O império era algo com que o povo francês nada tinha a ver e a história dele é uma história de maquinações da alta finança, da Igreja e da casta militar que, incansavelmente, iam erigindo além-mar as Bastilhas que haviam sido destruídas na França (Luethy, 1957, 205).

No decorrer da guerra argelina esses conflitos tornaram-se manifestos em três episódios de grande importância Durante o primeiro destes, de Gaulle subiu ao poder, a fim de acabar com a Quarta República, enquanto em Argel pairava a ameaça de um golpe de Estado do Exército, acompanhado de manifestações dos colonos (Maio, 1958). O segundo foi uma insurreição fracassada, contra de Gaulle, organizada por colonos e líderes do exército, em Argel, em janeiro de 1960. O terceiro foi uma revolta de líderes do exército, na Argélia, em abril de 1961, que foi reprimida e cujo fiasco submergiu numa onda de terrorismo dos colonos. O governo de Paris enfrentou com êxito a ameaça de instabilidade que emanava da colônia; mas decidiu também pôr termo a essa ameaça, para o futuro, livrando-se de uma colônia que se tornara, econômica, militar e politicamente, um fardo. As negociações de paz entre o governo francês e os representantes dos rebeldes argelinos produziram uma aliança tácita que visava eliminar a ameaça à França metropolitana através do sacrifício dos instáveis colonos franceses e de seus aliados militares proto-fascistas. Portanto, se a vitória sorriu ao ELN foi menos através de sua luta corajosa e temerária, de sete anos e meio de duração, que através das tensões causadas pela guerra nos alicerces da política francesa.

O que se passou na Argélia é importante, não só por ter uma pequena força guerrilheira desafiando um exército moderno, privando-o da vitória, mas pelo fato de ter suscitado duas teorias influentes sobre a guerra que envolve populações camponesas. Uma de-

las é a "teoria da guerra revolucionária", desenvolvida e defendida por oficiais do exército francês, que lutaram na Argélia. A outra é a teoria das revoluções coloniais, apresentada por Frantz Fanon, médico, propagandista e diplomata do movimento argelino de libertação.

A "teoria da guerra revolucionária" brotou da amarga experiência do exército francês no Vietnã. Na esteira dessa derrota, o general Lionel Max Chassin descobriu nos escritos de Mao Tsé-tung o segredo dos êxitos comunistas: "É impossível ganhar uma guerra, principalmente uma guerra civil, não tendo o povo de nosso lado". Doravante, segundo novos teóricos, as guerras têm que ser feitas entre as massas, pelo controle das massas e por meio de técnicas organizacionais e psicológicas. As técnicas organizacionais, que esperavam emprestar de Mao, apoiavam-se nas famosas hierarquias paralelas, a combinação de organizações baseadas na territorialidade com organizações funcionais. Em tal sistema "o indivíduo apanhado nas finas malhas de uma tal rede não tem possibilidade alguma de preservar sua independência" (Jean Hoggard, in *Revue Militaire d'Information*, 1957, citado em Fali, 1967, 134). As técnicas psicológicas derivavam, pelo menos em parte, de "*A Violação das Massas*", de Serge Chakotin, livro escrito às vésperas da II Guerra Mundial, que se propunha a mostrar aos alemães democráticos como defender a democracia contra Hitler, mediante uma "propaganda violenta", baseada em supostas lições de condicionamento pavloviano. Os processos de organização e condicionamento psicológico deveriam avançar simultaneamente, através da ação do exército em *quadrillage*, de realocação de populações pela força, de interrogatórios e do uso ocasional da tortura, bem como através de serviços sociais patrocinados pelos militares e pela persuasão psicológica. Esse tipo de abordagem possui um apelo enorme para os técnicos militares e cientistas sociais que consideram suas descobertas, antes de mais nada, como técnicas de controle do ser humano. A grande falha dessa nova visão da guerra — que atingiu a categoria de uma religião, entre muitos oficiais franceses envolvidos na guerra — situa-se na omissão do meio-termo humano, em seus múltiplos aspectos culturais — o econômico, o social, o político e o ideológico. Supondo que os argelinos são semelhantes aos franceses, possuindo idênticos padrões de cultura e interesses, os técnicos militares visualizavam sua tarefa simplesmente como se a organização reproduzisse o projeto experimental do laboratório e o mero condicionamento proporcionasse ao sujeito experimental uma nova série de hábitos, independentemente da criação simultânea de uma nova ordem cultural, para a qual esses novos hábitos seriam relevantes. Certamente, pode-se questionar se o simples condicionamento é suficiente para reestruturar as reações humanas do modo desejado; mas não parece impossível que, pelo menos futuramente, algumas formas complexas de condicionamento possam efetivamente conseguir esse resultado. É claro, no entanto, que o que fez falta à "teoria da guerra revolucionária", é uma visão da revolução real, da transformação do ambiente, coerente com novos padrões de hábitos. Na Argélia, sob as condições da guerra colonial, bem como mais tarde, no Vietnã, sob os auspícios dos americanos, aquela teoria foi esvaziada de qualquer conteúdo cultural e passou a produzir a sim-

ples obediência à brutalidade do poder, imposto de fora.

A teoria de Frantz Fanon, ao contrário, prega a necessidade dos povos coloniais repelirem a opressão estrangeira pela força e pela violência não simplesmente como técnica militar, mas como condição psicológica prévia, essencial à independência. A colônia foi estabelecida pela força e perdura pela força. O emprego da força contra o nativo, priva-o de sua hombridade essencial; ele só pode recuperá-la no dia em que ele próprio usar de violência contra seu opressor. O uso da violência

> liberta o nativo de seu complexo de inferioridade e de seu desespero e inércia; torna-o destemido e devolve-lhe o respeito próprio (1963, 73).

Mas o uso da violência tem também um aspecto social. Unifica o povo; a

> prática da violência une-os uns aos outros, como um todo, pois cada um desses indivíduos forma um elo violento numa grande corrente; ele é uma parte do grande organismo de violência que se sublevou, reagindo à violência inicial do colonizador (1963, 73).

Assim a violência torna-se uma "força purificadora"; e Fanon argumenta que não se deve esperar que a classe média nacionalista e o proletariado irão empunhar esse instrumento de violência purificadora — uma vez que eles "começaram a aproveitar — com descontos, certamente — do estabelecimento colonial e, no fundo, têm interesses especiais" (1963, 47) mas o campesinato, "que é rebelde por instinto" (1963, 102). Além disso

> em seus movimentos espontâneos, o povo do campo permanece disciplinado e altruísta. O indivíduo afasta-se em favor da comunidade (1963, 90).

Nas cidades, os prováveis recrutas da rebelião não virão do proletariado, organizado em sindicatos e já com interesses individuais a defender, mas do lúmpem proletariado, originário dos camponeses sem terra que refluíram para as cidades, tornando-se "a gangrena sempre presente no âmago da dominação colonial". Finalmente, os líderes da revolta serão

> homens que vieram de baixo e subiram através do trabalho... não raro operários não especializados, trabalhadores de ocasião ou, às vezes, até mesmo desempregados crônicos. Para estes, o fato de militarem num partido nacional não é simplesmente participar da política: é a escolha do único meio através do qual podem passar da condição de animais à de seres humanos (1963, 100).

Ninguém consegue ler Fanon sem ficar empolgado pela sua paixão moral e pela compreensão íntima dos mecanismos da agressão e repressão, que se exprimem através da violência pessoal e grupai.

Não obstante, num sentido imediato, a tese de Fanon é apenas a antítese da posição defendida pelos coronéis franceses. Contra a insistência destes de que os homens podem ser capturados e reduzidos à impotência através da organização, ele prega a insurreição, a dissolução e a desordem. Contra o uso da violência psicológica contra o nativo, ele prega a violência contra o opressor. Mas, do mesmo modo que os coronéis, Fanon deixa de prestar atenção às realidades culturais do passado histórico, aos relacionamentos de grupos, às guinadas e mudanças nas alianças e nos cismas dos seres humanos concretos, apanhados nas experiências concretas ao passado e do presente. Seu mundo maniqueísta — tanto quanto a ordem pseudo-revolucionária dos coronéis — é desprovido de economia, de sociedade, de política e de ideologia, bem como de determinantes. Para Fanon a violência não é a "política, por outros meios", segundo a frase mundana de Clausewitz, violência, como técnica racional, calculada em termos do interrelacionamento humano específico; torna-se, em vez disso, uma força cósmica, necessária para purificar o universo, a fim de conseguir a salvação. Violência houve, certamente; e a população rural reagiu a ela. Mas o apelo à violência teve maior êxito na Cabilia, onde permitiu às frações tribais hostis compor seus conflitos segmentários, numa confrontação comum com o inimigo externo. A escalada de violência permitiu, pois, o "efeito de massificação" tão característico das sociedades segmentadas, nas quais os segmentos autônomos formam coalizões, cada vez maiores, proporcionalmente à magnitude da ameaça externa. A violência, nesse cenário, era, ao mesmo tempo, causa e efeito de uma certa ordem social; não era simplesmente um ato psicologicamente motivado, por meio do qual os homens recuperavam a sua hombridade das mãos do opressor que lhes roubara. Além do mais, os contra-ataques franceses eram particularmente indiscriminados, em sua brutalidade: a violência era, freqüentemente, uma resposta à violência militar, que não distinguia homens, mulheres e crianças. Não queremos com isto contradizer a perspicácia da compreensão de Fanon, dos mecanismos psicológicos da opressão e submissão coloniais, mas é necessário mostrar que a psicologia precisa funcionar numa matriz social, pois não é uma força independente. Bem podemos compreender porque o conflito argelino produziu tais ideólogos da violência revolucionária e contra-revolucionária; não obstante, nem a ideologia dos coronéis nem a de Frantz Fanon nos proporcionaram um guia para a compreensão do que aconteceu na Argélia, durante e após a guerra.

O escritor turco Arslan Humbaraci deu a seu livro sobre a Argélia o subtítulo de "Uma Revolução Que Falhou". Os fatos mais significativos que dizem respeito à Argélia do pós-guerra originaram-se na derrota da rebelião interna e na sobrevivência do exército externo. Quando os franceses partiram, o exército externo entrou na Argélia. Os rebeldes cabilas, exaustos, não conseguiram enfrentar seu poderio militar e político. A partida de 900.000 franceses deixara um grande número de empregos vagos, no governo e nos serviços públicos que os membros da rebelião consideravam como sendo seus, por direito. Os elos, embora tênues, entre os profissionais, o campesinato e os operários, sobreviveram ao esmagamento da rebelião interna, mas atenuaram-se ainda mais à medida que a

classe média argelina colhia os frutos de dez anos de sacrifícios, juntando-se à elite argelina. As experiências socialistas iniciadas por Ahmed Bem Bella, que envolviam a auto-gestão das propriedades agrícolas francesas nacionalizadas e a auto-gestão das oficinas, resultaram numa super-burocratização e num grande declínio da produção. Ao mesmo tempo, a Argélia continuava dependente dos créditos franceses, concedidos em troca do usufruto do petróleo e do gás, descobertos no Saara. A tentativa de Ben Bella de refrear esse declínio, organizando a FLN num partido monolítico do tipo comunista, revelou-se incapaz — em qualquer nível — de reunir as forças centrífugas criadas pela decadência econômica, pela dependência contínua da França e pelo rápido "arbuguesamento" dos novos detentores do poder argelino. Em 1965, o exército entrou em cena a fim de estabilizar a situação. Sob o governo de Houari Boumedienne, ele continua a apregoar o "socialismo", mas salienta que o seu socialismo é "argelino" e não "importado" — e, para suas definições do socialismo, recorre ao *ulema* islamita. As oficinas nacionalizadas voltaram a seus donos; os bancos, o comércio exterior e a indústria pesada — que jamais foram socializadas — continuam nas mãos de particulares; e o regime declarou-se favorável ao investimento estrangeiro privado. A Argélia continua a depender consideravelmente da ajuda francesa, tendo se tornado, efetivamente, o mais próximo estado-cliente da França (Humbaraci, 1966, 271). No âmago da sociedade está um exército forte, conduzido por um Estado-Maior extremamente nacionalista. O ambiente é nacionalista, islâmico, argelino. A vitória coube, afinal, ao Islamismo jacobino de Beh Badis.

Havana
Matanzas
Sagua la Grande
Colon
Santa Clara
Pinar del Rio
Cienfuegos
Moron
Camaguey
Isla de Pinos
Holguin
Bayamo
Oriente
Guantanamo
Sierra Maestra
Santiago de Cuba

CUBA

CUBA

Con lo que un yanqui ha gastado no más que en comprar botellas se hubiera Juana curado!

Com o que gastou um ianque só na compra de bebidas Juana teria ficado curada!

(Nicolas Guillén: Visita a um solar)

A sexta revolução de que nos ocuparemos aconteceu há apenas dez anos, e só a 90 milhas da costa dos Estados Unidos. Trata-se de Cuba. A 2 de dezembro de 1956, Fidel Castro desembarcou com seu bando de guerrilheiros, em Las Coloradas, em Cuba, proveniente do México em seu barco, o Granma.* Foram defrontados por forças contrárias e sofreram uma violenta derrota; apenas uns poucos sobreviveram e refugiaram-se em Sierra Maestra. Não obstante, dois anos depois no dia 1º de janeiro de 1959, o movimento guerrilheiro de Castro tomava o poder político em Havana. Qual foi o cenário desses fatos e qual a sua explicação?

Diversas características distinguem Cuba dos casos que discutimos até agora. Primeiro, é um país relativamente pequeno, se comparado à Rússia ou à China; sua população, em 1953, era de 5.829.000 habitantes e sua área territorial é de 44.000 milhas quadradas. Em segundo lugar, a cultura da ilha carece de profundidade temporal; a sociedade cubana é produto da conquista espanhola do hemisfério ocidental, a partir de seu descobrimento, por Cristóvão Colombo, em 1492. Seus primeiros habitantes eram os índios de fala arawak** que foram exterminados ou assimilados e os seus sucessores ecológicos foram os recém-chegados espanhóis juntamente com uma população africana importada como escrava.

Assim, ao passo que a Rússia, a China, o Vietnã, a Argélia e o México possuem raízes imemoriais num passado neolítico autóctone, Cuba foi criada para responder às necessidades expansionistas do sistema comercial europeu, do período moderno. A hegemonia espanhola dentro da Europa teve vida curta, mas a expansão espanhola nem por isso deixou de ser significativa "na criação do mundo como sistema social".

Terceiro, embora hoje consideremos a economia de Cuba dominada pela produção de cana de açúcar, a preponderância desse cultivo sobre os demais teve uma evolução relativamente tardia, na história da ilha. Durante os primeiros séculos da ocupação espanhola, a

---

* Granma — vovó. (N. do T.).

** Arawak — povo ou povos índios que ocupavam primitivamente as Antilhas, agora espalhados em pequenos grupos pela costa da Guiana Britânica. (N. do T.).

ilha serviu principalmente de base estratégica, de guardiã das rotas marítimas que ligavam o porto de Cádiz, na Espanha, aos portos americanos do Panamá e do México. O crescimento de Havana foi o resultado direto da necessidade de organização da armada da prata espanhola e do empenho espanhol, no sentido de abastecer as colônias americanas de mercadorias européias: desde o início, Havana teve sua face voltada para o mar e para o contato com um mundo situado além dos confins da ilha.

No interior da ilha, cultivava-se tabaco e café e criava-se gado, para o fornecimento de carne ao mercado interno, além de couros e sebo, para a exportação. Apesar disso, até o fim do século dezoito, a agricultura e a criação eram de pequena escala. Disto concluiu-se que

> durante mais de dois séculos, Cuba conseguira ir constituindo lentamente sua sociedade, sem que lhe chegassem perturbações externas e evitando a modalidade de desenvolvimento realizada através de plantações. Podemos referir-nos com justiça ao surgimento de uma "adaptação crioula" no cenário cubano (Mintz, 1964, xxii).

Da mesma forma que a agricultura e a criação não se desenvolveram muito, até o final do século dezoito, também a escravidão africana, antes de 1800, foi relativamente menos significativa em Cuba do que nas demais ilhas e litorais do Caribe. Esta constitui, pois, a quarta peculiaridade do desenvolvimento cubano. Em finais do século dezessete, a totalidade da população de cor não atingia, em Cuba, 40.000 pessoas. Compare-se com a pequena Barbados, que possuía 60.000 escravos e com o Haiti, que possuía 450.000; ou com a Virgínia, que possuía 300.000 (Guerra y Sánchez, 1964, 46). Mesmo quando, após 1.800, expandiu-se a produção do açúcar, e a escravidão intensificou-se nas plantações, a maioria da população negra de Cuba vivia em pequenas fazendas e ranchos, ou estava empregada nas cidades. Segundo a estimativa de Alexandre von Humboldt, que visitou a ilha mais ou menos por ocasião da passagem do século dezoito para o dezenove, apenas 60.000 escravos eram empregados na produção do açúcar, 74.000 em outros cultivos básicos e outros 45.000 em cultivos diversos. Mais de 73.000 trabalhavam em ocupações urbanas. As colônias de outras potências, no Caribe e no continente

> eram, em sua maior parte, povoadas por massas de escravos, sem esperanças de melhorar sua sorte, e os únicos europeus que habitavam as plantações coloniais eram os feitores, funcionários do governo e aventureiros (Mintz, 1966, xxiii).

O trabalho escravo, nas pequenas fazendas e no artesanato, forneceu, em Cuba, a base de uma transição mais fácil de escravidão para a liberdade.

> Na atmosfera de escravidão urbana, especializada, ou de pequenas fazendas, que predominava em Cuba, não havia uma separação acentuada entre escravos e pessoas livres, ou entre os

libertos negros e os brancos. Esses três grupos realizavam o mesmo trabalho e não raro compartilhavam da mesma existência nos centros urbanos; trabalhavam lado a lado, nas áreas rurais, nas lavouras de hortaliças, na criação do gado, nas plantações de fumo e numa série de outras atividades rurais (Klein, 1967, 195).

O casamento interracial era comum e reconhecia-se o direito do escravo de ter seu preço anunciado publicamente, num tribunal, e de comprar a sua própria liberdade a prazo. Segundo estatísticas do século dezenove, quase dois mil escravos valiam-se anualmente desses direitos, seguindo assim o caminho da manumissão.

Embora durante os primeiros três séculos da existência de Cuba a escravidão tivesse ficado em escala reduzida e tivesse pouca importância, a importação dos escravos intensificou-se depois que o Haiti e Santo Domingo — ricas colônias escravagistas francesas do Caribe — sofreram as devastações da guerra e da rebelião e depois que o capital ligado à produção açucareira emigrou das colônias francesas decadentes para as espanholas, relativamente intatas.

Entre 1792 e 1821, passaram pela alfândega de Havana cerca de 250.000 escravos negros e, segundo as estimativas, mais de 60.000 foram trazidos à ilha através de outros portos ilícitos. Esses escravos eram submetidos a um regime de trabalho cada vez mais duro, assim que chegavam em Cuba. Há três aspectos que devem ser mencionados com relação ao papel desempenhado pelos negros na Cuba do século dezenove. Primeiro, a intensificação do trabalho escravo — após um período de relativa brandura — reforçou também o sentimento de oposição a essa instituição. Segundo, havia na ilha um grupo considerável de negros livres que supriram as rebeliões de escravos de 1810, 1812 e 1844 de líderes importantes. Terceiro, a relativa autonomia dos grupos escravos nos séculos anteriores e mais a novidade das importações maciças, combinaram-se para preservar os padrões culturais africanos significativos, em solo cubano. Isto tornou-se evidente, não só na multiplicação de organizações religiosas afro-cubanas, que representavam uma fusão autônoma de rituais e crenças africanas e cristãs, como também nas sociedades secretas negras, semelhantes à Máfia, como a Abakuá, que mandava nas docas de Havana. (López Valdés, 1966). Tanto o culto quanto a organização fora-da-lei proporcionavam focos para a continuidade da vida social e política autoconsciente dos negros. Esses fatores religiosos e políticos desempenharam um papel significativo na oposição negra à escravidão, bem como na formação de uma consciência negra, entre a classe baixa cubana.

Durante as guerras contra a Espanha, veio à tona um sentimento progressivo de solidariedade nacional, apoiado pela percepção de uma herança "crioula" comum e pela oposição à escravidão. Essas guerras, por sua vez, reforçaram esses sentimentos, quando as primeiras conspirações levaram à guerra pela independência de Cuba, em 1868. Dez anos depois, em 1878, foi assinada em El Zanjón, uma paz negociada, mas alguns líderes e heróis populares cubanos como Antônio Maceo e Calixto Garcia, conservaram vivas as chamas da rebelião, até a erupção de uma guerra total, em 1895.

De 1896 em diante, houve uma guerra que do lado espanhol, teve

o comando do general Valeriano Weyler que usou toda a parafernália de táticas anti-guerrilha, que se tornariam tão populares mais tarde, na Argélia e no Vietnã, tais como o uso das barreiras fortificadas que separavam uma região da outra, a transferência forçada de populações, incursões armadas pelo campo e campos de concentração. Nessa guerra sangrenta, as perdas foram estimadas em 400.000 cubanos e 80.000 espanhóis. Em 1898, tendo os rebeldes cubanos conseguido tirar das mãos espanholas o controle da maior parte das áreas rurais da ilha, os Estados Unidos entraram na rixa. Mas a participação dos Estados Unidos, se por um lado acabou com o domínio espanhol do resto do país, por outro lado lançou as bases das disputas amargas que se seguiriam entre os rebeldes e seus novos aliados. A assembléia revolucionária de Jimagayú, em 1895, havia considerado a guerra como uma continuação das tentativas anteriores no sentido de expulsar os espanhóis e, considerava a si mesma, como o corpo representativo da República Cubana Armada. Os Estados Unidos não reconheceram a legitimidade da assembléia e nem o direito de seu chefe, Calixto Rareia, de participar da capitulação espanhola, em Havana. Essa atitude serviu na verdade, para dirigir o nacionalismo cubano — com todo o ímpeto adquirido durante a prolongada luta pela independência — contra os Estados Unidos. As sementes da discórdia foram espalhadas em quantidade maior ainda, durante a ocupação da ilha pelos americanos, isto é, até 1909, em conseqüência das limitações à soberania de Cuba, determinada pela, assim chamada, emenda Platt à constituição cubana de 1901: ficava estipulado que Cuba não assinaria tratados que prejudicassem sua soberania; que não contrairia dívidas externas sem garantias de que os juros poderiam ser pagos com suas rendas comuns; concedia aos Estados Unidos o direito de intervir, a fim de proteger a soberania cubana e um governo capaz de garantir a vida, a liberdade e a propriedade; e permitia aos Estados Unidos a compra ou aluguel de terras para postos de abastecimento naval ou de carvão. Uma vez aceita a emenda, os Estados Unidos ratificaram o pacto tarifário que dava preferência ao açúcar cubano no mercado norte-americano e protegia uma série de produtos norte-americanos exclusivos no mercado cubano. Como conseqüência dessa atuação norte-americana, a produção de açúcar estabeleceu-se como fator dominante da economia cubana enquanto o consumo doméstico foi integrado ao amplo mercado dos Estados Unidos. Não admira que os cubanos nacionalistas passassem a considerar os Estados Unidos com amargura e ódio. O historiador cubano Hermínio Portell Vilá escreveu que

> a revolução cubana de 1868-1898 obteve seu designo de destruir as bases da estrutura política, econômica e social do país, a fim de as reconstruir em proveito da nação. A tocha incendiaria, a luta, os campos de concentração, a derrota do partido espanhol, preparavam o futuro de uma nova Cuba, quando a intervenção norte-americana restabeleceu e consolidou os aspectos econômicos e sociais do regime destruído, com todas as suas implicações políticas (1966, 72-73).

De acordo com essa perspectiva, durante muito tempo os inte-

lectuais cubanos falaram da "revolução frustrada" — frustrada pelos Estados Unidos.

Se algumas décadas antes da ocupação norte-americana, a indústria açucareira cubana havia iniciado a eliminação dos canaviais tradicionais e engenhos de pequena escala, foi "sob a égide do poder norte-americano que se alastraram as primeiras modificações e que a indústria toda foi enormemente ampliada" (Mintz, 1964, xxix). O resultado foi o surgimento da combinação fazenda-fábrica, que unificou numa mesma entidade organizacional "massas de terra, massas de maquinaria, massas de homens e massas de dinheiro" (Ortiz, 1947, 52). À medida que as usinas açucareiras ou centrais ampliavam sua capacidade de lidar com maiores quantidades de cana, o número de engenhos diminuiu de 1.190, em 1877 para 207 em 1899 e novamente, para 161, em 1956 (Guerra y Sánchez, 1964, 77; Villarejo, 1960, 81). Simultaneamente, as usinas expandiam suas propriedades canavieiras. Em 1959, os vinte e oito maiores produtores de cana possuíam 1.400.000 hectares de canaviais, e aumentavam mais 617.000 hectares, apoderando-se, desta forma, de mais de 20% da terra cubana em fazendas e de quase 1/5 de seu solo (Seers, 1964, 76). As companhias de propriedade dos Estados Unidos eram donas de nove, entre as dez maiores centrales e de doze, entre as vinte e uma pouco menores. As centrales, controladas pelos Estados Unidos, produziam 40% da safra da ilha e controlavam 54% da capacidade de suas moendas. Não era difícil, portanto, perceber que as usinas de moagem eram redutos estrangeiros, "onde um administrador colonial executivo controla tudo, como representante de um poder imperial distante" (Ortiz, 1947, 63), que exerciam o controle através de uma extensa estrutura vertical.

> Não só a política é decidida pelas companhias açucareiras nos Estados Unidos, emanando do centro que irradia o poder do dinheiro, chamado Wall Street, mas também a propriedade legal da central é estrangeira. O banco que subscreve o corte de cana é estrangeiro, o mercado consumidor é estrangeiro, o corpo administrativo estabelecido em Cuba, a maquinaria instalada, o capital investido, a própria terra está nas mãos de proprietários estrangeiros e enfeudada à central — tudo é estrangeiro, até logicamente os lucros que fluem para fora do país, a fim de enriquecer outros (1947, 63).

Além disso, à medida que cresciam as grandes fazendas, necessariamente decresciam as pequenas, independentes. Por outro lado, as *centrales* em ascensão favoreciam o desenvolvimento de uma classe de lavradores dependentes, os colonos, que — trabalhando em 85% de todas as fazendas em apenas um quinto da terra das fazendas — precisavam da usina, para moer sua cana e financiar sua safra. A maior parte do açúcar — tanto dos canaviais das plantações, como dos colonos — era vendida aos Estados Unidos, onde entrava através de um sistema de quotas, que dividia a venda do açúcar entre os produtores domésticos e os estrangeiros. A cana de açúcar chegou a perfazer 80 ou 90% de toda a exportação cubana e um terço da renda total da ilha. Entrosada tão estreitamente às necessidades do mercado americano, a cana de açúcar sofria também os altos e baixos

desse mercado, quando os preços subiam ou caíam, com enormes repercussões nas distorções da distribuição da renda, em Cuba.

Para guarnecer as usinas ou cortar a cana, a indústria açucareira criou uma grande força de trabalho, composta dos descendentes dos antigos escravos, de pequenos proprietários empobrecidos e de imigrantes haitianos e jamaicanos. A conseqüência foi o crescimento de um grande proletariado rural, impossibilitado de adquirir terras e forçado e vender sua força de trabalho num mercado aberto. Era composto de 500.000 cortadores de cana e de cerca de 50.000 operários de usinas. A presença dessa força de trabalho torna o caso cubano radicalmente diferente dos outros, que examinamos neste estudo. Um proletariado rural não é um campesinato. Conforme escreveu o antropólogo Sidney Mintz.

> Um proletariado rural, que trabalha nas plantações modernas, torna-se, tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista de comportamento, inevitavelmente diferente de um campesinato. Seus componentes não possuem e nem querem (eventualmente) possuir terras. As circunstâncias econômicas e sociais especiais em que se encontram dão-lhes outra orientação. Preferem salários mínimos estandardizados, semana de trabalho limitada, serviços médicos e educacionais adequados, maior poder aquisitivo e outros benefícios e proteções dessa espécie. Diferem, assim, tanto dos camponeses — que são freqüentemente conservadores, desconfiados, simples e tradicionalistas — quanto dos fazendeiros, que são os empreendedores agrícolas, a classe média rural que só tem olhos para o dinheiro e para o progresso. Esta diferenciação não esgota a sociologia da zona rural cubana, mas indica, pelo menos, que falar do "campesinato" de Cuba, como se a população rural fosse uma massa não diferenciada de proprietários de terra empobrecidos, é desconhecer inteira e completamente a complexidade da América Latina rural. Os camponeses que, por causa do processo rápido de desenvolvimento das plantações, foram transformados em proletários rurais, já não são as mesmas pessoas (Mintz, 1964, xxxvii).

Esse proletariado cubano, amarrado ao ritmo da indústria da cana-de-açúcar — tal como os trabalhadores açucareiros de outros pontos do Caribe — sofreu duramente com as variações de estação no emprego nas indústrias. A colheita da cana concentra-se num período de três a quatro meses ao. ano; depois não são necessários mais que uns poucos trabalhadores, para capinar os campos, plantar novamente a cana e só um punhado deles é necessário para servir nas usinas de processamento. O período importante e dramático da colheita, *zafra*, contrasta com o longo *tiempo muerto*, tempo "morto", durante o qual dois terços do total dos operários nas usinas e dezenove vigésimos de todos os trabalhadores no campo são postos completamente de lado (Zeitlin, 1967, 51). A indústria açucareira cubana, além de estabelecer na ilha o regime de uma única safra predominante, ainda subordinou uma força de trabalho concentrada e maciça a um ciclo econômico que oscila entre prolongados períodos de fome e curtos períodos de atividade intensa. O desejo dos tra-

balhadores cubanos da indústria do açúcar de romper esse ciclo viria a constituir uma das maiores fontes de apoio do governo revolucionário, depois da tomada do poder. (Zeitlin, 1967).

Em troca de ter assegurada sua quota de açúcar no mercado dos Estados Unidos, Cuba, por sua vez, permitiu a importação do capital e dos produtos americanos. Os empresários norte-americanos na ilha vieram a possuir

> mais de 90% dos serviços elétricos e telefônicos, metade dos serviços das ferrovias públicas, um quarto de todos os depósitos bancários... e grande parte da mineração, da produção de petróleo e da criação do gado... As companhias norte-americanas mais importantes eram interrelacionadas, tanto através de suas diretorias quanto de seus interesses comuns; conduziam seus negócios e tomavam as decisões referindo-se a seus interesses mútuos (Mac-Gaffey e Barnett, 1962, 177).

Como se isso não bastasse, Cuba não conseguia proteger suas próprias indústrias nascentes, mediante tarifas aplicadas às importações dos Estados Unidos. "As concessões tarifárias de Cuba" observou o economista Henry Wallich, "limitando as possibilidades da indústria doméstica, serviram mais ou menos como um preço para uma quota razoável de açúcar no mercado dos Estados Unidos" (1950, 12).

Durante o primeiro quartel do século vinte, a monocultura, realizada sob novos auspícios, forneceu o motor para o crescimento relativamente rápido da economia cubana; durante esse período, o poder aquisitivo do açúcar cubano mais que dobrou. Daí em diante, no entanto, a economia começou a dar sinais de estagnação. Em 1951, a missão Truslow, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Missão Econômica e Técnica, 1951, 57), resumiu suas impressões de Cuba dizendo que

> desde 1924-25, a economia cubana tem sido tão instável quanto carente de dinamismo. Mal consegue se manter, no que se refere a tendências a longo prazo da renda real per capita. Vem se caracterizando por muito desemprego, subemprego e insegurança generalizada para os produtores independentes, para o pessoal do comércio e também para os assalariados.

Caracterizaram a economia cubana como "tendo perdido sua dinâmica", de antes de 1925, e "não tendo ainda encontrado outra". Da mesma forma, esse quadro foi caracterizado por Dudley Seers como

> de estagnação crônica, de 1920 em diante, quanto à renda real per capital. A tendência para a ascensão econômica mal pode acertar o passo com o aumento da população (Seers, 1964, 12).

Mas essa economia, embora não acertasse o passo com a população, não era também uma economia pobre, nos termos absolutos empregados por muitos estudantes de economia do desenvolvimento a fim de medir o desempenho- de uma economia em desenvolvimento. Entre as vinte repúblicas latino-americanas, Cuba estava em quinto

lugar quanto à renda anual per capita; em terceiro, quanto a pessoas não empregadas na agricultura; em terceiro ou quarto, quanto à expectativa de vida; em primeiro, quanto à construção de estradas de ferro e posse de aparelhos de televisão; em segundo, quanto ao consumo de energia; em quarto, quanto ao número de médicos por mil habitantes (Goldenberg, 1965, 120-121). Houve, além disso, depois da II Guerra Mundial, uma certa diversificação nas safras; por exemplo, enquanto antes da guerra todo o milho e feijão eram importados, em fins de 1950, a ilha já produzia o que consumia. Da mesma forma, diversificara-se o desenvolvimento industrial. Mas "o que inibia o crescimento econômico da ilha não eram os fatores de Produção absolutos, mas a maneira pela qual eram organizados" (0'Connor, 1964a, 247).

Cuba fornece um exemplo ótimo de uma economia e uma sociedade "distorcidas". Ligada ao mercado norte-americano, ficou sujeita à poderosa corrente ascendente criada pelo sistema econômico dos Estados Unidos; no entanto, precisamente esses mecanismos que ligavam Cuba aos Estados Unidos, limitavam sua capacidade decisória autônoma, no que se referia ao emprego de seus próprios recursos.

Assim, por exemplo, Cuba não desenvolveu uma

> grande classe capitalista indígena. Na prática e por definição, o capitalista deve ter o poder e a liberdade de desenvolver e escolher entre alternativas empresariais significativas e essa série de escolhas deve incluir as fontes e condições da acumulação do capital. Para citar uma ilustração tirada da história norte-americana: os capitalistas, em certa fase de seu desenvolvimento, recorrem a uma dívida nacional corrente, como meio para acumulação de capital e, no entanto, esse dispositivo crucial foi negado aos cubanos pelos líderes norte-americanos. Faltavam aos capitalistas cubanos outras liberdades semelhantes, por causa do poder de vários americanos, que tomavam tais decisões, formal ou informalmente (Williams, 1966, 191-192).

A classe alta de Cuba, portanto, não conseguiu desempenhar um papel econômico ou político independente. Sua maior fonte de garantia era investir em imóveis ou construções altamente especulativos, quase sempre ligadas às demandas da indústria turística. Grande parte dessa renda era conseguida através do não pagamento dos impostos, da usura e da corrupção. Os investimentos de capital, dessa classe, eram feitos principalmente em instituições norte-americanas, sob a tutela de homens de negócio norte-americanos. A burguesia, não conseguindo ser independente, também era incapaz de agir como burguesia nacional. Entre seus membros, não poucos haviam tido anteriormente nacionalidade espanhola ou norte-americana. A burguesia não conseguia, tampouco manter ligações com a aristocracia rural crioula, do tipo existente no interior de outros países sul-americanos, pois esse grupo fora efetivamente substituído por gerentes de corporações sob auspício norte-americano. A classe alta cubana carecia, portanto, da "carapaça protetora típica do poder oligárquico" (Blackburn, 1963, 64, fn. 40). Centralizada em Havana, suas "tradições, idéias e ideais so-

friam uma transformação constante e distorcida, orientada para a cultura norte-americana" (Williams, 1966, 190), mas sem qualquer aumento simultâneo de autonomia e de capacidade para a elaboração dessa cultura. Fidel Castro, em seu discurso de 1 a 2 de dezembro de 1961, caracterizou esse estrato e seus integrantes resumidamente como "*Lumpen bourgeoisie*". O crescimento das assim chamadas classes médias, foi afetado também por processos semelhantes a esse. O comércio, via de regra, estava nas mãos dos espanhóis e dos chineses. Os cubanos faziam-se representar principalmente nas profissões liberais e no aparelho governamental. As empresas norte-americanas empregavam cerca de 160.000 pessoas (Harbron, 1965, 48). Em 1950, esse aparelho governamental, hipertrofiado, absorvia 186.000 funcionários, ou cerca de 11% do total da população trabalhadora, a quem alocava 80% da renda pública (Goldenberg, 1965, 130). O restante era composto de colonos, profissionais, pessoal do exército e artesãos que as usurpações das indústrias norte-americanas não haviam deslocado. Eram incertos os limites dessa "classe" heterogênea. Alguns de seus membros, com o correr do tempo, passavam com êxito à classe alta (Carvajal, 1950, 35); outros continuavam "ainda ligados aos setores da classe mais baixa, da qual provinham" (Alvarez, 1965, 628). Entre eles estavam os trabalhadores mais privilegiados, empregados na indústria da luz e na dos serviços públicos. Havia também, entre eles, pessoas ligadas "à grande massa de parasitas, que proliferava", integrada por 250.000 pessoas: criados, garçons, pequenos comerciantes, artistas de casas de diversões, alcoviteiros, que haviam sido "criados pela combinação do desemprego com o luxuoso estilo de vida dos ricos locais e dos turistas" (Blackburn, 1963, 83). Impossível estimar corretamente o volume total desse segmento. Alguns observadores (como Draper, 1965, 105; e Raggi, 1950, 79) colocam um terço da população cubana nessa categoria imprecisa; outros (Nelson, 1966, 196) "não estavam certos de que existisse uma classe média". Mas há uma concordância geral de que as pessoas dessa classe média estavam expostas a pressões econômicas que não raro lhes bloqueavam a mobilidade e lhes punham em perigo a renda. Via de regra, também, a classe média carecia de coerência ou capacidade para defender seus interesses comuns. Constituíam, talvez, uma "agregação acentuadamente dividida, de facções que perseguiam seus próprios interesses" (Mc Gaffey e Barnett, 1962, 39).

Tanto os membros da classe média quanto os da classe alta viviam polarizados em torno do grande centro urbano, que era Havana, cidade cuja população de 790.000 pessoas chegou a incluir um, em cada sete cubanos. Havana era a porta de entrada da influência norte-americana e o elo principal entre a ilha e a sociedade e economia do continente norte-americano.

Havana, que apresentava grandes contrastes entre sua classe média e alta — a que se achava enquadrada nos ideais de mobilidade e consumo do estilo de vida norte-americano — e seus pobres urbanos, demonstrava, no entanto, em seu ambiente e estilo de vida, o magnetismo exercido pelo *way of life* americano. Todavia, do mesmo modo que a sociedade cubana era, "até certo ponto, parasitária" — com sua grande população de desempregados, que deviam ser sustentados pela parte trabalhadora do povo com sua exibição de ativida-

des não produtivas (Goldenberg, 1965, 134) — também Havana parasitava a sociedade cubana mais ampla. Era o exemplo, por excelência, do contraste entre "um interior que se atrasava cada vez mais e um setor de classe média quase grande demais para ser sustentado pela economia" (Draper, 1965, 105). Não admira que Che Guevara (1968a, 31) comparasse um país subdesenvolvido a "um anão de cabeça enorme e peito inchado" cujas "pernas fracas e braços curtos não condiziam com o resto de sua anatomia"; e George Blaksten indicou uma das maiores fontes do poder de Castro, ao dizer que "a ascensão de Castro ao poder foi o triunfo da Cuba rural sobre Havana" (1962, 123).

Entre as grandes massas de cortadores de cana e a classe média havia também um proletariado urbano de cerca de 400.000 pessoas. Já vimos que suas fileiras mais privilegiadas — os trabalhadores nas indústrias leves e nos serviços públicos — incorporavam-se imperceptivelmente na categoria da classe média; organizavam-se, efetivamente, em sindicatos de artesãos, que funcionavam no sentido de defender seus privilégios especiais. O estrato mais pobre da classe trabalhadora, por outro lado, incorporava-se à grande massa dos desempregados e subempregados urbanos, estimada em mais de 700.000 pessoas. O movimento sindicalista cubano declarava possuir cerca de 1 milhão de membros; mas, conforme um relatório do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, de 1950,

> são, com maior freqüência, membros nominais e não reais, (no sentido de participação ativa e informada). O padrão de educação dos membros, geralmente, é baixo. Os sindicatos cubanos, em sua maioria, carecem de base democrática realmente forte e seus alicerces não são assentados com firmeza em relações de barganha coletiva, ao nível da fábrica ou oficina. Tendem, portanto, a tornar-se os púlpitos de líderes políticos ambiciosos que procuram colocar alguma doutrina ou partido, em nome do trabalho organizado, ou promover-se a si próprios e às suas posições políticas (citado em Smith, 1966, 131).

Dentro de uma estrutura permanentemente desequilibrada — de que natureza seria o campo político? Assinalamos aqui, novamente, a influência poderosa da presença norte-americana. Ela manifestou-se, em parte, através da intervenção direta e, em parte, limitando o tipo de atividade política permitida aos cubanos. Durante os primórdios da nova república, os Estados Unidos intervieram duas vezes com suas tropas: colocaram os fuzileiros navais na ilha, de 1906 a 1908 e, novamente, de 1912 a 1922. Usaram também de sua faculdade de reconhecer os líderes políticos cubanos a quem favoreciam e negar o reconhecimento àqueles que não aprovavam. Foi assim que os Estados Unidos prontamente reconheceram e apoiaram os regimes fortes, de militares, tais como o do general Gerardo Machado (1925-1933) e o do general Fulgêncio Batista (1934-1944; 1952-1958). Por outro lado, recusaram-se a reconhecer (em 1933-1934) o regime reformista de Ramón Grau San Martin, que advogava a nacionalização dos serviços públicos e a reforma agrária e que poderia ter seguido um curso diferente do de seu predecessor, Machado, e do seu sucessor, Batista. Diz o cientista político Frederico G.

Gil:

> A recusa dos Estados Unidos de reconhecer Grau San Martin foi fator importante na queda de seu governo. Preocupada com os perigos inerentes à revolução social e com o impacto desta nos interesses dos Estados Unidos investidos na ilha, a política norte-americana visava a preservação do *status quo*... Não se pode deixar de indagar se os acontecimentos, em Cuba, não teriam seguido outro curso, caso os Estados Unidos, naquela época, tivessem favorecido as necessárias mudanças sociais e econômicas... É válido colocar essa questão, pois, de certo modo, o fenômeno cubano da década de 1950 foi simplesmente a reencarnação do processo revolucionário interrompido na década de 1930 (1966, 150).

A má vontade dos Estados Unidos de aprovar qualquer modificação substancial, dentro de Cuba e nas relações de Cuba com os interesses dos Estados Unidos, criou dúvidas graves e reais, relativas à capacidade de qualquer governo cubano, de promover os interesses da ilha, como um todo. Em vez disso, a política cubana, privada de metas nacionais, tornou-se uma espécie de charada, na qual as únicas vantagens possíveis seriam as arrancadas por facções individuais do tesouro do estado-cliente neo-colonial, opção que, aliás,

> perpetuou o legado espanhol, segundo o qual os cargos públicos deviam ser transformados em fontes de lucro pessoal. A política tornou-se, pois, a chave da ascensão social e pouco mais que uma contenda entre facções pelo domínio do governo. Os partidos açambarcaram os interesses dos grupos e o que determinava os alinhamentos partidários não eram os princípios, mas o personalismo... O governo, de fato, era como a loteria, que desempenhava um papel tão importante na política de Cuba. Permeava a vida pública uma psicose de boom;* os setores médios fazendo lances uns contra os outros, pelas sinecuras do governo (Hennesgy, 1966, 23-24).

Essas ofertas competitivas eram, não raro, acompanhadas de guerras entre bandos rivais e outros tipos de violência (Stokes, 1953; Suarez, 1967, 11-15); o prêmio era, o mais das vezes, o acesso aos fundos públicos e privados, sendo a corrupção aceita como uma espécie de capitalização pública dos grupos vitoriosos. Por seu lado, os críticos da política cubana pediam freqüentemente uma "moralização" do governo e não uma alteração estrutural nas condições da imoralidade. No que a isso diz respeito, o atual regime de Castro encontra antecedentes em certo número de figuras políticas —tais como Antônio Guiteras, o ministro do interior de Grau San Martin que lançou o slogan "*Verguenza contra dinero*" (Vergonha contra dinheiro) e Eduardo Chibás, do partido Ortodoxo, que suicidou-se, nos dias que precederam a retomada do poder, por Batista. O movimento de Vinte e Seis de Julho, liderado por Castro, cuja

---

* Boom — alta repentina ou valorização rápida. (N. do T.).

atitude era extremamente puritana no que se referia à moralidade pública, serviu-se construtivamente dessa necessidade de uma "mudança nos costumes públicos", (Gil, 1962, 386) tão fortemente sentida.

A maioria dos observadores interpretaram os regimes ditatoriais de Fulgêncio Batista como apenas mais dois exemplos da inclinação espanhola ou latino-americana pelas lideranças pessoais, ou pelo personalismo. A liderança pessoal é, certamente, um padrão importante na política da América Latina, mas uma análise apresentada em termos personalistas omite três aspectos da situação cubana que requerem maiores explicações. Primeiro, é óbvio que as várias forças políticas de Cuba eram insuficientes para que qualquer grupo ou classe transcendesse o impasse político. Na frase de James 0'Connor, "o equilíbrio das forças de classe — levando em conta volume, organização e moral — criou um nexo político no qual nenhuma classe obteve a iniciativa política" (1946b, 107). Era uma situação vantajosa para um ditador que soubesse jogar os vários grupos relevantes uns contra os outros. Ademais, nem sempre se percebe que regimes como o de Batista representam na realidade, esforços para dar representatividade de forma não eleitoral a vários grupos de interesses importantes. Aliciam em todas as classes e "podiam ser notados representantes de todas as classes em posições chaves, com poder decisório, em todos os governos, desde 1935. Inclusive trabalhistas" (1964b, 107). Nesse contexto, devemos recordar que, durante o primeiro regime de Batista, os trabalhistas foram representados por dois comunistas, em posições ministeriais, e por líderes de sindicatos comunistas. Quando, em 1950, o poder passou da liderança comunista para os líderes sindicais anti-comunistas, estes foram incluídos no novo governo de Batista. Ao mesmo tempo, o partido comunista nada fez para desafiar politicamente o regime, confiando inteiramente em suas táticas sindicalistas. Deixaram, também de apoiar os rebeldes de Castro. Denunciaram a insurreição de Moncada, em 1953, como "aventureirismo putchista" criticaram os rebeldes da Sierra como terroristas e conspiradores e opuseram-se às greves de 1958. Só em julho de 1958 é que Carlos Rafael Rodrigues, um líder comunista, que fora ministro do governo de Batista em 1940, foi para a Sierra para entrar em contato com os fidelistas.

Essa organização quase sindicalista do governo de Batista produziu o terceiro aspecto que merece comentário. De um lado, ligava um segmento de cada classe significativa ao aparelho governamental, dando-lhe fortes interesses na manutenção do governo — enquanto ao mesmo tempo o debilitava, colocando-o contra possíveis competidores. James 0'Connor caracterizou a situação da seguinte maneira:

> Muito mais importante é que, na década de 1950, os representantes de cada uma das classes, estavam firmados na burocracia estatal. Assim, o caráter da luta de Castro foi determinado, em parte, pelo resultado da primeira sublevação, que tirara uma base sólida de classe pelo governo político, lançando as bases para que cada classe estabelecesse uma espécie de interesse na política econômica nacional. Esses interesses

> envolvidos aproveitavam-se tanto da rede de controle do mercado quanto da política nacional de redistribuição econômica. Desta forma, desenvolveu-se uma situação paradoxal, na qual cada classe possuía um segmento que se aproveitava largamente do sistema, ao passo que outros ganhariam com a aniquilação dele (1964b, 108).

Havendo em cada categoria social alguns membros dentro e outros fora, só poderiam ocorrer conflitos múltiplos entre os de dentro e os de dentro, ou entre os de dentro e os de fora, mas não poderia haver nenhuma oposição radical — em termos sociológicos — entre os defensores e os opositores do sistema social, como um todo. O sociólogo Lewis Coser assinalou que "o conflito, em vez de demolir e desassociar, pode até ser um meio de equilibrar e portanto, de manter a sociedade em funcionamento" (1956, 137). Assim, no caso de Cuba, o conflito apenas levou a um impasse, e o impasse produziu um conflito, sem que nenhum grupo conseguisse desenvolver ímpeto suficiente para arrancar o sistema de suas amarras. No entanto, conforme escreveu James 0'Connor.

> O desenvolvimento econômico (depois de 1950) exigia uma autonomia nacional total; a estabilidade política (condição prévia dos investimentos estrangeiros), já que não havia uma classe forte e estável que governasse de maneira burguesa, precisava da dependência de Washington. O desenvolvimento econômico necessitava de um sistema monetário independente e autonomia monetária; a estabilidade política exigia que a ilha estivesse segura contra a inflação e que o peso fosse mantido ao nível do dólar, permanecendo a ilha como colônia monetária dos Estados Unidos. O desenvolvimento econômico precisava que Cuba pudesse adiar, ajustar e modificar seus pagamentos internacionais; a estabilidade política requeria pagamentos imediatos e totais (em 1957-58, 70% das arrecadações dos créditos dos Estados Unidos foram designadas como 'imediatas' e 90% delas foram pagas dentro de 30 dias). O desenvolvimento econômico exigiu que Cuba conseguisse aproveitar-se das vantagens dos instrumentos comuns da política econômica nacional — taxas de câmbio múltiplas, quotas de importação e assim por diante; a estabilidade política precisava que os arranjos comerciais internacionais de Cuba fossem feitos no interesse dos comerciantes dos Estados Unidos. O desenvolvimento econômico exigia que Cuba se libertasse do sistema das quotas de açúcar; a estabilidade política requeria que o destino de Cuba se mantivesse ligado aos interesses e a disposição de ânimo do Congresso dos Estados Unidos (1946b, 106).

A manutenção do impasse político contribuiu, assim, diretamente, para inibir o desenvolvimento econômico e garantir a estabilidade política — o que tornou impossível transcender o desequilíbrio do sistema social. Nessas condições, só a injeção de uma nova força, "exterior" ao sistema poderia fornecer o ímpeto adicional necessário para abalar a estrutura do conflito e resolução de conflito, com a condição daí advinda de impotência política.

Essa força "externa", acabou sendo o bando rebelde de Fidel Castro. Duas vezes, durante os trinta anos anteriores, a política "interna" revelara-se insuficiente para efetuar uma modificação estrutural maior na sociedade cubana. Durante o período da oposição ao sanguinário magarefe Machado e durante o curto regime nacionalista radical de Grau San Martin, os estudantes universitários haviam se apoderado da Universidade de Havana e os operários haviam ocupado as estações ferroviárias, os serviços públicos e as *centrales* açucareiras, tendo formado *soviets* de curta duração, isto é, conselhos de operários, camponeses e soldados, segundo o modelo russo. Esse movimento fora especialmente forte na província de Oriente, que seria mais tarde o cadinho do esforço rebelde. O jovem Partido Comunista, fundado em 1926, havia se responsabilizado pelos ataques; os comunistas, aliás, demonstraram-se eficientes na organização do primeiro sindicato dos trabalhadores do açúcar (SNOIA), e de "ligas camponesas", entre os trabalhadores rurais. Todavia, apesar de seu considerável poder e prestígio, o Partido Comunista não conseguiu ir adiante com a mesma eficiência. Há provas de que se omitiu, durante a luta contra Machado, temeroso de provocar uma intervenção imperialista (Zeitlin e Scheer, 1963, 112); deixou também de apoiar o regime de Grau, a quem considerava "um proprietário de terras burguês", mas apoiou abertamente o primeiro regime de Batista; e, depois disso, concentrou-se em metas sindicais e não políticas. Chegou assim a representar o protótipo da "máquina partidária carente de combustível" a qual Régis Debray vem xingando. Além disso, permaneceu essencialmente passivo durante os dois primeiros anos de lutas guerrilheiras.

O Movimento de Vinte e Seis de Julho, liderado por Fidel Castro representa, ao mesmo tempo, a continuidade da ação radical do pasmado e uma ruptura dela. O próprio Fidel granjeou renome político nos, assim chamados, grupos de ação, dos últimos anos da década de 1940, durante as violentas lutas dos bandos que se opunham a coalizão do Partido Comunista com o de Batista e que preferiam as táticas de insurreição. Em 1952, durante um breve intervalo de política eleitoral, ele próprio foi candidato pelo partido Ortodoxo; mas as eleições jamais ocorreram porque Batista subiu ao poder, pela segunda vez. Em 26 de julho de 1953, Fidel organizou um ataque de 125 homens ao quartel do exército, em Moncada, em Santiago de Cuba. Embora abortado, o ataque deu ao movimento seu nome característico. Ele foi feito prisioneiro, mas libertado dois anos mais tarde. Exilado no México, rompeu com o partido Ortodoxo e organizou uma nova rebelião; um desembarque de forças cubanas vindas do México foi coordenada com outra insurreição em Santiago: desembarcaram em Cuba oitenta e dois homens, sob as ordens de Fidel, mas a insurreição falhou e, entre 2 e 5 de dezembro, o grupo de Fidel foi quase dizimado, os doze sobreviventes ao desastre fugiram para Sierra Maestra, onde se reorganizaram e continuaram a luta contra Batista — dessa vez empregando táticas de guerrilha.

Daí em diante, alargou-se em Cuba o abismo entre as organizações que esperavam mobilizar as massas urbanas e rurais para o esforço revolucionário e os castristas, que recorriam à ação militar de um pequeno grupo, utilizando as montanhas da província de Oriente como refúgio privilegiado. Esse conflito veio a ser conhecido

como a oposição dos llanos, ou planícies, e das montanhas ou sierras (ver Guevara, 1968a, 196-197). Do ponto de vista do partido comunista, o bando rebelde seguia uma estratégia blanquista, assim chamada por causa do revolucionário francês Auguste Blanqui. O blanquismo foi descrito por Engels como a visão

> de que um número relativamente pequeno de homens resolutos e bem organizados poderiam num dado momento favorável, não só tomar o poder, mas conservá-lo, através de uma ação enérgica e inflexível, até que conseguissem trazer a massa do povo à revolução ordenando-a em torno de um pequeno grupo de líderes.

Para a maioria dos comunistas, essa posição era um anátema. Lênin escrevera que "a insurreição deve ser baseada na sublevação revolucionária do povo"; no entanto, aqui estava um movimento que esperava produzir um levante popular "lançando de pára-quedas" um grupo de rebeldes, para dentro da situação cubana.

Como foi que esse grupo rebelde conquistou as massas? O núcleo original das forças rebeldes era composto principalmente dos chamados "intelectuais revolucionários", cuja maioria provinha da classe média. Alguns eram estudantes (Raul Castro, Fauré Chamón), alguns advogados (Fidel, Dòrticós), alguns médicos (Faustino Pérez, René Vallejo), alguns professores (Frank País) e alguns desempregados urbanos (Camilo Cienfuegos, Ephigenio Almejeiras). "Nenhum de nós" escreveu Che Guevara (citado em Darper, 1965, 68),

> nenhum dos componentes do primeiro grupo que vieram no Granma, que se estabeleceu em Sierra Maestra, e aprenderam a respeitar o camponês e o operário, enquanto viviam com eles, veio de famílias operárias ou camponesas.

O primeiro homem relacionado com a população rural a juntar-se à rebelião foi Guillermo Garcia, negociante de gado na área em que os rebeldes fizeram sua base; a 6 de maio de 1957, foi promovido a capitão e "encarregou-se de todos os camponeses que aderiram à coluna" (Guevara, 1968a, 102). Porém, o recrutamento de camponeses foi lento.

> O problema fundamental era que se nos vissem teriam que nos denunciar. Se o exército ficasse sabendo de nossa presença por terceiros, eles estariam perdidos. Denunciar-nos, violentava suas consciências e, de qualquer maneira, os punha em perigo, pois a justiça revolucionária é rápida. Apesar desses camponeses aterrorizados ou, pelo menos, neutralizados e inseguros, que preferiam evitar esse grave dilema deixando a *Sierra*, nosso exército ia se fortificando cada vez mais (Guevara, 1968a, 197).

Para enfrentar a lentidão do recrutamento entre o campesinato, foram enviados, da planície para a Sierra, especialmente por Frank País, que operava em Santiago de Cuba — reforços que se revelaram cruciais. Entre o desembarque a 2 de dezembro de 1956 e o ataque ao Posto do exército de Uvero, a 28 de maio de 1957, juntaram-se à

coluna cinqüenta homens armados: pode-se presumir que a maioria deles eram operários ou proletários rurais, da província de Oriente (ver Arnault, 1966, 147, fn. 13). A partir daí, o recrutamento camponês andou mais rápido.

> Pouco a pouco, à medida que os camponeses reconheciam a invencibilidade da guerrilha e a longa duração da luta, começaram a reagir mais logicamente, aderindo ao nosso exército, como combatentes. Desse momento em diante, além de se juntarem às nossas fileiras, forneceram ação de apoio. Depois disso, o exército guerrilheiro arraigou-se firmemente na zona rural, principalmente porque, via de regra, os camponeses têm parentes espalhados pela área. A isso chamamos "vestir os guerrilheiros com folhas de palmeira" (Guevara, 1968a, 197).

Dois fatores, nesse tipo de recrutamento, parecem importantes. Primeiro, a população rural que vivia nas imediações de Sierra Maestra era muito diferente com relação ao caráter, do proletariado rural característico da maior parte de Cuba. Guevara teceu comentários a esse respeito, em sua discussão sobre a "excepcionalidade de Cuba" (1968a, 29).

> a primeira região para onde o Exército rebelde — composto dos sobreviventes do grupo derrotado que havia viajado no Granma — conduziu suas operações, era habitada por camponeses cujas raízes sociais e culturais eram diferentes das dos camponeses que se encontravam nas zonas de agricultura semi-mecanizada, em larga escala. A Sierra Maestra, local do primeiro reduto revolucionário, é, de fato, o lugar onde se refugiaram os camponeses que lutavam contra o latifúndio. Para lá se dirigiam à procura de um pedaço de terra — que talvez tivesse passado despercebido ao Estado e aos latifundiários — para nele construir sua modesta fortuna! Tinham que constantemente lutar contra as extorsões dos soldados, que sempre se aliavam aos latifundiários; sua ambição não ia além de um título de propriedade. Concretamente, os soldados pertencentes ao nosso primeiro exército guerrilheiro camponês, provinham de uma fração daquela classe social que mais ama a terra e deseja possuí-la; isto é, que mais perfeitamente demonstra o que podemos definir como espírito pequeno-burguês. O camponês lutava, porque desejava terra para si e para seus filhos, para administrá-la, vendê-la e enriquecer com seu trabalho.

Bem se vê que o molde em que a rebelião se forjou era raro para Cuba. Embora existissem posseiros noutros pontos da ilha, o número deles era muito mais alto na província de Oriente (Seers, 1964, 79), onde viviam à margem da lei. Existem também referências à região de Sierra Maestra como uma das principais zonas de cultivo e contrabando de maconha (Goldenberg, 1965, 155), atividade que deve ter reforçado a orientação fora-da-lei da região, transformando-a num abrigo para o bando guerrilheiro que crescia aos poucos e ia ganhando as simpatias dos camponeses, que os viam como uma espécie de Robin Hoods, ou bandidos com consciência social. Um

outro fator importante parece ter sido o fato do bando guerrilheiro ter se tornado parte integrante da economia local, ligando assim os interesses dos camponeses à sua presença contínua e a seus êxitos. "O camponês da Sierra", disse Guevara,

> não possuía gado e sua dieta era, geralmente, de subsistência. Dependia da venda do café que cultivava para a compra dos produtos beneficiados indispensável, tais como o sal. Como etapa inicial, combinamos com determinados camponeses que eles plantariam produtos específicos — tais como feijão, milho, arroz, etc. — cuja compra nós garantiríamos. Ao mesmo tempo, combinamos com determinados comerciantes das cidades vizinhas o fornecimento de alimentos e de armamentos (1968a, 203).

A força do bando guerrilheiro nas montanhas florescia, enquanto nas planícies fracassaram as tentativas de insurreições. Entre estas, inclui-se um ataque de estudantes ao palácio presidencial de Havana, a 13 de março de 1957; uma greve geral marcada para agosto de 1957; um levante de oficiais da Marinha em Cienfuegos, a 5 de setembro de 1957; e mais uma greve, marcada para 9 de abril de 1958. Não obstante, na primavera de 1958, já havia uma segunda frente rebelde em Sierra Cristal, ao norte da província de Oriente e, em maio, duas colunas rebeldes rumaram para leste, em direção às províncias de Camagüey e Las Villas. Em novembro e dezembro de 1958, os rebeldes cortaram as comunicações com os centros urbanos em Oriente e tomaram postos de comando em pequenas cidades das planícies. Em 31 de dezembro de 1958, Guevara tomou Santa Clara. No dia 1.° de janeiro de 1959, Batista fugiu do país e a 8 de janeiro os rebeldes entravam em Havana. Segundo as estimativas, o exército rebelde nunca contou com mais de dois mil homens armados.

O ponto de vista de James 0'Connor, segundo o qual o regime de Batista era efetivamente uma coalizão de segmentos de classe aos quais foi concedida uma participação na estrutura funcional, ao passo que outros segmentos foram postos de lado, foi confirmado através da maneira pela qual vários grupos dos "de fora" começaram a apoiar os rebeldes, enquanto os "de dentro" abstinham-se de participar no regime. Existem provas concretas do apoio da classe média aos rebeldes, embora o próprio Castro, mais tarde, desautorizasse essa versão. Em sua análise a respeito da "excepcionalidade cubana", Guevara refere-se claramente a esse apoio (1968, 28):

> Não acreditamos que possa ser considerado excepcional o fato de a burguesia, ou pelo menos boa parte dela, ter se mostrado favorável à guerra revolucionária, contra a tirania; ao mesmo tempo em que apoiava e promovia movimentos que procuravam uma solução negociada, que lhes permitisse substituir o regime de Batista por elementos disposto a refrear a revolução. Considerando as condições em que a guerra revolucionária ocorreu, e a complexidade das tendências políticas que se opunham à tirania, não foi nem um pouco excepcional o fato que alguns elementos do latifúndio adotassem uma atitude neutra, ou pelo menos não beligerante, para com as forças da insurreição. É compreensível que a burguesia nacional, prostrada pelo

imperialismo e pela tirania, cujas tropas saqueavam as pequenas propriedades e faziam da extorsão um meio de vida cotidiano, sentisse certa simpatia, ao ver os jovens rebeldes das montanhas castigando a autoridade imperialista, pois o exército mercenário não passava disso. Assim, as forças não revolucionárias ajudaram realmente a abrir o caminho para a chegada do poder revolucionário.

Foi sem dúvida esse setor médio que forneceu os suprimentos para os rebeldes das montanhas. Dois escritores cubanos, Torres e Aronde (1968, 49), colocaram a questão de maneira simples: "era preciso dinheiro; e a burguesia o possuía..." Guevara também refere-se ao "grande movimento subterrâneo entre as forças armadas, liderado por um grupo de assim chamados militares puros" (Guevara, 1968a, 201). Um desses movimentos produziu a rebelião fracassada da Base Naval de Cienfuegos, a 5 de setembro de 1957. A mesma espécie de apoio foi fornecido pelo Partido Comunista não revolucionário, que levou até meados de setembro de 1958 para entrar em contato ativo com os rebeldes das montanhas. Embora jamais tivesse apoiado diretamente o movimento armado, através da participação de suas organizações de massas, sem dúvida contribuiu para a destruição final do regime de Batista, precisamente através de sua passividade e não-participação.

O que a insurreição nas montanhas conseguiu foi uma gradual reviravolta dos elementos e grupos anti-Batista, que haviam vivido em simbiose com o regime. Através de suas táticas, havia proporcionado o "empurrão" extra, necessário para romper o impasse das forças políticas existentes. Do mesmo modo que Batista conseguira elevar-se acima das demais forças de classe, só porque nenhuma delas possuía vigor suficiente para derrubar as demais, também o governo rebelde foi capaz de criar um centro nacional efetivo que se mostrou imune ao desafio — uma vez rompidas as relações entre Cuba e os Estados Unidos. Sob esse ponto de vista, talvez não importe saber se Castro foi levado à oposição ativa por causa da atitude do governo dos Estados Unidos, ou se ele sempre havia previsto um ponto, em suas operações, no qual uma ruptura das relações existentes com os Estados Unidos se tornaria necessária. Se Cuba desejasse adquirir poder decisório autônomo, relativo a seus processos internos, necessitaria de um centro de poder independente, para efetuar tais decisões. Tal centro de poder independente, no entanto, não poderia perdurar, no caso de qualquer um dos grupos de interesses opostos, dentro de Cuba, conseguirem formar uma aliança efetiva com os grupos de poder do continente norte-americano. Deste ponto de vista, se os vitoriosos esperavam colher os frutos de sua vitória, o rompimento com os Estados Unidos pode ter sido indispensável.

CONCLUSÃO

Radical não é o comunismo, é o capitalismo.

(*Bertold Brecht*)

As revoluções e rebeliões que forneceram a matéria-prima dos seis casos que apresentamos, pertencem todos ao século vinte; mas as tensões que os suscitaram tinham raízes no passado — e tentamos, em todos esses casos, delinear os contornos desse passado. Empenhamo-nos para o fazer não em termos de categorias abstratas — tais como a conservação da "tradição" ou o advento da "modernidade" — mas em termos de uma experiência histórica concreta, que perdura no presente e continua a determinar sua forma e significado. Em toda parte, essa experiência histórica apresenta os estigmas de traumas e contendas, de interferência do passado e da ruptura com ele, bem como os benefícios da continuidade, da adaptação bem sucedida e do ajustamento — são os "engrams"* * de acontecimentos difíceis de obliterar e, não raro, apenas latentes na memória cultural, até que um acontecimento maior os faça, por sua vez, emergir. Nos seis casos apresentados, essa experiência histórica constitui, por sua vez, a condensação no presente de um grande fenômeno cultural dominante: a propagação e difusão mundiais de um sistema cultural especial, o capitalismo do Atlântico Norte. Esse sistema cultural, com sua economia característica, possui também uma história própria e característica de desenvolvimento, dentro da área geográfica que lhe é peculiar. Não só seus traços característicos são diferentes dos de qualquer outro sistema cultural que o tenha precedido ou sucedido, como ele é profundamente estranho a muitas das áreas que englobou ao propaga "-se.

A marca que o distingue é a posse de uma organização social "na qual o trabalho é vendido, a terra é alugada e o capital, livremente investido" (Heilbroner, 1962, 63). Essas características, não existem como categorias eternas de organização social. Admitindo-se que sejam categorias da natureza, ainda assim esses aspectos eternos do processo produtivo — o solo, o esforço humano e os produtos que podem ser aplicados à produção — não assumem, em todas as sociedades, a separação específica que os distingue numa sociedade de mercado... A economia moderna descreve o modo pelo qual uma certa sociedade, com sua história específica de aculturação e evolução institucional, resolve seus problemas econômicos. Pode bem acontecer que em outra era já não haverá "terra", "trabalho" e capital (1962, 63).

O que orienta esse tipo de sociedade — uma das bases de sua

---

* Engram — um traço de memória: mudança protoplásmica em tecido neutro, a qual, hipoteticamente, responde pela persistência da memória (Webster). (N. do T.).

ideologia — é que a terra, o trabalho e a riqueza são mercadorias, isto é, coisas produzidas não para o uso, mas para a venda. A terra, o trabalho e o dinheiro poderiam,

> é claro, não ser transformados realmente em mercadorias, pois efetivamente não foram produzidos para serem vendidos no mercado. Mas a ficção de que o foram tornou-se o princípio constituinte da sociedade. Dos três, um se sobressai: trabalho é o termo técnico para os seres humanos, enquanto empregados e não empregadores; segue-se que, daí em diante, a organização do trabalho se modificaria concomitantemente à organização do sistema de mercado. Mas, sendo a organização do trabalho apenas um modo de referir-se, com outras palavras, às formas de vida da gente comum, isso significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de mudanças na organização da própria sociedade. Continuamente, a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico (Polanyi, 1957, 75).

A terra também não é uma mercadoria por natureza; torna-se assim só quando é definida como tal, por um novo sistema cultural, preocupado em criar uma nova espécie de economia. A terra faz parte da paisagem natural, não foi criada para ser comprada e vendida e não é considerada como mercadoria na maior parte das sociedades de outro tipo, onde os direitos à terra são aspectos de grupos sociais específicos e sua utilização, o ingrediente de relacionamentos sociais específicos. Para o índio mexicano, para o camponês russo ou vietnamita, a terra era uma característica de sua comunidade. Antes do advento dos franceses, o camponês argelino tinha acesso à terra, por pertencer a uma tribo, ou por causa do relacionamento político com o *bey*, como chefe de Estado. Até o camponês chinês, de longa data habituado a comprar e vender terra, considerava-a mais uma herança familiar que uma mercadoria. A posse da terra garantia a continuidade da família e a sua venda afrontava "o sentimento ético" (Fei, 1939, 182). Só em Cuba, já estabelecida como colônia sob o patrocínio do capitalismo, a terra estava relativamente desimpedida de vínculos e exigências sociais. Em todos os outros casos, se fosse para a terra tornar-se uma mercadoria capitalista, teria antes que ser despojada dessas obrigações sociais. Isso foi obtido, através da força — caso em que o habitante nativo ficava privado de suas terras — como aconteceu especialmente no México e na Argélia; ou através da colonização de terras novas, livres dos vínculos sociais costumeiros, como na Cochinchina; ou ainda, indiretamente, estimulando a ascensão de empreendedores "fortes e sóbrios", dentro das comunidades camponesas; eles podiam abandonar os vínculos que os prendiam aos vizinhos e parentes, para usar seus excedentes de maneiras culturalmente novas, que consolidassem sua própria reputação no mercado. Assim, o capitalismo necessariamente produz uma revolução em si mesmo.

Porém, desde o início, essa revolução toma a forma de uma batalha desigual entre as sociedades que primeiro incubaram o capitalismo e as que ele foi engolfando ao se alastrar. O contato entre o centro capitalista, ou metrópole, e a periferia pré-

capitalista ou não-capitalista, é uma batalha cultural em grande escala e não simplesmente econômica. Nem sempre se compreende claramente a que ponto o capitalismo europeu deve seu crescimento a circunstâncias históricas e geográficas específicas, graças às quais os bárbaros do noroeste da Europa se apropriaram do repertório tecnológico de Roma, mas sem o seu quadro de referências organizacional restritivo

> a verdadeira experiência dos povos europeus foi a de uma comunidade de fronteira, dotada de um arsenal completo de ferramentas e materiais provenientes de uma cultura ancestral, mas depois quase totalmente apartada do sistema de poder institucional desse ancestral. O resultado foi sem paralelo. Tenho dúvidas de que a história ofereça outro exemplo, de qualquer outra região e população, comparáveis a esta, tão ricamente dotadas e tão completamente separadas (Ayres, 1944, 137).

A Europa surgiu como uma região tecnologicamente bem dotada, para o comércio e as incursões no além-mar, mas relativamente livre de instituições enraizadas e dos "cerimoniais" superiores a elas relativos. Orientada para as conquistas de além-mar, pôde aproveitar-se, tanto do saque dos Estados antigos situados ao longo de suas rotas de exploração transoceânica, quanto do comércio de escravos — requisitos prévios da "acumulação primária", oportunidades ímpares, difíceis de se repetir após o século dezenove. Finalmente, o êxito das pilhagens contrabalançou os abalos internos ocasionados pela conversão, dentro da própria pátria, de homens, terra e dinheiro, em mercadoria, além de proporcionar aos cidadãos um interesse na expansão de além mar. Embora essa manifestação tivesse um caráter essencialmente predatório, não é tanto o uso da força e a inclinação para a exploração que estão em jogo nesta discussão, mas o caráter de sua maneira específica de operação. Não foi certamente o capitalismo o inventor da exploração. Onde quer que ele se tenha alastrado pelo mundo, encontrou sistemas sociais e culturais já há muito dependentes dos frutos do trabalho camponês. Não se deve supor, tampouco, que o campesinato não se tivesse repetidamente revoltado contra a transferência de seus excedentes aos poderosos, seus superiores; os registros históricos estão repletos de rebeliões camponesas. É significativo, no entanto, verificar que, antes do advento do capitalismo e da nova ordem econômica que nele se baseia, o equilíbrio social dependia, a longo e curto prazos, do equilíbrio entre a transferência dos excedentes camponeses aos governantes e do fornecimento de uma segurança mínima para o lavrador. A divisão dos recursos dentro das organizações comunais e a confiança nos vínculos com patronos poderosos, eram costumes recorrentes, através dos quais os camponeses labutavam para reduzir o risco e melhorar a estabilidade, sendo ambas toleradas e, não raro, sustentadas pelo Estado. Efetivamente, "muitos costumes aldeães aparentemente estranhos fazem sentido, como formas disfarçadas de seguro" (Lipton, 1968, 341). O que é extremamente significativo é que o capitalismo cortou os invólucros dos costumes, apartando as pessoas de sua matriz social habitual, a fim de transformá-las em atores econômicos, indepen-

dente do seu envolvimento social anterior com seus vizinhos e parentes. Elas tinham que aprender a maximizar as rendas e a minimizar as despesas, a comprar barato e a vender caro, sem considerar as obrigações e custos sociais.

> É claro que a sociedade de mercado não inventou essa necessidade. Talvez até não a tenha reforçado. Mas certamente a tornou um aspecto *ubíquo e necessário* do comportamento social... Com a monetização do trabalho, da terra e do capital, as transações tornaram-se atividades *universais e críticas* (Heilbroner, 1962, 64).

Ao passo que o comportamento de mercado, anteriormente, fora subsidiário dos problemas existenciais de subsistência, agora a existência e seus problemas é que se tornava subsidiária do comportamento mercantil. Todavia, isto só podia funcionar se o trabalho, a terra e a riqueza se tornassem mercadorias, o que, por sua vez, não passa de uma fórmula concisa da supressão das instituições sociais e culturais obstrutivas. O capitalismo "libertou" o homem, como agente econômico, mas o processo concreto dessa libertação requereu o acúmulo do sofrimento humano — contra o qual os críticos anti-capitalistas, conservadores e radicais, iriam dirigir suas críticas, do ponto de vista moral e social. Tal libertação de vínculos sociais habituais e a separação que ela ocasionava iriam constituir a experiência histórica que Karl Marx descreveria em termos de "alienação". A alienação dos homens do processo de produção, que anteriormente lhes garantira a existência; sua alienação do produto de seu trabalho, que era engolfada pelo mercado para retornar a eles em forma de dinheiro; a alienação dos homens de si mesmos, até o ponto de considerarem suas próprias capacidades como mercadorias; a alienação de seus próprios semelhantes, que agora se tornavam concorrentes em potencial, no mercado; tudo isso não são apenas conceitos filosóficos; retratam as tendências reais do crescimento e difusão do capitalismo. Agiam em toda parte, mas ficaram extremamente evidentes nas novas colônias, pois os colonizadores tinham-nas em conta de simples depósitos de abastecimento para o mercado metropolitano. Nas colônias, os preconceitos raciais e culturais dos novos conquistadores permitiam-lhes tratar a população nativa como trabalho "puro" — latitude que lhes faltava em seus países de origem.

Em toda parte, a oscilação das mercadorias provocou uma crise ecológica. Se, no passado, o camponês elaborara uma combinação estável de recursos, a fim de subscrever um grau mínimo de subsistência, a mobilização separada e diferencial desses recursos, como objetos a serem comprados e vendidos, punha em perigo aquele vínculo mínimo. Assim, na Rússia, a reforma agrária e a comercialização ameaçaram, ambas, o acesso permanente do camponês às pastagens, às florestas e às terras aráveis. No México, na Argélia e no Vietnã, a comercialização ameaçou o acesso do camponês à terra comunal; no México e em Cuba, impediu o camponês de reclamar terras públicas devolutas. Na Argélia e na China, acabou com a instituição dos silos públicos. Na Argélia rompeu o equilíbrio entre as populações pastoris e as sedentárias. No México, no Vietnã, na Ar-

gélia e em Cuba, provocou afinal os confiscos diretos de terras, pelos colonizadores e fez recuar os camponeses para regiões que já não eram suficientes para suas necessidades.

Paradoxalmente, esses processos de contenção, subversão e retirada forçada do campesinato, coincidiram com uma forte aceleração do crescimento populacional. Essa aceleração foi, em grande parte, efeito colateral do próprio processo de expansão comercial, que ameaçava a estabilidade do equilíbrio camponês. As safras alimentícias americanas, até então confinadas ao Novo Mundo — tais como o milho, a mandioca, o feijão, o amendoim e a batata-doce — começaram a ser mundialmente difundidas, na esteira das conquistas transoceânicas, lançando raízes em muitas partes do globo e proporcionando um aumento daquele mínimo existencial, necessário às populações em crescimento. O aperfeiçoamento das comunicações permitiu o transporte e a venda dos excedentes alimentícios às áreas deficitárias. A colonização explorava sempre novas regiões, proporcionando acomodações até então inacessíveis às populações em desenvolvimento. Um pouco mais tarde, a industrialização incipiente começou a oferecer novas alternativas para, o sustento, e a melhoria dos cuidados com a saúde fez baixar as taxas de mortalidade. Não obstante, as novas gerações não raro se viam em situações nas quais muitos recursos e especialmente a terra, já haviam sido reivindicados e nas quais as estruturas sociais existentes freqüentemente deixavam de absorver o fardo adicional dos reclamantes supranumerários. A magnitude das pressões que se desenvolviam pode ser calculada, em parte, através das cifras relativas ao total do crescimento da população. Em princípios do século dezenove, o México tinha uma população de 5,8 milhões de habitantes que, em 1910, na época da revolução, passara a 16,5 milhões. A Rússia européia tinha, em 1796, uma população de 3,6 milhões, que no princípio do século atual passou a 129 milhões de habitantes. A China tinha, em 1775, 265 milhões de habitantes e passara, em 1850, a 430 milhões; e na época da Revolução, possuía quase 600 milhões. Estima-se que em 1820 o Vietnã tivesse uma população de 6 a 14 milhões de habitantes; contava com 30,5 milhões, em 1962. A Argélia, em 1830, tinha uma população indígena de 3 milhões, que passou a 10,5 milhões em 1963. A população de Cuba aumentou de 550.000 habitantes em 1800, para 5,8 milhões em 1953. O camponês, portanto, defrontou-se com um desequilíbrio crescente entre população e recursos. Em tal situação, multiplicavam-se os seus riscos e os mecanismos para a sua mineração tornavam-se cada vez mais precários. Tal desequilíbrio não podia perdurar, a longo prazo; a idéia que os homens, a terra e as riquezas eram apenas mercadorias trazia consigo a própria ruína, pois o emprego total dessa ideologia só podia resultar na demolição da sociedade. Porque a pretensa mercadoria denominada "força de trabalho" não pode ser empurrada de um lado para outro, nem usada indiscriminadamente, nem mesmo deixada sem uso, sem afetar também o ser humano que, por coincidência, é portador dessa mercadoria específica. Ao utilizar-se da força de trabalho de um homem, o sistema, conseqüentemente, estaria utilizando-se da entidade física, psicológica e moral "homem", anexa a esse rótulo. Roubados da camada protetora das instituições culturais, os seres humanos pereceriam, vítimas dos efeitos do abandono

social (Polanyi, 1957, 73).

Assim, paradoxalmente, a própria difusão do princípio capitalista de mercado forçou os homens a procurarem defender-se contra ele. Nesse confronto, eles poderiam manter-se fiéis às suas instituições tradicionais, cada vez mais subvertidas pelas forças que eles tentavam neutralizar, ou dedicar-se à procura de novas formas sociais que lhes oferecessem abrigo. Em certo sentido, os nossos seis casos podem ser encarados como o resultado de tais reações defensivas, conjugadas à busca de uma nova ordem social mais humana.

O advento do capitalismo, contudo, teve uma outra – e igualmente grave — repercussão. Deu início a uma crise no exercício do poder.

O chefe tribal, o mandarim, o fidalgo proprietário de terras — beneficiários e agentes de uma ordem social mais antiga — cedem ao empresário, ao negociante de créditos, ao corretor político, ao intelectual, ao profissional. Decresce o peso social do campesinato e dos artesãos, à medida que outros grupos — mineiros, ferroviários, operários industriais, trabalhadores agrícolas, produtores agrícolas comerciais — ganham relevo. Os administradores dos recursos sociais fixos, cedem aos administradores dos recursos "flutuantes e livres". Diminuem os grupos orientados para a produção de subsistência e crescem em volume e densidade social os grupos comprometidos com a produção de mercadorias, ou com a venda da força de trabalho. Essa circulação de elites e grupos sociais é característica de todas as mudanças culturais em sociedades complexas: os novos processos em funcionamento provocam reações positivas em alguns grupos e defensivas, em outros. Contudo, tanto a velocidade quanto a intensidade das operações do capitalismo são incomuns, quando ele cria recursos "livres e flutuantes", a partir de outros, anteriormente presos numa textura de relações sociais e políticas. Mobiliza recursos econômicos para torná-los acessíveis a novas formas de emprego e distribuição; mas ao fazer isto também corta o vínculo entre esses recursos e qualquer relação que pudessem ter tido com as prerrogativas sociais tradicionais e os privilégios políticos. O capitalismo revelou-se um poderoso solvente do revestimento do poder, pois agrava as tensões — não apenas através da sua própria ação, como também da libertação das tensões e contradições já existentes no interior do sistema tradicional do poder. À medida que os recursos dos chefes, mandarins e fidalgos, proprietários de terras, são submetidos ao movimento do mercado, suas reivindicações ao comando social e político são progressivamente postas em dúvida. Não poucos títulos herdados acabam no martelo do leiloeiro.

Claro está que esses processos não ocorrem num mesmo ritmo em todos os domínios e regiões da sociedade. Durante algum tempo, os poderosos da antiga ordem coexistem com os da nova; os grupos sociais que anteriormente controlavam os alicerces da sociedade só se retiram lentamente, ante os grupos preparados para os novos processos. Algumas regiões do país envolvido permanecem presas à tradição enquanto outras são totalmente colhidas nas garras das transformações. Essa coexistência de estratos novos e velhos, de regiões dominadas pelo passado e de outras, colhidas pelo futuro,

é o prenuncio de perturbações sociais que atingem a sociedade como um todo.

Os compromissos e metas apontam em direções diferentes: o velho não foi ainda vencido e permanece, desafiando o novo; o novo não venceu ainda. As perturbações causadas pela rapidez das transformações estão ainda visíveis aos olhos de todos; as feridas que elas causaram estão ainda sensíveis e abertas. A nova riqueza não tem ainda legitimidade e o velho poder já não impõe respeito. Os grupos tradicionais estão enfraquecidos, mas ainda não derrotados, e os novos grupos não são ainda bastante fortes para lidar com o poder decisivo. Isso acentua-se particularmente nas situações coloniais, onde o capitalismo foi importado do estrangeiro pela força das armas. Os conquistadores introduzem-se à força no corpo da sociedade conquistada, mas só raramente podem estar certos das ramificações de seus atos, do modo pelo qual se propagam as ondas do choque cultural pelos estratos tradicionais da sociedade e das repercussões finais, no interior e nas regiões inferiores da ordem social. Além do mais, tanto as barreiras culturais quanto as dificuldades logísticas da manutenção do domínio, tendem a deixar sem controle grandes esferas da sociedade, que se tornam santuários para grupos que buscam refúgio em tempos de tensão. Finalmente, o abandono das decisões impróprias em favor da "mão invisível" do mercado, afeta não só a boa vontade mas também a capacidade de responder pelas conseqüências locais. Os mecanismos de controle herdados, falham; mas os novos só se entregam ao trabalho de vez em quando e com lapsos consideráveis.

Essa situação e a fraqueza dos combatentes, incapazes de neutralizar, um o poder do outro, parece um convite para que se eleve e perpetue um executivo central dominante, que tende a ficar "acima" das partes combatentes e dos grupos de interesse, a fim de consolidar o Estado, jogando esses grupos uns contra os outros. Todos os nossos casos apresentam tal fenômeno antes da Revolução: Díaz governou o México; a autocracia czarista manteve a Rússia nas suas garras; Chiang Kai-shek empenhou-se para estabelecer uma ditadura na China nos mesmos moldes; a França exerceu um domínio autocrático no Vietnã e na Argélia, através de governadores gerais muito mais autoritários que o chefe do governo da metrópole; e Cuba foi dominada por Batista. Contudo, porque a ditadura implica na relativa agilidade dos grupos de classe e das forças políticas que constituem a sociedade, sua força aparente provém da fragilidade — e esta em última instância, torna-se evidente em sua luta impotente contra os que a desafiam de dentro — a não ser que encontre aliados suficientemente fortes para ampará-la contra esse desafio.

Dois exemplos demonstram que isso é possível mas que as condições para uma tal consolidação tendem a ser únicas. Tanto na Alemanha quanto no Japão, os executivos aliam-se, não a grupos novos, mas a uma fração da aristocracia feudal tradicional, que estabeleceu a espinha dorsal de uma burocracia centralizada e eficiente. Os grupos comerciais e profissionais, em vez de lutar por metas independentes, aceitaram como seus os valores feudais, consentindo assim em receber orientação dos aristocratas. O campesinato, de igual modo, agarrou-se firmemente ao cerimonial cultural herdado, que constava de obrigações entre superiores e inferiores hierár-

quicos e ao desenvolvimento de uma ideologia nacional de parentescos, ou de uma *Gemeinshaft*, baseada no conceito de parentesco. Toda essa estrutura alcançou coesão ainda maior através de sua integração à máquina militar e da projeção das tensões inerentes à sociedade para fora, contra inimigos supostos ou reais. A mobilização efetiva das relações e valores feudais serviu para obstruir as desarticulações sociais produzidas por um mercado que se ampliava, mas à custa do aumento do militarismo e da derrota militar final (ver Moore, 1966, 313).

Onde as desarticulações produzidas pelo mercado não são contidas, no entanto, a crise do poder perturba também as redes que ligam a população camponesa à sociedade mais ampla, ou seja, à importantíssima estrutura de mediação que intervém entre o centro e o interior. O aumento da comercialização e da capitalização das rendas produz desarticulações e tensões que freqüentemente chegam a enfraquecer os próprios agentes do processo. Um bom exemplo disto aconteceu em Ch'uhsien, cidade-mercado de Anhwei, estudada pelo antropólogo Morton Fried, pouco antes da tomada pelos comunistas em 1949. Os proprietários de terras de Ch'uhsien confiavam, de modo geral, num sistema segundo o qual os arrendatários pagavam de aluguel 40% das safras de subsistência, durante o tempo da colheita. Esse arranjo permitia certa flexibilidade na determinação da quantia a ser paga e as discussões entre os proprietários e os arrendatários a respeito da margem do lucro admitiam como mediação uma forma padronizada de "boa vontade" chamada *kan-ch'ing*. Ao conceder a "boa vontade" ao seu arrendatário, o proprietário na verdade dava-lhe um desconto no aluguel, em troca do pagamento contínuo desse aluguel pelo arrendatário; este permutava a promessa de sua confiabilidade pela proteção do proprietário, em caso de algum acontecimento imprevisto, como uma colheita ruim ou uma doença na família. Nas condições incertas de Anhwei, o proprietário passava ao arrendatário a margem dos lucros que, de outro modo, teria que pagar aos intermediários ou aos detentores do poder político, se quisesse receber o aluguel à força. Todavia, mesmo esse sistema flexível não tardou a encontrar limitações. Nem todos os arrendatários podem ter um bom *kan-ch'ing*, com seus senhorios; quando os proprietários eram pressionados, abolia-se o *kan-ch'ing*; e os arrendatários, em determinadas áreas rurais

> distantes do poder policial da sede do governo municipal, desafiavam os proprietários e não pagavam o aluguel. Em tais casos, freqüentemente, os aluguéis eram cobrados por um esquadrão armado da milícia local ou mesmo, em ocasiões especiais, por uma unidade do Exército Nacionalista, que acompanhava o intermediário ou o proprietário (Fried, 1953, 196).

O melhor que os fidalgos podiam fazer, nessas circunstâncias, "era estabelecer um bom *kan-ch'ing* com algumas pessoas, ao passo que o relacionamento com outras se deteriorava" (Fried, 1953, 224). Como reação a essa situação, os proprietários de terras de Ch'uhsien, no decorrer dos últimos cinqüenta anos, se haviam, gradualmente, mudado para a cidade. No resto da China, esse processo já completara o ciclo. Em grande parte do sudeste, os proprietá-

rios haviam colocado um corpo de intermediários, que cobrava os aluguéis ou juros, e empregava e remunerava a força de trabalho, numa base impessoal. Conseguiam assim atender às demandas do mercado, só que desse modo se isolavam completamente do povo e de todas as implicações não-econômicas que lhes diziam respeito.

O caso chinês é apenas um paradigma do processo geral atuante nos seis casos de que nos ocupamos. Os intermediários econômicos são os agentes do processo de monetização e causadores da dissolução social; ao mesmo tempo, a sua obediência ao mercado exige que eles maximizem os lucros, independentemente das conseqüências imediatas de seus atos. Ao tornar a formação de mercadorias um processo burocrático e impessoal, afastam-se dessas conseqüências; ao mesmo tempo, perdem a capacidade de reagir às necessidades sociais da população afetada. Passam, em vez disso, a conjugar a insensibilidade econômica a uma espécie de estupidez estruturalmente induzida, estupidez essa que atribui ao próprio povo a responsabilidade dos males que o afligem. Estereótipos de defesa substituem a inteligência analítica, num daqueles casos clássicos de irracionalidade com a qual os deuses fulminam aqueles que desejam destruir.

Ao mesmo tempo, também os intermediários políticos que detêm o controle da conexão entre as aldeias e o Estado, se defrontam com o aumento da incerteza. Os detentores do poder tradicionais — sejam eles mandarins ou aristocratas — tiveram sua força reduzida, a não ser que se conluiassem com os intermediários econômicos, para vantagem de ambos e desvantagem do Estado. Em qualquer dos casos, porém, já não podem resguardar as populações locais das usurpações externas — papel que anteriormente contribuía para seu próprio benefício. Os novos detentores do poder, por outro lado, já entram no exercício do poder quando este se mostra ineficiente por causa do axioma segundo o qual a transformação econômica deve preceder a ordem social. Se tomarem consciência da desarticulação social, causada pela expansão do mercado, talvez possam levantar a voz em protesto, mas não podem — sob pena de perder sua posição — detê-la por conta própria. Carecem, portanto, do controle sobre os processos decisórios que afetam a sociedade; para consegui-lo, seria necessário mobilizar o povo insatisfeito contra o Estado, do qual eles são os maiores beneficiários. Estão, portanto, enredados no conflito característico, entre a burocracia "formal" e a "substantiva"; entre a ação de uma burocracia que nada mais faz além de impor regras, e as ações que respondem às questões estratégicas de coordenação social e conflito. À semelhança dos detentores do poder econômico, também eles deixam de participar nos problemas existenciais da população, escondendo-se na carapaça do mecanismo administrativo. Quando muito, podem "estar à escuta", através de espiões e informantes da polícia — não para enfrentar as causas das inquietações, mas para abafar seus sintomas. Defrontados com uma situação na qual renunciaram ao poder de formular novas metas e reunir recursos para alcançá-las, retiram-se para a administração. Sua marca registrada social torna-se o *attentisme*, e seu slogan, como no caso vietnamita, retrair-se, "enrolar-se nos cobertores" (*trum men*).

Não tardam a defrontar-se com a competição de novos grupos so-

ciais que começam a enfatizar problemas fundamentais e não mais puramente administrativos. Alguns deles estão entrosados a serviço da nova ordem econômica: comerciantes compradores, "especialistas em finanças", chefes de sindicatos, capatazes. Mas além desses executivos em potencial do mercado capitalista no país dependente, aparecem outros grupos, também apoiados por contatos culturais e que respondem às suas novas exigências: os pequenos funcionários da burocracia estatal, os profissionais, os mestres-escola. Possuem certas características em comum. Em primeiro lugar, não estão envolvidos na comercialização de mercadorias; são fornecedores de habilidades. Estas, só em raríssimos casos, estão dentro da tradição social, é mais provável que tenham sido aprendidas dos ocidentais ou de instituições educacionais ocidentais, estabelecidas no país dependente. São, além disso, habilidades baseadas no conhecimento especializado de uma literatura alheia às tradições do país e que sugere novas alternativas. Dentro da sociedade tradicional, a instrução, não raro, era a marca de uma posição social elevada. Os novos instruídos tomam parte na glória refletida por essa avaliação tradicional do saber; ao mesmo tempo, porém, sua familiaridade com as fontes não tradicionais, oferece-lhes participação num processo de comunicação que supera enormemente os cânones do conhecimento herdado. Operam num campo de comunicações muito mais amplo que o do passado e cheio de novos aprendizados, que sugerem visões poderosas nunca antes sonhadas pela ideologia herdada.

Ao mesmo tempo, têm problemas profissionais. Muitos deles, não encontram trabalho ou têm que complementar seu trabalho profissional com outros empenhos. No entanto, no caso de entrarem, efetivamente, em contato com clientes, cujos problemas devem incorporar, até certo ponto, ficam divididos entre as exigências que lhes são feitas e sua capacidade limitada de fazer algo por elas. O pequeno funcionário tem sua liberdade de ação restrita pela burocracia; o profissional, o professor e o advogado, logo percebem que devem se restringir a lidar com sintomas, sem ter a faculdade de interferir nas condições que os produzem. Além disso, seus clientes são oriundos de todo o espectro social e não de algum grupo particular, com o qual tivessem alguma ligação por tradição ou herança. Enfrentam, portanto, uma situação na qual respondem por um campo social e uma rede de comunicações muito mais ampla que a dos detentores do poder tradicionais, e, no entanto, sentem diariamente as limitações de seu poder. Por último, sofrem diretamente as conseqüências da crise do poder e da autoridade. Um membro desse grupo bem pode manifestar

> profunda preocupação com a autoridade. Embora ele procure e, aparentemente, consiga, romper com a autoridade das tradições poderosas segundo as quais foi criado, o intelectual dos países subdesenvolvidos, mais ainda que seu colega em países desenvolvidos, conserva a necessidade de incorporar-se a alguma entidade auto-transcendente e autoritária. Na realidade, quanto maior sua luta no sentido de emancipar-se da coletividade tradicional, maior sua necessidade de incorporar-se a uma nova coletividade alternativa. A intensa politização preenche essa necessidade (Shils, 1962, 205).

Para tais "homens marginais", os movimentos políticos, não raro, oferecem um abrigo, ao qual, de outro modo, teriam sido privados pelas suas próprias habilidades, posição social e pela sua distância das fontes do poder tradicional. Cada vez mais esses "intelectuais" da nova ordem clamam contra os detentores do poder econômico e político. Eles precisam de uma clientela; e ela é constituída de operários e camponeses insatisfeitos, criados pelo mercado mas sem que a sociedade cuide deles adequadamente. Em nossos seis casos, testemunhamos a fusão entre os intelectuais "desenraizados" e os que os apoiavam, na zona rural.

Essa fusão, no entanto, não é facilmente levada a efeito (ver Hindley, 1965). Na transição entre a tomada de consciência passiva de seus males à participação política como meio de os sanar, o camponês tem inúmeras desvantagens. Em primeiro lugar, o seu trabalho, na maioria das vezes, é feito solitariamente, em sua própria terra, não junto com seus companheiros. Além disso, todos os camponeses são, até certo ponto, concorrentes com relação aos recursos disponíveis dentro da comunidade, bem como com relação às fontes de crédito externas. Em segundo lugar, a tirania do trabalho é, para ele, um fardo: sua vida está presa a uma rotina anual e ao planejamento para o ano seguinte. As alterações momentâneas dessa rotina prejudicam sua capacidade de retomá-la mais tarde. Em terceiro lugar, o controle da terra lhe permite, o mais das vezes, valer-se de uma produção de subsistência, se houver condições adversas afetando sua lavoura. Em quarto lugar, os laços de parentesco e auxílio mútuo, dentro da comunidade, podem atenuar os choques da desarticulação. Em quinto lugar, os interesses camponeses, particularmente entre os camponeses pobres, não raro criam transversalmente os alinhamentos de classe. Camponeses pobres e ricos podem ser parentes, ou um camponês pode ser, a um só tempo, proprietário, arrendatário, meeiro, trabalhar por dia para seus vizinhos e também trabalhar durante uma estação, numa fazenda próxima. Em cada um desses diversos relacionamentos, ele se associa diferentemente a seus companheiros e ao mundo exterior. Por último, a exclusão anterior do camponês da participação na tomada de decisões além dos "muros" da aldeia, priva-o, freqüentemente, do conhecimento necessário para unir seus interesses às formas de ação apropriadas. Portanto, é freqüente que os camponeses sejam meros espectadores das lutas políticas ou esperem ansiosamente pela chegada do milênio, sem caracterizar, para si e para seus próximos, os muitos degraus da escada que leva ao céu. Mas, em última análise, o fator decisivo que torna possível uma rebelião camponesa, está na relação do campesinato com o campo do poder que o circunda. Uma rebelião não pode partir de uma condição de impotência completa; os fracos são vítimas fáceis. O poder, como disse Richard Adams,

> refere-se ao controle que uma parte possui sobre o ambiente de outra parte... o poder, em última análise, refere-se ao controle físico que alguém possa ter em relação a outrem. A razão pela qual a maior parte dos relacionamentos não se reduz à luta física é que as partes podem tomar decisões racionais base-

adas na avaliação do poder tático e de outros fatores. O poder, portanto, é quase sempre exercido através do reconhecimento que tem cada uma das partes do poder tático da outra, e através da decisão racional de uma delas de fazer o que a outra quer. Cada qual avalia seu próprio poder tático, compara-o ao do outro e decide se ele é ou não superior (1936, 3-4).

O camponês pobre ou o trabalhador sem terra, que depende de um senhorio quanto à maior parte ou mesmo à totalidade de sua subsistência, não possui poder tático; está completamente dominado pelo seu empregador e desprovido de recursos próprios suficientes que lhe sirvam na luta pelo poder. Por conseguinte, é improvável que o camponês pobre e o lavrador sem terra tomem o partido da rebelião, a não ser que possam confiar em um poder externo para desafiar o poder que os constrange. Esse poder externo no caso mexicano foi representado pelo Exército Constitucionalista, em Yucatã, que libertou os peões das dívidas de servidão, através de uma ação "de cima"; foi também representado pelo colapso do exército russo, em 1917 e pelo refluxo dos camponeses-soldados, armados, às suas aldeias; foi representado, ainda, pela criação do Exército Vermelho Chinês, como instrumento da derrota do poder dos proprietários de terras, nas aldeias. Onde um tal poder externo existir, o camponês pobre e o lavrador sem terra terão lugar para movimentar-se; onde estiver ausente, estarão quase que totalmente coagidos. O camponês rico, por sua vez, provavelmente tomará o partido da rebelião. Como empregador do trabalho alheio, como prestamista, como eminência associada à máquina estatal, ele exerce o poder local aliado aos detentores do poder externo. Seu âmbito de poder, dentro da aldeia, é derivativo: depende da manutenção dos domínios dele fora da aldeia. Só quando uma força externa, como o Exército Vermelho Chinês, revela-se capaz de destruir esses outros âmbitos superiores de poder é que o camponês rico dará seu apoio a uma insurreição. O único setor do campesinato que realmente possui força interna é o "campesinato médio", proprietário de terras, ou o campesinato situado na área periférica, fora da soberania do controle dos proprietários de terras. O campesinato médio refere-se à população camponesa que tem assegurado o acesso à sua própria terra e que a cultiva com o trabalho da família. Onde essas propriedades dos camponeses médios estão situadas ao alcance do âmbito de poder de um superior, a posse de recursos próprios proporciona-lhes o mínimo de liberdade tática necessária para desafiar o seu chefe supremo (ver Alavi, 1965). Contudo, o mesmo aplica-se a um campesinato, pobre ou "médio", cujas terras são controladas apenas marginalmente, de fora. Nesse caso as terras podem ser insuficientes para sustentar a família camponesa; mas as atividades subsidiárias tais como trabalho ocasional, contrabando ou criação de gado — que não estejam coagidos diretamente por um âmbito de poder externo — suplementam a terra o suficiente para dar ao camponês a possibilidade de movimentar-se. Assinalamos a existência de um campesinato taticamente móvel semelhante nas aldeias de Morelos; nas comunas da região Central Agrícola da Rússia; no bastião do norte, estabelecido pelos comunistas chineses, depois da Longa Marcha; na base da rebelião do Vietnã; entre os *fellahin* argelinos; e entre os

posseiros de Oriente, em Cuba.

Contudo, esse recrutamento de um "campesinato taticamente móvel", entre os camponeses médios e "livres" das áreas periférica, coloca um curioso paradoxo. Esse é também o campesinato que os antropólogos e sociólogos rurais vieram a considerar como condutor principal da tradição camponesa. Se nosso estudo estiver correto, então — por estranho que pareça — precisamente esse estrato culturalmente conservador é o que mais colabora para dinamitar a ordem social camponesa. Esse paradoxo, no entanto, se desfaz, quando refletimos que o camponês médio é, relativamente, o mais vulnerável às mudanças econômicas feitas pelo comercialismo, enquanto suas relações sociais permanecem encaixadas no plano tradicional. Ele dá um espetáculo de equilibrismo, mas tem seu equilíbrio continuamente ameaçado pelo crescimento populacional; pela usurpação de proprietários de terras rivais; pela perda dos direitos às pastagens, às florestas e à água; pela queda dos preços e pelas condições desfavoráveis do mercado; pelos pagamentos de juros e pelas execuções de hipotecas. Além disso, é precisamente esse estrato que mais depende das relações sociais tradicionais de parentesco e auxílio mútuo, entre vizinhos; são os camponeses médios que mais sofrem, quando elas são abolidas e são eles os menos capazes de suportar os roubos dos cobradores de impostos ou proprietários de terras.

Finalmente — e isso também é paradoxal — são os camponeses médios os mais expostos à influência do proletariado em desenvolvimento. O camponês pobre ou o lavrador sem terra, quando vão para a cidade ou para a fábrica, geralmente cortam seus laços de ligação com a terra. Mas o camponês médio fica em seu torrão e manda os filhos trabalharem na cidade; o dilema de sua condição é que parte da família mantém uma base na agricultura, enquanto a outra é submetida ao "treinamento das cidades" (Germaine Tillion). Eis o que torna o camponês médio também um transmissor da inquietação urbana e de idéias políticas. Esse é um ponto que precisa ser melhor elaborado. Provavelmente, o que produz atividade revolucionária não é tanto o crescimento de um proletariado industrial quanto o desenvolvimento de uma força de trabalho industrial ainda estreitamente ligada à vida da aldeia.

Assim, a própria tentativa do camponês médio e do camponês livre, de se conservarem tradicionais, é que os torna revolucionários.

Se levarmos até o fim a hipótese de que são os camponeses médios e pobres, mas "livres" — não reprimidos por nenhum poder dominante — que constituem os agrupamentos básicos para as insurreições camponesas, então segue-se que qualquer fator que sirva para ampliar a mobilidade proporcionada por aquela mobilidade tática reforça o potencial revolucionário deles. Um desses fatores é a localização periférica em relação ao centro de controle estatal. De fato, as áreas periféricas, sejam ou não habitadas por camponeses, freqüentemente demonstram uma tendência para se rebelarem contra as autoridades centrais. O sul da China foi o cadinho da rebelião contra o Estado chinês, em parte porque era, primeiro, uma região de fronteira, durante a marcha do povo Han para o sul e depois, porque estabeleceu a principal área de contato entre a ci-

vilização ocidental e a chinesa. Da mesma forma, o norte do México havia sido área de dissidência, relativamente ao centro, na cidade do México, em parte por estar aberta, ao norte, à influência dos Estados Unidos, e em parte, porque sua economia baseava-se na mineração e na criação de gado e não nas lavouras de milho. No sul da China, os que freqüentemente causavam perturbações para o centro eram os fidalgos dissidentes e os camponeses seus seguidores; ao norte do México, eram os homens de negócio, rancheiros e vaqueiros principiantes. No entanto, onde quer que haja um campesinato pobre, situado numa região periférica, fora do limite do controle normal do poder central, sua localização contribui para a mobilidade tática desse campesinato. Foi o caso de Morelos, no México; da província de Nghe An, no Vietnã; da Cabilia, na Argélia; de Oriente, em Cuba. A eficácia tática dessas regiões é reforçada ainda mais se nela existirem redutos montanhosos defensáveis: isso verificou-se em Morelos, na Cabilia e em Oriente. A eficácia é reforçada, onde a população desses redutos diferir étnica ou lingüisticamente da população que a cerca. Constatamos que nas aldeias de Morelos falava-se nauhatl; que os habitantes da Cabilia falavam bérbere; e na província de Oriente, se não havia diferenças lingüísticas do espanhol falado em Cuba, existia um significativo elemento afro-cubano. As distinções étnicas realçam a solidariedade dos rebeldes: possuir um código lingüístico especial é ter um sistema de comunicação autônomo.

É importante, todavia, reconhecer que o isolamento do Estado ou dos povos circundantes não precisa ser apenas físico e cultural. Tanto o caso russo quanto o mexicano demonstram que é possível haver um isolamento camponês através da confiança depositada pelo Estado numa associação de autonomia comunal com o fornecimento de serviços comunitários ao Estado. A organização do campesinato em comunas auto-administradas, mas com certas obrigações para com o Estado e para com os proprietários de terras, criou, em ambos os casos, verdadeiras fortalezas de tradição camponesa, dentro da própria sociedade do país. Presas às estruturas que as cercavam, elas atuavam como verdadeiras panelas de pressão cheias de inquietação que, na hora de explodir, soltavam sua força para fora, para garantir mais espaço vital para seu modo de vida habitual, corporativo. Podemos assim acrescentar aos outros, já citados, mais um efeito multiplicativo. A presença de qualquer deles elevará o potencial de rebelião dos camponeses.

Mas, que dizer da transição da rebelião camponesa para a revolução, de um movimento que tem em mira a reparação de injustiças a outro, que tenta subverter a própria sociedade? Há muito tempo que os marxistas sustentam que os camponeses, sem liderança externa, não podem fazer uma revolução — e o que aqui foi analisado corroboraria com seu ponto de vista. Onde quer que o campesinato tenha tido êxito em sua rebelião contra a ordem estabelecida — sob sua própria bandeira e com seus próprios líderes — conseguiu algumas vezes remodelar a estrutura social da zona rural de modo que melhor correspondesse aos desejos de seu coração, mas não se apossou do Estado nem das cidades que abrigavam os centros de controle dos recursos estratégicos não agrícolas da sociedade. Zapata permaneceu em sua aldeia de Morelos; a "migração do povo", de Pancho Vil-

la, retrocedeu após a derrota de Torreón; Nestor Makhno estacou antes de chegar às cidades; e os camponeses russos da região Central Agrícola simplesmente entocaram-se mais profundamente nas suas comunas locais. Conseqüentemente, uma rebelião camponesa que tem lugar numa sociedade complexa, já envolvida na industrialização e na comercialização, tende a ser auto-limitadora e, portanto, anacrônica.

A utopia camponesa é a aldeia livre, livre de coletores de impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. Governados, sem jamais governar, falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como "um monstro frio". Contra essa força hostil, eles haviam aprendido que mesmo os tradicionais detentores do poder eram um escudo de pouco valia, embora, em certas ocasiões, desde que fosse do interesse deles, estivessem dispostos a defendê-los. Para o camponês, portanto, o Estado é uma quantidade negativa, um mal a ser substituído a toque de caixa, por sua própria ordem social "feita em casa". Acreditam que essa ordem pode funcionar sem o Estado, pois os camponeses rebeldes são anarquistas inatos.

Freqüentemente, essa perspectiva política é reforçada ainda mais por uma visão ideológica mais ampla. A experiência do camponês tende a ser dualista, deixando-o indeciso entre sua compreensão do mundo, tal como deveria ser adequadamente ordenado e as realidades de uma existência mundana assediada pela desordem. A essa desordem, o camponês sempre contrapôs seus sonhos de libertação, a visão de um *Mahdi* que livrasse o mundo da tirania, a de um Filho do Céu que realmente encarnasse o mandato celeste, a de um "czar branco", oposta à do "czar negro", do presente desordenado (Sarkisyanz, 1955). Sob as condições modernas de mudanças, o presente desordenado é sentido, não raro, como uma ordem invertida do mundo e portanto maligna. O dualismo do passado funde-se facilmente com o do presente. A ordem verdadeira ainda está por vir, talvez por um milagre, talvez por uma rebelião ou por ambos. Juntos, o anarquismo camponês e a visão apocalíptica do mundo, fornecem o combustível ideológico que move o campesinato rebelde.

Mas as rebeliões camponesas do século vinte já não são simples respostas a problemas locais, se é que algum dia o foram. São reações provincianas às mudanças sociais maiores, provocadas por mudanças sociais catastróficas. A difusão do mercado arrancou os homens pelas raízes e arrebatou-os aos relacionamentos sociais nos quais haviam nascido. A industrialização e a expansão das comunicações fizeram surgir novos agrupamentos sociais, ainda inseguros quanto às suas próprias posições e interesses sociais, mas obrigados, pelo desequilíbrio de suas vidas, a procurar novos ajustes. A autoridade política tradicional erodiu ou entrou em colapso; novos candidatos ao poder procuram novos eleitores, para entrar na arena política, vazia. Portanto, quando o protagonista camponês acende a tocha da rebelião, a estrutura da sociedade já está ardendo, pronta a incendiar-se. Terminada a batalha, a estrutura já não será a mesma.

Não há sistema cultural — não há complexo econômico, social, nacional ou ideológico — que seja estático: todas as partes que o

compõem estão em constante transformação. Mas enquanto essas transformações se conservarem dentro do limite do tolerável, o sistema, como um todo, persiste, porém, quando elas começam a exceder esses limites ou, acrescentam-se-lhes, subitamente, elementos estranhos, o sistema desagrega-se. Seus componentes tornam-se discordantes entre si e o sistema perde a coerência. Em tal situação os homens ficam enredados, entre várias velhas soluções, para problemas que repentinamente adquiriram novas formas e significados, e soluções novas, para outros, que nem sempre chegam a compreender. Uma vez que a incoerência raramente aparece de uma só vez em todas as partes do sistema, eles podem, durante algum tempo, ir adotando ora uma alternativa, ora outra, que contradiz a primeira; mas aparecerá no fim, nalgum ponto do sistema, uma brecha, uma disjunção maior (Wilson e Wilson, 1945, 125-129). Em tais circunstâncias, uma sublevação camponesa — por qualquer das razões que esboçamos e sem intenção consciente — pode levar toda a sociedade a uma situação de colapso.

Nos seis casos analisados, porém, não encontramos apenas rebeldes camponeses, sublevando-se por causa de "terra e liberdade". No campo de batalha eles combatem ao lado de outros grupos, o mais das vezes, a *inteligentsia* armada, pronta para aproveitar-se da desordem reinante, para impor uma nova ordem própria. Por sobre os bandos de camponeses armados, apresentam-se em nosso caso dois fenômenos organizacionais: um deles é a organização militar e o outro, a organização para-militar, formada em torno de uma certa visão do que deve ser a nova sociedade. Não obstante, nossos casos também refletem as diferenças marcantes na maneira pela qual essas duas formas organizacionais se interrelacionam.

No caso mexicano, a vitória não coube nem aos guerrilheiros de Zapata nem aos vaqueiros *dorados* de Villa. O triunfo coube à liderança civil e militar que controlava um exército especializado — separado e diferente de qualquer levante em massa do campesinato — mas equipado com uma experiência rudimentar de administração burocrática e de posse dos recursos estratégicos do comércio de exportação mexicano. Conseqüentemente, essa "família revolucionária" de civis transformados em generais revelou-se capaz de construir um aparelho de controle central que se converteu, no decorrer do tempo, de uma coalizão de comandantes militares num partido oficial unitário. Esse partido, por sua vez, utilizou o Estado para apoiar os grupos empresariais e profissionais que surgiam — ao mesmo tempo que partilhava os lucros do desenvolvimento capitalista, no interesse da "justiça social", aos grupos agrícolas e industriais que anteriormente não haviam tido representação. Na Argélia, aconteceu algo semelhante. Embora os nacionalistas argelinos tivessem iniciado a guerra como uma operação guerrilheira estreitamente ligada às aldeias do interior, o êxito francês no abafamento da ameaça guerrilheira dentro do país colocou, no fim, o exército externo da Tunísia e do Marrocos no comando do país — pois tratava-se do único corpo organizado da nova nação independente. Fracassaram os esforços para organizar, em tempo de guerra, uma coalizão de nacionalistas anti-franceses num partido monolítico, "depois do fato". Cumpria, portanto, ao exército estabilizar a sociedade. Embora fosse empregada uma retórica socialista para prometer certa

medida de recompensa aos camponeses e operários, a exemplo do México, o Estado recorreu a uma maximização dirigida da empresa privada. Em ambos esses casos, foi a rebelião camponesa do interior que incendiou a estrutura pré-existente; mas coube à liderança do exército forjar a força propulsora do equilíbrio organizacional, de modo a permitir à sociedade pós-revolucionária a prosseguir seu caminho.

Na Rússia, na China e no Vietnã, é preciso notar que inverteram-se os papéis do exército e do partido. Nesses três casos, foram os partidos políticos dos revolucionários da classe média que planejaram a tomada do poder e criaram os instrumentos sociais e militares que conquistaram o Estado e asseguraram a transição para uma nova ordem social. Provavelmente não é por acaso que esses países eram caracterizados por sociedades secretas e conspiratórias, anteriores ao advento da revolução. Além disso, uma ideologia marxista em comum -— e especialmente o conceito leninista da liderança revolucionária, que conduz as massas, no interesse das massas — forneceu uma expressão já pronta, na qual podia ser vazada a nova experiência de fusão entre a soldadesca rebelde e a liderança revolucionária. Esses denominadores comuns facilitaram também o aprendizado rápido e a bem sucedida transferência de padrões de uma para outra situação. Aqui — e só aqui — é que o partido, como entidade à parte, vem dominar as outras organizações suscitadas pela revolução.

Não obstante, existem diferenças importantes entre a experiência russa, de um lado, e a chinesa e vietnamita, de outro. Na Rússia, o Partido Comunista tomou o poder na crista das insurreições operárias, nas cidades, e organizou o Estado para uma guerra em defesa da revolução. O campesinato, nesse meio tempo, insurgia-se, no campo, paralelamente às insurreições industriais nas cidades, mas essencialmente independente delas. Ao unir os seus conselhos de aldeia, como *sovietes* de aldeia, à estrutura soviética aparente, eles estavam simplesmente expandindo pelo campo seu espaço vital e suas organizações tradicionais. A guerra em defesa da revolução, portanto, não veio junto, mas seguiu-se à tomada do poder. O Exército Vermelho — contrastando acentuadamente com a China e o Vietnã — colocou um escudo militar em volta das regiões centrais camponesas, em defesa da periferia e com isso reforçou ainda mais o processo de "acomodação" dos rebeldes camponeses.

Na China e no Vietnã, porém, encontramos não somente uma guerra dirigida pelo partido, mas uma espécie de guerra que vai organizando a população camponesa à medida que progride. Aqui, novamente, parecem ter trabalhado as predisposições culturais específicas: são regiões nas quais as múltiplas associações de aldeia sempre haviam sido tradicionais. Sob o controle comunista, estas serviram de modelo para a constituição do exército e do campesinato numa entidade comum, que associava o exército centralizado, recrutado principalmente no campesinato, as forças guerrilheiras irregulares, aquarteladas nas aldeias, e a população das aldeias. Essas entidades, a um tempo, atalharam o desenvolvimento de revoltas camponesas não coordenadas e o entrincheiramento autônomo do campesinato, tal como ocorrera na Rússia. Esse sistema revelou-se capaz, não apenas de resistir a uma guerra prolongada, mas até de

prosperar com ela. Pode-se afirmar que esse esquema de organização ganha força, quando engajado em combate, conforme ficou provado, tanto pela resistência comunista chinesa à invasão japonesa, quanto pela experiência vietnamita dos últimos vinte anos.

Em último lugar, no caso cubano, encontramos uma ilha povoada principalmente não por camponeses, mas por um proletariado açucareiro assalariado. Organizado em sindicatos pelos comunistas e sob a constante influência deles, o proletariado do açúcar, no entanto, pouco fez no sentido de auxiliar a rebelião. O Partido Comunista e as organizações aliadas a ele, juntamente com outros grupos, foram apanhados num impasse político no qual grupo algum possuía força independente que bastasse para libertar-se do sistema governamental de distribuição de cargos públicos aos seus protegidos. No fim, quem teve essa força foi um pequeno grupo de rebeldes armados que, quase por acaso, se haviam se estabelecido na única região da ilha habitada por um campesinato taticamente móvel. Uma vez no poder, esse grupo rebelde teve condições de usar o mecanismo do Partido Comunista, a fim de dar um novo esquema organizacional ao país e de levar adiante uma revolução social, numa rara simbiose entre o exército rebelde e a organização do partido.

A questão é saber porque, em certos casos, é o exército que cria os novos controles políticos, ao passo que, em outros, essa tarefa cabe ao partido. A resposta não é fácil. No México e na Argélia, verificamos que os controles do exército foram importantes. Talvez não seja a coincidência o fato dessas duas sociedades continuarem a operar na base do mercado: é melhor que os controles recaiam sobre a sociedade que sobre a economia. O exército fornece o centro organizacional da ordem social, mas deixa a economia desimpedida, para desenvolver-se segundo as demandas do mercado. Mas nos lugares onde tanto a economia quanto a sociedade baseiam-se na autoridade, como na Rússia, na China, no Vietnã e em Cuba, o mercado é abolido e as considerações e apelos ideológicos tomam o lugar da "mão invisível" que impele os homens à ação. Por muito tempo, a Rússia foi o exemplo de domínio do partido sobre os meios e fins da autoridade; recentemente, porém, a China tomou uma direção completamente diferente. Na Rússia, era claro o domínio do partido sobre o exército; foi até bem sucedido, quando restringiu os poderes da polícia secreta, atalhando o crescimento de um quase-exército recém-formado, dentro de suas próprias fileiras. Na China, após um período inicial de fusão do partido com o exército — durante os anos da guerra prolongada e os anos iniciais de consolidação que sucederam à revolução — o partido e o exército entraram em conflito, aparentemente, por ocasião da Revolução Cultural, e a predominância do partido foi cerceada. Arriscamos o palpite de que essa diferença venha a ser função da evolução diversa dessas duas revoluções, inclusive no que se refere às suas bases de apoio social muito diversas (ver Loewenthal, 1967, 387-388; Schram, 1967, 325, 341-342).

A Revolução Russa teve seu apoio principal nos operários das principais regiões industriais, não no campesinato. Para os comunistas russos, a primeira meta foi sempre o controle dos pontos estratégicos da economia; e a principal garantia da continuidade soviética foi sempre a rápida expansão da escala e alcance desses

pontos estratégicos, através da industrialização acelerada. As metas do partido e do exército coincidiam, na medida em que a industrialização aumentava a eficiência da máquina da guerra. A indústria e a escola eram tidas como os moldes a partir dos quais o Homem Soviético seria forjado e a ideologia foi empregada principalmente para avivar as chamas do progresso industrial compulsório. A industrialização acertou o passo com o crescimento de uma classe de administradores eficientes e de uma população de operários especializados. Dava-se ênfase às remunerações diferenciadas em função da especialidade do trabalho. O resultado foi uma sociedade fortemente hierarquizada, dirigida por tecnocratas, "peritos e vermelhos", mas sobretudo peritos. A China também lançou-se num programa de industrialização vertiginosa mas, desde o princípio, parecem ter havido tensões no partido entre os grupos que preferiam o modelo russo de desenvolvimento e os que, durante os longos anos da guerra, haviam aprendido a confiar no exército camponês, com sua ideologia igualitária. A experiência da guerra, no interior, levou-os para longe das cidades e das regiões industrializadas; ensinou-lhes as vantagens da diluição da ampla distribuição de habilidades básicas e as desvantagens do excesso de concentração na especialização. Os soldados-cidadãos do exército guerrilheiro haviam levado uma vida na qual os papéis de camponês, operário, soldado e intelectual se misturavam a ponto de se fundirem. Além disso, a experiência do exército — mais que a da indústria e da escola — havia-lhes dado inspiração para a disciplina, a iniciativa, o sacrifício e o compromisso. Se, na Rússia, o camponês só podia tornar-se membro efetivo da nova ordem quando atravessasse os fornos incandescentes da industrialização, na China a relação do camponês com o exército-de-cidadãos era imediata e concreta. Talvez por essa razão é que o Exército de Libertação do Povo surgiu como um contrapeso efetivo ao partido, cada vez mais administrativo e burocrático. Se qualquer interpretação vinda de fora, da Grande Revolução Cultural não passa de adivinhações, está claro, pelo menos, que o papel do partido, na China, foi bastante reduzido, a favor de uma coalizão das forças armadas com os comitês locais, não partidários. Essa tendência não se reduz apenas à China: em Cuba há uma tendência similar, pois Fidel Castro evitou cuidadosamente a instalação de um aparelho administrativo permanente, centralizado no Partido Comunista, recorrendo, em vez disso, à contínua mobilização dos cidadãos em armas. Do mesmo modo que na China, é a zona rural que fornece a energia desse exército-como-partido, ao passo que Havana, o tradicional centro urbano, perde sua importância organizacional. Em ambos os casos, é cedo para determinar se isso representa uma recaída no romantismo-rural, ou se essa militarização política do povo levará — com o auxílio dos meios de comunicação modernos — a novas formas viáveis de organização popular.

Essas considerações levaram-nos para muito longe das rebeliões camponesas provinciais, com as quais iniciamos nosso estudo. Argumentamos nesses capítulos que o camponês é agente de forças maiores do que ele, produzidas por um passado e um presente sem ordem. Não há provas que confirmem a opinião segundo a qual os camponeses continuariam tranqüilos, se não fossem os "agitadores externos".

Os camponeses, ao contrário, sublevam-se para corrigir injustiças e estas por sua vez são apenas manifestações provincianas das grandes desarticulações sociais. Assim, facilmente a rebelião se transforma em revolução, em movimentos de massa, que visam transformar a estrutura social como um todo. O campo de batalha é a própria sociedade e, quando a guerra acaba, a sociedade se terá transformado e o campesinato com ela. O papel do camponês, portanto, é essencialmente trágico: seus esforços para destruir um presente doloroso só levam a um futuro de maior incerteza. Mas se ele é trágico, é também esperançoso. Pela primeira vez, em milênios, a humanidade aproxima-se de uma solução dos eternos problemas da fome e da doença e, em toda parte, os tradicionais monopólios de poder e sabedoria transmitida, cedem ao esforço humano, no sentido de ampliar a participação e o conhecimento. Nesse empenho — embora incerto, assediado pelas dificuldades e mal compreendido —- está a esperança de uma vida melhor, de uma humanidade mais plena. Se os rebeldes camponeses tomam parte na tragédia, participam também da esperança e, por isto, é deles o partido da Humanidade. Contra eles estão não apenas os defensores dos antigos privilégios, mas a Santa Aliança daqueles que — com tecnologia e organização avançadas — enterrariam essa esperança sob uma avalanche de poder. Esses novos operadores do poder consideram-se realistas, mas seu realismo traz a marca dos que não admitem prova ou interpretação diferente daquela que serve aos seus propósitos. O campesinato defronta-se com a tragédia, mas tem a esperança a seu lado; duplamente trágicos são seus adversários, que negam essa esperança, a eles e a si próprios. Esse é também o dilema da América atualmente: atuar em favor da esperança humana — não só pelo bem da humanidade, mas pelo seu próprio — ou esmagá-la.

***

Revisão: Argo – www.portaldocriador.org